104 anos SINDCONT-SP
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Inovar, Valorizar e Humanizar



Manchete Semanal eletrônica

nº 09/2024
06 de março de 2024

Importante veículo de atualização e capacitação profissional, amplamente discutido e estudado nas reuniões do Centro de Estudos

Expediente

Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis

Presidente: Denis de Mendonça
Vice-Presidente: Mitsuko Kanashiro da Costa
1º Secretário: Josimar Santos Alves
2ª Secretária: Jô Nascimento
3º Secretário: Marcelo Dionizio da Silva
4º Secretário: Alexandre da Rocha Romão
Consultores Jurídicos: Alberto Batista da Silva Júnior; Benedito de Jesus Cavalheiro e Henri Romani Paganini.
Suplente: Rose Vilaruel

Coordenação em São Bernardo do Campo:
Coordenador: Marcelo Muzy do Espirito Santo
1ª Secretária: Marly Momesso Oliveira
2ª Secretária: Teresinha Maria de Brito Koide

Coordenação em Taboão da Serra:
Coordenadora: Rose Vilaruel
1º Secretário: Alexandre da Rocha Romão
2º Secretário: João Antunes Alencar
3ª Secretária: Antônia Aparecida Anastácio Neves

Coordenação em Diadema:
Coordenadora: Tânia Maria de Farias Lourenço
1ª Secretária: Arlete Vieira Sales
2ª Secretária: Beatriz Aparecida Silva

Coordenação em Guarulhos:
Coordenador: Ricardo Watanabe
Secretário: Mauro André Inocêncio

Coordenação em São Caetano do Sul:
Coordenadora: Claudete Aparecida Prando Malavasi
Secretário: Rafael Batista da Silva

Sindicato Dos Contabilistas De São Paulo – SINDCONT-SP - Gestão 2023-2025

Diretores Efetivos
Presidente: Claudinei Tonon
Vice-Presidente: José Roberto Soares dos Anjos
Diretor Financeiro: Milton Medeiros de Souza
Vice-Diretor Financeiro: Luis Gustavo de Souza e Oliveira
Diretor Administrativo: Nobuya Yomura
Vice-Diretor Administrativo: Josimar Santos Alves
Diretora de Educação Continuada: Marina Kazue Tanoue Suzuki
Vice-Diretora de Educação Continuada: Ana Maria Costa
Diretora Social e Cultural: Carolina Tancredi De Carvalho

Diretores Suplentes
Denis de Mendonça
Edna Magda Ferreira Goes
Elcio Valente
Fernando Correia da Silva
Francisco Montoia Rocha
João Bacci
José Leonardo de Lacerda
Marcelo Muzy do Espirito Santo
Ricardo Watanabe Ruiz Vasques

Conselho Fiscal - Efetivos
Edmundo José dos Santos
Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Marta Cristina Pelucio Grecco

Conselho Fiscal - Suplentes
Deise Pinheiro
Lucio Francisco da Silva
Marly Momesso Oliveira

Sumário

SUMÁRIO **2**

1.00 ASSUNTOS CONTÁBEIS **8**

1.01 ENTIDADES DE CLASSE 8
RESOLUÇÃO CFC N° 1.717, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 8
Altera o inciso II dos arts. 6° e 10, o inciso III dos arts. 11 e 13, o § 1° do art. 25 e o caput do art. 26 da Resolução CFC n° 1.707, de 25 de outubro de 2023; e o inciso IV do art. 5°, o inciso III do art. 9°, o inciso IV dos arts. 17 e 19, e o caput do art. 26 da Resolução CCFC n° 1.708, de 25 de outubro de 2023. 8

2.00 ASSUNTOS FEDERAIS **10**

2.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA 10
MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.208, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28.02.2024 - Edição Extra) 10
Revoga dispositivos da Medida Provisória n° 1.202, de 28 de dezembro de 2023. 10
PORTARIA CONJUNTA DTI/DIRBEN/INSS N° 001, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024) 10
Altera a Portaria Conjunta DTI/DIRBEN/INSS n° 1, de 28 de julho de 2023. 10
PORTARIA MTE N° 224, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024) 11
Estabelece novo prazo de vigência das disposições da Norma Regulamentadora n° 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos e de seu Anexo X - Máquinas para fabricação de calçados e afins. (Processo n° 19966.201257/2023-00). 11
PORTARIA MTE N° 225, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024) 11
Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n° 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração (Processo n° 19966.101225/2021-35) 11
PORTARIA MTE N° 232, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29.02.2024) 74
2.02 FGTS E GEFIP 74
PORTARIA MTE N° 240, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 74
Regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS Digital, de que trata o art. 17-A da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990. 74
CIRCULAR CAIXA N° 1.044, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29.02.2024) 102
Divulga a versão 6 do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes, junto ao FGTS. 102
CIRCULAR CAIXA N° 1.045, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 103
Divulga a versão 18 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais 103
CIRCULAR CAIXA N° 1.046, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29.02.2024) 103
Dispõe sobre o uso do SEFIP para recolhimento dos depósitos mensais, no prazo ou em atraso, a partir da competência 03/2024 e da GRRF para desligamentos ocorridos a partir do dia 01/03/2024 de maneira contingencial, a contar da comunicação publicada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho... 103
2.03 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS 104
RESOLUÇÃO ANP N° 965, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 26.02.2024) 104
Altera a Resolução ANP n° 802, de 5 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, para estabelecer novos parâmetros nas Tabelas do Anexo da Resolução. 104
ATO COTEPE/ICMS N° 024, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024) 107
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/1 107
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.176, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 108
Revoga Instruções Normativas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil 108
ATO COTEPE/ICMS N° 025, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 113
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 2/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas. .. 113
ATO COTEPE/ICMS N° 026, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 113
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18. 113
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 004, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 114
(Disponibilizado na página da Receita Federal, em “Agenda Tributária”) 114

Divulga a Agenda Tributária do mês de março de 2024. 114
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR N° 004, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28.02.2024) 141
Institui códigos de receita e altera o Ato Declaratório Executivo Codac n° 24, de 13 de setembro de 2016, que divulga códigos de receita a serem utilizados no Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente. 141
ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 006, DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 142
O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória n° 1.184, de 28 de agosto de 2023, que "Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 4 de fevereiro de 2024. 142
PORTARIA MF-SPA/MF N° 300, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 26.02.2024) 142
Estabelece os requisitos e os procedimentos relativos ao reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line a serem utilizados por operadores de loteria de apostas de quota fixa. 142
PORTARIA RFB N° 398, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024) 160
Altera a Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023, que dispõe sobre a transparência ativa prevista no inciso IV do § 3° do art. 198 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. 160
2.04 SOLUÇÃO DE CONSULTA 179
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28/02/2024) 179
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 179
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. ATIVIDADE COMERCIAL DE PRODUTOS ESPORTIVOS. DESPESAS COM VALE TRANSPORTE, VALE REFEIÇÃO, VALE ALIMENTAÇÃO E UNIFORME. IMPOSSIBILIDADE. 179
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 179
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. ATIVIDADE COMERCIAL DE PRODUTOS ESPORTIVOS. DESPESAS COM VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO, VALE ALIMENTAÇÃO E UNIFORME. IMPOSSIBILIDADE. 180
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024) 180
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 180
REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR. ATIVO IMOBILIZADO. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS. POSSIBILIDADE. RATEIO PROPORCIONAL. 180
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 181
REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR. ATIVO IMOBILIZADO. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS. POSSIBILIDADE. RATEIO PROPORCIONAL. 181
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024) 182
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 182
SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS. LOCAÇÃO DE TENDAS E LONAS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE. 182
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 183
SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS. LOCAÇÃO DE TENDAS E LONAS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE. 183
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29/02/2024) 184
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 184
NÃO CUMULATIVIDADE. ATIVIDADE EXTRUSÃO DE ALUMÍNIO. DISPÊNDIOS COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, AUXÍLIO-CRECHE, PLANO DE SAÚDE, SUBVENÇÃO PATRONAL E PRÊMIO DE ASSIDUIDADE DOS EMPREGADOS. INSUMOS. ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INSUMO. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. 184
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 185
NÃO CUMULATIVIDADE. ATIVIDADE EXTRUSÃO DE ALUMÍNIO. DISPÊNDIOS COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, AUXÍLIO-CRECHE, PLANO DE SAÚDE, SUBVENÇÃO PATRONAL E PRÊMIO DE ASSIDUIDADE DOS EMPREGADOS. INSUMOS. ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INSUMO. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. 185
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024 –(DOU de 29/02/2024) 186
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias 186
RETENÇÃO. CONSTRUÇÃO CIVIL. OBRA. SERVIÇO. ÓRGÃO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. 186
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 - DOU de 29/02/2024 186
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 186
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS. 186
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 187
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. 187
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.005, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 26/02/2024) 187

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 187
INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. 187
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 188
INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. 188
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.006, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 26/02/2024) 188
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 188
INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. 188
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 189
INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. 189
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.007, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024) 189
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF 189
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.008, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024) 190
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 190
SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. CARACTERÍSTICAS. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONSTITUTIVA DO OBJETO SOCIAL PELO SÓCIO PARTICIPANTE. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS. 190
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 190
SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. CARACTERÍSTICAS. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONSTITUTIVA DO OBJETO SOCIAL PELO SÓCIO PARTICIPANTE. TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS. 190
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.009, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29/02/2024) 191
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 191
INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL. 191
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL 191
INCENTIVOS FISCAIS. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL. 191
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.010, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 192
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 192
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 192
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.016, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 193
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 193
PERSE. DISPENSA DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS. ABRANGÊNCIA. 193
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 193
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. 193
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.017, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 194
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 194
BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. RETENÇÃO NA FONTE. 194
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.018, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 194
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 194
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO. 194
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.019, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 195
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 195
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO. 195
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.020, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 195
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 195
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. ADICIONAL. 195
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.021, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 196
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 196
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO. 196
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 196
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. 196
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.022, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 196
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 196
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. ADICIONAL. 196
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.023, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) 197

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 197
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 197
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. ... 197
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.024, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) ... 198
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 198
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 198
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. ... 198
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.025, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) ... 199
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 199
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REGIME TRIBUTÁRIO DO BENEFICIÁRIO. ... 199
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 199
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. ... 199
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.026, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) ... 200
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 200
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REGIME TRIBUTÁRIO DO BENEFICIÁRIO. ... 200
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.027, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) ... 200
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 200
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ... 200
REGIME TRIBUTÁRIO DO BENEFICIÁRIO. ... 200
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 201
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. ... 201
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.028, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01/03/2024) ... 202
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 202
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.029, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) ... 202
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário ... 202
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. ADICIONAL. ... 202
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.030, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024) ... 203
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep ... 203
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. 203
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ... 203
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. 204
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 204
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL. ... 204
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.001, DE 31 DE JANEIRO DE 2024 – (DOU de 21/02/2024) ... 205
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ ... 205
LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS. ... 205
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ... 205
RESULTADO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS. ... 205

3.00 ASSUNTOS ESTADUAIS ... 206

3.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS ... 206
COMUNICADO SRE N° 002, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOE de 27.02.2024) ... 206
O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL declara que as datas fixadas para cumprimento das OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS, do mês de março de 2024, são as constantes da Agenda Tributária Paulista anexa. ... 206
3.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS ... 212
ATO DECLARATÓRIO CONFAZ N° 006, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28.02.2024) ... 212
Ratifica Convênios ICMS aprovados na 389ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 08.02.2024 e publicados no DOU em 09.02.2024. ... 212
3.03 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA ... 212
PORTARIA SRE N° 012, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOE de 01.03.2024) ... 212
Altera a Portaria SRE 72/23, de 5 de dezembro de 2023, que divulga valores atualizados para fins de determinação da base de cálculo da substituição tributária de bebidas alcoólicas, refrigerantes, águas e outras bebidas. ... 212

4.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS ... 218

4.01 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS ... 218
LEI N° 18.093, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOM de 27.02.2024) ... 218
Dispõe sobre a fixação de placas e a distribuição de informativos sobre o direito a acompanhante para parturientes nos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede direta ou conveniada, no Município de São Paulo. ... 218

DECRETO N° 63.228, DE 27 DE FEVEREIRO de 2024 - (DOM de 28.02.2024) 219
Dispõe sobre o funcionamento dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais. 219
INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOM de 29.02.2024) 233
Altera a Instrução Normativa SF/SUREM n° 8, de 1° de junho de 2023. 233
INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 003, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOM de 29.02.2024) 233
Altera a Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 4 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV. 233

5.00 ASSUNTOS DIVERSOS 234

5.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS 234
Exame de Suficiência: CFC abre novo processo licitatório para escolha de banca. 234
O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) divulgou que está realizando um processo licitatório para a escolha de uma nova banca para o Exame de Suficiência. 234
Simplificação, desburocratização e uniformização societária – Instrução Normativa DREI nº 1/2024 235
No dia 26/01/2023 o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, anunciou alterações nas instruções preexistentes DREI nº 81 e nº 77 de 2020. 235
Mudança de Endereço / Direito ao Crédito ICMS - CT 00029097/2023 241
Há mais 15 mil cartórios e tabelionatos espalhados pelo território brasileiro. 243
Arquivamento dos atos relativos ao direito de retirada de sócio na junta comercial. 244
O Código Civil prevê o direito potestativo de qualquer dos sócios se retirar da sociedade, contratada por prazo indeterminado, sem a indicação de motivo. 244
TRF1 condena empresário e ex-empregado por fraude no seguro-desemprego. 248
Governo Federal lança FGTS Digital nesta terça-feira (27) 249
Data para implementação está prevista para 1º de março de 2024. 249
Projeto de Lei 7/2024 propõe alteração da alíquota de ITCMD em São Paulo. 250
Alíquota escalonada de ITCMD conforme valor do bem herdado ou doado no estado de São Paulo é proposta no Projeto de Lei 7/2024. 250
Programa de Autorregularização Incentivada: posicionamento controverso da Receita Federal gera confusão. 252
PIS e Cofins não compõem a base de cálculo do ICMS: contraposto da Tese do Século. 260
FGTS Digital: vencimento em dia não útil será antecipado para o primeiro dia útil imediatamente anterior. 263
Após meses de testes e implementações, o FGTS Digital começa a valer nesta sexta-feira (1º). 263
Encontro será na terça (5) e na quarta-feira (6). 264
Loja de material de construção é multada por descumprir ordem de não abrir em feriado. 265
Empregados de outra base territorial foram convocados para burlar determinação judicial. 265
Investindo além das fronteiras: como as novas regras tributárias impactam os contribuintes com ativos no exterior. 266
Investidores devem se planejar diante do novo cenário tributário 266
Lei modifica regras de tributação sobre investimentos no exterior e fundos exclusivos no Brasil. 268
Mudanças impactam o Imposto de Renda incidente sobre offshores e aplicações em fundos fechados 268
Data de apuração de rendimentos 270
Forma de pagamento 270
Banco cancela plano de saúde de gestante e terá de pagar R$ 20 mil de indenização. 271
Para a 1ª Turma, empresa retirou o direito da empregada à assistência médica necessária para acompanhar a gravidez 271
Justiça condena por má-fé empregado que aceitou novo trabalho e processou antigo empregador alegando falta grave. 272
O ITCMD progressivo e a anterioridade na reforma tributária. 272
Ministério do Trabalho e Emprego prorroga Portaria nº 3.665 sobre funcionamento do comércio aos feriados. 274
Mesa Nacional de Negociação tripartite tem 90 dias para dialogar e chegar a um acordo de como a determinação da Lei vai ocorrer 274
Randolfe: projeto de lei sobre reoneração da folha deve chegar esta semana. 274
Nova versão do Programa Gerador da DCTF já está disponível para download no site da Receita. 276
Simplificação, desburocratização e uniformização societária – Instrução Normativa DREI nº 1/2024. 276
Mantido desconto de contribuição confederativa de trabalhadora rural 282
Para a 3ª Turma, a cobrança é constitucional 282

Lula revoga reoneração de 17 setores da economia. 283
Especialistas alertam para avanço dos planos "falsos coletivos" e questionam regulação por parte da ANS. 285
Nova ferramenta disponível na SEFAZ-SP 286
Nova Carteira de Identidade Nacional já está nas mãos de quatro milhões de brasileiros. 287
Documento aumenta a segurança da identificação dos brasileiros, melhora os cadastros administrativos e diminui as fraudes no Brasil 287
Planejamento Pré-Imigratório na Saída Definitiva do Brasil 288
É preciso ficar atento à legislação tributária para evitar prejuízos e pendências com as autoridades fiscais brasileiras. 288
IFRS: não aplicação e seu impacto na distribuição de lucros. 292
Mercado de carbono e os próximos passos da regulação no Brasil 294
5.02 COMUNICADOS 301
CONSULTORIA JURIDICA 301
Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária 301
5.03 ASSUNTOS SOCIAIS 302
FUTEBOL 302

6.00 ASSUNTOS DE APOIO 302

6.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP 302
Agenda de Cursos – março/2024 302
6.02 AGENDA SEMANAL – GRUPOS DE ESTUDOS – (PROGRAMADOS) 303
Grupo de Estudos de Tecnologia e e Inovação - 303
Segunda Feira 04-03-2024: das 19:00 às 21:00 – Bate-Papo – Monitor Contábil 303
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações 303
Terça Feira 05-03-2024: das 19:00 às 21:00 - Últimas Atualizações na área fiscal e tributária 303
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis 303
Quarta Feira 06-03-2024: das 19:00 às 21:00 - Fórum de debate e atualização continua 303
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil 303
Quinta Feira 07-03-2024: das 19:00 às 21:00 - 303
6.03 ENCONTROS VIRTUAIS – GRUPOS DE ESTUDOS – (EXISTENTES) 303
Grupo de Estudos de Tecnologia e Inovação - 304
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 304
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública 304
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 304
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações 304
Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas. 304
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis 304
Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas. 304
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil 304
Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas. 304
Grupo de Estudos Perícia 304
Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube) das 10:00 às 12:00 horas. 304
6.04 FACEBOOK 304
Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook 304
6.05 OUTROS ASSUNTOS DE APOIO 304
CONVITE – DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 08-03-2024 DAS 18:00 ÀS 21:00H – 304
PRESENCIALMENTE NO SINDCONTSP 304

Nota: Todos os anexos e textos aqui não publicados na íntegra estão disponíveis na versão eletrônica desta manchete, alguns através de links.

"Um homem que não tem tempo para cuidar da saúde é como um mecânico que não tem tempo para cuidar das ferramentas".

Provérbio Espanhol

1.00 ASSUNTOS CONTÁBEIS

1.01 ENTIDADES DE CLASSE

RESOLUÇÃO CFC N° 1.717, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Altera o inciso II dos arts. 6° e 10, o inciso III dos arts. 11 e 13, o § 1° do art. 25 e o caput do art. 26 da Resolução CFC n° 1.707, de 25 de outubro de 2023; e o inciso IV do art. 5°, o inciso III do art. 9°, o inciso IV dos arts. 17 e 19, e o caput do art. 26 da Resolução CCFC n° 1.708, de 25 de outubro de 2023.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam alterados o inciso II dos arts. 6° e 10, o inciso III dos arts. 11 e 13, o § 1° do art. 25 e o caput do art. 26 da Resolução CFC n° 1.707, de 25 de outubro de 2023; e o inciso IV do art. 5°, o inciso III do art. 9°, o inciso IV dos arts. 17 e 19 e o caput do art. 26 da Resolução CFC n° 1.708, de 25 de outubro de 2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Resolução CFC 1.707, de 25 de outubro de 2023

(...)

Art. 6° e Art. 10

I -

II - documento de identificação;

(...)

Art. 11 e Art. 13

I -

II -

III - documento de identificação;

(...)

Art. 25. (...)

§ 1° Decorridos 5 (cinco) anos da devida cientificação da decisão de cassação do exercício profissional, após o trânsito em julgado, poderá o bacharel em Ciências Contábeis requerer novo registro, desde que cumpridos os requisitos previstos no art. 6° desta Resolução.

(...)

Art. 26. O Registro Profissional baixado poderá ser restabelecido mediante requerimento preenchido e assinado, com foto 3x4 recente, colorida, com fundo branco, bem como documento de identificação,

comprovante de endereço residencial recente e recolhimento de taxa e anuidade proporcional ao exercício vigente.

Resolução CFC n° 1.708, de 25 de outubro de 2023

(...)

Art. 5° (...)

IV - cópias de documento de identificação oficial, comprovante de residência e comprovante de registro em conselho de profissão regulamentada dos sócios que não são profissionais da contabilidade.

(...)

Art. 9° (...)

III - cópias de documento de identificação oficial, comprovante de residência e comprovante de registro em conselho de profissão regulamentada dos sócios que não são profissionais da contabilidade.

(...)

Art. 17.

(...)

IV - em caso vacância do responsável técnico, não averbada a sua substituição no prazo de até 60 (sessenta) dias.

(...)

Art. 19. (...)

IV - cópias de documento de identificação oficial, comprovante de residência dos sócios não profissionais da contabilidade e comprovante de registro em conselho de profissão regulamentada dos sócios que não são profissionais da contabilidade; e

(...)

Art. 26. Para os fins desta Resolução, consideram-se regulares o profissional e a organização devidamente habilitados para o exercício profissional no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 2° Ficam mantidas as demais disposições constantes da Resolução CFC n° 1.707, e da Resolução CFC n° 1.708, ambas de 25 de outubro de 2023.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor em 11 de março de 2024.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente da Comissão

2.00 ASSUNTOS FEDERAIS

2.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.208, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28.02.2024 - Edição Extra)

Revoga dispositivos da Medida Provisória n° 1.202, de 28 de dezembro de 2023.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte

MEDIDA PROVISÓRIA, COM FORÇA DE LEI:

Art. 1° Ficam revogados os seguintes dispositivos da Medida Provisória n° 1.202, de 28 de dezembro de 2023:

I - os art. 1° a art. 3°;

II - as alíneas "b", "c" e "d" do inciso II do caput do art. 6°; e

III - os Anexos I e II.

Art. 2° Esta Medida Provisória entra em vigor em 1° de abril de 2024.

Brasília, 27 de fevereiro de 2024; 203° da Independência e 136° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

FERNANDO HADDAD

PORTARIA CONJUNTA DTI/DIRBEN/INSS N° 001, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024)

Altera a Portaria Conjunta DTI/DIRBEN/INSS n° 1, de 28 de julho de 2023.

O DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e o **DIRETOR DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS,** no uso das competências que lhes confere o Decreto n° 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 35014.313989/2021-87,

RESOLVEM:

Art. 1° A Portaria Conjunta DTI/DIRBEN/INSS n° 1, de 28 de julho de 2023 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

.....

III - Bloqueio/desbloqueio de Mensalidade de Entidade Associativa ou Sindicato, código 16315."

"Art. 2°.....

.....

§1° Estas verificações não se aplicam quando a pessoa solicitar o bloqueio do benefício para empréstimo consignado e da mensalidade de entidade associativa ou sindicato;"

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO GALVÃO DE SOUZA SÓRIA
Diretor de Tecnologia da Informação

ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS
Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

PORTARIA MTE N° 224, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024)

Estabelece novo prazo de vigência das disposições da Norma Regulamentadora n° 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos e de seu Anexo X - Máquinas para fabricação de calçados e afins. (Processo n° 19966.201257/2023-00).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 1°, Anexo I, do Decreto n° 11.779, de 13 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Passam a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2025 as disposições da Norma Regulamentadora n° 12 (NR-12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos e de seu Anexo X - Máquinas para Fabricação de Calçados e Afins em relação às máquinas usadas que não foram objeto de adequação nos prazos previstos na Portaria n° 252, de 10 de abril de 2018.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ MARINHO

PORTARIA MTE N° 225, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024)

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n° 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração (Processo n° 19966.101225/2021-35)

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no art. 1°, caput, inciso VI, do Anexo I, do Decreto n° 11.779, de 13 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° A Norma Regulamentadora n° 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração - passa a vigorar com a redação constante do Anexo.

Art. 2° Determinar, conforme previsto nos arts. 117 e 118 da Portaria MTP n° 672, de 8 de novembro de 2021, que a NR-22 e seus anexos sejam interpretados conforme o disposto na tabela abaixo:

Regulamento	Tipificação
NR-22	NR Setorial
Anexo I	Tipo 2
Anexo II	Tipo 1
Anexo III	Tipo 2
Anexo IV	Tipo 1

Art. 3° Estabelecer o cronograma e as condições de implementação para entrada em vigor, após a publicação desta Portaria, dos seguintes itens:

Item / Subitem	Data	Condição de implementação
Item 22.7.4	5 anos	- Para instalações de tratamento de minério já em operação ou comprovação técnica no caso de inviabilidade de implementação
Item 22.7.12	5 anos	- Para minas que utilizam vagonetas
Item 22.12.11 e subitem 22.12.11.1	36 meses	- Para máquinas autopropelidas novas
	5 anos	- Para máquinas autopropelidas usadas

Art. 4° Na data da entrada em vigor desta Portaria ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - Portaria MTb n° 2.037, de 15 de dezembro de 1999;

II - Portaria SIT n° 27, de 01 de outubro de 2002;

III - Portaria SIT n° 63, de 02 de dezembro de 2003;

IV - Portaria SIT n° 202, de 26 de janeiro de 2011;

V - Portaria SIT n° 1.894, de 09 de dezembro de 2013;

VI - Portaria MTE n° 732, de 22 de maio de 2014;

VII - Portaria MTPS n° 506, de 29 de abril de 2016;

VIII - Portaria MTb n° 1.085, de 18 de dezembro de 2018;

IX - Portaria SEPRT n° 210, de 11 de abril de 2019;

X - Art. 4° da Portaria MTP n° 806, de 13 de abril de 2022; e

XI - Art. 13 da Portaria MTP n° 4.219, de 20 de dezembro de 2022.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua sua publicação.

LUIZ MARINHO

ANEXO

Norma Regulamentadora n° 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração

SUMÁRIO

22.1 - Objetivo

22.2 Campo de aplicação

22.3 Das responsabilidades da organização

22.4 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO

22.5 Do direito e do dever dos trabalhadores

22.6 Organização dos locais e das atividades de trabalho

22.7 Circulação e transporte de pessoas e materiais

22.8 Transportadores contínuos

22.9 Superfícies de trabalho, plataformas móveis e passarelas

22.10 Escadas

22.11 Equipamentos de guindar

22.12 Máquinas, equipamentos e ferramentas

22.13 Estabilidade dos maciços

22.14 Aberturas subterrâneas: desenvolvimento, tratamento e sistemas de suporte e sinalização

22.15 Proteção contra poeira mineral

22.16 Sistemas de comunicação

22.17 Sinalização

22.18 Instalações elétricas

22.19 Operações com explosivos e acessórios

22.20 Atividades com dragas flutuantes

22.21 Desmonte hidráulico

22.22 Ventilação em atividades de subsolo

22.23 Beneficiamento

22.24 Deposição de estéril, rejeitos e produtos

22.25 Iluminação

22.26 Prevenção contra incêndios e explosões acidentais

22.27 Prevenção de explosão de poeiras inflamáveis em minas subterrâneas de carvão

22.28 Proteção contra inundações

22.29 Equipamentos radioativos

22.30 Plano de Atendimento a Emergências - PAE

22.31 Vias e saídas de emergência em minas de subsolo

22.32 Paralisação e retomada de atividades nas minas

22.33 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio na Mineração - CIPAMIN

22.34 Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho

22.35 Disposições gerais

GLOSSÁRIO

ANEXO I - Cabos de aço, correntes e acessórios

ANEXO II - Capacitação e treinamento

ANEXO III - Requisitos mínimos para utilização de equipamentos de guindar de lança fixa

ANEXO IV - Quadros

22.1 Objetivo

22.1.1 Esta Norma Regulamentadora tem por objetivo disciplinar os preceitos a serem observados nas organizações de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento da atividade minerária com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores.

22.2 Campo de aplicação

22.2.1 Esta norma se aplica às organizações que realizam as atividades relacionadas a:

a) minerações subterrâneas, inclusive garimpos abrangidos pela Permissão de Lavra Garimpeira - PLG;

b) minerações a céu aberto, inclusive garimpos abrangidos pela PLG;

c) beneficiamentos minerais instalados dentro das áreas das minerações e das PLG; e

d) pesquisa mineral.

22.3 Das responsabilidades da organização

22.3.1 Cabe à organização:

a) zelar pelo estrito cumprimento da presente Norma;

b) designar os responsáveis técnicos de cada setor; e

c) interromper todo e qualquer tipo de atividade que exponha os trabalhadores a condições de grave e iminente risco para sua saúde e segurança.

22.3.2 Toda mina e demais atividades referidas no item 22.2.1 devem estar sob supervisão técnica de profissional legalmente habilitado.

22.3.2.1 A organização deve manter registradas, em meio físico ou eletrônico, as atividades de supervisão técnica prevista no item 22.3.2, contemplando as ocorrências, observações, intervenções propostas, realizadas ou não, capazes de influir na segurança da mina.

22.4 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO

22.4.1 Cabe à organização implementar, preferencialmente por estabelecimento, o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO em suas atividades, conforme definido na Norma Regulamentadora n° 1 (NR-1) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

22.4.1.1 O Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - PGR deve ser elaborado, preferencialmente, por equipe multidisciplinar e implementado sob responsabilidade da organização.

22.4.1.2 O PGR, além do previsto na NR-1, deve contemplar os perigos e suas respectivas medidas de prevenção previstas nessa norma.

22.4.1.2.1 O processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais previsto no item 1.5.4 da NR-1, deve considerar, onde aplicável, os seguintes aspectos:

a) atmosferas explosivas;

b) deficiências de oxigênio;

c) ventilação mecânica;

d) proteção respiratória, devendo adotar o Programa de Proteção Respiratória - PPR da Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro e suas alterações ou outro programa equivalente;

e) proteção auditiva, devendo adotar o Guia de Diretrizes e Parâmetros Mínimos para a Elaboração e a Gestão do Programa de Conservação Auditiva - PCA, de 2018, da Fundacentro e suas alterações ou outro programa equivalente;

f) trabalhos subaquáticos;

g) estabilidade dos maciços, naturais e os modificados ou construídos pela organização; e

h) modificações e introduções de novas tecnologias.

22.4.2 Quando existir prestação de serviços nas atividades previstas no campo de aplicação desta NR nas dependências da contratante ou em local previamente convencionado em contrato, além do previsto no item 1.5.8 da NR-1, deve-se observar:

a) contratante e contratada devem executar ações integradas para aplicar as medidas de prevenção previstas nesta NR, visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais;

b) o PGR da organização contratante deve incluir as medidas de prevenção para as organizações contratadas ou referenciar os programas das contratadas;

c) quando as atividades realizadas pela contratante e contratada forem executadas de forma simultânea, a contratante deve coordenar a implementação das medidas de prevenção previstas nesta NR;

d) a contratante deve fornecer à contratada as informações sobre os perigos e riscos ocupacionais sob sua gestão que estejam presentes nas áreas em que a contratada desenvolverá as suas atividades e, quando aplicável, as medidas de prevenção a serem adotadas; e

e) as organizações contratadas devem fornecer à contratante o inventário de riscos ocupacionais específicos de suas atividades desenvolvidas nas áreas em que prestarão o serviço.

22.4.3 A organização, além do previsto no item 1.5.7 da NR-1, deve:

a) constar no PGR os procedimentos de segurança e saúde no trabalho, previstos nesta NR; e

b) manter no estabelecimento:

I - inventário de riscos elaborado pelas contratadas, quando aplicável;

II - plano de trânsito; e

III - planos de carga.

22.5 Do direito e do dever dos trabalhadores

22.5.1 É direito dos trabalhadores, além do previsto na NR-1, interromper suas tarefas sempre que constatar evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou de terceiros, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico que diligenciará as medidas cabíveis.

22.5.2 É dever dos trabalhadores comunicarem, imediatamente, ao seu superior hierárquico as situações que considerar representar risco para sua segurança e saúde ou de terceiros.

22.6 Organização dos locais e das atividades de trabalho

22.6.1 A organização adotará as medidas necessárias para que os locais de trabalho sejam concebidos, construídos, equipados, utilizados e mantidos de forma que os trabalhadores possam desempenhar as funções que lhes forem confiadas, eliminando ou reduzindo ao mínimo, praticável e factível, os riscos para sua segurança e saúde.

22.6.2 As áreas de mineração com atividades operacionais devem possuir os acessos e as estradas sinalizadas e entradas identificadas, com o nome da organização, número do processo minerário na Agência Nacional de Mineração - ANM, as coordenadas geográficas de sua localização, o responsável técnico legal pelo empreendimento, além do definido em normas da ANM.

22.6.3 Nas atividades abaixo relacionadas, quando não realizadas de forma remota, devem ser designadas equipes com, no mínimo, dois trabalhadores:

a) no subsolo, nas atividades de:

I - abatimento de choco e blocos instáveis;

II - contenção de maciço desarticulado;

III - perfuração de maciço;

IV - retomada de atividades em fundo-de-saco com extensão acima de 10 m (dez metros); e

V - carregamento de explosivos, detonação e retirada de fogos falhados; e

b) a céu aberto, nas atividades de carregamento de explosivos, detonação e retirada de fogos falhados.

22.6.3.1 Quando as atividades contempladas nos incisos "I" e "III" da alínea "a" do item 22.6.3 forem realizadas de forma mecanizada, a análise de risco pode indicar a atuação de apenas um trabalhador.

22.6.3.2 A organização deve estabelecer procedimento de segurança para supervisão e controle dos demais locais de atividades em que se poderá trabalhar desacompanhado.

22.6.4 As organizações que desenvolvem atividades de manuseio, manipulação, armazenamento e transporte de líquidos inflamáveis e/ou combustíveis no subsolo, devem contemplar no PGR, além dos requisitos previstos nesta norma:

a) o inventário e características dos inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

b) os perigos específicos relativos aos locais e atividades com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

c) os procedimentos e planos de prevenção de acidentes com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis; e

d) as medidas para atuação em situação de emergência.

22.6.4.1 A organização deve manter, no mínimo, 2 (dois) trabalhadores treinados no curso básico previsto no Anexo I da Norma Regulamentadora n° 20 (NR-20) - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, por turno, que prestam serviços no subsolo e que estejam diretamente envolvidos com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis.

22.6.5 O sistema de proteção coletiva contra quedas composto por guarda-corpo e rodapé, previsto nesta NR, deve ser constituído com as seguintes características:

a) ser dimensionados, construídos e fixados de modo seguro e resistente, de forma a suportar os esforços solicitantes;

b) ser constituídos de material resistente a intempéries e corrosão;

c) possuir travessão superior instalado de 1,1 m (um metro e dez centímetros) a 1,2 m (um metro e vinte centímetros) de altura em relação ao piso ao longo de toda a extensão;

d) o travessão superior não deve possuir superfície plana, a fim de evitar a colocação de objetos; e

e) possuir rodapé de, no mínimo, 20 cm (vinte centímetros) de altura e travessão intermediário a 70 cm (setenta centímetros) de altura em relação ao piso, localizado entre o rodapé e o travessão superior.

22.6.6 As galerias e os locais de trabalho devem ser adequadamente drenados, quando aplicável.

22.7 Circulação e transporte de pessoas e materiais

22.7.1 Toda mina deve possuir plano de trânsito estabelecendo regras de preferência de movimentação, distâncias mínimas entre máquinas, equipamentos e veículos compatíveis com a segurança, velocidades permitidas, de acordo com as condições das pistas de rolamento.

22.7.1.1 Nas minas a céu aberto e nas áreas externas das minas de subsolo o plano de trânsito deve conter:

a) planta baixa identificando as vias de circulação com suas larguras, atualizada conforme necessidade operacional da mina;

b) localização de placas de sinalização; e

c) localização das áreas de recuo e dos cruzamentos, quando existentes.

22.7.2 As vias de circulação devem ser sinalizadas, desimpedidas e protegidas contra queda de material, mantidas em boas condições de segurança e trânsito, e preferencialmente iluminadas ou serem adotadas outras medidas que garantam a segurança dos trabalhadores nas situações de baixa visibilidade.

22.7.2.1 Nos cruzamentos e locais de ramificações principais devem estar indicadas as direções e as saídas da mina, inclusive as de emergência.

22.7.2.2 A sinalização das vias de circulação das minas deve ser mantida atualizada.

22.7.3 Quando o somatório das distâncias a serem percorridas a pé pelo trabalhador, na ida ou volta de seu local de atividade, for superior a 1.000 m (mil metros), a mina deve ser dotada de sistema de transporte para este deslocamento.

22.7.4 As instalações de tratamento de minério com altura superior a 12 m (doze metros) devem possuir sistema de transporte vertical mecanizado de pessoas e materiais para acesso aos locais de trabalho, sendo proibida a instalação de elevador tracionado com cabo único e aqueles adaptados com mais de um cabo que não atendam as normas técnicas nacionais vigentes.

22.7.5 As vias de circulação de veículos não pavimentadas devem ser mantidas umidificadas ou serem utilizados outros meios de forma a minimizar a geração de poeira.

22.7.6 As vias de trânsito em minas a céu aberto devem obedecer aos seguintes requisitos:

a) os limites externos das bancadas utilizadas como estradas devem estar demarcados e sinalizados de forma visível durante o dia e à noite, com sinalização luminosa em condições de visibilidade adversa;

b) a largura mínima das vias de trânsito deve ser duas vezes maior que a largura do maior veículo utilizado, no caso de pista simples, e três vezes, para pistas duplas;

c) nas laterais das bancadas ou estradas onde houver riscos de quedas de veículos devem ser construídas leiras com altura mínima correspondente à metade do diâmetro do maior pneu de veículo que por elas trafegue; e

d) devem ser construídas áreas de escape nas vias, com suas localizações definidas no plano de trânsito.

22.7.6.1 Quando o plano de lavra e a natureza das atividades realizadas ou o porte da mina não permitirem a observância do constante na alínea "b" do item 22.7.6, a largura das vias de trânsito poderá ser de no mínimo uma vez e meia maior que a largura do maior veículo utilizado, devendo, neste caso, existir baias intercaladas para o estacionamento dos veículos e ser adotados procedimentos e sinalização adicionais para garantir o tráfego com segurança, previstos no plano de trânsito.

22.7.7 Os veículos de pequeno porte que transitam em áreas de mineração a céu aberto devem manter os faróis acesos durante todo dia, de forma a facilitar sua visualização e possuir sinalização, por meio de giroflex e bandeira em antena telescópica ou outro dispositivo que permita sua visualização pelos operadores dos demais equipamentos e veículos.

22.7.8 Em galerias ou rampas no subsolo, com tráfego nos dois sentidos, deve haver locais próprios para desvios em intervalos regulares ou dispositivo de sinalização que indique a prioridade de fluxo, de tal forma que não ocorra o tráfego simultâneo em sentidos contrários.

22.7.9 Sempre que houver via única para circulação de pessoal e transporte de material ou trânsito de veículo no subsolo, a galeria deve ter a largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) além da largura do maior veículo que nela trafegue, com o estabelecimento das regras de circulação.

22.7.9.1 Quando o plano de lavra e a natureza das atividades não permitirem a existência da distância de segurança prevista no item 22.7.9 desta, devem ser construídas nas paredes das galerias ou rampas, aberturas com, no mínimo, 60 cm (sessenta centímetros) de profundidade, 2 m (dois metros) de altura e 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento, devidamente sinalizadas e desobstruídas a cada 50 m (cinquenta metros), para abrigo de pessoal.

22.7.10 Quando utilizados guinchos no transporte de material em planos inclinados sem vias específicas e isoladas por barreiras para pedestre estes devem permanecer parados enquanto houver circulação de pessoal.

22.7.11 Havendo irregularidade que ponha em risco o transporte por gaiola ou plano inclinado deve ser proibido imediatamente o funcionamento do guincho, tomando-se prontamente as medidas cabíveis para restabelecer a segurança do transporte.

22.7.12 É proibido o transporte de material por meio de vagonetas.

22.7.13 A operação de equipamentos de transporte de pessoas e materiais só será permitida a trabalhador capacitado, autorizado e identificado pela organização.

22.7.14 Os equipamentos de transporte devem possuir dispositivos de bloqueio que impeçam seu acionamento por pessoas não autorizadas.

22.7.15 A capacidade e a velocidade máxima de operação dos equipamentos de transporte devem figurar em placa afixada, em local visível.

22.7.16 Equipamentos de transporte sobre pneus devem possuir:

a) faróis;

b) luz e sinal sonoro de ré acoplado ao sistema de câmbio de marchas;

c) buzina;

d) sinal de indicação de mudança do sentido deslocamento; e

e) espelhos retrovisores ou sistema de câmeras que os substituam.

22.7.16.1 Os dispositivos mencionados no item 22.7.16 devem ser mantidos em bom estado de conservação e funcionamento.

22.7.17 Os veículos utilizados para o transporte de trabalhadores em todas as áreas das minas devem ser projetados e construídos para este fim.

22.7.17.1 Nas minas subterrâneas o transporte de trabalhadores pode ser realizado por meio de veículo adaptado que atenda aos seguintes requisitos:

a) condições seguras de tráfego;

b) assento de espuma com espaldar;

c) cinto de segurança;

d) proteção contra intempéries e contato acidental com o teto das galerias; e

e) escada para embarque e desembarque, quando necessário.

22.7.17.1.1 Em situações em que o uso de cinto de segurança possa implicar perigos adicionais para o trabalhador, o seu uso poderá ser dispensado, desde que observados procedimentos de segurança para estas situações.

22.7.18 O transporte conjunto de pessoas e materiais tais como ferramentas, equipamentos, insumos e matéria-prima somente será permitido em quantidades compatíveis com a segurança e quando estes estiverem acondicionados de maneira segura, em compartimento adequado, fechado e fixado de forma a não causar lesão aos trabalhadores.

22.7.19 Os equipamentos de transporte vertical de materiais e de pessoas devem ser dimensionados por profissional legalmente habilitado e atender as normas técnicas nacionais vigentes ou as normas técnicas internacionais aplicáveis.

22.7.20 O transporte vertical de pessoas só será permitido em cabinas ou gaiolas que possuam as seguintes características:

a) altura mínima de 2 m (dois metros);

b) portões em cada um dos níveis com dispositivo de intertravamento monitorado por interface de segurança que evitem o acesso indevido ao poço;

c) portas com dispositivo de intertravamento monitorado por interface de segurança de forma a impedir sua movimentação com as portas abertas;

d) teto resistente, com corrimão e saída de emergência;

e) proteção lateral que impeça o acesso acidental a área externa;

f) iluminação;

g) acesso convenientemente protegido;

h) distância inferior a 15 cm (quinze centímetros) entre a plataforma de acesso e a gaiola;

i) sistema de comunicação com o operador do guincho nos pontos de embarque e desembarque;

j) sistema de sinalização sonora e luminosa ou por meio de rádio ou telefone, que permita comunicação ao longo de todo o poço para fins de revisão e emergência; e

k) dispositivos que interrompam a corrente elétrica do guincho quando a cabina ou gaiola, na subida ou na descida, ultrapasse os limites de velocidade e posicionamento permitidos.

22.7.20.1 O sistema de frenagem do equipamento de transporte vertical de pessoas deve ser acionado quando:

a) houver um comando de parada;

b) o sistema de transporte estiver desativado;

c) os dispositivos de proteção forem ativados;

d) houver interrupção da energia;

e) for ultrapassado o limite de velocidade; e

f) for ultrapassada a carga máxima permitida.

22.7.20.1.1 O sistema de frenagem só poderá liberar o equipamento de transporte vertical quando os motores estiverem ligados.

22.7.21 Os equipamentos de transportes de pessoas em rampas ou planos inclinado sobre trilhos devem obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

a) possuir assentos em número igual à capacidade máxima de usuários;

b) ter proteção frontal e superior, de forma a impedir o contato acidental com o teto;

c) embarcar ou desembarcar pessoas somente em locais apropriados; e

d) os guinchos devem ser dotados de pelo menos dois cabos de aço, sendo que cada cabo de aço, individualmente, deve suportar as cargas solicitantes em caso de rompimento de um deles.

22.7.22 O transporte de pessoas durante a fase de abertura e equipagem de poços deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

a) o poço deve ser dotado de tampa protetora com abertura basculante, que impeça a queda de material ou pessoas e que deve ser mantida fechada durante a permanência de pessoas no poço;

b) o colar do poço deve ser concretado;

c) o balde de transporte deve ser construído com material de qualidade, resistente à carga transportada e com altura lateral mínima de 1,2 m (um metro e vinte centímetros);

d) velocidade máxima de 1,2 m/s (um metro e vinte centímetros por segundo), que deve ser reduzida durante a aproximação do fundo do poço;

e) dispor de sinalização sonora específica, conforme o Capítulo 22.16 NR; e

f) não transportar em conjunto pessoas e materiais.

22.8 Transportadores contínuos

22.8.1 No dimensionamento, projeto, instalação, montagem, operação e manutenção de transportadores contínuos, devem ser observadas as exigências desta NR, da Norma Regulamentadora n° 12 (NR-12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos - e as especificações técnicas das normas técnicas nacionais vigentes ou das normas técnicas internacionais aplicáveis.

22.8.1.1 Os transportadores contínuos já em uso e que foram construídos antes de janeiro de 2011 devem possuir medidas de controle para mitigar os perigos identificados no PGR.

22.8.2 O dimensionamento e a construção de transportadores contínuos devem considerar o tensionamento do sistema, de forma a garantir uma tensão adequada à segurança da operação, conforme especificado em projeto.

22.8.3 Os dispositivos de parada de emergência existentes ao longo de toda a extensão dos transportadores contínuos e acionados por cabo devem trabalhar tracionados, interrompendo automaticamente as funções perigosas do equipamento em caso de sua ruptura ou afrouxamento.

22.8.4 Os transportadores contínuos devem possuir dispositivos que interrompam seu funcionamento quando forem atingidos os limites de segurança, conforme especificado em projeto, que deve contemplar, no mínimo, as seguintes condições de:

a) ruptura da correia;

b) escorregamento anormal da correia em relação aos tambores;

c) desalinhamento anormal da correia; e

d) sobrecarga.

22.8.5 Em minas de carvão, as correias transportadoras devem ser de material autoextinguível.

22.8.5.1 Em minas de carvão devem ser tomadas todas as medidas necessárias para evitar o acúmulo de pó de carvão ao longo das partes móveis dos sistemas de transportadores de correia, onde possa ocorrer aquecimento por atrito.

22.8.6 A partida dos transportadores contínuos só será permitida decorridos vinte segundos após sinal audível com acionamento automático ou outro sistema de comunicação com acionamento automático que indique o início de sua movimentação.

22.8.7 Os pisos das passarelas dos transportadores contínuos devem ser antiderrapantes, resistentes e mantidos em condições adequadas de uso.

22.8.8 Os transportadores que, em função da natureza da operação, não possam suportar a estrutura de passarelas, devem ter essa condição atestada por profissional legalmente habilitado e devem possuir sistema e procedimento alternativo de segurança para inspeção e manutenção.

22.8.9 Os transportadores contínuos elevados devem ser dotados de dispositivos de proteção, onde houver risco de queda ou lançamento de materiais de forma não controlada.

22.8.10 Os trabalhos de limpeza e manutenção dos transportadores contínuos devem ser executados conforme item 12.11.3 da NR-12, exceto quando a limpeza for realizada por meio de jato d'água ou outro sistema, devendo neste caso possuir mecanismo que impeça o contato acidental do trabalhador com as partes móveis.

22.8.11 No transporte de materiais por meio de teleférico devem ser observadas as exigências previstas na NR-12.

22.8.12 O cabo sem fim do sistema de transporte de materiais por teleférico só poderá operar nas seguintes condições:

a) possuir sistema de proteção antirrecuo que impeça a continuidade do movimento em caso de desligamento;

b) dispor de proteção das partes móveis das estações de impulso e inversão;

c) ser instalados de maneira que seu acionamento exclua movimentos bruscos e descontrolados; e

d) sua partida só será permitida decorridos vinte segundos após sinal audível automático ou outro sistema de comunicação automático que indique seu acionamento.

22.9 Superfícies de trabalho, plataformas móveis e passarelas

22.9.1 Os postos de trabalho devem ser dotados de plataformas móveis, sempre que a altura das frentes de trabalho for superior a 2 m (dois metros) ou a conformação do piso não possibilite a segurança necessária.

22.9.1.1 As plataformas móveis devem possuir piso antiderrapante de, no mínimo, 1 m (um metro) de largura, com sistema de proteção coletiva contra quedas, com as dimensões previstas no item 22.6.5.

22.9.1.2 É proibido utilizar máquinas e equipamentos como plataforma de trabalho, quando esses não tenham sido projetados e construídos para este fim.

22.9.1.3 As máquinas e equipamentos adaptados para utilização como plataforma de trabalho devem ter garantida a segurança na sua utilização e seu funcionamento autorizado por profissional legalmente habilitado.

22.9.2 As passarelas suspensas e seus acessos devem ter garantida sua estabilidade e condições de uso e possuir sistema de proteção coletiva contra quedas, com as dimensões previstas no item 22.6.5.

22.9.2.1 Os pisos das passarelas devem ser antiderrapantes, resistentes e mantidas em condições adequadas de segurança.

22.9.2.2 As passarelas de trabalho devem possuir largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) e quando se destinarem ao trânsito eventual poderá ter largura de 60 cm (sessenta centímetros).

22.9.2.3 As passarelas de trabalho construídas e em operação, que não foram concebidas e construídas de acordo com o exigido no item 22.9.2 e nos subitens 22.9.2.1 e 22.9.2.2, devem ter procedimentos de segurança adequados à operação.

22.9.3 Trabalhos em pilhas de estéril e minério desmontado e em desobstrução de galerias devem ser executados de acordo com procedimentos de segurança elaborados pela organização.

22.9.4 Nos trabalhos realizados em superfícies inclinadas, com risco de quedas superior a 2 m (dois metros), deve ser atendido o disposto na Norma Regulamentadora n° 35 (NR-35) - Trabalho em Altura.

22.9.5 Para transposição de poços, chaminés ou aberturas no piso devem ser instaladas passarelas dotadas de sistema de proteção coletiva contra quedas, com as dimensões previstas no item 22.6.5.

22.10 Escadas

22.10.1 Quando os acessos aos locais de trabalho forem dotados de escadas estas devem possuir as seguintes características mínimas:

a) serem dimensionadas, construídas e fixadas de modo seguro,

b) serem rígidas e suportarem os esforços solicitantes, de forma a reduzir ao mínimo os riscos de queda;

c) serem livres de elementos soltos ou quebrados;

d) serem constituídas de materiais ou revestimentos resistentes às intempéries e corrosão, caso estejam expostas em ambiente externo ou corrosivo; e

e) possuírem degraus e lances uniformes.

22.10.1.1 Quando os meios de acesso aos locais de trabalho possuírem uma inclinação maior que 20° (vinte graus) e menor que 50° (cinquenta graus) com a horizontal, deve ser instalado um sistema de escadas fixadas de modo seguro, com as seguintes características:

a) ter espelhos entre os degraus com altura entre 18 cm (dezoito centímetros) e 20 cm (vinte centímetros);

b) possuir distância vertical entre planos ou lances no máximo de 3,6 m (três metros e sessenta centímetros);

c) possuir sistema de proteção coletiva contra quedas, com as dimensões previstas no item 22.6.5; e

d) ser o piso dotado de material antiderrapante.

22.10.1.2 Quando os meios de acesso ao local de trabalho possuírem uma inclinação entre 50° (cinquenta graus) e 70° (setenta graus) com a horizontal, deve ser instalado um sistema de escadas com as seguintes características:

a) ter distância entre degraus entre 25 cm (vinte e cinco centímetros) e 30 cm (trinta centímetros);

b) ter espaçamento no mínimo de 10 cm (dez centímetros) entre o degrau e a parede ou outra obstrução atrás da escada, proporcionando apoio seguro para os pés;

c) possuir instalação de plataforma de descanso com no mínimo 60 cm (sessenta centímetros) de largura e 1,2 m (um metro e vinte centímetros) de comprimento em intervalos de, no máximo, 7 m (sete metros), com abertura suficiente para permitir a passagem dos trabalhadores; e

d) continuação dos montantes da escada ultrapassando a plataforma de descanso ou o piso superior em pelo menos 1 m (um metro).

22.10.1.3 Quando os meios de acesso ao local de trabalho possuírem uma inclinação maior que 70° (setenta graus) com a horizontal, deve ser instalado um sistema de escadas com as seguintes características:

a) gaiolas de proteção, caso possuam altura superior a 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros), instaladas a partir de 2 m (dois metros) do piso, ultrapassando a plataforma de descanso ou o piso superior em pelo menos 1 m (um metro), com diâmetro de 65 cm (sessenta e cinco centímetros) a 80 cm (oitenta centímetros), possuindo barras verticais com espaçamento máximo de 30 cm (trinta centímetros)

entre si e distância máxima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre arcos ou vãos entre arcos de, no máximo, 30 cm (trinta centímetros), dotadas de barra vertical de sustentação dos arcos;

b) continuação dos montantes da escada ultrapassando a plataforma de descanso ou o piso superior em pelo menos 1 m (um metro);

c) altura total máxima de 10 m (dez metros), se for de um único lance;

d) altura máxima de 7 m (sete metros) entre duas plataformas de descanso, se for de múltiplos lances, construídas em lances consecutivos com eixos paralelos, distanciados no mínimo em 70 cm (setenta centímetros);

e) ter distância entre degraus entre 25 cm (vinte e cinco centímetros) e 30 cm (trinta centímetros);

f) espaçamento entre o piso inferior e o primeiro degrau não superior a 40 cm (quarenta centímetros);

g) ter espaçamento no mínimo de 10 cm (dez centímetros) entre o degrau e a parede ou outra obstrução atrás da escada, proporcionando apoio seguro para os pés; e

h) degraus com superfícies que previna escorregamentos.

22.10.2 É obrigatória a utilização de sistemas de proteção individual contra quedas, em conformidade com a NR-35, em escadas fixas verticais com altura superior a 2 m (dois metros).

22.10.3 As escadas de madeira devem possuir as seguintes características mínimas:

a) a madeira deve ser de boa qualidade, não apresentar nós ou rachaduras que comprometam sua resistência;

b) não ser pintadas ou tratadas de forma a encobrir imperfeições;

c) ter uma distância entre degraus entre 25 cm (vinte e cinco centímetros) e 30 cm (trinta centímetros);

d) ter espaçamento de pelo menos 10 cm (dez centímetros) entre os degraus e a parede ou outra obstrução atrás da escada, proporcionando apoio seguro para os pés; e

e) projetar-se pelo menos 1 m (um metro) acima do piso ou abertura, caso não haja corrimão resistente no topo da escada.

22.10.4 No caso de uso de escadas metálicas, devem ser adotadas medidas adicionais de segurança, quando próximas a instalações elétricas.

22.10.5 Só será permitida a utilização de escadas de corrente nas fases de abertura de poços em minas subterrâneas.

22.10.6 Os acessos às máquinas e equipamentos por meio de escadas devem atender as obrigações da NR-12, não se aplicando o disposto no Capítulo 22.10 desta NR.

22.11 Equipamentos de guindar

22.11.1 Os equipamentos de guindar devem possuir:

a) indicação de carga máxima permitida e da velocidade máxima de operação e dispositivos que garantam sua paralisação em caso de ultrapassagem destes índices;

b) indicador e limitador de velocidade para máquinas com potência superior a quarenta quilowatts;

c) em subsolo, indicador de profundidade funcionando independente do tambor;

d) freio de segurança contra recuo; e

e) freio de emergência quando utilizados para transporte de pessoas.

22.11.1.1 Os equipamentos de guindar devem ser utilizados de acordo com as recomendações do fabricante e com o plano de carga.

22.11.1.1.1 O plano de carga deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado.

22.11.2 O meio de transporte e retirada de materiais, em subsolo, acionado por guincho, deve ser dotado dos seguintes requisitos mínimos:

a) sistema de frenagem dimensionado de forma a possibilitar a sustentação em até uma vez e meia a carga máxima de trabalho, independentemente de sua posição;

b) portões em cada um dos níveis com dispositivo de intertravamento monitorado por interface de segurança que evitem o acesso indevido ao poço; e

c) dispositivos que interrompam a corrente elétrica do guincho quando, na subida ou na descida, o equipamento ultrapasse os limites de velocidade e posicionamento permitidos.

22.11.2.1 O sistema de frenagem do equipamento de transporte vertical de material deve ser acionado quando:

a) houver um comando de parada;

b) o sistema de transporte estiver desativado;

c) os dispositivos de proteção forem ativados;

d) houver interrupção da energia;

e) for ultrapassado o limite de velocidade; e

f) for ultrapassada a carga máxima permitida.

22.11.2.2 O sistema de frenagem só poderá liberar o equipamento de transporte vertical de material quando os motores estiverem ligados.

22.11.3 Os equipamentos de guindar devem ser montados, conforme recomendação e especificação dos fabricantes e das normas técnicas aplicáveis.

22.11.4 No caso de utilização de equipamentos de guindar de lança fixa, devem ser obedecidos os requisitos mínimos constantes no Anexo III.

22.12 Máquinas, equipamentos e ferramentas

22.12.1 Aplicam-se às máquinas, equipamentos e ferramentas as disposições previstas nesta norma e na Norma Regulamentadora NR-12, no que couber.

22.12.2 As máquinas, equipamentos e ferramentas em uso nos locais com possibilidade de ocorrência de atmosfera explosiva devem ser à prova de explosão.

22.12.3 As máquinas, equipamentos e ferramentas geradoras de vibrações devem ser submetidas a manutenções visando sua integridade e a lubrificação de seus componentes móveis.

22.12.4 As máquinas, equipamentos e ferramentas elétricas devem ser conectadas à rede de alimentação elétrica por meio de conjunto de plugue e tomada, em conformidade com as normas técnicas nacionais vigentes.

22.12.5 As mangueiras e conexões de alimentação de máquinas e equipamentos estacionários pneumáticos devem possuir as seguintes características:

a) permanecerem protegidas, firmemente presas aos tubos de saída e entradas e, preferencialmente, afastadas das vias de circulação; e

b) serem dotadas de dispositivo auxiliar, que garanta a contenção da mangueira, evitando seu chicoteamento, em caso de desprendimento acidental.

22.12.6 Os cilindros hidráulicos de elevação das máquinas e equipamentos devem ser dotados de sistemas de segurança, a fim de evitar quedas em caso de perda de pressão no sistema hidráulico.

22.12.7 Os sistemas de segurança devem ser montados diretamente no corpo do cilindro, ou, na sua impossibilidade, deve ser utilizada tubulação rígida, soldada ou flangeada entre o cilindro e a válvula.

22.12.8 Os macacos hidráulicos utilizados na atividade de escoramento de maciço devem estar associados a dispositivos de redundância ou outros dispositivos que garantam a segurança em caso de falha do macaco hidráulico.

22.12.9 Os recipientes contendo gases comprimidos devem ser armazenados em depósitos bem ventilados e estar protegidos contra quedas, calor e impactos acidentais, bem como observar o estabelecido nas normas técnicas nacionais aplicáveis e suas alterações e ainda atender as recomendações dos fabricantes.

22.12.10 As máquinas e equipamentos autopropelidos cujo acionamento por pessoas não autorizadas possam oferecer perigo à saúde ou integridade física de qualquer pessoa devem possuir chave de ignição para o bloqueio de seus dispositivos de acionamento.

22.12.11 A máquina autopropelida com massa (tara) superior a 4.500 kg (quatro mil e quinhentos quilos) deve possuir cabine climatizada e oferecer proteção contra queda e projeção de objetos e contra incidência de raios solares e intempéries.

22.12.11.1 A máquina autopropelida com massa (tara) igual ou inferior a 4.500 kg (quatro mil e quinhentos quilos) deve possuir posto de trabalho protegido contra queda e projeção de objetos e contra incidência de raios solares e intempéries.

22.12.12 As máquinas e equipamentos autopropelidos devem possuir pelo menos dispositivo de intertravamento mecânico de atuação simples e não monitorado para proteção do compartimento do motor.

22.12.13 A instalação de sistemas de segurança nas máquinas e equipamentos autopropelidos deve ser realizada por profissional legalmente habilitado ou profissional qualificado ou capacitado, devidamente autorizados pela organização.

22.12.14 As máquinas e equipamentos autopropelidos devem possuir acessos fixados e seguros a todo os seus pontos de operação, abastecimento, inserção de matérias-primas e retirada de produtos trabalhados, preparação, manutenção e intervenção constante.

22.12.15 Os locais ou postos de trabalho acima do piso em que haja acesso de trabalhadores, para operação ou quaisquer outras intervenções habituais nas máquinas e equipamentos autopropelidos, como abastecimento, preparação, ajuste, inspeção, limpeza e manutenção, devem possuir plataformas de trabalho estáveis e seguras.

22.12.15.1 Na impossibilidade técnica de aplicação do previsto no item 22.12.15, poderá ser adotado o uso de Plataformas Elevatórias Móveis de Trabalho - PEMT.

22.12.16 É proibido manter sustentação de máquinas e equipamentos autopropelidos somente pelos cilindros hidráulicos, quando em manutenção.

22.12.17 O abastecimento das máquinas e equipamentos autopropelidos com motor a explosão deve ser realizado por trabalhador capacitado, em local apropriado, utilizando-se de técnica e equipamentos que garantam a segurança da operação.

22.12.18 O acionamento de máquinas e equipamentos autopropelidos de grande dimensão deve ser precedido da emissão de sinal sonoro automático.

22.12.19 Os trabalhadores devem ser capacitados e instruídos para a utilização das ferramentas, seguindo as recomendações de segurança desta norma e, quando aplicável, do manual do fabricante.

22.12.20 Na utilização das ferramentas deve ser evitado uso de roupas soltas e adornos que possam colocar em perigo a segurança do trabalhador.

22.12.21 As ferramentas devem ser inspecionadas visualmente pelo usuário antes da sua utilização.

22.12.22 As ferramentas devem ser apropriadas ao uso a que se destinam, proibindo-se o emprego daquelas defeituosas, danificadas ou improvisadas.

22.12.23 A organização deve utilizar apenas ferramentas elétricas que possuam dispositivo de partida instalado de modo a evitar a possibilidade de funcionamento acidental.

22.12.24 Os dispositivos de acionamento das ferramentas elétricas devem ser de ação contínua, sendo proibido o uso de trava no dispositivo de partida na posição ligada.

22.12.25 O sistema de alimentação da ferramenta elétrica deve ser manuseado de forma que não sofra torção, ruptura ou abrasão, nem obstrua o trânsito de trabalhadores, máquinas e equipamentos.

22.12.26 As ferramentas elétricas só podem ser utilizadas com os dispositivos de proteção devidamente instalados.

22.12.27 A ferramenta elétrica utilizada para cortes deve ser provida de disco específico para o tipo de material a ser cortado.

22.12.28 É proibida a utilização de ferramenta elétrica portátil sem duplo isolamento.

22.12.29 A organização deve utilizar apenas ferramentas pneumáticas que possuam dispositivo de partida instalado de modo a evitar a possibilidade de funcionamento acidental.

22.12.30 Os dispositivos de acionamento das ferramentas pneumáticas devem ser de ação contínua, sendo proibido o uso de trava no dispositivo de partida na posição ligada.

22.12.31 A válvula de ar da ferramenta pneumática deve ser fechada automaticamente quando cessar a pressão da mão do operador sobre os dispositivos de partida.

22.12.32 As mangueiras e conexões de alimentação devem resistir às pressões de serviço e permanecer firmemente presas aos tubos de saída e afastadas das vias de circulação.

22.12.33 A ferramenta pneumática deve ser desconectada quando não estiver em uso, com prévio desligamento do suprimento de ar para as mangueiras e alívio da pressão.

22.12.34 No uso das ferramentas pneumáticas é proibido:

a) utilizá-las para a limpeza das roupas; e

b) exceder a pressão máxima do ar.

22.12.35 Nas operações de início de furos em paredes e tetos com marteletes pneumáticos deve ser usado dispositivo adequado para firmar a haste, vedada a utilização exclusiva das mãos.

22.12.36 A ferramenta de fixação a pólvora deve possuir sistema de segurança contra disparos acidentais.

22.12.37 O operador de ferramenta de fixação a pólvora deve ser qualificado e autorizado.

22.12.38 É proibido o uso de ferramenta de fixação a pólvora:

a) em ambientes contendo substâncias inflamáveis ou explosivas; e

b) com presença de pessoas, inclusive o ajudante, no raio de ação do projétil.

22.12.39 A ferramenta de fixação a pólvora deve estar descarregada (sem o pino e o finca-pino) sempre que estiver fora de uso e guardada em local de acesso restrito.

22.12.39.1 Antes da fixação de pinos pela ferramenta devem ser verificados o tipo de pino e finca-pino mais adequado.

22.12.40 Cabe à organização fornecer gratuitamente aos trabalhadores as ferramentas manuais necessárias para o desenvolvimento das atividades.

22.12.41 É obrigação do trabalhador zelar pelo cuidado na utilização das ferramentas manuais e devolvê-las à organização sempre que solicitado.

22.12.42 As ferramentas manuais não devem ser deixadas sobre passagens, escadas, andaimes e outras superfícies de trabalho ou de circulação, devendo ser guardadas em locais apropriados, quando não estiverem em uso.

22.12.43 As ferramentas manuais utilizadas nas instalações elétricas devem ser isoladas de acordo com a tensão envolvida, observando-se o disposto na Norma Regulamentadora n° 10 (NR-10) - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

22.12.44 As ferramentas manuais devem ser transportadas em recipientes próprios.

22.12.45 As hastes de abater choco devem ser, levando-se em conta a segurança da operação, ergonomicamente compatíveis com o trabalho a ser realizado, tendo comprimento e resistência suficientes e peso o menor possível para não gerar sobrecarga muscular excessiva.

22.13 Estabilidade dos maciços

22.13.1 Os mapas e plantas dos levantamentos topográficos das minerações de subsolo e a céu aberto, devem ser disponibilizados, quando solicitados, aos órgãos de fiscalização e aos representantes dos trabalhadores.

22.13.2 A organização deve adotar procedimentos técnicos, de forma a controlar a estabilidade dos maciços, observando-se critérios de engenharia, incluindo ações para:

a) monitorar o movimento dos estratos;

b) tratar de forma adequada o teto e as paredes dos locais de trabalho e de circulação de pessoal;

c) monitorar e controlar as bancadas e taludes das minas a céu aberto;

d) verificar o impacto sobre a estabilidade de áreas anteriormente lavradas; e

e) verificar a presença de fatores condicionantes de instabilidade dos maciços, em especial, água, gases, rochas alteradas, falhas e fraturas.

22.13.2.1 Os métodos de lavra em que haja abatimento controlado do maciço ou com recuperação de pilares devem ser acompanhados de medidas de segurança que permitam o monitoramento permanente do processo de extração por pessoal qualificado, sob responsabilidade de um profissional legalmente habilitado.

22.13.3 Quando se verificarem situações potenciais de instabilidade no maciço por meio de avaliações que levem em consideração as condições geotécnicas e geomecânicas do local, as atividades devem ser imediatamente paralisadas, com afastamento dos trabalhadores da área de risco, adotadas as medidas corretivas necessárias, executado por trabalhador capacitado e sob supervisão de profissional legalmente habilitado.

22.13.3.1 São consideradas indicativas de situações de potencial instabilidade no maciço as seguintes ocorrências:

a) em minas a céu aberto:

I - fraturas ou blocos desgarrados do corpo principal nas faces dos bancos da cava e abertura de trincas no topo do banco;

II - abertura de fraturas em rochas com eventual surgimento de água;

III - feições de subsidências superficiais;

IV - estruturas em taludes negativos; e

V - percolação de água através de planos de fratura ou quebras mecânicas; e

b) em minas subterrâneas:

I - quebras mecânicas com blocos desgarrados dos tetos ou paredes;

II - quebras mecânicas no teto, nas encaixantes ou nos pilares de sustentação;

III - surgimento de água em volume anormal durante escavação, perfuração ou após detonação; e

IV - deformação acentuada nas estruturas de sustentação.

22.13.3.2 Na ocorrência das situações descritas no subitem 22.13.3.1 sem o devido monitoramento, conforme previsto no item 22.13.2, as atividades devem ser imediatamente paralisadas, sem prejuízo da adoção das medidas corretivas necessárias.

22.13.3.2.1 A retomada das atividades operacionais somente poderá ocorrer após a adoção de medidas corretivas e liberação formal da área pela supervisão técnica responsável.

22.13.4 A deposição de qualquer material próximo às cristas das bancadas e o estacionamento de máquinas devem obedecer a uma distância mínima de segurança, definida em função da estabilidade e da altura da bancada e deve constar do PGR.

22.13.5 É obrigatória a estabilização ou remoção de material com risco de queda das cristas da bancada superior.

22.14 Aberturas subterrâneas: desenvolvimento, tratamento e sistemas de suporte e sinalização

22.14.1 As aberturas subterrâneas devem ser projetadas, executadas e mantidas, durante o período de sua vida útil, observando-se o disposto nesta norma, nas normas da ANM e nas normas nacionais e internacionais vigentes.

22.14.1.1 Todas as aberturas subterrâneas devem ser avaliadas e tratadas segundo suas características hidrogeomecânicas e às finalidades a que se destinam, sob responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

22.14.1.2 Para as minas que necessitam de tratamentos, os respectivos planos devem estar disponíveis, atualizados, com descrição e fundamentação técnica dos sistemas utilizados.

22.14.1.3 Os serviços de tratamento e sua recuperação devem ser executados somente por trabalhadores capacitados.

22.14.1.4 No desenvolvimento de galerias, poços, planos inclinados, rampas e eixos principais, locais onde há trabalho fixo, lavra em áreas já mineradas, intemperizadas ou ao longo de zonas com distúrbios geológicos devem ser utilizadas técnicas de tratamento adequadas de segurança.

22.14.2 Nos colares dos poços e os acessos à mina devem existir medidas de controle para não permitir a entrada de água em quantidades que comprometam a sua estabilidade ou a ocorrência de desmoronamentos.

22.14.3 As galerias devem ser projetadas e construídas de forma a garantir a segurança dos operadores das máquinas e equipamentos que por elas transitam, assegurando condições adequadas de trafegabilidade e impedindo o contato acidental com o teto e paredes e devendo fazer parte do plano de trânsito da mina.

22.14.4 Em áreas de influência da lavra não é permitido o desenvolvimento de outras obras subterrâneas que possam prejudicar a sua estabilidade e a segurança dos trabalhadores.

22.14.5 As aberturas, que possam acarretar riscos de queda de material ou pessoas, devem ser sinalizadas e possuírem sistema de proteção coletiva contra quedas, com as dimensões previstas no item 22.6.5.

22.14.6 As aberturas subterrâneas e frentes de trabalho devem ser periodicamente inspecionadas para a identificação de blocos instáveis e chocos.

22.14.6.1 As inspeções devem ser realizadas com especial cuidado, quando da retomada das frentes de lavra após as detonações.

22.14.7 Verificada a existência de blocos instáveis estes devem ter sua área de influência fisicamente isolada até que sejam tratados ou abatidos.

22.14.7.1 Verificada a existência de chocos, estes devem ser abatidos imediatamente.

22.14.7.2 O abatimento de chocos ou blocos instáveis deve ser realizado, preferencialmente, por meio de equipamento mecanizado projetado para esse fim, e na inviabilidade técnica, por meio de dispositivo adequado para a atividade, que deve estar disponível em todas as frentes de trabalho e realizados por trabalhador capacitado, observando os procedimentos de segurança elaborados pela organização.

22.14.8 A base do poço de elevadores e gaiolas deve ser rebaixada além do último nível, adequadamente dimensionada, dotada de sistemas de drenagem e limpa periodicamente, de forma a manter uma profundidade segura.

22.14.9 Os depósitos de materiais desmontados, próximos aos níveis de acesso aos poços e planos inclinados, devem ser adequadamente protegidos contra deslizamento ou dispostos a uma distância superior a 10 m (dez metros) da abertura.

22.14.10 Vias de acesso, de trânsito e outras aberturas com inclinações maiores que trinta e cinco graus devem ser protegidas, a fim de evitar deslizamentos e quedas de objetos e pessoas.

22.14.11 Todas as galerias principais devem ser identificadas e sinalizadas de forma visível.

22.14.12 As áreas em subsolo já lavradas ou desativadas devem permanecer sinalizadas e interditadas, sendo o acesso permitido apenas a pessoas autorizadas.

22.14.13 A organização deve, sistemática e periodicamente, vistoriar todo o tratamento da mina em atividade, conforme definido em procedimentos próprios.

22.14.13.1 No caso de comprometimento do tratamento devem ser adotadas medidas adicionais a fim de garantir a segurança dos trabalhadores.

22.14.13.2 Os serviços de recuperação de tratamento da mina devem estar sob responsabilidade de um profissional legalmente habilitado.

22.14.14 Todo material de escoramento deve ser protegido contra umidade e substituído no caso de apodrecimento, corrosão, além de outros tipos de deterioração.

22.15 Proteção contra poeira mineral

22.15.1 Nos locais onde haja geração de poeiras na superfície ou no subsolo, a organização deverá realizar o monitoramento periódico da exposição dos trabalhadores, por meio de Grupos de Exposição Similar, e das medidas de controle adotadas, com o registro dos dados observando-se, no mínimo, o Quadro III do Anexo IV.

22.15.2 Grupo de Exposição Similar corresponde a um grupo de trabalhadores, que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

22.15.3 Quando ultrapassados os limites de tolerância à exposição a poeiras minerais, devem ser adotadas medidas técnicas e administrativas que eliminem, reduzam, ou neutralizem seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e considerados os níveis de ação de acordo com a Norma Regulamentadora n° 9 (NR-9) - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

22.15.4 Nos locais onde estiver sendo perfurado, cortado, detonado, carregado, britado, moído, descarregado ou transferido rocha ou minério deve estar disponível água em condições de uso, com o propósito de controle da geração de poeiras.

22.15.4.1 As operações de perfuração ou corte devem ser realizadas por processos umidificados para evitar a dispersão da poeira no ambiente de trabalho.

22.15.4.2 Caso haja impedimento de umidificação, em função das características mineralógicas da rocha, impossibilidade técnica ou quando a água acarretar riscos adicionais devem ser utilizados dispositivos ou técnicas de controle, que impeçam a dispersão da poeira no ambiente de trabalho.

22.15.5 Os equipamentos geradores de poeira com exposição dos trabalhadores devem utilizar dispositivos para sua eliminação ou redução e serem mantidos em condições operacionais de uso.

22.15.6 As superfícies de máquinas, instalações e pisos dos locais de trânsito de pessoas e equipamentos, devem ser permanentemente umidificados ou limpos, de forma a impedir o acúmulo e a dispersão de poeira no ambiente de trabalho.

22.15.7 Os postos de trabalho, quando possível, devem ser enclausurados ou isolados e:

a) possuir sistemas que mantenham as condições de conforto térmico e acústico previstas na Norma Regulamentadora n° 17 (NR-17) - Ergonomia;

b) possibilitar o trabalho com o sistema hermeticamente fechado; e

c) possuir sistemas que renovem periodicamente o ar.

22.16 Sistemas de comunicação

22.16.1 Todas as minas subterrâneas devem possuir sistema de comunicação padronizado para comunicar de forma permanente a movimentação de máquinas ou equipamentos, materiais e pessoas em poços, rampas e planos inclinados.

22.16.2 O início do transporte de pessoas em poços e planos inclinados deve ser informado pelo sistema de comunicação ao operador do guincho.

22.16.2.1 Não existindo na mina código padronizado para o sistema de comunicação, o código de sinais básicos, sonoros e luminosos, deve observar a sistemática constante na tabela a seguir:

NÚMERO DE TOQUES	TIPO DE TOQUE	AÇÃO
1	Longo	Parar
1	Curto	Subir
2	Curto	Descer
3	Curto	Entrada ou saída de pessoas
3+3+2	Curto	Descer lentamente

3+3+1	Curto	Subir lentamente
4	Curto	Início do transporte de pessoas
4+4	Curto	Fim do transporte de pessoas
5	Curto	O sinalizador vai entrar na gaiola
1	Contínuo	Emergência

22.16.2.2 O código padronizado do sistema de comunicação deve estar afixado em local visível, em todos os pontos de parada e nos postos de operação do sistema de transporte.

22.16.3 Quando detectada falha no sistema de comunicação, o transporte de pessoas e materiais deve ser imediatamente paralisado, sendo informado ao pessoal de supervisão e providenciado o necessário reparo.

22.16.4 Todo sistema de comunicação deve comprovar ao emissor que o receptor recebeu corretamente a mensagem.

22.16.5 Todos os setores operacionais, de apoio e de emergência da mina devem estar interligados por sistema de comunicação.

22.16.5.1 Quando da adoção de linhas telefônicas, estas devem ser independentes e protegidas de contatos com a rede elétrica geral.

22.16.6 Em minas grisutosas, o sistema de comunicação deve ser à prova de explosão.

22.17 Sinalização

22.17.1 As sinalizações devem ser mantidas em perfeito estado de conservação.

22.17.2 Os tanques, depósitos e as áreas de utilização de material inflamável, substâncias tóxicas e materiais passíveis de gerar atmosfera explosiva devem estar sinalizadas, com indicação de:

a) área de perigo;

b) proibição de uso de chama aberta, fumar ou outros artefatos que produzam calor e faísca; e

c) acesso restrito a trabalhadores autorizados.

22.17.2.1 Nos depósitos de substâncias tóxicas e nos tanques de combustíveis inflamáveis devem ser fixadas, em local visível, indicações do tipo do produto e suas capacidades máximas.

22.17.3 A identificação de produtos químicos estocados, manuseados ou utilizados pela organização devem seguir o disposto na Norma Regulamentadora n° 26 (NR-26) - Sinalização de Segurança.

22.17.4 Os acessos às minas subterrâneas, às cavas, às bancadas e às rampas devem ser identificados e sinalizados.

22.18 Instalações elétricas

22.18.1 A organização deve atender o disposto na NR-10 e as demais disposições deste Capítulo.

22.18.2 Os cabos e condutores de alimentação elétrica utilizados devem ser certificados por um organismo de certificação, credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro.

22.18.3 Os cabos, instalações e equipamentos elétricos devem ser protegidos contra impactos, água e influência de agentes químicos, observando-se suas aplicações, de acordo com as especificações técnicas.

22.18.4 Os locais de instalação de transformadores e capacitores, seus painéis e respectivos dispositivos de operação devem atender aos seguintes requisitos:

a) serem ventilados e iluminados ou, quando instalados em ambientes confinados, serem projetados e construídos com tecnologia adequada;

b) quando em subsolo, construídos e protegidos contra queda de materiais e risco de colisões;

c) serem devidamente protegidos e sinalizados, indicando a zona de perigo, de forma a alertar que o acesso é proibido a pessoas não autorizadas;

d) não serem usados para finalidades distintas daquelas estabelecidas no projeto elétrico; e

e) possuírem sistema de proteção e combate a incêndio adequado a classe de risco, conforme projeto.

22.18.5 Os terminais energizados dos transformadores devem ser isolados por barreiras ou outros meios físicos, a fim de evitar contatos acidentais.

22.18.6 Os quadros ou painéis de distribuição de energia das instalações elétricas devem:

a) ser dimensionados com capacidade para instalar os componentes dos circuitos elétricos que o constituem;

b) ser constituídos de materiais resistentes ao calor gerado pelos componentes das instalações;

c) ter as partes vivas inacessíveis e protegidas aos trabalhadores não autorizados;

d) ter acesso desobstruído;

e) ser instalados com espaço suficiente para a realização de serviços e operação;

f) estar identificados e sinalizados quanto ao risco elétrico;

g) estar em conformidade com a classe de proteção requerida; e

h) ter seus circuitos identificados.

22.18.7 O bloqueio durante as operações de manutenção e reparo de instalações elétricas deve ser realizado utilizando-se de cadeado e etiquetas sinalizadoras, fixadas em local visível, contendo, no mínimo, as seguintes indicações:

a) horário e data do bloqueio;

b) motivo da manutenção; e

c) nome do responsável pela operação.

22.18.8 Os equipamentos e máquinas de emergência, destinados a manter a continuidade do fornecimento de energia elétrica e as condições de segurança no trabalho, devem ser mantidos permanentemente em condições de funcionamento.

22.18.9 Os condutores de energia elétrica devem ser instalados de modo que não sejam danificados por qualquer meio de transporte, lançamento de fragmentos de rochas ou pelo próprio peso.

22.18.9.1 Os condutores de energia elétrica quando instalados no teto de galerias devem estar numa altura e localização compatíveis com o trânsito seguro de pessoas, máquinas e equipamentos e protegidos contra contatos acidentais.

22.18.10 Os sistemas de recolhimento automático de cabos alimentadores de equipamentos elétricos móveis devem ser eletricamente solidários à carcaça do equipamento principal.

22.18.11 Em locais com ocorrência de gases inflamáveis e explosivos, as tarefas de manutenção elétrica devem ser realizadas sob supervisão nos termos da NR-10, com a rede de energia desligada e chave de acionamento bloqueada, monitorando-se continuamente a concentração dos gases, de forma a garantir a segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos.

22.18.12 Durante as instalações e manutenções elétricas, os ajustes e as características dos dispositivos de segurança não podem ser burlados.

22.18.13 Cabe ao trabalhador que identificar defeito nas instalações elétricas comunicar ao seu superior imediato para que a organização adote as providências cabíveis.

22.18.14 Trabalhos em rede elétrica entre dois ou mais pontos sem possibilidade de contato visual entre os trabalhadores somente podem ser realizados por meio de sistema de comunicação entre eles, de forma a impedir a energização acidental.

22.18.15 Os componentes da rede elétrica em desuso devem ser desenergizados, conforme definido na NR-10, e quando não forem mais utilizados devem ser retirados.

22.18.16 Em planos inclinados, galerias e poços, as instalações de cabos e linhas energizadas devem ser executadas com suportes fixos, para a segurança de sua sustentação.

22.18.17 As estações de carregamento de baterias tracionárias no subsolo devem observar as seguintes condições:

a) ser identificadas e sinalizadas;

b) estar sujeitas à ventilação de ar fresco da mina, observando-se que a corrente do ar deve passar primeiro pelos transformadores e depois pelas baterias, saindo diretamente no sistema de retorno da ventilação;

c) ser separadas das outras instalações elétricas e do local de manutenção de equipamentos; e

d) ter o acesso permitido somente a pessoas autorizadas e portando lâmpadas à prova de explosão.

22.19 Operações com explosivos e acessórios

22.19.1 Todas as operações envolvendo explosivos e acessórios devem observar as recomendações de segurança do fabricante, além do disposto na Norma Regulamentadora (NR-19) - Explosivos, o contido nesta Norma e o normativo de explosivos da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro.

22.19.2 Em cada mina, onde seja necessário o desmonte de rocha com uso de explosivos, deve estar disponível plano de fogo, no qual conste:

a) croqui com distribuição e arranjo dos furos;

b) profundidade dos furos;

c) quantidade de explosivos planejada por furo e total utilizado no desmonte;

d) tipos de explosivos e acessórios utilizados;

e) sequência das detonações;

f) razão de carregamento;

g) volume a ser desmontado;

h) tempo mínimo de retorno após a detonação; e

i) indicação da área de risco de carregamento em função das alíneas "c", "d", "f" e "g".

22.19.2.1 O plano de fogo da mina deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado.

22.19.3 O manuseio e utilização de material explosivo devem ser efetuados por blaster, podendo ser auxiliado por trabalhador capacitado e sob sua supervisão.

22.19.4 A execução do plano de fogo, operações de detonação e atividades correlatas devem ser supervisionadas e executadas pelo blaster.

22.19.4.1 O blaster é o responsável por:

a) ordenar a retirada dos paióis ou depósitos, transporte e descarregamento dos explosivos e acessórios nas quantidades necessárias ao posto de trabalho a que se destinam;

b) orientar e supervisionar o carregamento dos furos, verificando a quantidade carregada e a sequência de fogo;

c) antes e durante o carregamento dos furos, no caso de minas ou frentes de trabalho sujeitas a emanações de gases explosivos, solicitar a medida da concentração destes gases, respeitando o limite constante no subitem 22.26.3.1;

d) orientar a conexão dos furos carregados com o sistema de iniciação;

e) certificar que não haja mais pessoas na frente de desmonte, antes de ligar o fogo e retirar-se;

f) nas frentes em desenvolvimento, certificar-se do adequado funcionamento da ventilação auxiliar e da aspersão de água;

g) certificar-se da inexistência de fogos falhados e, se houver, adotar as providências previstas no item 22.19.30; e

h) comunicar ao responsável pela área ou frente de serviço o encerramento das atividades de detonação.

22.19.5 O desmonte com uso de explosivos deve obedecer às seguintes condições:

a) horários de detonação previamente definidos e consignados em placas visíveis na entrada de acesso às áreas da mina;

b) durante o carregamento a área de risco de carregamento deve ser sinalizada e o trabalho restrito ao pessoal autorizado;

c) precedido do acionamento de sistema sonoro, visual ou de outra solução tecnológica de maior eficácia;

d) a área de risco de carregamento deve ser evacuada e vigiada antes do início do desmonte;

e) dispor de abrigo para uso eventual daqueles que acionam a detonação;

f) realizar a limpeza dos furos; e

g) na impossibilidade de detonação de frentes que estejam parcial ou totalmente carregadas a área deve ser evacuada e isolada até que cesse o motivo do impedimento da detonação.

22.19.5.1 Em subsolo, além do disposto no item 22.19.5, devem ser obedecidas às seguintes condições:

a) a existência de contenção, conforme o plano de lavra;

b) a existência de sistema de ventilação protegido e operante; e

c) a existência e funcionamento de aspersor de água em frentes de lavra e desenvolvimento, para lavagem de gases e deposição da poeira durante e após a detonação.

22.19.5.1.1 Na interligação de duas frentes de trabalho em subsolo, devem ser observados os seguintes critérios:

a) retirada total do pessoal das duas frentes, quando da detonação de cada uma delas;

b) detonação não simultânea das frentes; e

c) estabelecer a distância mínima de segurança para a paralisação de uma das frentes.

22.19.5.2 Em mina a céu aberto, além do disposto no item 22.19.5, devem ser obedecidas às seguintes condições:

a) adoção de medidas para evitar o lançamento de fragmentos de rocha além dos limites da área de detonação;

b) não realizar a detonação no período noturno ou na possibilidade de ocorrência de descargas atmosféricas; e

c) não realizar a detonação em condição de baixo nível de iluminamento, salvo na excepcionalidade com aplicação de medidas de controle previstas em análise de risco.

22.19.5.3 Em função do processo produtivo, se necessário a detonação fora dos horários previamente definidos, a organização deve implementar procedimento de segurança específico para realização da atividade de detonação, observados os itens 22.19.5.1, 22.19.5.1.1 e 22.19.5.2, no que couber.

22.19.6 A localização, construção, armazenagem e manutenção dos depósitos principais e secundários de explosivos e acessórios devem estar de acordo com esta norma e com a Norma Regulamentadora n° 19 (NR-19).

22.19.7 Os depósitos de explosivos e acessórios, no subsolo, não podem estar localizados junto a galerias de acesso de pessoal e de ventilação principal da mina.

22.19.8 O acesso aos depósitos de explosivos e de acessórios, só pode ser liberado a pessoal devidamente capacitado, qualificado ou habilitado e autorizado pela organização ou acompanhado de pessoa que atenda a estes requisitos.

22.19.9 Os locais de armazenamento de explosivos e acessórios no subsolo devem:

a) conter, no máximo, a quantidade a ser utilizada num período de 5 (cinco) dias de trabalho;

b) ser protegidos de impactos acidentais;

c) ser trancados sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado;

d) ser independentes, separados e sinalizados;

e) ser sinalizados na planta da mina indicando-se sua capacidade; e

f) ser livres de umidade excessiva e onde a ventilação possibilite manter a temperatura adequada e minimizar o arraste de gases para as frentes de trabalho, em caso de acidente.

22.19.9.1 A menos de 20 m (vinte metros) de locais de armazenamento de explosivos e acessórios em subsolo somente será permitido o acesso de pessoas que trabalhem naquela área, para execução de manutenção das galerias e de trabalho no local de armazenamento.

22.19.9.2 O sistema de contenção num raio de 25 m (vinte e cinco metros) dos locais de armazenamento de explosivos e acessórios deve ser constituído de material incombustível e não pode existir deposição de qualquer outro material dentro dos locais de armazenamento.

22.19.10 O consumo de explosivos deve ser controlado e registrado pela organização.

22.19.10.1 Os estoques dos depósitos de explosivos e acessórios devem ser controlados e registrados pela organização, sendo que os registros devem ser examinados e conferidos periodicamente pelo blaster.

22.19.11 É proibida a permanência de explosivos e acessórios iniciadores fora dos depósitos ou locais de armazenamento em subsolo, após a conclusão do trabalho de carregamento.

22.19.11.1 Explosivos e acessórios não usados devem ser retornados imediatamente aos depósitos ou locais de armazenamento em subsolo respectivos.

22.19.12 Explosivos e acessórios devem ser estocados em suas embalagens originais ou em recipientes apropriados e sobre material não metálico, resistente e livre de umidade.

22.19.12.1 Os explosivos e acessórios não podem estar em contato com qualquer material que possa gerar faíscas, fagulhas ou centelhas.

22.19.13 Os depósitos e locais de armazenamento de explosivos e acessórios devem ser sinalizados com placas de advertência contendo a menção "EXPLOSIVOS", em locais visíveis nas proximidades e nas portas de acesso aos mesmos.

22.19.14 O veículo utilizado para movimentação interna de explosivos e acessórios deve ser dotado de ligação metálica da carroceria com a terra e de proteção que impeça o contato de parte metálicas com explosivos e acessórios e observadas as recomendações do fabricante.

22.19.14.1 O carregamento e descarregamento deve ser feito com o veículo desligado e travado.

22.19.15 Os trabalhadores envolvidos na movimentação interna de explosivos e acessórios devem receber capacitação específica para realizar sua atividade.

22.19.16 É proibido a movimentação interna de explosivos, inclusive cordéis detonantes, simultaneamente com acessórios e outros materiais bem como com pessoas estranhas à atividade.

22.19.17 A movimentação interna de explosivos e acessórios deve ser feita utilizando recipientes apropriados.

22.19.18 O operador de guincho ou de elevador, quando houver, deve ser previamente comunicado de toda movimentação de explosivos e acessórios no interior dos poços e planos inclinados.

22.19.19 Os explosivos comprometidos em seu estado de conservação, inclusive os oriundos de fogos falhados, devem ser destruídos, conforme instruções do fabricante e do normativo de explosivos da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro.

22.19.20 É proibido utilizar fósforos, isqueiros, chama exposta ou qualquer instrumento ou ferramenta que gere faíscas, fagulhas ou centelhas durante o manuseio, escorvamento e movimentação de explosivos e acessórios.

22.19.21 No carregamento dos furos é permitido somente o uso de socadores de madeira, plástico ou cobre.

22.19.22 Os instrumentos e equipamentos utilizados para detonação elétrica e medição de resistências devem ser inspecionados e calibrados periodicamente, mantendo-se o registro da última inspeção.

22.19.23 Em minas de subsolo com emanações de gases inflamáveis ou explosivos somente será permitido o uso de explosivos mediante a implementação de procedimentos que garantam a segurança dos trabalhadores.

22.19.24 É proibido o escorvamento de explosivos fora da frente de trabalho.

22.19.25 A fixação da espoleta no estopim deve ser feita com ferramenta específica para este fim.

22.19.26 Os fios condutores, utilizados nas detonações por descarga elétrica, devem possuir as seguintes características:

a) ser apropriado para esta aplicação;

b) estar isolados eletricamente;

c) não conter emendas;

d) ser mantidos unidos em curto-circuito até sua conexão aos detonadores;

e) ser conectados ao equipamento de detonação pelo blaster somente após a retirada do pessoal da frente de detonação; e

f) possuir comprimento adequado, que possibilite uma distância segura para o blaster.

22.19.27 Em minas com baixa umidade relativa do ar, sujeitas ao acúmulo de eletricidade estática, o blaster deve usar anel de aterramento ou outra solução técnica de maior eficácia, durante a atividade de montagem do circuito e detonação elétrica.

22.19.28 Para os trabalhos de aprofundamento de poços e rampas, devem ser atendidos os seguintes requisitos adicionais:

a) a movimentação dos explosivos e dos acessórios para o local do desmonte só pode ocorrer separadamente e após ter sido retirado todo o pessoal não autorizado;

b) antes da conexão das espoletas elétricas com o fio condutor, devem ser desligadas todas as instalações elétricas no poço ou rampa.

c) a detonação só pode ser acionada da superfície ou de níveis intermediários; e

d) os operadores de guinchos e elevadores devem ser devidamente informados do início do carregamento com explosivos.

22.19.29 O retorno à frente detonada só será permitido após a verificação da existência das seguintes condições:

a) dissipação dos gases e poeiras, observando-se o tempo mínimo determinado pelo projeto de ventilação e plano de fogo;

b) confirmação das condições de estabilidade da área;

c) marcação e eliminação de fogos falhados; e

d) autorização do blaster.

22.19.30 Na constatação ou suspeita de fogos falhados no material detonado, após o retorno das atividades, devem ser tomadas as seguintes providências:

a) os trabalhos devem ser interrompidos imediatamente;

b) o local deve ser evacuado; e

c) informar ao blaster para adoção das providências cabíveis.

22.19.30.1 A retirada de fogos falhados só poderá ser executada pelo blaster ou, sob sua orientação, por trabalhador capacitado ou qualificado e autorizado.

22.19.31 A retirada de fogos falhados só poderá ser realizada por meio de dispositivo que não produza faíscas, fagulhas ou centelhas.

22.19.32 Os explosivos e acessórios remanescentes de um carregamento devem ter sua destinação prevista em procedimento elaborado pela organização e conforme definido pelo Exército Brasileiro.

22.19.33 É proibido o reaproveitamento de explosivos e acessórios de fogos falhados e sua destinação deve ser prevista em procedimento elaborado pela organização e conforme definido pelo Exército Brasileiro.

22.19.34 É proibido o aproveitamento de furos falhados.

22.20 Atividades com dragas flutuantes

22.20.1 As dragas flutuantes, além das obrigações estabelecidas na legislação específica, devem atender os seguintes requisitos:

a) a plataforma da draga deve ser equipada com sistema de proteção coletiva contra quedas com as dimensões previstas no item 22.6.5;

b) todos os equipamentos devem ser seguramente afixados de forma a evitar deslocamentos;

c) possuir alerta sonoro para situações de emergência;

d) ser equipadas com coletes salva-vidas em número correspondente ao de ocupantes; e

e) ter a carga máxima permitida indicada em local visível.

22.21 Desmonte hidráulico

22.21.1 Os trabalhadores e os equipamentos que efetuam o desmonte devem estar protegidos por uma distância adequada, de forma a protegê-los contra possíveis desmoronamentos ou deslizamentos.

22.21.2 É proibida a entrada de pessoas não autorizadas nos locais onde está sendo realizado o desmonte hidráulico.

22.21.3 Os trabalhadores encarregados do desmonte devem estar protegidos por equipamentos de proteção adequados para trabalhos em condições de alta umidade.

22.21.4 Nas instalações de desmonte hidráulico devem ser observados os seguintes requisitos:

a) os tubos, as conexões e os suportes das tubulações devem ser apropriados para estas finalidades e dotados de dispositivo que impeça o chicoteamento da mangueira em caso de desengate acidental;

b) deve existir suporte para o equipamento de jateamento; e

c) a instalação deve ter dispositivo para o desligamento de emergência da bomba de pressão.

22.22 Ventilação em atividades de subsolo

22.22.1 As minas de subsolo devem possuir um sistema de ventilação mecânica projetado e elaborado por profissional legalmente habilitado e ser parte integrante do processo de lavra e desenvolvimento da mina.

22.22.1.1 O projeto do sistema de ventilação mecânica deve ser mantido atualizado.

22.22.2 O sistema de ventilação mecânica, nas áreas onde houver atividades de trabalho e circulação de pessoas, deve garantir a renovação contínua do ar de forma a atender aos seguintes requisitos mínimos:

a) suprir a necessidade de oxigênio;

b) diluir de forma eficaz os gases inflamáveis ou nocivos e as poeiras do ambiente de trabalho; e

c) garantir temperatura e umidade do ar adequadas ao trabalho humano.

22.22.3 O sistema de ventilação deve atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

a) possuir ventilador de emergência com potência suficiente para manter os requisitos dispostos nas alíneas "a" a "c" do item 22.22.2;

b) as entradas aspirantes dos ventiladores devem ser protegidas;

c) o ventilador principal e o de emergência devem ser instalados de modo que não permitam a recirculação do ar; e

d) possuir sistema alternativo de alimentação de energia proveniente de fonte independente da alimentação principal para acionar o sistema de emergência nas seguintes situações:

I - minas sujeitas a acúmulo de gases explosivos ou tóxicos; e

II - minas em que a falta de ventilação coloque em risco a segurança das pessoas durante sua retirada.

22.22.3.1 Na falta de alimentação de energia ou de fonte independente da alimentação principal, a organização deve providenciar a retirada imediata das pessoas.

22.22.4 O sistema de ventilação mecânica deve ser mantido em conformidade com plano de manutenção elaborado sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

22.22.5 Para cada mina deve ser elaborado e implantado um fluxograma de ventilação atualizado, contendo a localização, a vazão e a pressão dos ventiladores principais e de emergência, quando estes existirem, e o sentido do fluxo de ar, de acordo com o projeto de ventilação.

22.22.5.1 O fluxograma de ventilação deve estar disponível na entrada de cada mina.

22.22.6 A organização deve implementar o projeto de ventilação por meio de Plano de Ventilação - PV em conformidade com o plano de lavra, desenvolvimento e operação da mina, considerando a segurança e saúde dos trabalhadores.

22.22.6.1 No PV devem constar diagramas esquemáticos de ventilação atualizados e contendo, no mínimo, os seguintes dados:

a) localização, vazão dos ventiladores reforçadores, dos ventiladores auxiliares;

b) direção e sentido do fluxo de ar; e

c) localização de todas as portas, barricadas, cortinas, diques, tapumes e outros dispositivos de controle do fluxo de ventilação.

22.22.6.1.1 Os diagramas esquemáticos de ventilação, de cada nível, devem ser afixados em local visível nos respectivos níveis ou nos painéis de lavra, conforme o método de lavra.

22.22.7 Todas as frentes de trabalho, em desenvolvimento e lavra, devem ser ventiladas por uma corrente de ar que previna a exposição dos trabalhadores a contaminantes acima dos limites de exposição legais.

22.22.8 É proibida a utilização de um mesmo poço ou plano inclinado para a saída e entrada de ar, exceto durante o trabalho de desenvolvimento com exaustão ou adução tubuladas ou por meio de dispositivo ou sistema que impeça a mistura entre os dois fluxos de ar.

22.22.8.1 As tubulações utilizadas para exaustão ou adução de ar devem ser mantidas em condições de uso.

22.22.8.1.1 Na ocorrência de perfurações, rasgos ou qualquer outra situação em que haja perda de carga do fluxo de ar nas tubulações, que interfiram na eficácia do sistema de ventilação, as atividades devem ser interrompidas até que seja realizada a devida correção ou troca da tubulação danificada.

22.22.9 Nos locais onde pessoas estiverem transitando ou trabalhando, a concentração de oxigênio no ar não deve ser inferior a 19% (dezenove por cento) em volume.

22.22.10 Nas entradas principais de ar dos níveis e nas frentes de trabalho em atividade devem ser instalados dispositivos que permitam a visualização imediata da direção do ar.

22.22.11 O fluxo total de ar fresco na mina deve suprir o somatório das necessidades de ventilação de todas as frentes de trabalho em atividade, dimensionado conforme disposto nesta norma e no PV.

22.22.12 No subsolo, os motores de combustão interna utilizados só podem ser movidos a óleo diesel e respeitando as seguintes condições:

a) existir sistema eficaz de ventilação em todos os locais de seu funcionamento;

b) possuir sistemas de filtragem do ar aspirado pelo motor, com sistemas de resfriamento e de lavagem de gás de exaustão ou catalisador;

c) possuir sistema de prevenção de chamas e faíscas do ar exaurido pelo motor, em minas com emanações de gases explosivos ou no transporte de explosivos;

d) executar programa de amostragem periódica do ar exaurido, em intervalos que não excedam 1 (um) mês, nos pontos mais representativos da área afetada, devendo ser amostrados pelo menos os gases nitrosos, óxido de nitrogênio, monóxido de carbono e dióxido de enxofre; e

e) executar programa de amostragem periódica, em intervalos que não excedam 3 (três) meses, dos materiais particulados e gases de exaustão dos motores, em condições de carga plena e sem carga, devendo ser amostrados pelo menos os gases nitrosos, óxido de nitrogênio, monóxido de carbono e dióxido de enxofre.

22.22.13 Os veículos e equipamentos de combustão interna utilizados em mina de subsolo devem ser exclusivamente à óleo diesel com teor de enxofre de até 10 ppm (dez partes por milhão).

22.22.14 Em minas de carvão com emanações de grisu, ou gases inflamáveis, a corrente de ar viciado deve ser dirigida ascendentemente.

22.22.14.1 A corrente de ar viciado só poderá ser dirigida descendentemente mediante justificativa técnica.

22.22.15 A vazão de ar fresco em galerias de minas de carvão constituídas pelos últimos travessões arrombados, sem utilização de máquinas e equipamentos a óleo diesel, deve ser de, no mínimo, 250 m³/min (duzentos e cinquenta metros cúbicos por minuto).

22.22.15.1 Em frente de lavra ou de desenvolvimento em atividade sem uso de máquinas e equipamentos a óleo diesel, a vazão de ar fresco deve se dimensionada à razão de 15 m³/min/m² (quinze metros cúbicos por minuto por metro quadrado) da área da respectiva frente de trabalho.

22.22.15.2 No caso de painel de lavra em atividade, sem uso de máquinas e equipamentos a óleo diesel, a vazão de ar fresco deve se dimensionada à razão de 15 m³/min/m² (quinze metros cúbicos por minuto por metro quadrado) da área de cada frente na qual estiver ocorrendo operações unitárias da lavra.

22.22.15.3 Nas demais frentes de serviço sem uso de máquinas e equipamentos a óleo diesel, a vazão de ar fresco, mínima admissível, deve ser de 85 m³/min (oitenta e cinco metros cúbicos por minuto) e o sistema de ventilação auxiliar instalado em posição que evite a recirculação de ar.

22.22.16 Em outras minas sem uso de máquinas e equipamentos a óleo diesel, excetuando-se as de minerais radioativos que são regidas por legislação específica, a vazão de ar fresco nas frentes de trabalho deve ser de, no mínimo, 2 m³/min (dois metros cúbicos por minuto) por pessoa.

22.22.17 Nas minas, inclusive de carvão, e demais atividades subterrâneas, com utilização de máquinas e equipamentos a óleo diesel, a vazão de ar fresco será dimensionada de acordo com o disposto no Quadro I do Anexo IV, prevalecendo a vazão que for maior.

22.22.17.1 Para as minas de carvão não se aplica a alínea "c" do Quadro I do Anexo IV.

22.22.18 A velocidade do ar no subsolo não deve ser inferior a 0,2 m/s (zero vírgula dois metros por segundo) nem superior à média de 8 m/s (oito metros por segundo) onde haja circulação de pessoas.

22.22.18.1 Em minas de carvão a velocidade do ar não deve ser superior a 5 m/s (cinco metros por segundo).

22.22.18.2 Os casos especiais que demandem o aumento de limite superior da velocidade para até 10 m/s (dez metros por segundo) devem ser justificados tecnicamente pelo profissional legalmente habilitado responsável pelo PV.

22.22.18.3 Em poços, furos de sonda, chaminés ou galerias, exclusivos para ventilação, a velocidade pode ser superior a 10 m/s (dez metros por segundo).

22.22.19 Sempre que a passagem por portas de ventilação acarretar riscos oriundos da diferença de pressão devem ser instaladas duas portas em série, de modo a permitir que uma permaneça fechada enquanto a outra estiver aberta, durante o trânsito de pessoas ou equipamentos.

22.22.19.1 Deve haver uma abertura nas portas de ventilação para propiciar a equalização da pressão entre as portas.

22.22.19.2 A montagem e desmontagem das portas de ventilação somente será permitida com autorização do profissional legalmente habilitado responsável pela mina.

22.22.20 Na corrente principal, as estruturas utilizadas para a separação de ar fresco do ar viciado, nos cruzamentos, devem ser construídas com alvenaria ou material resistente à combustão ou revestido com material antichama.

22.22.20.1 Os tapumes de ventilação devem ser conservados em boas condições de vedação de forma a proporcionar um fluxo adequado suficiente de ar nas frentes de trabalho.

22.22.21 A instalação e as formas de operação dos ventiladores principais e dos de emergência devem ser definidas e estabelecidas no projeto de ventilação constante do plano de lavra.

22.22.22 Os ventiladores principais e de emergência devem ter a pressão do ar monitorada pela organização.

22.22.23 O ventilador principal deve ser dotado de dispositivo de alarme que indique a sua paralisação.

22.22.24 Os motores dos ventiladores a serem instalados nas frentes com presença de gases explosivos devem ser à prova de explosão.

22.22.25 Todas as galerias de desenvolvimento, após 10 m (dez metros) de avanço, e obras subterrâneas sem comunicação ou em fundo-de-saco devem ser ventiladas por meio de sistema de ventilação auxiliar e os ventiladores utilizados devem ser instalados em posição que impeça a recirculação de ar.

22.22.25.1 A distância dos 10 m (dez metros) pode ser ampliada para até 15 m (quinze metros) mediante laudo técnico, elaborado por profissional legalmente habilitado, comprovando que as condições do item 22.22.2 sejam atendidas.

22.22.25.2 A chave de partida dos ventiladores deve estar na corrente de ar fresco.

22.22.26 Para cada colocação ou retirada de ventilação auxiliar deve ser elaborado um diagrama específico, observado o PV.

22.22.27 A ventilação auxiliar não deve ser desligada enquanto houver pessoas trabalhando na frente de serviço.

22.22.27.1 Em casos de manutenção na ventilação auxiliar deve ser seguido os seguintes requisitos:

a) retirada do pessoal, permitida apenas a presença da equipe de manutenção; e

b) aplicação de procedimento específico para esta situação.

22.22.28 É vedada a ventilação utilizando-se somente ar comprimido, salvo em situação de emergência ou se o mesmo for tratado para a retirada de impurezas.

22.22.28.1 O ar de descarga das perfuratrizes não é considerado ar de ventilação.

22.22.29 O pessoal envolvido na ventilação e todo o nível de supervisão da mina, que trabalhe em subsolo, deve receber treinamento em princípios básicos de ventilação de mina.

22.22.30 Para comprovação da eficácia do sistema de ventilação da mina devem ser realizadas, pelo menos mensalmente, por profissional capacitado, medições da velocidade e vazão do ar, umidade relativa do ar e da temperatura, contemplando, no mínimo, os seguintes pontos:

a) caminhos de entrada da ventilação;

b) frentes de lavra e de desenvolvimento; e

c) ventilador principal.

22.22.30.1 Os resultados das medições devem ser anotados em registros próprios e estar disponível aos trabalhadores ou seus representantes e autoridades competentes.

22.22.31 No caso de minas grisutosas ou com ocorrência de gases tóxicos, explosivos ou inflamáveis o controle da sua concentração deve ser feito a cada turno, nas frentes de trabalho em operação e nos pontos importantes da ventilação.

22.22.32 O sistema de ventilação de mina subterrânea deve ser regido e dotado de procedimentos ou dispositivos que:

a) impeçam que os gases de combustão provenientes de incêndio na superfície penetrem no seu interior; e

b) possibilitem que os gases de combustão ou outros gases tóxicos gerados em seu interior em virtude de incêndio não sejam carreados para as frentes de trabalho ou sejam adequadamente diluídos.

22.23 Beneficiamento

22.23.1 As plantas de beneficiamento devem ter suas vias de circulação e saída identificadas e sinalizadas de forma visível.

22.23.2 As máquinas e equipamentos de beneficiamento, em relação aos arranjos físicos e locais de instalação, além do disposto no Capítulo 12.2 da NR-12, devem ser dispostas a uma distância suficiente entre si, de forma a permitir:

a) o desvio do material no caso de defeitos; e

b) a interposição de outros equipamentos necessários para reparos e manutenção.

22.23.3 É obrigatória a adoção de procedimentos com medidas específicas de segurança para o trabalho no interior das seguintes máquinas e equipamentos:

a) alimentadores;

b) moinhos;

c) teares;

d) galgas;

e) transportadores contínuos;

f) espessadores;

g) silos de armazenamento e transferência;

h) britadores; e

i) outros utilizados nas operações de corte, revolvimento, moagem, mistura, armazenamento e transporte de massa, quando aplicável.

22.23.3.1 A manutenção, inspeção, reparos, limpeza, ajuste e outras intervenções que se fizerem necessárias nos equipamentos de beneficiamento, devem ser realizados de acordo com o estabelecido na NR-12.

22.23.3.1.1 Somente o responsável pelo bloqueio pode desbloquear as máquinas e equipamentos.

22.23.3.1.1.1 Excepcionalmente quando o desbloqueio não puder ser realizado pelo responsável, a organização poderá autorizar o desbloqueio das máquinas e equipamentos, cuja autorização deve ser registrada.

22.23.4 Nas atividades de trabalho manual auxiliar na alimentação por gravidade de britadores ou outros equipamentos o trabalhador deve estar conectado a sistema de proteção individual contra queda, nos termos da NR-35.

22.23.5 A coleta de amostras deve atender aos seguintes requisitos:

a) cumprir procedimento de segurança específico;

b) os locais de coleta devem dispor de meios e condições seguras para a atividade; e

c) ser realizada por trabalhador capacitado.

22.23.6 As áreas de basculamento devem ser sinalizadas, iluminadas e delimitadas.

22.23.6.1 No basculamento realizado diretamente em locais com perigo de queda de pessoas e de equipamentos, deve ser instalado sistema de proteção coletiva contra quedas acidentais com resistência que suporte os esforços solicitantes, definido em projeto elaborado por profissional legalmente habilitado.

22.23.6.1.1 Para instalações já existentes a resistência dos sistemas de proteção coletiva contra quedas deve ser atestada por profissional legalmente habilitado.

22.23.7 Os locais com processos de lixiviação em pilha e suas bacias devem ser cercados e sinalizados, proibindo o acesso de pessoas não autorizadas.

22.23.7.1 Os processos de lixiviação devem ser executados por trabalhadores capacitados e sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

22.24 Deposição de estéril, rejeitos e produtos

22.24.1 Os depósitos de estéril, rejeitos e produtos devem ser projetados por profissional legalmente habilitado e implementados e mantidos sob supervisão de profissional legalmente habilitado e atender as normas em vigor.

22.24.1.1 As pilhas de produtos finais armazenadas temporariamente nos pátios das instalações de tratamento de minério estão excluídas da obrigatoriedade do Capítulo 22.24.

22.24.2 Os acessos aos depósitos de produtos, estéril, rejeitos e às barragens de mineração devem ser sinalizados e restritos ao pessoal necessário aos trabalhos ali realizados.

22.24.3 É vedada a concepção, a construção, a manutenção e o funcionamento de quaisquer instalações da organização localizadas nas áreas à jusante de barragem sujeitas à inundação em caso de rompimento, consideradas tais situações de risco grave e iminente e passíveis de interdição da instalação da organização que esteja em desconformidade com este item.

22.24.3.1 Para barragens novas, a vedação prevista no item 22.24.3, não se aplica até o momento de início do enchimento do reservatório.

22.24.3.2 Excetuam-se do disposto no item 22.24.3 as instalações sanitárias essenciais aos trabalhadores que atuam nas áreas à jusante de barragem sujeitas à inundação em caso de rompimento.

22.24.4 A construção de depósitos de estéril, rejeitos e produtos deve ser precedida de estudos geotécnicos, hidrológicos e hidrogeológicos.

22.24.5 Os depósitos de estéril, rejeitos e produtos devem ser monitorados sob supervisão de profissional legalmente habilitado e dispor de monitoramento da percolação de água, do lençol freático e da movimentação da estrutura, conforme definido em projeto e no estudo da sua estabilidade.

22.24.6 Os depósitos de estéril, rejeitos e produtos devem atender ao fator de segurança de estabilidade mínimo estabelecido nas normas técnicas nacionais e nas normas da ANM.

22.24.7 A organização que possuir barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB deve manter à disposição do Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, quando houver, e da representação sindical profissional da categoria preponderante o Plano de Segurança das Barragens incluindo o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração - PAEBM.

22.24.8 O cronograma das Inspeções de Rotina deve ser disponibilizado previamente ao SESMT, quando houver.

22.24.9 O Relatório de Inspeção de Segurança Regular da barragem e a respectiva Declaração de Condição de Estabilidade - DCE e o Relatório de Conformidade e Operacionalidade do PAEBM e respectiva Declaração de Conformidade e Operacionalidade - DCO, conforme previsto nas normas da ANM, devem ser disponibilizados ao SESMT, quando houver, e encaminhados à representação sindical profissional, quando solicitado, no prazo de 10 (dez) dias.

22.24.10 A organização deve informar ao SESMT, quando houver, à representação sindical profissional da categoria preponderante e ao órgão regional competente em segurança e saúde do trabalho os casos de anomalias que impliquem no desencadeamento de inspeção especial, conforme exigência da ANM.

22.24.11 Nas situações de grave e iminente risco de colapso de depósito de estéril, rejeitos e produtos as áreas de risco devem ser evacuadas e isoladas e a evolução do processo deve ser monitorada, informando-se todo o pessoal potencialmente afetado, conforme definido no Plano de Atendimento a Emergências - PAE.

22.24.12 A deposição definitiva ou temporária de produtos tóxicos ou perigosos deve ser realizada com segurança e de acordo com a regulamentação vigente dos órgãos competentes.

22.24.13 Os depósitos de substâncias e produtos químicos tóxicos ou perigosos devem possuir sistema de contenção sinalizado e compatível com o volume armazenado.

22.24.14 Dentro do perímetro de segurança das pilhas, definido no projeto e no estudo de estabilidade, é vedada a concepção, a construção, a manutenção e o funcionamento de instalações destinadas às atividades de produção, auxiliares, administrativas, de vivência, de saúde e recreação.

22.25 Iluminação

22.25.1 Os locais de trabalho, circulação e transporte de pessoas devem dispor de sistemas de iluminação natural ou artificial, adequado às atividades desenvolvidas.

22.25.1.1 Em subsolo, é obrigatória a existência de sistema de iluminação estacionária, mantendo-se os seguintes níveis mínimos de iluminamento médio nos locais a seguir relacionados:

a) 100 lx (cem lux) no fundo do poço;

b) 200 lx (duzentos lux) na casa de máquinas;

c) 50 lx (cinquenta lux) nos caminhos principais;

d) 200 lx (duzentos lux) nos pontos de carregamento, descarregamento e trânsito sobre transportadores contínuos;

e) 200 lx (duzentos lux) na estação de britagem; e

f) 300 lx (trezentos lux) no escritório e oficinas de reparos.

22.25.2 As instalações de superfície que dependam de iluminação artificial, cuja falha possa colocar em risco a segurança das pessoas, devem ser providas de iluminação de emergência que atenda aos seguintes requisitos:

a) ligação automática no caso de falha do sistema principal;

b) ser independente do sistema principal;

c) prover iluminação suficiente que permita a saída das pessoas da instalação; e

d) ser testadas e mantidas em condições de funcionamento.

22.25.2.1 Caso não seja possível a instalação de iluminação de emergência, os trabalhadores devem dispor de equipamentos individuais de iluminação.

22.25.3 Devem dispor de iluminação suplementar à iluminação individual as seguintes atividades no subsolo:

a) verificação de riscos de quedas de material;

b) verificação de falhas e descontinuidades geológicas;

c) abatimentos de chocos e blocos instáveis; e

d) intervenções em instalações elétricas e mecânica nas frentes de trabalho.

22.25.4 Quando necessária iluminação no interior dos depósitos de explosivos e acessórios e locais de armazenamento de explosivos e acessórios no subsolo, esta deve ser adequada para área classificada.

22.25.5 Durante o trabalho noturno ou em condições de pouca visibilidade em minas a céu aberto, as frentes de basculamento ou descarregamento em operação devem possuir iluminação artificial suficiente.

22.25.5.1 Quando as condições atmosféricas impedirem a visibilidade, mesmo com iluminação artificial, os trabalhos e o tráfego de veículos e equipamentos móveis devem ser suspensos.

22.25.6 É obrigatório o uso de lanternas individuais nas seguintes condições:

a) para o acesso e o trabalho em mina subterrânea; e

b) para deslocamento noturno na área de operação de lavra, basculamento e carregamento, nas minas a céu aberto.

22.25.6.1 Em minas com ocorrência de gases explosivos só será permitido o uso de lanternas de segurança adequadas para área classificada.

22.25.6.2 Lanternas de reserva em condições de uso devem estar disponíveis em pontos próximos aos locais de trabalho.

22.25.7 No caso de trabalhos em minerais com alto índice de refletância, devem ser tomadas medidas especiais de proteção da visão.

22.26 Prevenção contra incêndios e explosões acidentais

22.26.1 Nas minas e instalações sujeitas a emanações de gases ou geração de particulados em suspensão, explosivos ou inflamáveis, o PGR deve incluir ações de prevenção a incêndio e de explosões acidentais.

22.26.1.1 As ações de prevenção e combate a incêndio e de prevenção de explosões acidentais devem ser implementadas pela organização e devem incluir, no mínimo:

a) realização das medições de forma periódica, cujo intervalo será determinado em função das características dos gases, podendo ser modificado a critério técnico.

b) registros dos resultados das medições atualizados e disponíveis aos trabalhadores; e

c) indicação de responsável pelas medições.

22.26.2 Em minas subterrâneas não deve ser ultrapassada a concentração de um por cento em volume, ou equivalente, de metano no ambiente de trabalho.

22.26.2.1 No caso da ocorrência de metano acima desta concentração as atividades de trabalho devem ser suspensas e as áreas da mina potencialmente afetadas imediatamente evacuadas, informando-se o superior imediato.

22.26.2.1.1 Durante a suspensão das atividades são permitidos apenas os trabalhos para reduzir a concentração de metano.

22.26.2.2 Em caso de ocorrência de metano com concentração igual ou superior a dois por cento em volume, ou equivalente, a entrada de pessoas nas áreas da mina potencialmente afetadas deve ser imediatamente proibida.

22.26.2.2.1 Toda e qualquer intervenção nas áreas proibidas referidas no subitem 22.26.2.2 somente será permitida por meios tecnológicos remotos que não envolvam o trabalho humano em contato direto com as áreas da mina potencialmente afetadas.

22.26.3 A concentração de metano na corrente de ar deve ser controlada periodicamente, conforme procedimento específico estabelecido pela organização.

22.26.3.1 Acima de zero vírgula oito por cento em volume de metano no ar é proibido qualquer tipo de desmonte.

22.26.4 A organização deve disponibilizar equipamentos de proteção individual de fuga rápida para toda pessoa que acessar as minas subterrâneas.

22.26.5 Em todas as minas subterrâneas, além do fornecimento dos equipamentos de proteção individual de fuga rápida, devem estar disponíveis câmaras de refúgio incombustíveis fixas ou móveis,

localizadas de forma que todos os trabalhadores das frentes de desenvolvimento e de lavra não tenham que percorrer uma distância superior a 750 m (setecentos e cinquenta metros) para acessá-las, com capacidade para abrigar os trabalhadores em caso de emergência por um tempo mínimo previsto no PAE, considerando o PV, e possuindo as seguintes características mínimas:

a) porta capaz de ser selada hermeticamente;

b) sistema de comunicação com a superfície;

c) água potável, alimentação e sistema de ar respirável suficientes para o tempo previsto na sua utilização;

d) ser facilmente acessíveis e identificadas;

e) bacia sanitária dotada de assento com tampo e lavatório; e

f) materiais para primeiros socorros.

22.26.5.1 A distância definida no item 22.26.5 poderá ser aumentada para até 1.200 m (mil e duzentos metros) com justificativa técnica de profissional legalmente habilitado.

22.26.5.2 Para os trabalhos realizados nas frentes de serviço, os locais de instalação das câmeras de refúgio, assim como tempo de permanência devem ser definidos por profissional legalmente habilitado, considerando o PV, devendo as justificativas técnicas e as memórias de cálculo constar do PAE.

22.26.5.3 A localização das câmaras de refúgio deve estar georreferenciadas.

22.26.6 A prevenção de incêndio deve ser promovida em todas as dependências da mina por meio das seguintes medidas:

a) proibição, nas minas em subsolo, de portar ou utilizar qualquer objeto que produza fogo ou faísca, a não ser os necessários nas atividades de trabalho e portado apenas por trabalhadores autorizados;

b) disposição adequada de lixo e material descartável com potencial inflamável em qualquer dependência da mina;

c) proibição de estocagem de produtos inflamáveis, de explosivos e acessórios próximo a transformadores, caldeiras e outros equipamentos e instalações que envolvam eletricidade e calor;

d) os trabalhos envolvendo soldagem, corte e aquecimento, por meio de chama aberta, só poderão ser executados quando forem providenciados todos os meios adequados para prevenção e combate de eventual incêndio; e

e) proibição de fumar em subsolo.

22.26.7 É proibido o porte e uso de lanternas de carbureto de cálcio em subsolo.

22.26.8 Em minas subterrâneas, onde for utilizado sistema de transporte por correias transportadoras, deve ser instalado sistema de combate a incêndio próximo ao seu sistema de acionamento e dos tambores.

22.26.9 Nos acessos de ar fresco devem ser tomadas precauções adicionais nas instalações para se evitar incêndios e sua propagação.

22.26.10 Nas proximidades dos acessos à mina subterrânea não devem ser instalados depósitos de produtos combustíveis e inflamáveis ou explosivos.

22.26.11 Os depósitos de produtos combustíveis e inflamáveis no interior das minas de subsolo devem estar instalados de forma que, em caso de incêndio e explosão, os produtos da combustão não contaminem o ar de ventilação da mina.

22.26.12 Toda mina deve possuir sistemas ou dispositivos de combate a incêndios, conforme definido na Norma Regulamentadora n° 23 (NR-23) - Proteção Contra Incêndios - e inspecionados sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, no mínimo anualmente ou conforme previsto no projeto de combate a incêndio.

22.26.13 Os sistemas ou dispositivos de combate a incêndios devem estar permanentemente identificados e dispostos em locais apropriados e visíveis, conforme definido em projeto.

22.26.14 Os trabalhadores devem receber orientações sobre os procedimentos de prevenção e combate a princípios de incêndios e noções de primeiros socorros.

22.26.15 Nos acessos dos depósitos de explosivos e acessórios devem estar disponíveis dispositivos de combate a incêndio, conforme NR-23.

22.26.16 Os trabalhos em áreas classificadas devem usar máquinas, equipamentos, materiais e instalações adequadas à atmosfera do ambiente de trabalho.

22.27 Prevenção de explosão de poeiras inflamáveis em minas subterrâneas de carvão

22.27.1 Em minas subterrâneas de carvão a organização deve identificar as fontes de geração de poeiras, adotando as medidas de prevenção para reduzir o risco de explosão.

22.27.1.1 As medidas preventivas devem ser a umidificação nos pontos de geração de poeira.

22.27.1.1.1 Podem ser adotadas medidas preventivas alternativas desde que justificadas tecnicamente por profissional legalmente habilitado.

22.27.1.2 As fontes de ignição existentes nos locais de trabalho devem ser isoladas e os equipamentos utilizados devem possuir certificação à prova de explosão.

22.28 Proteção contra inundações

22.28.1 A organização deve adotar medidas que previnam inundações acidentais em suas instalações que possam comprometer a segurança dos trabalhadores.

22.28.1.1 Em minas de subsolo devem ser adotadas medidas adicionais de segurança e tomadas as seguintes providências:

a) realizar estudos hidrogeológicos com a finalidade de nortear as medidas preventivas para se evitar inundações;

b) adotar sistema de comunicação adequado para os casos de inundação das galerias de acesso ou saída de pessoal; e

c) monitorar e controlar a quantidade de água bombeada e suas variações ao longo do tempo.

22.29 Equipamentos radioativos

22.29.1 A utilização e o descomissionamento de fontes ou medidores radioativos devem obedecer às diretrizes da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear.

22.29.2 A organização que utilizar fontes ou medidores radioativos deve manter a disposição da fiscalização seu Plano de Radioproteção e os certificados de calibração dos aparelhos de medição.

22.29.3 Todas as fontes radioativas e áreas com taxas de doses acima das permitidas para indivíduos do público devem ser mantidas sinalizadas.

22.29.4 Os trabalhadores sujeitos a exposição a radiações ionizantes e os que transitem por áreas onde haja fontes radioativas devem ser informados sobre os equipamentos, seu funcionamento e seus riscos.

22.30 Plano de Atendimento a Emergências - PAE

22.30.1 Toda mina deve elaborar, implementar e manter atualizado um Plano de Atendimento a Emergências - PAE que inclua, no mínimo, os seguintes requisitos e, quando aplicáveis, os seguintes cenários:

a) identificação de seus riscos maiores;

b) procedimentos para operações em caso de:

I - incêndios;

II - inundações;

III - explosões;

IV - desabamentos;

V - paralisação do fornecimento de energia para o sistema de ventilação principal da mina;

VI - acidentes maiores;

VII - rompimento de barragem de mineração, conforme previsto no PAEBM;

VIII - outras situações de emergência em função das características da mina, dos produtos e dos insumos utilizados; e

IX - Colapso de estrutura em pilhas;

c) localização de equipamentos e materiais necessários para as operações de emergência e prestação de primeiros socorros;

d) descrição da composição e os procedimentos de operação de brigadas de emergência para atuar nas situações descritas nos incisos I a VIII, da alínea "b" deste item;

e) treinamento periódico das brigadas de emergência em período que não ultrapasse 12 (doze) meses, com conteúdo teórico e aplicações práticas;

f) simulação periódica de situações de salvamento com a mobilização do contingente da mina diretamente afetado pelo evento;

g) definição de áreas e instalações construídas e equipadas para refúgio das pessoas e prestação de primeiros socorros;

h) definição de sistema de comunicação e sinalização de emergência, abrangendo o ambiente interno e externo;

i) a articulação da organização com órgãos da defesa civil; e

j) estabelecimento de sistema que permita saber, com precisão e em qualquer momento, os nomes de todas as pessoas que estão no subsolo, assim como a sua localização provável.

22.30.2 Devem ser realizadas, anualmente, simulações do plano de emergência com mobilização do contingente da mina diretamente afetado.

22.30.2.1 Os exercícios simulados podem ser considerados como parte das aplicações práticas dos treinamentos periódicos.

22.30.3 Havendo a constatação de uma situação de emergência definidas na alínea "b" do item 22.30.1 toda a área de risco deve ser interditada e as pessoas não diretamente envolvidas no atendimento da emergência devem ser evacuadas para áreas seguras.

22.31 Vias e saídas de emergência em minas de subsolo

22.31.1 Toda mina subterrânea em atividade deve possuir, obrigatoriamente, no mínimo, duas vias de acesso à superfície, uma via principal e uma alternativa ou de emergência, separadas entre si e comunicando-se por vias secundárias, de forma que a interrupção de uma delas não afete o trânsito pela outra.

22.31.1.1 No subsolo, os locais de trabalho devem possibilitar a imediata evacuação, em condições de segurança para os trabalhadores.

22.31.1.2 O disposto no item 22.31.1 não se aplica durante a fase de abertura da mina.

22.31.2 Em minas subterrâneas as vias principais e secundárias devem proporcionar condições para que toda pessoa, a partir dos locais de trabalho, tenha alternativa de trânsito para as duas vias de acesso à superfície, sendo uma delas o caminho de emergência.

22.31.3 As vias e saídas de emergência devem ser direcionadas o mais diretamente possível para o exterior, em zona de segurança ou ponto de concentração previamente determinado e sinalizado.

22.31.4 As vias e saídas de emergência, assim como as vias de circulação e as portas que lhes dão acesso, devem ser sinalizadas e mantidas desobstruídas, nos termos da NR-23.

22.31.5 Os planos inclinados e chaminés destinados à saída de emergência devem possuir escadas construídas e instaladas conforme prescrito no Capítulo 22.10.

22.31.6 Em minas subterrâneas com atividades iniciadas a partir da vigência desta norma e no desenvolvimento de novas frentes e níveis nas minas já em atividades, as saídas de emergências não podem ser instaladas em poços de exaustão.

22.31.6.1 Nas minas subterrâneas em funcionamento, que já possuam as saídas de emergências instaladas em poços de exaustão, devem ser implementadas medidas técnicas, estabelecidas em procedimento, de forma a redirecionar o fluxo de ar contaminado em caso de emergência.

22.32 Paralisação e retomada de atividades nas minas

22.32.1 Ao suspender temporária ou definitivamente a lavra, a organização deve comunicar formalmente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da sua Unidade da Federação.

22.32.2 As minas paralisadas e as áreas já mineradas ou desativadas devem ser cercadas e sinalizadas ou controladas de forma a impedir o acesso inadvertido, conforme legislação em vigor.

22.32.3 Para o retorno das atividades de lavra, após a suspensão temporária ou definitiva, a organização deve realizar novo GRO, conforme previsto no Capítulo 1.5 da NR-1.

22.33 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio na Mineração - CIPAMIN

22.33.1 A organização que admita trabalhadores como empregados deve organizar e manter em regular funcionamento, em cada estabelecimento, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio na Mineração - CIPAMIN, na forma prevista nesta NR e na Norma Regulamentadora n° 5 (NR-5) - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA, no que couber.

22.33.2 A CIPAMIN será composta de representante do empregador e dos empregados e seus respectivos suplentes, de acordo com as proporções mínimas constantes no Quadro II do Anexo IV.

22.33.2.1 A composição da CIPAMIN deve observar critérios que permitam estar representados os setores que ofereçam maior risco ou que apresentem maior número de acidentes do trabalho.

22.33.2.1.1 Os setores de maior risco devem ser definidos pela CIPAMIN com base nos dados do PGR, no relatório analítico do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, nos indicadores de resultados de segurança e saúde do trabalho monitorados pelo SESMT, quando houver, e outros dados e informações relativas à segurança e saúde no trabalho disponíveis na organização.

22.33.2.2 Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro II do Anexo IV desta NR e não for atendido por SESMT, nos termos da Norma Regulamentadora n° 4 (NR-4) - Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho, a organização deve nomear e treinar um representante dentre seus empregados para auxiliar na execução das ações de prevenção em segurança e saúde no trabalho e cumprir os objetivos da CIPAMIN, nos termos da NR-5.

22.33.3 Os representantes dos empregados na CIPAMIN serão por estes eleitos seguindo os procedimentos estabelecidos na NR-5 e respeitando o critério estabelecido no subitem 22.33.2.1 desta NR.

22.33.3.1 Em obediência aos critérios do subitem 22.33.2.1 para a composição da CIPAMIN, esta indicará as áreas a serem contempladas pela representatividade individual de empregados do setor, exceto na primeira implantação, cabendo neste caso à organização a indicação das áreas.

22.33.3.1.1 A CIPAMIN deve ser composta de forma a abranger a representatividade de todos os setores do estabelecimento, podendo, se for o caso, agrupar áreas ou setores afins.

22.33.3.2 Os candidatos interessados devem inscrever-se para representação da sua área ou setor de trabalho.

22.33.3.3 A eleição será realizada por área ou setor e os empregados votarão nos inscritos de sua área ou setor de trabalho.

22.33.3.4 Assumirá a condição de titular da CIPAMIN o candidato mais votado na área ou setor de trabalho.

22.33.3.5 Assumirá a condição de suplente, considerando o Quadro II do Anexo IV, entre todos os outros candidatos, o mais votado, desconsiderando a área ou setor de trabalho.

22.33.4 A CIPAMIN tem como atribuições, além do previsto na NR-5:

a) estabelecer negociação permanente no âmbito de suas representações para a recomendação e solicitação de medidas de controle ao empregador;

b) acompanhar a implantação das medidas de controle e do cronograma de ações estabelecido no PGR e no PCMSO;

c) participar das inspeções periódicas dos ambientes de trabalho programadas pela organização ou SESMT, quando houver, seguindo cronograma negociado com o empregador;

d) requerer do SESMT, quando houver, ou do empregador ciência prévia do impacto à segurança e à saúde dos trabalhadores de novos projetos ou de alterações significativas no ambiente ou no processo de trabalho; e

e) incluir temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio e a outras formas de violência no trabalho nas suas atividades e práticas.

22.33.5 A organização deve promover treinamento para o representante nomeado e para os membros da CIPAMIM, titulares e suplentes, antes da posse, de acordo com o definido pela NR-5.

22.33.6 A organização deve promover, além do previsto no item 22.33.5, treinamento complementar, com carga horária de 20 (vinte) horas, que será ministrado durante o mandato, com conteúdo constituído por metodologia de inspeção de segurança e outras práticas definidas pela organização.

22.33.7 Os representantes nomeados das organizações contratadas devem participar das reuniões da CIPAMIN da contratante.

22.34 Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho

22.34.1 As condições de conforto e higiene nos locais de trabalho são aquelas estabelecidas nesta norma e na Norma Regulamentadora n° 24 (NR-24) - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locas de Trabalho.

22.34.2 Nas frentes de trabalho devem ser disponibilizadas instalações sanitárias, a uma distância máxima de 250 m (duzentos e cinquenta metros), separadas por sexo, compostas de bacia sanitária e lavatório para cada grupo de 20 trabalhadores ou fração considerando o número de trabalhadores usuários do turno com o maior contingente, podendo ser usados banheiros químicos dotados de mecanismo de descarga ou de isolamento dos dejetos, com respiro e ventilação, material para lavagem e enxugo das mãos, sendo proibido o uso de toalhas coletivas, garantida a higienização a cada turno e retirada diária dos dejetos.

22.34.2.1 Naquelas atividades de trabalho de curta duração, onde é mantido veículo automotivo para o deslocamento dos trabalhadores, a distância para as instalações sanitárias pode ser ampliada para até 1.000 m (mil metros).

22.34.3 É proibida a troca e guarda de vestimenta de trabalho no subsolo.

22.34.4 Nos locais, postos e frentes de trabalho deve ser garantida aos trabalhadores água potável e fresca e em condições de higiene, podendo ser por meio de recipiente individual, térmico, hermeticamente fechado e higienizado.

22.34.5 A organização deve fornecer ao trabalhador do subsolo alimentação compatível com a natureza do trabalho, na forma da legislação vigente.

22.34.6 Havendo fornecimento de alimentação no subsolo, a organização manterá local adequado que atenda às condições de segurança, higiene e conforto, para tomada desta alimentação.

22.35 Disposições gerais

22.35.1 Quando a organização fornecer o transporte para deslocamento de pessoal, diretamente ou por meio de organizações contratadas, deve observar que sejam realizados em veículos normalizados, garantindo condições de comodidade, conforto e segurança aos trabalhadores.

22.35.2 A organização deve manter os indicadores de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho atualizado, assegurando pleno acesso a essa documentação à CIPAMIN e ao SESMT, quando houver.

22.35.2.1 Os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho devem ser analisados conforme o subitem 1.5.5.5 da NR-1.

22.35.2.2 Em caso de ocorrência de acidente fatal, é obrigatória a adoção das seguintes medidas:

a) comunicar de imediato, à autoridade policial competente e ao órgão regional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; e

b) isolar o local diretamente relacionado ao acidente, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente.

GLOSSÁRIO da NR-22

Acessórios - dispositivos (por exemplo: espoletas, cordel detonante) empregados para iniciar a carga explosiva ao fornecer ou transmitir chama ou energia para iniciar a detonação, retardar (por exemplo: retardo ou booster) ou propagar uma onda explosiva de um ponto da carga explosiva para outra.

Agravo - lesão, doença, transtorno de saúde, distúrbio, disfunção ou síndrome de evolução aguda subaguda ou crônica, de natureza clínica ou subclínica, inclusive morte, independente do tempo de latência.

Alimentadores - máquinas utilizadas para atender às necessidades de alimentação, retomada e dosagem em circuitos de processamento de materiais para quebrar rochas e matéria-prima crua em partículas menores e na sua classificação. Sua aplicabilidade vai desde a alimentação de britadores primários, retomada de materiais sob silos e pilhas, alimentação com dosagem de rebritadores e moinhos e outras.

Antena telescópica com bandeira - equipamento acoplado a veículo leve que tem como função informar sua presença nas áreas de trânsito de veículos evitando colisão com equipamentos de grande porte.

Ar de adução - todo ar em condições de uso por máquinas e homens para ventilar frentes de trabalho (lavra, serviços e desenvolvimento).

Ar fresco - todo ar de adução proveniente da superfície em condições de uso por máquinas e homens, que não tenha sido utilizado para ventilar frentes de lavra, serviços e desenvolvimento.

Ar viciado - todo ar que foi utilizado para ventilar frentes de trabalho (lavra, serviços e desenvolvimento).

Área classificada - local com potencialidade de ocorrência de atmosfera explosiva.

Avaliação da exposição - processo para definir os perfis de exposição e julgar a aceitabilidade das exposições a agentes ambientais nos locais de trabalho.

Balde de transporte - na fase de construção dos poços estes ainda não estão equipados com os equipamentos definitivos. Nesta situação o transporte de pessoal ou material utilizado na abertura ou aprofundamento dos poços é realizado por sistema em forma de balde de grande dimensão, dotado de tampa com abertura basculante para evitar queda de material ou pessoas durante sua movimentação ou quando parado.

Bancada - estrutura constituída por bermas e taludes.

Barragem de rejeitos - qualquer estrutura (barramento, dique ou similar) que forme uma parede de contenção de rejeitos ou de resíduos provenientes do processo de beneficiamento mineral, visando minimizar os impactos socioambientais.

Beneficiamento mineral - tratamento dos minérios visando a preparação granulométrica, purificação ou enriquecimento por métodos físicos ou químicos, sem alteração da sua constituição química.

Berma - aterro sedimentado entre taludes. A largura e o ângulo da berma são dimensionados de forma a garantir a estabilidade do talude e a facilitar a drenagem.

Blaster - trabalhador encarregado de organizar e conectar a distribuição e disposição dos explosivos e acessórios empregados no desmonte de rochas. Também conhecido como Encarregado de fogo. O blaster deve ser autorizado e possuir uma carteira emitida pela autoridade policial estadual.

Blocos instáveis - constituídos geralmente de blocos de rocha maiores que o choco. Em algumas situações os blocos instáveis não são passíveis de abatimento, sendo necessário seu tratamento adequado por meio de escoramento ou fixação adequada e segura de forma a eliminar o risco de sua queda sobre trabalhadores e equipamentos

Câmaras de refúgio - refúgios para proteger os trabalhadores em situações de risco no subsolo. O objetivo de uma câmara de refúgio é prover e sustentar a vida das pessoas em subsolo no caso de emergência, seja um incêndio, seja gases tóxicos ou nocivos. Uma câmara de refúgio deve, a qualquer hora, ser capaz de manter um ambiente habitável, pelo tempo necessário até o restabelecimento das condições normais ou até que as pessoas sejam resgatadas.

Chaminé - abertura vertical geralmente entre níveis de uma mineração subterrânea, utilizada para transporte de minério, estéril, para ventilação ou rota de fuga. Também denominada "raise".

Chocos - fragmentos desarticulados de rochas localizados nos tetos e nas laterais das galerias de minas subterrâneas com risco de queda, de menor porte que os blocos instáveis. São originados de movimentações do maciço rochoso, que ocorrem de forma natural ou provocada por detonações e movimentações de máquinas e equipamentos em geral. Os chocos constituem grande perigo, pois, se não abatidos (derrubados ou retirados), podem cair sobre trabalhadores, máquinas e equipamentos sendo uma das maiores causas de acidentes em minas subterrâneas.

Colar do poço - parte superior e circular da abertura do poço.

Condição estática - ocorre quando a carga e a distribuição de esforços sobre as fundações não causam deformações totais ou diferenciais excessivas ou ainda a ruptura da fundação por cisalhamento.

Condição pseudo-estática - ocorre quando a carga e a distribuição de esforços sobre as fundações podem causar deformações totais ou diferenciais excessivas ou a sua ruptura, geralmente ocasionadas por sismos naturais ou induzidos.

Corrente principal - é aquela em que ocorre ar de adução e que circula pelos principais acessos da mina.

Corrente secundária - é aquela derivada da corrente principal de ventilação, utilizada para ventilar as frentes de trabalho (lavra, serviços e desenvolvimento).

Desmonte de rocha com uso de explosivos - operação de arrancamento, fragmentação, deslocamento e lançamento de rocha mediante aplicação de cargas explosivas.

Dispositivo mecânico de intertravamento - seu funcionamento se dá pela inserção/remoção de um atuador externo no corpo do dispositivo, ou pela ação mecânica direta (ou positiva) de partes da máquina ou equipamento, geralmente proteções móveis, sobre elementos mecânicos do dispositivo. É passível de desgaste, devendo ser utilizado de forma redundante e diversa quando a apreciação de riscos assim exigir, para evitar que uma falha mecânica, como a quebra do atuador ou de outros elementos, leve à perda da função de segurança. Quando exigidos em redundância (dois dispositivos), pode-se aplicar um deles com ação direta de abertura de um elemento de contato normalmente fechado (NF), e o outro com ação não direta de abertura (por ação de mola) de um elemento de contato Normalmente Aberto - NA, gerando os sinais de parada, dentre outras configurações possíveis - a depender também da interface de segurança utilizada, que pode operar com sinais iguais ou invertidos.

Equipamento ou máquina autopropelida - aquele que se desloca em meio terrestre com sistema de propulsão próprio.

Equipamento ou máquina estacionária - aquele que se mantém fixo em um posto de trabalho, ou seja, transportável para uso em bancada ou em outra superfície estável em que possa ser fixada.

Escorva - fixação do acessório ao explosivo e deve ser feito o mais próximo possível da frente a ser desmontada (detonada) sendo que a massa explosiva deve ser perfurada, antes de introdução do acessório, utilizando-se para tal fim estilete de madeira ou PVC.

Espessadores - equipamentos utilizados na mineração para realização da separação sólido-líquido. Sua operação, simples e de baixo custo, baseia-se na diferença de velocidade de sedimentação das partículas constituintes da polpa mineral.

Estéril - material rochoso sem valor econômico gerado após o beneficiamento mineral. Não possuem, num determinado momento, valor comercial que compense a extração do minério nele contido, normalmente devido à baixa concentração. Costuma ser disposto em pilhas, para que possam ser aproveitados em um momento futuro, quando, por exemplo, do esgotamento das jazidas.

Explosivos - substâncias ou misturas capazes de se transformar quimicamente em gases, gerando grande quantidade de calor e energia e elevadas pressões num espaço de tempo muito curto.

Exposição ocupacional - situação em que um ou mais trabalhadores podem interagir com agentes ou fatores de riscos no ambiente de trabalho.

Fogos falhados - explosivos que não detonaram durante as atividades desmonte da rocha e que devem ser retirados pelo encarregado-do-fogo utilizando equipamento apropriado não gerador de faíscas

Fornecimento de meios para cumprimento da NR-22 - O fornecimento de meios e condições para atuação em conformidade com a Norma significa que a contratante fornecerá os dados técnicos relativos às características da área de trabalho onde a contratada desenvolverá suas atividades, entre os quais os dados de levantamento dos perigos bem como a indicação das medidas para eliminação, minimização ou neutralização de riscos, fornecendo ainda condições operacionais para que a contratada adote as medidas preconizadas para a prevenção de acidentes e doenças de forma coordenada, conjunta e integrada.

Frente de desenvolvimento - cada local onde ocorrem as operações que visam acessar o corpo de minério ou outras escavações.

Frente de serviço - cada local onde ocorrem as operações de apoio e infraestrutura da mina.

Frente de trabalho - cada local onde ocorrem quaisquer operações dentro da mina (frente de lavra, de serviço ou de desenvolvimento), com presença permanente ou esporádica de trabalhadores.

Frentes de lavra - cada local onde ocorrem as operações unitárias destinadas à extração do minério.

Fundo-de-saco - áreas de galerias em minas subterrâneas que ainda não se comunicaram com outras galerias, tendo, portanto, apenas um único acesso de entrada e saída o que implica em maiores riscos e em dificuldade de ventilação.

Gaiola - cabina, em forma de gaiola, utilizada para o transporte vertical de pessoas ou de equipamentos.

Galerias - áreas de trânsito de equipamentos e pessoas e que dão acesso às áreas de lavra em minas subterrâneas. Em algumas regiões também são chamadas de distrito.

Garimpo - atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executadas no interior de áreas estabelecidas para este fim, exercida por brasileiro, cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineração, sob o regime de permissão de lavra garimpeira (Lei n° 7.805, de 18 de julho de 1989).

Grupo de Exposição Similar - GES - grupo de trabalhadores com o mesmo perfil geral de exposição (em magnitude e variabilidade) para o agente em estudo devido à semelhança e frequência das tarefas que executam, aos materiais e processos com os quais trabalham e à semelhança na forma como executam as tarefas. Um GES não deve ser confundido com função ou cargo similar e pode ser constituído por trabalhadores de um mesmo processo, área, setor, função ou que executam uma determinada atividade.

Haste de abater choco - haste metálica de comprimento e peso adequados utilizada para derrubar (abater) o choco de forma a reduzir o risco de queda do choco sobre o trabalhador. Pode ser constituída de aço ou material mais leve (alumínio, fibra de vidro ou de carbono) com ponta intercambiável de aço, que reduz o peso e consequentemente o esforço físico requerido pela tarefa de abatimento manual de chocos.

Intemperizada - área onde as rochas expostas ficaram sujeitas ao processo de intemperismo físico, químico e biológico, causado por fatores como clima, mudanças bruscas de temperatura e pela água. Intemperização é um termo da geologia que significa desgaste do solo. Dependendo da localização da rocha, ela sofre intemperização (intemperismo), ou seja, ela se desgasta.

Interface de segurança - dispositivo responsável por realizar o monitoramento, verificando a interligação, posição e funcionamento de outros dispositivos do sistema, impedindo a ocorrência de falha que provoque a perda da função de segurança, como relés de segurança, controladores configuráveis de segurança e CLP de segurança.

Lavra - conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis contidas em seu interior até o seu beneficiamento.

Leiras - deposição de material rochoso (geralmente material sem valor econômico) ao longo das margens das bancadas, estradas de minas ou nos depósitos a céu aberto de forma a evitar o risco de queda dos veículos.

Lixiviação em pilha - dissolução e remoção dos constituintes de rochas e de solos de forma a retirar o minério das rochas por meio de processos físico-químicos

Maciço desarticulado - grande volume de rocha instável (grandes volumes de rocha desarticulada do maciço) com grande risco de desabamento.

Maciço rochoso - unidades geológicas formados por conjuntos de rochas variadas. Conjunto de blocos originados da rocha intacta, sendo limitados pelas descontinuidades.

Manutenção preditiva - manutenção que permite garantir uma qualidade de serviço desejada, com base na aplicação sistemática de técnicas de análise, utilizando-se de meios de supervisão centralizados ou de amostragem, para reduzir ao mínimo a manutenção preventiva e diminuir a manutenção corretiva.

Manutenção preventiva - manutenção realizada a intervalos predeterminados ou de acordo com critérios prescritos, e destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um componente.

Materiais particulados - resíduos sólidos decorrente da queima incompleta dos combustíveis utilizados nas máquinas e equipamentos. As avaliações de materiais particulados podem ser realizadas por métodos analíticos ou instantâneos, tais como a Escala de Ringelmann.

Mina - as áreas de superfície (ou a céu aberto) ou subterrâneas nas quais se desenvolvem as operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, inclusive seu beneficiamento, incluindo toda máquina, equipamento, veículo, acessório, instalação e obras civis utilizados nas citadas operações. São considerados como parte integrante da mina todo edifício, construção, depósitos de materiais, pilhas de minério, estéril ou rejeitos, bacias ou barragens utilizadas para qualquer fim necessário ao aproveitamento mineral ou posterior tratamento dos produtos e materiais de descarga que saiam da mina.

Minas grisutosas - minas que, por suas características geológicas, podem conter grisu, gás inflamável e explosivo e que contém quantidade variável de metano misturado ao ar atmosférico. Geralmente o grisu ocorre em minas subterrâneas de carvão mineral

Mineração a céu aberto - extração de minério que se encontra em depósitos superficiais e/ou em menores profundidades, cujo acesso se dá por meio de vias de circulação construídas para este fim.

Mineração subterrânea ou em subsolo - extração de minério que se encontra em maiores profundidades, cujo acesso é realizado inicialmente por meio de poços verticais ou rampas construídas a partir da superfície e posteriormente por meio de galerias. Por eles passam pessoas, equipamentos, suprimentos e o próprio minério.

Mineral ou minério - toda substância sólida existente na natureza que, no atual estágio da tecnologia, pode ser utilizado para a extração de um ou mais metais comercializáveis.

Moinhos - equipamentos utilizados na indústria mineral na moagem, a seco ou a úmido, de minérios ou minerais industriais com alta ou até média resistência a fragmentação.

Monitoramento (ou Monitorização) periódico da exposição - a monitorização ambiental compreende uma atividade sistemática, contínua e repetitiva de medidas e avaliação de agentes no ambiente visando estimar a exposição ambiental e o risco à saúde por comparação dos resultados com referências apropriadas. A monitorização implica, inclusive, na confirmação de que as medidas de controle adotadas são suficientes para o controle dos perigos ou fatores de risco.

Operação unitária - cada uma das atividades necessárias à realização da lavra, tais como: perfuração, carregamento com explosivos, desmonte, carga e transporte de material, saneamento e suporte de teto, laterais e piso e ventilação e outras análogas

Organização - pessoa ou grupo de pessoas com suas próprias funções com responsabilidades, autoridades e relações para alcançar seus objetivos. Inclui, mas não é limitado a empregador, permissionário de lavra garimpeira, tomador de serviços, a empresa, a empreendedor individual, produtor rural, companhia, corporação, firma, autoridade, parceria, organização de caridade ou instituição, ou parte ou combinação desses, seja incorporada ou não, pública ou privada.

Painel de lavra - setor da mina que abrange um conjunto de frentes de trabalho (de lavra, de serviço e/ou de desenvolvimento) que operam de forma integrada utilizando a mesma infraestrutura e independente de painéis distintos ou adjacentes.

Plano de Ações Emergenciais para Barragens de Mineração - PAEBM - integra o Plano de Segurança de Barragem - PSB e é um documento técnico registrado nas prefeituras e nas defesas civis (municipais, estaduais e federais), estabelecendo procedimentos a serem tomados em situações de emergência. É uma exigência regulamentada pela Resolução ANM n° 95, de 7 de fevereiro de 2022, da Agência Nacional de Mineração - ANM, prevista na Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB e criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB.

Perfil de exposição - magnitude e variabilidade de exposições para um Grupo de Exposição Similar - GES ou trabalhador. Inclui a compreensão da medida da tendência central das exposições (tais como a média da exposição) e a compreensão da amplitude ou variabilidade das exposições, como a faixa das exposições ou a frequência com que as exposições excedem o limite de tolerância.

Perigo ou fator de risco ocupacional/Perigo ou fonte de risco ocupacional - fonte com o potencial de causar lesões ou agravos à saúde. Elemento que isoladamente ou em combinação com outros tem o potencial intrínseco de dar origem a lesões ou agravos à saúde.

Permissionário de Lavra Garimpeira - PLG - O regime de lavra garimpeira é o aproveitamento imediato do jazimento mineral que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possa ser lavrado, independentemente de trabalhos prévios de pesquisa, segundo critérios fixados pela ANM, que regulamenta o procedimento para concessão da permissão. Conforme a Lei n° 7.805, de 1989, a permissão de lavra garimpeira será outorgada a brasileiro, a cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineração. O PLG é o empregador responsável pela aplicação da NR-22.

Pesquisa mineral - execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico. Os trabalhos necessários à pesquisa devem ser executados sob a responsabilidade de engenheiro de minas ou de geólogo legalmente habilitado ao exercício da profissão.

Plano de fogo - projeto executivo para o desmonte (detonação) de rocha com uso sistemático de explosivos, onde são definidos e apresentados, entre outros, os seguintes parâmetros: o plano de perfuração, a quantidade de explosivos a ser colocada em cada furo, a malha de perfuração em que conste o espaçamento entre os furos e os esquemas de ligação e iniciação entre os furos que serão detonados. Deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado e executado pelo encarregado-do-fogo.

Poços (ou shafts) - vias subterrâneas de mineração vertical ou fortemente inclinadas, normalmente equipadas com sistema de transporte por tração a cabo. Utilizados no transporte de pessoas, materiais, de minério e estéril.

Portas de ventilação - instaladas em locais onde há necessidade de manter um acesso para o sistema de entrada e retorno de ar. São instaladas duas portas em série separadas por uma distância determinada. A primeira porta ao ser aberta permite a entrada de pessoal, equipamentos ou veículos para acesso ao espaço vago e assim ser fechada para posteriormente se abrir a segunda porta para permitir atravessar o sistema de portas sem alterar as vazões ou alterar o sentido da vazão de ar.

Profissional ou trabalhador capacitado - trabalhador que recebeu capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado, fornecida pela organização.

Profissional legalmente habilitado - PLH - Trabalhador habilitado por meio de conclusão de curso específico na sua área de atuação, reconhecido pelo sistema oficial de ensino e com registro no competente conselho de classe.

Profissional qualificado - trabalhador qualificado por meio de conclusão de curso específico na sua área de atuação, reconhecido pelo sistema oficial de ensino.

Rejeitos - todos e quaisquer materiais não aproveitáveis economicamente resultantes dos processos de beneficiamento a que são submetidos os minérios, visando extrair os elementos de interesse econômico. Esses processos têm a finalidade de regularizar o tamanho dos fragmentos do minério, remover minerais associados sem valor econômico e aumentar a qualidade, pureza ou teor do produto final. Os rejeitos constituem-se geralmente de materiais granulares (areia) e ou finos não plásticos (siltes).

Responsáveis técnicos de cada setor - técnicos das áreas de pesquisa mineral, produção, beneficiamento mineral, segurança do trabalho, mecânica, elétrica, topografia, ventilação, meio ambiente, dentre outros, designados pela organização como responsáveis técnicos pelo seu setor.

Rocha Encaixante - rocha que contém o minério disseminado ou em veios.

Roletes - conjunto de rolos, geralmente cilíndricos, e seu suporte. Os rolos são capazes de efetuar livre rotação em torno de seu eixo, e são usados para suportar e/ou guiar a correia transportadora.

Rolos de cauda - equipamentos instalados ao final dos transportadores contínuos para a mudança de direção do movimento do transportador contínuo.

Setor - unidade administrativa ou operacional compreendida no mesmo estabelecimento. A exemplo de setor de manutenção mecânica, setor de manutenção elétrica, setor de ventilação e setor de geologia.

Silos de armazenamento e transferência - local para armazenagem de concentrado de minério que irá abastecer a planta de tratamento. O silo também alimenta a usina em caso de eventual parada no processo de britagem. Também podem ser utilizados para transferir o minério para outros equipamentos de armazenagem ou transporte.

Subsidências superficiais - movimento de uma superfície à medida que ela se desloca para baixo relativamente a um nível de referência. Afundamento abrupto ou gradativo da superfície, com pouco ou nenhum movimento horizontal.

Talude - qualquer superfície inclinada em relação a horizontal que delimita uma massa de solo, rocha ou outro material qualquer (minério, escória, lixo e outros). Os taludes podem ser naturais (encostas) ou construídos em forma de cortes e aterros.

Tapumes - dispositivos utilizados para direcionar ou separar o fluxo da ventilação em mina subterrânea. Em minas subterrâneas de carvão devem ser construídos de material incombustível.

Teares - equipamentos utilizados para o beneficiamento de rochas ornamentais transformando os blocos, extraídos na fase de lavra, em produtos finais ou semiacabados. Compreende a preparação e serragem dos blocos em chapas de espessura variável.

Trabalhador autorizado - aquele que é formalmente autorizado pela organização mediante um processo administrativo.

Trabalhador sob maior risco - trabalhador exposto a maiores concentrações de contaminantes ambientais em função de sua proximidade com relação à fonte geradora, do tempo de exposição, da sua mobilidade, das diferenças operacionais e da movimentação do ar no ambiente de trabalho.

Transportadores contínuos - equipamentos destinados ao transporte de graneis e volumes em percursos horizontais, verticais ou inclinados, fazendo curvas ou não e com posição de operação fixa. São formados por um leito onde o material desliza em um sistema de correias ou correntes infinito, acionados por tambores ou polias.

Travessões arrombados - galerias transversais que fazem a ligação entre galerias sem necessariamente ser alinhadas.

Veículo adaptado - veículo que sofreu adequações em suas características originais para alterar a sua finalidade para o transporte de passageiros.

Veículo normalizado - veículo construído exclusivamente para o transporte de pessoas e suas bagagens.

Ventilação principal - aquela em que ocorre ar de adução e que circula pelos principais acessos da mina.

Ventilação secundária - derivada da corrente principal de ventilação, utilizada para ventilar as frentes de trabalho (lavra, serviços e áreas de desenvolvimento). Utiliza ventiladores, dutos e exaustores que transportam o ar por todos os painéis das frentes de trabalho, melhorando a qualidade do ar e diluindo gases nocivos.

Ventiladores reforçadores (ou boosterfans) - ventiladores com capacidade suficiente para impulsionar o ar numa área específica da mina, localizados em subsolo, sendo a energia restante suprida pelos ventiladores principais na superfície da mina.

ANEXO I da NR-22

Cabos de Aço, Correntes e Acessórios

1. Objetivo

1.1 Este Anexo tem por objetivo definir princípios fundamentais, medidas de proteção e requisitos mínimos para a prevenção de acidentes na utilização de cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios, sem prejuízo da observância do disposto nas normas técnicas nacionais vigentes ou nas normas técnicas internacionais aplicáveis.

2. Campo de aplicação

2.1 As medidas previstas neste Anexo aplicam-se na utilização de cabos de aço, correntes e acessórios em todas as atividades de trabalho previstas na NR-22.

3. Disposições gerais

3.1 Os cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios devem ser projetados, especificados, instalados, utilizados e mantidos conforme as instruções dos fabricantes e as normas técnicas nacionais vigentes ou as normas técnicas internacionais aplicáveis.

3.2 A organização deve manter à disposição da fiscalização as notas fiscais de aquisição dos cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios, com os respectivos certificados de capacidade de carga.

3.3 A organização deve registrar, em meio físico ou eletrônico os seguintes dados relativos aos cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios:

a) nome e endereço do fornecedor e fabricante;

b) composição, natureza e características mecânicas;

c) capacidade de carga;

d) tipo de ensaios e inspeções recomendadas pelo fabricante;

e) resultados e datas das inspeções realizadas com identificação dos inspetores; e

f) natureza e consequências de eventuais acidentes.

3.3.1 A organização deve manter, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, os registros citados no item 3.3 deste Anexo no mínimo por 2 (dois) anos.

3.4 Os cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios devem ser fixados conforme instruções do fabricante ou nas normas técnicas nacionais vigentes ou nas normas técnicas internacionais aplicáveis.

3.5 Os cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios devem ser substituídos quando apresentarem condições que comprometam a sua integridade.

3.6 É vedada a utilização de cabo de fibras naturais ou sintéticas para as atividades de movimentação e içamento de materiais por meio de máquinas e equipamentos de guindar, exceto quando utilizados como guia de posicionamento da carga.

3.7 Os cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios utilizados para içamento e movimentação de materiais devem atender os seguintes requisitos:

a) permitir a sua rastreabilidade por meio da identificação do fabricante, limites de carga, data e local de fabricação;

b) ser adequados à natureza da carga a ser transportada, em conformidade com o seu peso, o seu tipo e a sua geometria;

c) ser preparados e amarrados por sinaleiro amarrador;

d) ser inspecionados visualmente antes de sua utilização por sinaleiro amarrador;

e) ser descartados imediatamente quando encontrados defeitos decorrentes da inspeção prévia;

f) ser armazenados de modo a evitar danos que comprometam sua resistência;

g) no poço, possuir coeficiente de segurança de, no mínimo, igual a oito em relação à carga estática máxima;

h) em outros aparelhos dos sistemas de transportes, cuja ruptura possa ocasionar acidentes pessoais, possuir coeficiente de segurança de, no mínimo, igual a seis em relação à carga estática máxima; e

i) para suspensão ou conjugação de veículos possuir no mínimo resistência de dez vezes a carga máxima.

3.7.1 O resultado da inspeção visual deve ser registrado em lista de verificação.

3.7.1.1 A lista de verificação deve ser elaborada por profissional legalmente habilitado.

3.7.2 Nova inspeção visual deve ser realizada sempre que houver a inclusão ou substituição de cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios.

3.8 Quando danificados ou reprovados nas inspeções, inclusive nas visuais, os cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios devem ser armazenados em recipientes adequados até a sua inutilização e o descarte definitivo.

3.9 O sinaleiro amarrador de cargas é o profissional capacitado responsável pelas atividades de amarração e orientação de movimentação das cargas a serem içadas.

3.10 Os cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios devem possuir indicação visível e indelével da sua capacidade e do prazo de validade.

3.11 Os ganchos de içar devem dispor de travas de segurança sem defeitos e em condições de manterem presas as cargas ou os acessórios utilizados nos içamentos.

3.12 No içamento e movimentação de cargas onde haja contato de cabos de aço, correntes e outros meios de suspensão ou tração e seus acessórios com quinas ou arestas vivas deve ser utilizado dispositivo quebra quina.

3.13 Na movimentação de materiais com o uso de ventosas, devem ser observados os seguintes requisitos mínimos:

a) a válvula direcional das ventosas deve ter acesso e localização facilitados ao operador, respeitando-se a postura e a segurança do operador;

b) as ventosas devem ser dotadas de dispositivo auxiliar que garanta a contenção da mangueira, evitando seu ricocheteamento em caso de desprendimento acidental;

c) as mangueiras devem estar protegidas, firmemente presas aos tubos de saída e de entrada e afastadas das vias de circulação;

d) as borrachas das ventosas devem ter manutenção periódica e imediata substituição em caso de desgaste, defeitos ou descolamento; e

e) procedimentos de segurança a serem adotados para garantir a movimentação segura em caso de falta de energia elétrica.

3.14 O sistema gerador de vácuo deve:

a) ser dotado de válvula de bloqueio que mantenha o nível de vácuo para que a carga não se desprenda das ventosas em caso de falha do sistema; e

b) possuir alarme sonoro e visual que indique pressão fora dos limites de segurança estabelecidos.

3.15 Na utilização de eletroímãs para o içamento e movimentação de materiais deve ser garantida que a falta de energia elétrica não provoque o desprendimento da carga.

ANEXO II da NR-22

Capacitação e Treinamento

1. Objetivo e campo de aplicação

1.1 O objetivo deste Anexo é estabelecer os requisitos mínimos para capacitação e treinamento relacionados às atividades do campo de aplicação da NR-22.

2. Disposições gerais

2.1 A organização deve proporcionar aos trabalhadores capacitações, incluindo treinamentos e orientações em serviço, necessários para preservação da sua segurança e saúde durante a execução de suas atividades de trabalho, levando-se em consideração os níveis de risco e natureza das operações, em conformidade ao previsto na NR-22 e na NR-1.

2.1.1 O treinamento inicial para os trabalhadores que desenvolverão atividades no setor de mineração, que tiverem mudança de função ou daqueles transferidos da superfície para o subsolo ou vice-versa consistirá dos seguintes tipos:

a) treinamento introdutório geral; e

b) treinamento específico na função.

2.1.1.1 O treinamento inicial deve ocorrer antes de o trabalhador iniciar suas atividades.

2.2 O treinamento introdutório geral deve:

a) para as atividades de subsolo: ter duração mínima de 24 (vinte e quatro) horas; e

b) para mineração a céu aberto: ter duração mínima de 16 (dezesseis) horas, exceto para minerações de rochas ornamentais, de extração de areia e argila e extração e britagem de rochas, que deverá ter duração de 12 (doze) horas.

2.2.1 O treinamento introdutório geral deve ter o seguinte currículo mínimo:

a) apresentação geral dos processos produtivos, enfatizando a aplicação da NR-22;

b) regras de circulação de equipamentos e pessoas, enfatizando a aplicação do plano de trânsito;

c) procedimentos de emergência, enfatizando a aplicação do Plano de Atendimento a Emergências - PAE;

d) diretrizes de saúde e segurança da organização;

e) perigos, riscos ocupacionais e medidas de prevenção constantes do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - PGR; e

f) reconhecimento presencial do ambiente do trabalho.

2.2.2 Os trabalhadores das organizações de prestação de serviço devem ser acompanhados na atividade exercida, de forma permanente, por trabalhador capacitado pela contratante, após realização de análise preliminar de riscos das atividades a serem executadas, durante todo o período da prestação de serviço ou ser submetido à capacitação prevista no item 2.2 deste Anexo.

2.2.3 Os trabalhadores de uma organização de prestação de serviço que forem contratados por outra no mesmo local de trabalho e no mesmo processo produtivo pode ter seu o treinamento introdutório geral aproveitado na organização substituta, nos termos do item 1.7.7 da NR-1.

2.2.4 As capacitações devem ser realizadas durante a jornada de trabalho.

2.3 O treinamento específico na função consiste em etapas teóricas e práticas relacionadas às atividades a serem desenvolvidas, seus perigos, seus riscos ocupacionais, suas medidas de prevenção e procedimentos de trabalho, podendo utilizar-se de simuladores.

2.3.1 O treinamento específico deve ter:

a) para as atividades de superfície: duração mínima de 40 (quarenta) horas; e

b) para as atividades de subsolo: duração mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3.2 A etapa prática deve ser acompanhada por um trabalhador capacitado e autorizado pela organização.

2.3.3 A organização deve proporcionar treinamento específico na função aos trabalhadores que executem as seguintes atividades:

a) abatimento de chocos e blocos instáveis;

b) tratamento de maciços;

c) pesquisa mineral;

d) topografia;

e) perfuração e corte;

f) carregamento, manuseio de explosivos e acessórios e desmonte de rochas;

g) retirada, movimentação, carregamento e transporte de materiais;

h) operação de máquinas e equipamentos;

i) transporte por arraste;

j) manutenção de veículos, máquinas, equipamentos e instalações industriais;

k) armazenamento e expedição de materiais;

l) manipulação e manuseio de produtos tóxicos ou perigosos;

m) operações com guinchos e equipamentos de içamento;

n) inspeções gerais das frentes de trabalho; e

o) outras atividades ou operações de risco especificadas no PGR.

2.3.3.1 A organização deve proporcionar treinamento periódico para as atividades relacionadas nas alíneas do subitem 2.3.3 deste Anexo a cada 2 (dois) anos com carga horária mínima de 8 (oito) horas e conteúdo definido pela organização.

2.3.3.2 O treinamento específico na função para operador de máquinas e equipamentos estacionários e autopropelidos devem atender ao programa de treinamento nos termos do Anexo II da NR-12, com etapas teórica e prática, sendo a etapa prática com carga horária de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total de treinamento.

2.3.3.2.1 A etapa prática deve ser supervisionada e documentada, podendo ser realizada na própria máquina ou equipamento que será operado.

2.3.3.3 Os operadores de máquinas e equipamentos autopropelidos devem possuir habilitação para suas operações, em conformidade com as categorias especificadas no código de trânsito brasileiro.

2.4 O treinamento inicial deve:

a) ser realizado sem ônus para o trabalhador; e

b) ser ministrado por trabalhadores ou profissionais qualificados para este fim, com supervisão de responsável técnico que se responsabilizará pela adequação do conteúdo, forma, carga horária, qualificação dos instrutores e avaliação dos capacitados.

2.4.1 O responsável técnico pelo treinamento deve ser um profissional legalmente habilitado.

2.5 A orientação em serviço consiste no período com a duração mínima de 45 (quarenta e cinco) dias efetivamente trabalhados, no qual os trabalhadores que exercem as atividades elencadas no subitem 2.3.3 deste anexo desenvolverão suas funções sob orientação direta de trabalhador capacitado indicado pela organização, no mesmo turno de trabalho.

2.5.1 A orientação em serviço para minerações de rochas ornamentais, de extração de areia e argila e extração e britagem de rochas, consiste no período no qual o trabalhador desenvolverá suas atividades sob orientação direta de trabalhador capacitado indicado pela organização, no mesmo turno de trabalho, com a duração mínima de 20 (vinte) dias efetivamente trabalhados.

2.5.2 A orientação em serviço deve ser registrada pela organização, semanalmente, especificando as datas de sua realização e identificação do orientador.

2.6 A organização deve proporcionar treinamento eventual para os trabalhadores conforme definido na NR-1.

2.7 O material didático escrito ou audiovisual utilizado nas capacitações, fornecido aos participantes, deve utilizar linguagem adequada aos trabalhadores.

ANEXO III da NR-22

Requisitos Mínimos para Utilização de Equipamentos de Guindar de Lança Fixa

1. Objetivo

1.1 O objetivo deste Anexo é estabelecer os requisitos mínimos para utilização de equipamentos de guindar de lança fixa, aplicando-se, no que couber, aos de lança giratória quando utilizadas nas atividades discriminadas no campo de aplicação da NR-22.

2. Campo de aplicação

2.1 Este Anexo se aplica às atividades discriminadas no campo de aplicação da NR-22.

3. Projeto

3.1 O projeto dos equipamentos deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado, com a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

3.2 O projeto dos equipamentos deve ser constituído de desenhos técnicos, memória de cálculo dos seus dispositivos, certificado ou laudo técnico da resistência estrutural dos dispositivos e memorial descritivo dos materiais a serem utilizados.

4. Material da lança

4.1 O material da lança pode ser de madeira tratada, aço ou outro material estrutural e dimensionado para os esforços atuantes, conforme as normas técnicas nacionais vigentes ou as normas técnicas internacionais aplicáveis.

5. Bases da Lança e dos Estaios

5.1 As bases da lança e dos estaios devem ser rígidas e garantir a estabilidade do equipamento e serem projetadas e executadas de forma compatível com a carga máxima e a resistência do solo do local.

5.2 Os blocos devem ter um afloramento mínimo de 10 cm, de forma que a cava de assento da lança ou dos chumbadores não tenham contato com terra ou umidade.

6. Fixação da lança

6.1 A extremidade inferior da lança deve ser fixada à base por meio de elementos mecânicos que garantam a estabilidade do equipamento.

6.2 No caso de uso de bloco de rocha consistente ou de concreto como base da lança, deve-se fazer um entalhe no bloco para sua fixação.

6.3 A extremidade inferior da lança deve ficar completamente apoiada no entalhe evitando-se esforços desiguais na seção de apoio.

7. Reforço metálico

7.1 No caso de utilização de lança de madeira, deve ser utilizada em sua extremidade superior, dispositivo de reforço metálico, a exemplo do constante no croqui da imagem 1 deste Anexo, dimensionado com alças para fixação dos estaios, do moitão superior ou qualquer outro dispositivo de elevação.

Imagem 1 - Croqui - reforço metálico em lança de madeira - (a imagem de que trata este item, está disponível na página oficial do Ministério do Trabalho e Emprego)

8. Fixação dos estaios nas bases

8.1 Para fixação dos estaios nas bases devem ser usados chumbadores dimensionados de acordo com as normas técnicas nacionais vigentes ou com as normas técnicas internacionais aplicáveis, cravados em rocha ou em base de concreto, para amarração dos laços dos cabos de aço.

9. Dimensionamento dos cabos de aço e confecção dos laços

9.1 Os cabos de aço devem ser dimensionados e os laços confeccionados de acordo com as normas técnicas nacionais vigentes ou com as normas técnicas internacionais aplicáveis.

10. Acesso ao topo da lança

10.1 O acesso ao topo da lança deve ser proporcionado por meio seguro.

10.2 No caso de utilização de escada devem ser obedecidos os requisitos do Capítulo 22.10.

11. Aquisição de cabos de aço

11.1 Os cabos de aço novos adquiridos devem ser certificados para a carga máxima de utilização prevista, conforme as normas técnicas nacionais vigentes ou as normas técnicas internacionais aplicáveis.

11.2 É vedado o reaproveitamento de cabos de aço usados.

12. Lubrificação dos cabos de aço

12.1 Os cabos de aço devem ser lubrificados com produto específico, de acordo com as necessidades operacionais, conforme especificações do profissional legalmente habilitado e instruções do fabricante.

13. Travamento de eixos e pinos

13.1 Eixos e pinos usados na fixação de cabos de aço, moitões, polias e da carga de içamento devem ser fixados por elementos travantes especificados no projeto do equipamento.

14. Fixação da roda de manobra ao pé da lança ("catarina")

14.1 A fixação da roda de manobra ao pé da lança ("catarina") deve ser realizada por meio de elementos mecânicos projetados e dimensionados para garantir a segurança das operações.

15. Inspeções nos cabos de aço

15.1 Devem ser realizadas inspeções periódicas nos cabos de aço, por profissional capacitado, em intervalos definidos nas normas técnicas nacionais vigentes ou nas normas técnicas internacionais aplicáveis.

16. Indicação da capacidade de carga

16.1 Na lança deve ser instalada, em local de fácil visualização, placa com indicação de sua capacidade máxima e do responsável técnico com respectivo registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

17. Registros

17.1 Os registros das intervenções realizadas no equipamento devem ser consignados em meio físico ou eletrônico, tais como: laudos técnicos, inspeções periódicas, manutenções preventivas e corretivas, trocas de cabos de aço, nota fiscal de aquisição dos cabos de aço e cópia do respectivo certificado, lubrificação dos cabos, troca de peças, acidentes ocorridos e outros dados pertinentes ao equipamento.

17.2 Nos registros de manutenção devem estar indicados os nomes dos executores.

18. Operação de arraste

18.1 O equipamento de guindar não pode ser utilizado em operações de arraste de blocos.

19. Montagem e realocação

19.1 A montagem e a realocação do equipamento de guindar devem ser supervisionadas e atestadas por profissional legalmente habilitado, com a respectiva emissão de ART.

ANEXO IV da NR-22

Quadros

Quadro I - Determinação da vazão de ar fresco

a) Cálculo da vazão de ar fresco em função do número máximo de pessoas e máquinas com motores a combustão a óleo diesel: QT = (Q1 x n1) + (Q2 x n2) onde:
QT = vazão total de ar fresco em m³/min Q1 = quantidade de ar por pessoa em m³/min (em minas de carvão = 6,0 m³/min; em outras minas = 2,0 m³/min)
n1 = número de pessoas no turno de trabalho Q2 = 2,65 m³/min/cv (cavalo vapor) dos motores a óleo diesel n2 = número total de cavalo-vapor dos motores a óleo diesel em operação
b) Cálculo da vazão de ar fresco em função do consumo de explosivos: QT =0,5 x A x V t onde:
QT = vazão total de ar fresco em m³/min A = quantidade total em quilogramas de explosivos empregados por desmonte V = volume gasoso gerado por quilo de explosivo em m³/Kg t = tempo de aeração (reentrada) da frente em minutos
c) Cálculo da vazão de ar fresco em função da tonelagem mensal desmontada: QT = q x T onde: QT = vazão total de ar fresco em m³/min
A = quantidade total em quilogramas de explosivos empregados por desmonte q = vazão de ar em m³/min para 1.000 toneladas desmontadas por mês (mínimo de 190 m³/min/1.000 toneladas/mês) T = produção em toneladas desmontadas por mês

Quadro II - Dimensionamento da CIPAMIN

N° de empregados no estabelecimento	15 a 30	31 a 50	51 a 100	101 a 250	251 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.500	2.501 a 5.000	Acima de 5.000 para cada grupo de 500 acrescentar
N° de representantes titulares do empregador	1	1	1	1	1	1	1	1	---
N° de representantes suplentes do empregador	1	1	1	1	1	1	1	1	---
N° de representantes titulares dos empregados	1	2	3	4	5	6	9	12	4
N° de representantes suplentes dos empregados	1	1	1	1	2	2	3	4	2

QUADRO III - Número de trabalhadores a serem amostrados em função do número de trabalhadores do Grupo de Exposição Similar

N*	n

8	7
9	8
10	9
11-12	10
13-14	11
15-17	12
18-20	13
21-24	14
25-29	15
70-27	16
38-49	17
50	18
ACIMA DE 50	22

Onde:

N = número de trabalhadores do Grupo de Exposição Similar

n = número de trabalhadores a serem amostrados

* se N menor ou igual a 7, n = N

PORTARIA MTE N° 232, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29.02.2024)

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10, parágrafo único, da Lei n° 605, de 5 de janeiro de 1949, no art. 154, § 4°, do Decreto n° 10.854, de 10 de novembro de 2021, no art. 6-A, da Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000, e no Processo n° 19964.203605/2023-95,

RESOLVE:

Art. 1° A Portaria MTE n° 3.665, de 13 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2023, seção 1, página 97, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3° Esta Portaria entra em vigor em 1° de junho de 2024." (NR)

Art. 2° Fica revogada a Portaria n° 3.708, de 23 de novembro de 2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO

2.02 FGTS e GEFIP

PORTARIA MTE N° 240, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS Digital, de que trata o art. 17-A da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1°, incisos

XIII e XV, do Anexo I do Decreto n° 11.779, de 13 de novembro de 2023, e no art. 17, II, no art. 17-A e no art. 23 da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, bem como o constante no Processo n° 19966.200390/2024-11,

RESOLVE:

Art. 1° A presente Portaria regulamenta a implementação e a operacionalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS Digital, de que trata o art. 17-A da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, em especial:

I - a elaboração da folha de pagamento e a declaração de dados relacionados aos valores do FGTS;

II - as informações para emissão do Certificado de Regularidade do FGTS;

III - os procedimentos de parcelamento de débitos relativos ao FGTS; e

IV - a compensão e a restituição de valores recolhidos ao FGTS indevidamente ou a maior.

CAPÍTULO I
DO FGTS DIGITAL

Art. 2° O FGTS Digital é um conjunto de sistemas integrados, dedicados à gestão da arrecadação dos valores devidos ao FGTS e à prestação de serviços digitais, com objetivo de melhorar a prestação de informações aos trabalhadores e empregadores, e de aperfeiçoar a arrecadação, a fiscalização, a apuração, o lançamento e a cobrança dos recursos do FGTS, na forma prevista no art. 17-A da Lei n° 8.036, de 1990.

Art. 3° O cronograma de implementação do FGTS Digital ocorrerá conforme as etapas descritas a seguir, e caberá à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego sua divulgação, por meio de publicação de Edital no Diário Oficial da União:

I - etapa de implementação em ambiente de produção e em operação limitada - etapa destinada à realização de testes e simulações, sem qualquer impacto legal ou financeiro, que o usuário final poderá efetuar na plataforma do FGTS Digital, antes de seu início em operação efetiva, utilizando-se dos dados reais transmitidos ao Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial;

II - etapa de implementação em ambiente de produção e em operação efetiva - etapa destinada à operacionalização concreta da arrecadação por meio da prestação dos serviços digitais de geração de guias de que trata o inciso I do art. 19 da Lei n° 14.438, de 24 de agosto de 2022, na qual o empregador ou responsável deverá elaborar a folha de pagamento e declarar os dados relacionados aos valores do FGTS, entre outras informações, nos termos do Capítulo III; e

III - etapa de implementação do módulo de parcelamento - etapa destinada ao parcelamento de valores devidos ao FGTS, nos termos do Capítulo VI

Parágrafo único. Os demais sistemas e módulos que compõem o FGTS Digital, bem como sua regulamentação, serão introduzidos de forma gradual, não gerando para o usuário o direito de exigir a utilização daqueles que ainda não estiverem disponíveis.

Art. 4° Compete à Secretaria de Inspeção do Trabalho a gestão do FGTS Digital, cabendo-lhe:

I - estabelecer diretrizes referentes ao FGTS Digital, inclusive sobre as atividades de fiscalização, de arrecadação e de cobrança administrativa sob competência da Inspeção do Trabalho;

II - divulgar as ações relacionadas à implementação, manutenção e aperfeiçoamento do FGTS Digital;

III - aprovar e publicar atos normativos relacionados ao FGTS Digital, bem como expedientes de caráter administrativo necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta Portaria;

IV - publicar no Diário Oficial da União, por meio de Edital, os reajustes dos valores de que trata o § 4° do art. 38;

V - editar normas complementares ao Capítulo III para elaboração de folha de pagamento, prestação de informações e demais dados cadastrais e contratuais necessários para cumprimento do disposto nesta Portaria;

VI - regulamentar os procedimentos de cobrança administrativa pela Auditoria-Fiscal do Trabalho e os administrativos fiscais para o lançamento de ofício pela Inspeção do Trabalho da obrigação principal e das obrigações acessórias relativas ao FGTS, de que trata o § 2° do art. 17-A da Lei n° 8.036, de 1990;

VII - parcelar débitos de FGTS referentes a fatos geradores declarados em competência de apuração ocorrida a partir da etapa de implementação da operação efetiva do FGTS Digital, na forma disciplinada no Capítulo VI;

VIII - fornecer informações à Caixa Econômica Federal acerca do cumprimento da obrigação principal e obrigações acessórias relativas ao FGTS, para fins de subsidiar a emissão do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e

IX - estabelecer procedimentos específicos de geração de guias para o recolhimento do FGTS em situações de contingência.

§ 1° A Secretaria de Inspeção do Trabalho poderá constituir grupos técnicos para especificar, desenvolver, implementar e aperfeiçoar o FGTS Digital, bem como para elaborar manuais e atos normativos.

§ 2° As publicações relativas ao manual de orientação, bem como outras orientações operacionais, serão divulgadas no sítio oficial do FGTS Digital no portal gov.br.

Art. 5° A geração das guias de recolhimento do FGTS deverá ser realizada pelos seguintes meios:

I - FGTS Digital, para os fatos geradores ocorridos a partir da etapa de implementação em ambiente de produção e em operação efetiva, de que trata o inciso II do art. 3°;

II - Conectividade Social e os sistemas a ele integrados, conforme instruções expedidas pelo agente operador do FGTS, para os fatos geradores ocorridos até o dia imediatamente anterior à etapa de implementação em ambiente de produção e em operação efetiva do FGTS Digital, de que trata o inciso II do art. 3°, ressalvado o previsto no inciso II do § 1° art. 26; e

III - eSocial, nas hipóteses descritas nos § 2° e § 3° deste artigo.

§ 1° A contribuição social de que trata a Lei Complementar n° 110, de 29 de junho de 2001, não será objeto de arrecadação pela Guia do FGTS Digital - GFD e continuará a ser recolhida conforme sistemas e instruções expedidas pelo agente operador do FGTS.

§ 2° Para o recolhimento dos valores de FGTS a que se referem os incisos IV e V do art. 34 da Lei Complementar n° 150, de 1° de junho de 2015, o empregador deverá observar as regras que disciplinam o Simples Doméstico.

§ 3° O segurado especial, assim definido pela Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como o Microempreendedor Individual - MEI, assim definido pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, recolherão:

I - o FGTS mensal e o incidente sobre as verbas rescisórias, quando o motivo de desligamento não gerar direito ao saque do FGTS, por meio do Documento de Arrecadação do eSocial - DAE; e

II - o FGTS decorrente da obrigação prevista no art. 18 da Lei n° 8.036, de 1990, quando o motivo de desligamento gerar direito ao saque do FGTS:

a) por meio da guia gerada pelo Conectividade Social e os sistemas a ele integrados, conforme instruções expedidas pelo agente operador do FGTS, em relação aos fatos geradores ocorridos até o dia imediatamente anterior à etapa de implementação em ambiente de produção e em operação efetiva do FGTS Digital, de que trata o inciso II do art. 3°; e

b) por meio da GFD, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir da data de início da etapa de implementação em ambiente de produção e em operação efetiva, de que trata o inciso II do art. 3°.

§ 4° Excepcionalmente ao previsto no inciso I do caput, o Conectividade Social e os sistemas a ele integrados poderão ser utilizados para a geração de guia para fins de recolhimento do FGTS:

I - decorrente de reclamatória trabalhista, com utilização dos códigos 650 ou 660 da Tabela de Códigos de Declaração/Recolhimento do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP, conforme Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais publicado pela Caixa Econômica Federal; e

II - devido pelos empregadores com natureza jurídica de Administração Pública, assim classificados nos termos do Anexo V da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 2.119, de 06 de dezembro de 2022, e concomitantemente pela Seção O, Divisão 84 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 5° A excepcionalidade prevista no § 4° destina-se:

I - ao recolhimento dos valores de FGTS decorrentes de reclamatória trabalhista, na hipótese do inciso I do § 4°, até que a Secretaria de Inspeção do Trabalho publique, em Edital, a data a partir da qual deverá ser utilizada a funcionalidade de geração da guia por meio do FGTS Digital; e

II - subsidiariamente aos empregadores alcançados pela previsão contida no inciso II do § 4° para os fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

§ 6° A excepcionalidade de que trata o § 4° não exime o empregador ou responsável do cumprimento das demais obrigações previstas nesta Portaria.

§ 7° A transferência de valores depositados em conta bancária de Depósitos Judiciais decorrente de reclamatória trabalhista para a conta vinculada do trabalhador no FGTS, mediante apresentação de determinação judicial, será realizada pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil, conforme o local de depósito realizado pelo empregador, por meio da GRFGTS - Guia de Recolhimento do FGTS, nos termos do Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais publicado pela Caixa Econômica Federal.

CAPÍTULO II
DO ACESSO AO FGTS DIGITAL

Art. 6° O acesso do usuário ao FGTS Digital será realizado mediante autenticação da identidade digital na Plataforma gov.br, com selo de confiabilidade no nível prata ou ouro.

§ 1° O acesso da pessoa jurídica ou equiparada será efetuado pela pessoa física que a represente legalmente perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou com a utilização de certificado digital da pessoa jurídica (e-CNPJ), cujo responsável corresponda ao seu representante legal perante o CNPJ.

§ 2° No primeiro acesso ao FGTS Digital, o usuário deverá conferir os dados cadastrais, informar pelo menos um endereço de correio eletrônico (e-mail), telefone de contato e frase de segurança, além de, posteriormente, mantê-los atualizados.

§ 3° O FGTS Digital e os sistemas a ele integrados utilizarão os dados cadastrais declarados perante a Receita Federal do Brasil no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no CNPJ, obrigando-se o empregador ou responsável pelo FGTS a mantê-los corretos e atualizados, especialmente o endereço completo de seu principal domicílio, os quais serão reputados válidos para todos os atos fiscais que vierem a ser realizados e para os fins previstos nesta Portaria.

§ 4° Em casos excepcionais, entre eles o de inventariante, curador ou tutor de empregador pessoa física, cujos dados não sejam obtidos dos cadastros de CPF e de CNPJ, para o acesso ao FGTS Digital e ao Sistema de Procuração Eletrônica, o usuário deverá solicitar o cadastramento como Administrador, juntando os documentos probantes da representação, por meio do canal de atendimento denominado Protocolo.GOV.BR do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 5° Não será permitida a utilização do FGTS Digital se, no momento do acesso:

I - a inscrição no CNPJ se encontrar na situação cadastral nula; ou

II - a inscrição no CPF da pessoa física ou do representante da pessoa jurídica perante o CNPJ se encontrar na situação cadastral cancelada, nula ou titular falecido.

Art. 7° O acesso ao FGTS Digital para o exercício de atos em nome de terceiro será permitido à pessoa legalmente habilitada, mediante mandato digital gerado obrigatoriamente no Sistema de Procuração Eletrônica, integrado ao FGTS Digital.

§1° A procuração digital ou o substabelecimento do mandato deverão indicar precisamente os atos e serviços disponíveis a serem executados pelo outorgante, bem como a vigência do mandato, que não poderá exceder o prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2° O acesso ao FGTS Digital somente será permitido pelo procurador ou substabelecido:

I - quando pessoa física, mediante utilização de certificado digital; e

II - quando pessoa jurídica ou equiparada, mediante utilização de e-CNPJ cujo responsável corresponda ao representante legal perante o CNPJ.

§ 3° O outorgante poderá aditar novos poderes ao outorgado durante o prazo de vigência do mandato, ficando vedada a revogação parcial de poderes, sem prejuízo de revogação total e nova outorga com os poderes almejados.

§ 4° As procurações e substabelecimentos gerados na etapa de implementação em ambiente de produção e em operação limitada do FGTS Digital, de que trata o inciso I do art. 3°, permanecerão válidas na etapa de operação efetiva, respeitado o prazo de vigência estipulado nos respectivos mandatos.

Art. 8° O Sistema de Procuração Eletrônica permitirá dois níveis de substabelecimento, nos seguintes termos:

I - o procurador poderá substabelecer seus poderes, caso o outorgante lhe confira esta faculdade; e

II - o procurador substabelecido poderá outorgar os poderes que lhe foram transmitidos, caso lhe seja conferida esta faculdade, exceto o poder de substabelecer;

§ 1° A vigência do mandato, no substabelecimento, não poderá ser superior à da procuração a que se refere.

§ 2° O substabelecimento sempre será realizado com reserva integral de poderes ao outorgante.

Art. 9° Ficarão extintos os poderes de toda a cadeia subsequente de outorga, preservados os efeitos dos atos praticados na vigência do mandato, quando:

I - decorrido o prazo de vigência do mandato;

II - operada a renúncia ou a revogação de uma procuração ou de um substabelecimento; ou

III - a inscrição do outorgante ou substabelecente assumir as seguintes situações cadastrais:

a) nula, no CNPJ; ou

b) cancelada, nula ou titular falecido, no CPF.

Art. 10. Em caso de falecimento do titular de direito, o procurador ou substabelecido poderá, a fim de evitar danos ou perigo na demora, praticar os atos necessários ao exercício do mandato na vigência do prazo de 2 (dois) meses previsto no art. 611 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

CAPÍTULO III
DA ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E DECLARAÇÃO DE DADOS RELACIONADOS AO FGTS

Seção I
Da forma, do prazo e das condições

Art. 11. A obrigação de elaborar a folha de pagamento e de declarar os dados relacionados aos valores do FGTS, entre outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego, prevista no art. 17-A da Lei n° 8.036, de 1990, será realizada pelo empregador ou responsável mediante o envio de arquivos e informações ao eSocial e ao FGTS Digital.

Art. 12. A partir da data de início da operação efetiva do FGTS Digital, conforme disposto no inciso II do art 3°, as informações prestadas na forma do art. 11 representam declaração e reconhecimento dos créditos delas decorrentes, com efeitos de confissão de débito e constituição de crédito de FGTS, ressalvadas as hipóteses do § 2° e § 3° deste artigo, para os quais o efeito de confissão de débito e constituição de crédito já vigora com fundamento em leis específicas.

§ 1° Todas as informações declaradas nos sistemas eSocial e FGTS Digital integrarão a base de dados da Inspeção do Trabalho e poderão, junto a outros sistemas públicos, ser utilizadas para apuração de fatos geradores, bases de cálculo, valores devidos e combate às fraudes relacionadas ao FGTS.

§ 2° Para os empregadores domésticos, a obrigatoriedade de declarar dados cadastrais e informações trabalhistas e fiscais, com os efeitos de confissão de débito e constituição de crédito de FGTS, vigora desde o dia 1° outubro de 2015, conforme disposto na Lei Complementar n° 150, de 2015,

regulamentada pela Resolução do Conselho Curador do FGTS n° 788, de 24 de setembro de 2015, e pela Portaria Interministerial MF/MPS/MTE n° 822, de 30 de setembro de 2015.

§ 3° A obrigatoriedade de declarar dados cadastrais e informações trabalhistas e fiscais, com os efeitos de confissão de débito e constituição do crédito mensal e rescisório de FGTS, vigora:

I - em relação ao segurado especial, a partir de 1° de outubro de 2021, conforme previsto na Portaria Interministerial MTP/ME n° 3, de 15 de outubro de 2021, que regulamenta o art. 32-C da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991; e

II - em relação ao MEI, a partir de 1° de janeiro de 2022, conforme previsão contida na Resolução n° 140 do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, que regulamenta o § 3° do art. 18-C da Lei Complementar n° 123, de 2006.

§ 4° Para fins de apuração da indenização compensatória dos empregados do segurado especial e do MEI, aplicam-se as disposições dos arts. 20 e 21.

Art. 13. O cumprimento das obrigações constantes do art. 17-A da Lei n° 8.036, de 1990, deverá ser realizado:

I - em relação ao empregado, pelo respectivo empregador;

II - em relação ao trabalhador avulso portuário, pelo Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO;

III - em relação ao trabalhador avulso não portuário:

a) pelo sindicato cedente da mão de obra; e

b) pelo tomador de serviços, que deverá informar somente a base de cálculo total do FGTS;

IV - em relação ao trabalhador temporário, pela empresa de trabalho temporário, nos termos do art. 4° da Lei n° 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

V - em relação ao diretor não empregado e demais trabalhadores sem vínculo empregatício, pelo respectivo contratante;

VI - em relação ao dirigente sindical licenciado pelo empregador e remunerado pela entidade da categoria, pelo respectivo ente sindical;

VII - em relação ao estagiário, pela parte concedente de estágio, independentemente da sua relação civil com o agente de integração a que se refere o art. 5° da Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008;

VIII - em relação ao trabalhador autônomo, pelo respectivo tomador do serviço; e

IX - em relação ao trabalhador cedido, pelo cessionário, quando assumir o ônus pelo pagamento da remuneração.

Parágrafo único. No caso de descumprimento das obrigações previstas neste artigo pelo responsável principal, a obrigação caberá:

I - ao responsável subsidiário, reconhecido em decisão judicial; ou

II - ao responsável solidário.

Art. 14. O lançamento da obrigação principal e das obrigações acessórias relativas ao FGTS será efetuado de ofício pela autoridade competente no eSocial, no caso de o empregador ou responsável não apresentar a declaração nos termos do art. 13, bem como será revisto de ofício, nas seguintes hipóteses:

I - quando se comprovar omissão, erro, fraude ou sonegação do empregador ou responsável, quanto a qualquer elemento definido como sendo de declaração obrigatória;

II - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior; e

III - quando se comprovar que, no lançamento anterior, ocorreu omissão ou erro da autoridade que o efetuou.

§ 1° O lançamento de ofício ou a revisão do lançamento somente poderá ser iniciado enquanto não prescrita a cobrança do débito do FGTS e da indenização compensatória.

§ 2° Os lançamentos a que se refere este artigo terão por base as informações e dados constantes de notificação de débito de FGTS, após a constituição definitiva, que ocorrerá mediante realização da liquidação a que se refere o § 2° do art. 23-A da Lei n° 8.036, de 1990.

Subseção I
Das informações declaradas por meio do eSocial

Art. 15. Por meio do eSocial o empregador ou responsável deverá:

I - declarar os fatos geradores e bases de cálculo do FGTS;

II - elaborar folha de pagamento observados os modelos, procedimentos e demais instruções previstas para o eSocial e dispostos neste Capítulo; e

III - prestar outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1° A elaboração da folha de pagamento de que trata o inciso II do caput deve indicar para todos os seus trabalhadores, com ou sem vínculo empregatício, e bolsistas:

I - as parcelas integrantes ou não da remuneração, ainda que in natura, devidas, pagas ou creditadas;

II - o valor da bolsa e demais parcelas que compõem o auxílio pago ou devido a estagiários e outros bolsistas; e

III - os descontos efetuados e as retenções legais.

§ 2° As informações cadastrais e contratuais referentes a todas as relações de trabalho exigidas por quaisquer dos sistemas descritos no art. 11, inclusive as de afastamentos temporários, integrarão as declarações relativas aos fatos geradores do FGTS e deverão ser prestadas corretamente e mantidas atualizadas.

§ 3° Os dados relativos às decisões ou acordos homologados no âmbito de processos judiciais trabalhistas ou acordos celebrados no âmbito de Comissão de Conciliação Prévia e Núcleo Intersindical de Conciliação Prévia, de que tratam os art. 625-A a 625-H da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, deverão integrar as declarações concernentes aos fatos geradores e bases de cálculo do FGTS.

§ 4° A partir da emissão de notificação de débito de FGTS pela Auditoria-Fiscal do Trabalho, em razão de omissão, erro, fraude ou sonegação para fatos geradores ocorridos após o início da operação efetiva do FGTS Digital, o empregador ou responsável somente poderá realizar a declaração desses valores informando no grupo próprio de rubricas de competências anteriores, em tipo específico, e conforme instruções constantes de versão atualizada do manual do eSocial.

§ 5° A realização de declaração que não atenda estritamente ao disposto no § 4° não produzirá os efeitos de confissão para os valores notificados e constituirá confissão de novos valores, os quais estarão sujeitos ao lançamento e ao encaminhamento para cobrança pela PGFN.

Art. 16. Os valores de que trata o § 1° do art. 15 deverão ser discriminados:

I - por rubrica, com a devida descrição dos valores devidos, pagos ou creditados, e dos valores descontados e retidos, com indicação da natureza e incidências de cada uma delas, conforme classificação adotada pelo eSocial;

II - por competência mensal ou anual;

III - por trabalhador, identificado pelo nome completo e pelo CPF;

IV - por contrato de trabalho, identificado pela matrícula, categoria, código segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, cargo e função; e

V - por estabelecimento, obra de construção civil e tomador de serviços.

§ 1° A rubrica de que trata o inciso I do caput que necessite de qualquer medida ou mensuração para seu pagamento, desconto ou retenção, deve indicar os dados necessários à sua aferição, tais como a quantidade, o percentual e o fator de cálculo utilizado.

§ 2° Na competência anual a que se refere o inciso II do caput deverão ser declarados, exclusivamente, a remuneração devida a título de gratificação natalina, no mês de dezembro de cada ano, e o desconto correspondente aos adiantamentos realizados.

§ 3° A parcela referente ao adiantamento da gratificação natalina, prevista no art. 2° da Lei n° 4.749, de 12 de agosto de 1965, deve ser declarada na competência a que se referir o pagamento, ou na competência de novembro do ano a que se refere, o que ocorrer primeiro.

§ 4° A parcela referente ao complemento da gratificação natalina no caso de salário variável, previsto no parágrafo único do art. 77 do Decreto n° 10.854, de 10 de novembro de 2021, deve ser declarada na competência em que for devido o pagamento.

Art. 17. As parcelas remuneratórias relativas a períodos de apuração anteriores podem ser informadas, na forma do art. 16, na competência em que se tornarem aferíveis, desde que indicadas as competências a que se referem e que decorram das seguintes hipóteses:

I - convenções e acordos coletivos, sentença normativa, legislação federal, estadual, municipal ou distrital;

II - conversão de licença saúde em auxílio acidente de trabalho; ou

III - apuração ou conhecimento após o fechamento da folha de pagamento a que se referem, conforme disposto no Capítulo V-A, da Portaria MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021.

Parágrafo único. Para fins das hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, considera-se que as parcelas remuneratórias se tornaram aferíveis na competência fixada conforme dispuserem as convenções ou acordos coletivos, a sentença normativa ou o ato administrativo de conversão do benefício previdenciário.

Art. 18. O empregador ou responsável é obrigado a declarar, por meio do eSocial, atendido o disposto no § 1° do art. 15, as seguintes informações nos seguintes prazos:

I - até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência, em relação a cada um dos trabalhadores:

a) as informações relativas a todas as relações de emprego e de trabalho que resultem no dever de recolher o FGTS, incluídos os dados relacionados a fatos geradores e bases de cálculo do FGTS;

b) as informações relativas a todas as relações de trabalho, ainda que não resultem no dever de recolher o FGTS;

c) as informações relativas às relações de estágio, identificando o estagiário, a parte concedente do estágio e o agente de integração, se houver;

d) as informações relativas a outros bolsistas, identificando o beneficiário e a parte concedente;

e) os dados e valores referentes às parcelas integrantes e não integrantes da remuneração;

f) os valores e datas do efetivo pagamento aos trabalhadores, inclusive os relativos às verbas rescisórias, à descrição dos descontos e retenções efetuados, bem como aos dados necessários à sua aferição;

g) os dados referentes às informações cadastrais, contratuais e bases de cálculo do FGTS devido, por competência, relativos às decisões ou acordos homologados a partir do início de operação efetiva do FGTS Digital no âmbito de processos judiciais trabalhistas ou acordos celebrados no âmbito de Comissão de Conciliação Prévia ou Núcleo Intersindical de Conciliação Prévia;

h) as alterações cadastrais e contratuais supervenientes ao registro inicial; e

i) a data de término da inatividade de que trata o inciso III do caput;

II - no prazo previsto no § 6° do art. 477 da CLT, por trabalhador, os dados relacionados ao desligamento, indicando o respectivo motivo ensejador, assim como as verbas rescisórias devidas;

III - no nonagésimo primeiro dia ou no primeiro dia útil seguinte, a data de início de inatividade do trabalhador avulso portuário e não portuário, quando a suspensão total do trabalho for igual ou superior a 90 (noventa) dias; e

IV - até o dia 20 do mês de dezembro do ano a que se refere, por trabalhador, dados relacionados à gratificação natalina, observado o disposto no § 2° do art. 16.

§ 1° Quando os prazos previstos neste artigo recaírem em dia não útil, a declaração deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior, com exceção do prazo previsto para a obrigação do inciso I do caput, que será postergado para o primeiro dia útil após o dia 15 (quinze).

§ 2° Os valores devidos a título de férias integrarão a folha da competência em que foram concedidas, proporcionalmente aos dias de férias gozados.

§ 3° A indicação da categoria do trabalhador pelo empregador ou responsável, conforme tabela constante dos leiautes do eSocial, definirá a alíquota correspondente do FGTS.

§ 4° Ocorrendo rescisão de contrato de trabalho do primeiro ao quarto dia de cada mês, o envio das informações constantes do inciso I do caput, relativas ao mês anterior à rescisão, deverá ocorrer até o décimo dia seguinte ao do desligamento.

§ 5° Para fins do disposto na alínea "g" do inciso I do caput, consideram-se as seguintes ocorrências:

I - o trânsito em julgado de decisão líquida proferida no processo trabalhista;

II - a homologação de acordo judicial;

III - o trânsito em julgado de decisão homologatória dos cálculos de liquidação da sentença, não sendo líquida a condenação;

IV - a celebração de acordo perante Comissão de Conciliação Prévia ou Núcleo Intersindical de Conciliação Prévia; ou

V - a determinação judicial para cumprimento antecipado de decisão, ainda que parcial.

§ 6° Após o início de operação efetiva do FGTS Digital, as declarações a que se refere a alínea "g" do inciso I do caput serão:

I - obrigatórias, em relação ao valor da base de cálculo de FGTS ainda não declarada no SEFIP ou no eSocial, inclusive de verba reconhecida no processo trabalhista, independentemente do período a que se refira; e

II - facultativas, para fins de geração das guias de recolhimento diretamente no FGTS Digital, em relação ao valor da base de cálculo de FGTS ainda não recolhido, declarado no SEFIP ou no eSocial, em período anterior ao início de operação efetiva do FGTS Digital.

§ 7° No caso do inciso I do § 6°, se nos cálculos de liquidação de sentença ou nos termos do acordo, a base de cálculo do FGTS devido não estiver relacionada mês a mês, as parcelas remuneratórias serão rateadas, dividindo-se seu valor pelo número de meses do período indicado na sentença ou no acordo, ou, na falta desta indicação, do período indicado pelo reclamante na petição inicial, respeitados os termos inicial e final do contrato de trabalho ou o período judicialmente reconhecido na reclamatória trabalhista.

§ 8° Os dados e informações declarados nos termos do § 6° caracterizam confissão, inclusive para efeitos de cálculo da indenização compensatória de que trata o art. 18 da Lei n° 8.036, de 1990, quando devida.

Art. 19. Reconhecido o vínculo trabalhista em acordo homologado ou decisão com trânsito em julgado na Justiça do Trabalho, o empregador deverá informar ao eSocial, no prazo previsto pelo inciso I do art. 18, os dados relativos ao contrato, bem como declarar os fatos geradores e bases de cálculo do FGTS por competência, aplicando-se os mesmos efeitos previstos no § 8° do art. 18.

Parágrafo único. A prestação de informações dessa natureza pela Justiça do Trabalho ao eSocial, no exercício da competência prevista no art. 39 da CLT, não eximirá o empregador do cumprimento da obrigação prevista no caput.

Subseção II
Das informações declaradas por meio do FGTS Digital

Art. 20. Por meio do FGTS Digital o empregador ou responsável pelo FGTS deverá prestar as informações relativas à base de cálculo da indenização compensatória do FGTS de que trata o art. 18 da Lei n° 8.036, de 1990.

Art. 21. O empregador ou responsável pelo FGTS, no prazo do § 6° do art. 477 da CLT, e por trabalhador, deverá :

I - conferir, complementar e retificar as informações apresentadas no histórico de remunerações e de afastamentos pelo FGTS Digital, para fins de reconstituição do valor total da base de cálculo da indenização compensatória; ou

II - declarar o valor total da base de cálculo da indenização compensatória, incluídos os valores de FGTS decorrentes da rescisão.

§ 1° O histórico de remunerações e de afastamentos de que trata o inciso I do caput será automaticamente preenchido pelo FGTS Digital com base nas informações e dados constantes no eSocial, entre outros sistemas e bancos de dados disponíveis à Auditoria-Fiscal do Trabalho.

§ 2° A complementação ou retificação de informações relativas a remunerações e a afastamentos, nos termos do inciso I do caput, deverão ser realizadas para correção, quando cabíveis:

I - no eSocial, para fatos geradores ocorridos a partir do início da etapa de implementação e operação efetiva do FGTS Digital; e

II - no histórico de remunerações e de afastamentos, para fatos geradores ocorridos em data anterior à de início de operação efetiva do FGTS Digital.

§ 3° As correções realizadas nos termos do inciso II do § 2° não afastam a obrigação de retificar ou complementar as informações e declarações em cada um dos sistemas e bancos de dados utilizados para compor o histórico de remunerações e afastamentos de que trata o § 1°, tampouco eximem a aplicação das cominações legais cabíveis.

§ 4° Para os fatos geradores ocorridos a partir da data de início de operação efetiva do FGTS Digital, as informações e declarações realizadas no eSocial serão obrigatoriamente consideradas como base mínima para o cálculo da indenização compensatória de que trata o art. 18 da Lei n° 8.036, de 1990.

§ 5° Quando o prazo previsto no § 6° do art. 477 da CLT recair em dia não útil, a declaração deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

§ 7° As informações prestadas nos termos deste artigo:

I - constituem declaração e reconhecimento dos créditos delas decorrentes;

II - caracterizam confissão de débito; e

III - constituem instrumento hábil e suficiente para a cobrança do crédito de FGTS.

Subseção III
Da retificação das declarações

Art. 22. O empregador ou responsável pelo FGTS deverá proceder à retificação da folha de pagamento e das declarações de que trata este Capítulo, quando cabível, nos respectivos sistemas.

§ 1° Quando a retificação for realizada após a data do vencimento da respectiva obrigação, estará sujeita às cominações legais e não dispensará a comprovação do erro ou omissão que a justificou, sempre que determinado pela Auditoria-Fiscal do Trabalho.

§ 2° As declarações e retificações de fatos geradores e bases de cálculo que não se enquadrarem nos § 3° e § 4° do art. 15 e no art. 17 deverão ser realizadas nas competências originárias da respectiva obrigação.

§ 3° Na hipótese de a retificação, realizada antes do lançamento do débito pela fiscalização, resultar em valor de FGTS devido inferior ao declarado anteriormente e não alterar o agrupamento de dados previsto no § 4° do art. 26, o novo valor:

I - estará automaticamente disponível para a geração da Guia do FGTS Digital e respectivo recolhimento:

a) pelo seu valor total, caso nenhum valor de FGTS tenha sido recolhido; ou

b) pela diferença, caso algum valor de FGTS tenha sido anteriormente recolhido; e

II - poderá ser objeto de compensação ou restituição, nos termos do Capítulo VII, na hipótese de recolhimento indevido ou a maior que o devido.

§ 4° Na possibilidade de a retificação resultar em valor de FGTS devido superior ao declarado anteriormente e não alterar o agrupamento de dados previsto no § 4° do art. 26, o novo valor estará automaticamente disponível para a geração da GFD e respectivo recolhimento:

I - pelo seu valor total, caso nenhum valor de FGTS tenha sido recolhido ou inscrito em dívida ativa; ou

II - pela diferença, caso algum valor de FGTS tenha sido anteriormente recolhido ou inscrito em dívida ativa.

§ 5° No caso da retificação modificar o valor de FGTS devido declarado anteriormente a um determinado trabalhador e alterar o agrupamento de dados previsto no § 4° do art. 26, o novo valor estará automaticamente disponível para a geração da GFD, pelo seu valor total, independentemente de algum valor de FGTS ter sido recolhido ou inscrito em dívida ativa com base na declaração anterior.

Seção II
Da comprovação das obrigações

Art. 23. O cumprimento das obrigações inerentes ao art. 17-A da Lei n° 8.036, de 1990, e do presente Capítulo, será comprovada:

I - pelo número do recibo eletrônico emitido pelo eSocial, quando da recepção e validação do evento correspondente; ou

II - pelo número de identificação atribuído pelo FGTS Digital ao histórico de remunerações ou à declaração do valor total da base de cálculo da indenização compensatória, na forma do art. 21.

Art. 24. O empregador ou responsável deverá manter sob sua guarda, devidamente organizados, todos os elementos que comprovem as informações prestadas em atendimento às disposições constantes deste Capítulo, inclusive aqueles que embasam as retificações, para fins de apresentação por qualquer meio ou formato, conforme exigido pela Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Art. 25. O descumprimento das disposições constantes deste Capítulo, inerentes às obrigações constantes do art. 17-A da Lei n° 8.036, de 1990, constitui infração prevista nos incisos VI e VII do § 1° do art. 23 da referida Lei, sem prejuízo das demais cominações legais.

CAPÍTULO IV
DA GERAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DA GUIA DO FGTS DIGITAL - GFD

Art. 26. A geração da Guia do FGTS Digital - GFD deverá ser realizada pelo empregador ou responsável, mediante utilização do respectivo sistema, que considerará os dados e informações declarados:

I - no eSocial, por ocasião da elaboração da folha de pagamento e declaração de outras informações; e

II - no FGTS Digital, em relação ao histórico de remunerações e afastamentos ou ao valor total da base de cálculo da indenização compensatória do FGTS, quando cabível.

§ 1° Observadas as ressalvas e hipóteses previstas nos § 2°, § 3° e § 4° do art. 5°, a geração e o recolhimento da GFD serão obrigatórios:

I - para os valores devidos sobre fatos geradores ocorridos a partir da implementação da etapa de operação efetiva do FGTS Digital; e

II - para os valores devidos sobre fatos geradores ocorridos em data anterior à de operação efetiva do FGTS Digital, quando declarados nos termos do art. 17 e da alínea "g" do inciso I do art. 18.

§ 2° Para o FGTS devido não enquadrado nas situações descritas no § 1°, as respectivas guias de recolhimento deverão ser geradas por meio dos aplicativos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal.

§ 3° Por ocasião da geração da GFD, o empregador ou responsável poderá editar para menor o valor a recolher do FGTS e da indenização compensatória devidos a cada trabalhador, caso em que assumirá os ônus decorrentes e sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

§ 4° Para fins de geração da GFD, os débitos de cada trabalhador serão identificados por campos chave, respeitado o seguinte agrupamento de dados:

I - período de apuração;

II - lotação tributária;

III - matrícula; e

IV - o mesmo grupo de tipo de valor, assim entendido o FGTS devido sobre a remuneração mensal, sobre a remuneração rescisória e sobre a remuneração das verbas indenizatórias.

§ 5° Para o FGTS relativo à indenização compensatória devida ao trabalhador, o débito será identificado apenas pelo campo matrícula.

§ 6° A retificação de dados e informações no eSocial que promova a alteração posterior de qualquer um dos dados previstos no § 4° determinará o surgimento de um novo valor de FGTS devido ao trabalhador, distinto do anterior, sujeito à fiscalização, à cobrança e às cominações legais cabíveis, inclusive pelo não recolhimento, independentemente de o valor original declarado ter sido anteriormente recolhido ou inscrito em dívida ativa.

§ 7° Após a emissão de notificação de lançamento do FGTS confessado, pela Auditoria-Fiscal do Trabalho, as guias geradas refletirão os valores lançados, sem prejuízo de geração de novas guias para débitos complementares posteriormente confessados.

§ 8° Celebrado contrato de parcelamento, a geração das guias correspondentes a cada uma das parcelas devidas deverá observar o valor confessado por ocasião da celebração do contrato, admitindo-se aditamento contratual exclusivamente na hipótese contemplada no art. 41.

§ 9° Excepcionalmente, a Secretaria de Inspeção do Trabalho poderá estabelecer procedimentos específicos de geração de guias para o recolhimento do FGTS, inclusive com a utilização de ambientes distintos do FGTS Digital, para atender situações de contingência.

Art. 27. A GFD será recolhida exclusivamente pelo arranjo de pagamentos PIX, instituído pelo Banco Central do Brasil, salvo na hipótese prevista pelo § 9° do art. 26.

Parágrafo único. Na data de vencimento do prazo ou de validade da guia, o recolhimento do FGTS deverá ser realizado até as 21h59m59s (vinte e uma horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), de acordo com o horário oficial de Brasília.

Art. 28. Após o encaminhamento de valores de FGTS para inscrição em dívida ativa, a geração e o recolhimento de GFD a eles relativos serão automaticamente bloqueados no FGTS Digital.

§ 1° Na hipótese do caput, eventual GFD já emitida, e que contemple referidos débitos, poderá ser objeto de cancelamento.

§ 2° Os valores decorrentes de créditos de FGTS devidamente constituídos e encaminhados para inscrição em dívida ativa deverão ser recolhidos conforme regras e procedimentos disciplinados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

CAPÍTULO V
DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF

Art. 29. A Secretaria de Inspeção do Trabalho, para fins de subsidiar a emissão do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecerá ao agente operador do FGTS as informações acerca do cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias relativas ao FGTS, diante das declarações realizadas pelo empregador ou responsável nos sistemas eSocial e FGTS Digital, bem como dos recolhimentos realizados.

§ 1° O CRF será impactado quando verificado:

I - o descumprimento das obrigações acessórias ocorrido a partir da data de operação efetiva do FGTS Digital; e

II - o descumprimento da obrigação principal cujos fatos geradores tenham sido declarados em competência de apuração ocorrida a partir da data de operação efetiva do FGTS Digital, ainda que se refiram a competências anteriores.

§ 2° Para os fins de emissão do CRF, serão consideradas todas as pendências relativas ao grupo econômico a que pertença o requerente e que sejam detectadas automaticamente pelos sistemas utilizados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho.

§ 3° Para solucionar as pendências que obstem a emissão do CRF decorrentes do FGTS Digital, constitui ônus do empregador ou responsável:

I - analisar no FGTS Digital os eventuais avisos de pendências e verificar a existência de FGTS devido e não recolhido, a fim de providenciar a regularização, o recolhimento ou o parcelamento do débito;

II - analisar as declarações prestadas nos sistemas eSocial ou FGTS Digital, conforme o caso, e providenciar a retificação no competente sistema, quando cabível; ou

III - prestar as declarações nos sistemas eSocial ou FGTS Digital, caso não realizadas na época própria, que determinaram a restrição na emissão do CRF, e realizar o recolhimento ou parcelamento do FGTS devido, quando cabível.

§ 4° Regularizada a pendência que ocasionou a restrição à emissão do CRF, e com a apropriação desta informação pelo FGTS Digital, o empregador ou responsável poderá realizar novo requerimento, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis.

§ 5° A existência de débito de FGTS incluído em parcelamento vigente nos termos do Capítulo VI e com as prestações em dia não será informada como causa restritiva, por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho, para os fins de emissão do CRF pelo agente operador, conforme critérios previstos no art. 53.

§ 6° Até que seja implementado, no FGTS Digital, o módulo de parcelamento de débitos de que trata o Capítulo VI, as hipóteses de descumprimento previstas no § 1° não impactarão a emissão do CRF.

CAPÍTULO VI
DO PARCELAMENTO DE DÉBITO DE FGTS NO FGTS DIGITAL

Seção I
Das disposições gerais do contrato de parcelamento

Art. 30. Os valores devidos ao FGTS que não tenham sido encaminhados para inscrição em dívida ativa poderão ser parcelados no FGTS Digital, observando-se os seguintes fatores:

I - valores decorrentes de fatos geradores declarados em competência de apuração ocorrida anteriormente à data da implementação da etapa de operação efetiva do FGTS Digital, serão, em caráter transitório, objeto de parcelamento junto ao agente operador do FGTS, nos termos da Resolução n° 1.068, de 25 de julho de 2023, do Conselho Curador do FGTS; e

II - valores decorrentes de fatos geradores declarados em competência de apuração a partir da data de implementação da etapa de operação efetiva do FGTS Digital, serão parcelados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

§ 1° Por competência de apuração entende-se aquela em que o fato gerador é lançado na folha de pagamento, mesmo que ele tenha ocorrido em competência anterior, denominada competência de referência.

§ 2° Os débitos de FGTS relativos a competências de referência anteriores à data de operação efetiva do FGTS Digital, declarados no eSocial em competência de apuração ocorrida a partir dessa data, somente poderão ser parcelados no ambiente do FGTS Digital.

Art. 31. O FGTS Digital considerará como período parcelado aquele referente aos fatos geradores compreendidos entre a data inicial, alusivo à pretensão de cobrança do FGTS não prescrita, e a última competência exigível na data de solicitação do contrato de parcelamento, independentemente da existência de débito em uma ou mais competências.

§ 1° Caso exista contrato de parcelamento em curso, a última competência nele incluída limitará a data inicial do novo período parcelado.

§ 2° A inclusão de débitos de FGTS em contrato de parcelamento pelo devedor, cuja pretensão de cobrança esteja prescrita, importará em renúncia à prescrição e ampliação do período parcelado.

§ 3° Na efetivação do contrato de parcelamento serão considerados exclusivamente os débitos de FGTS relativos ao período parcelado que tenham sido declarados em competência de apuração ocorrida a partir do início de operação efetiva do FGTS Digital.

Art. 32. Os empregadores que por força legal são obrigados ao recolhimento do FGTS por intermédio do Documento de Arrecadação do eSocial - DAE, também poderão parcelar o débito a que se refere o art. 30 com a utilização do FGTS Digital, observado o cronograma a que se refere o art. 3°.

§ 1° O débito de FGTS com parcelamento realizado nos termos do caput deverá ser recolhido pela GFD.

§ 2° Dispensada a formalização de aditivo contratual, os valores de FGTS parcelados eventualmente recolhidos com utilização do DAE serão deduzidos do montante do débito, operando-se a quitação das prestações na ordem inversa da de seu vencimento e o recálculo automático do valor das prestações, respeitado o valor mínimo da faixa correspondente ao débito identificado por ocasião da anuência aos termos do contrato, conforme Anexo.

Art. 33. Para viabilizar a celebração do contrato de parcelamento de débito no FGTS Digital caberá ao devedor declarar todos os dados relacionados aos valores do FGTS em sistema de escrituração digital, nos termos legais e das disposições previstas no Capítulo III.

Parágrafo único. Para contratar parcelamento de valores lançados de ofício em notificação de débito de FGTS, em relação a fatos geradores ocorridos a partir da data de operação efetiva do FGTS Digital, caberá ao devedor cumprir com a obrigação de realizar a prévia declaração prevista no caput, nos termos do § 4° do art. 15.

Art. 34. O débito das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar n° 110, de 2001, não será objeto de parcelamento por meio do FGTS Digital, para o qual se observará a regulamentação específica.

Art. 35. Cumprirá ao devedor do FGTS atender a todas as condições estabelecidas em Resolução do Conselho Curador do FGTS para habilitar-se ao parcelamento, e ainda:

I - desistir expressamente de qualquer ação judicial, defesa ou recurso, inclusive na esfera administrativa, cujos débitos em discussão sejam objeto do parcelamento;

II - renunciar expressamente ao direito sobre o qual se funda a ação judicial ou a impugnação administrativa, atual ou futura, cujos débitos sejam objeto do parcelamento;

III - parcelar a integralidade dos débitos vencidos e exigíveis relativos aos trabalhadores de todos os estabelecimentos do devedor, verificados nos termos do inciso II do art. 30;

IV - aceitar as regras de individualização dos valores a serem recolhidos, conforme disposto no art. 39; e

VI - não constar o devedor do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, publicado no sítio oficial do Ministério do Trabalho e Emprego no portal gov.br.

§ 1° No prazo de 30 (trinta) dias contados do deferimento do parcelamento, caberá ao devedor adotar as providências para implementar as condições previstas nos incisos I e II do caput, sob pena de rescisão do contrato de parcelamento quando verificado, a qualquer tempo, o seu não atendimento.

§ 2° As condições previstas no caput devem ser mantidas durante o contrato de parcelamento, sob pena de rescisão, sem necessidade de prévia comunicação.

§ 3° A critério da Auditoria-Fiscal do Trabalho, poderá ser concedido prazo improrrogável de 10 (dez) dias para que o devedor realize as diligências cabíveis, adeque a desconformidade às condições estabelecidas e comprove o cumprimento de referidas exigências.

Art. 36. Ressalvadas as condições especiais e disposições diversas estabelecidas em Resolução do Conselho Curador do FGTS, a concessão do parcelamento de débito do FGTS deverá observar o prazo máximo para a quitação em:

I - 85 (oitenta e cinco) meses, para devedores em geral;

II - 100 (cem) meses, para pessoas jurídicas de direito público;

III - 120 (cento e vinte) meses:

a) para MEI, microempresa - ME e empresa de pequeno porte - EPP; e

b) para devedores em geral em situação de recuperação judicial com processamento deferido ou com intervenção extrajudicial decretada; e

IV - 144 (cento e quarenta e quatro) meses, para os devedores mencionados na alínea "a" do inciso III do caput em situação de recuperação judicial com processamento deferido.

§ 1° O prazo máximo para a quitação do parcelamento será automaticamente reduzido, observando os prazos definidos nos incisos I e II e na alínea "a" do inciso III, todos do caput, na hipótese de:

I - indeferimento ou revogação da recuperação judicial; e

II - revogação ou anulação da intervenção extrajudicial.

§ 2° A regra prevista no § 1° somente será aplicada quando a quantidade de prestações vincendas e vencidas em atraso, na data de ocorrência das situações nele descritas, for superior, respectivamente, aos prazos previstos nos incisos I e II e na alínea "a" do inciso III, todos do caput.

§ 3° Os prazos diferenciados previstos no caput, aos devedores em situação de recuperação judicial ou com intervenção extrajudicial decretada, serão aplicados aos contratos de parcelamento tão somente se referidas situações estiverem devidamente informadas no CNPJ, nos termos de instrução normativa da Receita Federal do Brasil.

Art. 37. O empregador ou responsável deverá recolher a prestação formalizadora do contrato de parcelamento, por meio da GFD, independentemente do valor, em até 30 (trinta) dias contados da data de anuência aos termos do contrato, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 1° A prestação formalizadora de que trata o caput será composta pela soma dos valores de FGTS mensal e de FGTS rescisório, incluído o FGTS do mês da rescisão, o FGTS do mês imediatamente anterior, bem como, quando cabíveis, os de FGTS do aviso prévio indenizado e os relativos à indenização compensatória, referentes aos trabalhadores que reunirem as condições legais para a movimentação de valores de sua conta vinculada em razão da rescisão do contrato de trabalho ocorrida até o último dia da competência final compreendida no parcelamento.

§ 2° Na inexistência de valores a serem recolhidos nos termos do § 1°, caberá ao devedor realizar o pagamento da primeira prestação no prazo fixado no caput, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 3° A composição da prestação formalizadora prevista no § 1°, quanto aos trabalhadores optantes pela sistemática de saque-aniversário prevista pelo art. 20-A, inciso II, da Lei n° 8.036, de 1990, limitar-se-á aos valores relativos à indenização compensatória.

§ 4° O valor da prestação formalizadora não estará sujeito aos limites mínimos previstos no Anexo.

§ 5° Para os fins do § 1°, o débito de FGTS relativo à importância equivalente a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a remuneração devida ao empregado doméstico, destinada ao pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, integrará a prestação formalizadora quando o trabalhador reunir as condições legais para a movimentação de valores de sua conta vinculada em razão da rescisão do contrato de trabalho.

Art. 38. Excluída a prestação formalizadora, o valor atribuído para as demais parcelas será determinado pela divisão do montante do débito de FGTS, atualizado e consolidado com os encargos legais na data de anuência aos termos do contrato, pelo número de prestações pretendidas pelo devedor, observado:

I - o mínimo de duas prestações para habilitar-se ao parcelamento, incluída aquela a ser recolhida nos termos do § 2° do art. 37, se for o caso;

II - o prazo máximo e o valor mínimo da prestação, de acordo com o montante do débito a que se refere o caput, nos termos do Anexo; e

III - o valor de cada prestação, por meio da seguinte fórmula: VP = (TD - PF) ÷ PP, onde:

a) VP é o valor da prestação, cujo resultado não pode ser inferior aos valores mínimos estabelecidos no Anexo;

b) TD é o total do débito de FGTS atualizado e consolidado;

c) PF é a prestação formalizadora; e

d) PP são as prestações pretendidas, observado o número máximo de prestações estabelecidas e condicionado ao resultado do valor da prestação ser igual ou superior ao valor mínimo estabelecido no Anexo.

§ 1° As prestações a que se referem o caput deverão ser recolhidas em periodicidade mensal, a partir do mesmo dia do mês seguinte à data de formalização do contrato.

§ 2° Inexistindo correspondência exata, nos termos do § 1°, deverá ser considerado o último dia do mês.

§ 3° O vencimento de qualquer prestação, inclusive a formalizadora, em dia em que não houver expediente bancário em âmbito nacional, terá o prazo prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

§ 4° Os valores previstos no Anexo e aquele previsto no § 1° do art. 62 serão reajustados anualmente, no mês de fevereiro, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE, acumulado no exercício anterior.

§ 5° Para o empregador doméstico, no cálculo da prestação a que se refere o caput, o valor equivalente à importância de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) de que trata o art. 22 da Lei Complementar n° 150, de 2015, deverá integrar o total do débito de FGTS, inclusive para os trabalhadores dispensados cujo motivo de rescisão autorize o saque pelo empregador.

Art. 39. O valor de cada prestação será apropriado conforme a seguinte ordem preferencial de individualização:

I - competência mais antiga;

II - data de admissão mais antiga do vínculo do trabalhador; e

III - trabalhador com data de nascimento mais antiga.

Parágrafo único. Na hipótese de empate na aplicação dos critérios previstos neste artigo, o valor será atribuído proporcionalmente entre esses trabalhadores, desprezando-se as frações inferiores ao centavo.

Art. 40. A anuência aos termos do contrato de parcelamento pelo devedor constitui reconhecimento irretratável do débito e não implica novação ou transação.

Parágrafo único. O contrato devidamente formalizado configura título executivo extrajudicial de dívida líquida, certa e exigível, nos termos do inciso II do art. 784 do Código de Processo Civil.

Art. 41. As declarações prestadas nos sistemas eSocial e FGTS Digital, relativas a competências de apuração ocorridas a partir do início de operação efetiva do FGTS Digital e que se refiram a período parcelado, importarão em automático aditamento ao contrato vigente quando resultarem na majoração dos valores, ficando mantido o quantitativo de prestações remanescentes.

§ 1° Quando o aditamento do contrato acarretar a majoração dos valores da prestação formalizadora de que trata o art. 37, ou da obrigação prevista no art. 48, o FGTS correspondente deverá ser objeto de recolhimento complementar no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo das cominações legais.

§ 2° A partir da formalização do contrato, não será admitida retificação de informações no eSocial que implique redução dos valores anteriormente confessados e parcelados, situação que ensejará a rescisão do contrato.

Art. 42. O devedor poderá acrescentar novas competências ao contrato de parcelamento vigente, não compreendidas no período parcelado, mediante termo aditivo, respeitado o número de prestações remanescentes e mantida a data de vencimento das prestações.

§ 1° Se mais de um contrato de parcelamento estiver vigente, os débitos deverão ser acrescentados:

I - em relação a competências anteriores àquelas já parceladas, ao contrato em que originariamente deveriam ter sido contemplados, considerando o respectivo período parcelado; e

II - em relação a competências posteriores àquelas já parceladas, ao contrato que contemplar o débito da competência mais recente.

§ 2° Na hipótese do aditamento a que se refere este artigo, o período parcelado sofrerá alteração, inclusive para os fins previstos no art. 41.

§ 3° A formalização do termo aditivo ocorrerá com o recolhimento dos valores descritos no § 1° do art. 37 até a data da primeira prestação vincenda.

§ 4° O recolhimento de que trata o § 3° não afastará a obrigatoriedade de recolhimento da prestação normal do contrato de parcelamento original a vencer naquele dia.

§ 5° Na inexistência de valores de FGTS para a constituição da prestação prevista no § 3°, o termo aditivo será automaticamente formalizado na data de sua anuência pelo devedor.

§ 6° Formalizado o termo aditivo, o valor do débito a ele correspondente será computado na geração da primeira guia de recolhimento de prestação relativa ao parcelamento aditado, ainda que esteja em atraso.

Art. 43. A contratação do parcelamento não inibirá ou afastará a possibilidade de realização de procedimento administrativo fiscal, hipótese em que poderão ser apurados e lançados em notificação de débito outros valores não abrangidos pelo referido instrumento, enquanto não operada a prescrição.

Parágrafo único. Até 10 (dez) dias contados da constituição definitiva do débito, caberá ao devedor promover a declaração dos respectivos fatos geradores e bases de cálculo do FGTS, nos termos do § 4° do art. 15, relativo a todo o período do débito alcançado pela notificação, ainda que diverso do parcelado, sob pena de rescisão de todos os contratos de parcelamento vigentes.

Art. 44. O recolhimento de prestação de FGTS parcelado deverá ser realizado a partir de guia emitida pela respectiva funcionalidade constante no módulo de parcelamento do FGTS Digital.

§ 1° Não será considerado, para fins de quitação de prestação normal do parcelamento, o recolhimento realizado a partir de guia emitida pelas funcionalidades constantes no módulo geral de gestão de guias do FGTS Digital.

§ 2° O recolhimento realizado nos termos do § 1° será abatido do montante do débito parcelado, considerando-se quitadas as prestações na ordem inversa de seu vencimento, de modo a determinar o recálculo automático do valor das prestações, respeitado o valor mínimo da faixa correspondente ao débito identificado por ocasião da anuência aos termos do contrato, nos termos do Anexo.

§ 3° A apropriação do recolhimento nos termos do § 2° deste artigo, bem como a antecipação de que trata o § 2° do art. 45, não eximirão o devedor da obrigatoriedade de seguir o cronograma original, mediante o recolhimento da prestação subsequente a vencer.

Art. 45. As prestações do parcelamento deverão ser recolhidas pelo devedor na ordem crescente, não sendo possível a quitação da seguinte sem que se tenha quitado a anterior, salvo na hipótese das antecipações previstas neste Capítulo, caso em que o recolhimento será considerado para fins de quitação das prestações na ordem inversa de seu vencimento, priorizando as últimas a vencer.

§ 1° O FGTS Digital permitirá a geração de guia para o recolhimento de prestação normal do parcelamento com, no máximo, um mês de antecedência da data de seu vencimento, limitada à existência de índice de atualização e encargos devidos para a data de pagamento indicada pelo devedor.

§ 2° No módulo de parcelamento do FGTS Digital, o devedor, a seu critério, poderá gerar guias para antecipar o recolhimento da quantidade de prestações que indicar, considerando-se quitadas na ordem inversa de seu vencimento, recaindo a amortização sobre as últimas parcelas.

Art. 46. Caberá ao devedor providenciar em tempo hábil a geração das guias de recolhimento dos valores de FGTS parcelados a fim de promover a sua regular quitação.

Art. 47. O valor de cada uma das prestações será atualizado até a data do efetivo recolhimento com os encargos previstos na Lei n° 8.036, de 1990.

Art. 48. No curso do parcelamento, o devedor ficará obrigado a antecipar todos os recolhimentos de FGTS relativos ao trabalhador que, em razão da rescisão do contrato de trabalho, reunir condições legais para a movimentação de valores de sua conta vinculada.

§ 1° Na hipótese do caput, o recolhimento de todos os valores de FGTS deverá ser realizado até a data de vencimento estabelecida para a quitação dos valores rescisórios, nos termos legais.

§ 2° Os valores devidos em decorrência da antecipação prevista no caput serão abatidos do montante total do débito devido e parcelado, aplicando-se idêntica sistemática prevista no § 2° do art. 44.

Art. 49. A permanência de 3 (três) prestações vencidas e não quitadas integralmente acarretará rescisão automática do contrato de parcelamento, excluindo-se a possibilidade de purgar a mora e a necessidade de prévia comunicação ao devedor.

§ 1° A rescisão de que trata o caput ocorrerá também na hipótese de inadimplência de qualquer uma das duas últimas prestações do contrato, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias.

§ 2° O saldo devedor remanescente de contrato de parcelamento será encaminhado para inscrição em dívida ativa, obedecidos os parâmetros legais.

§ 3° Na hipótese de o débito não ser encaminhado para inscrição em dívida ativa, nos termos do § 2°, o valor remanescente poderá ser somado a outros débitos de FGTS não parcelados anteriormente para fins de contratação de novo parcelamento, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 50. Além das demais situações previstas nesta Portaria, a Secretaria de Inspeção do Trabalho poderá rescindir o contrato de parcelamento, sem necessidade de prévia comunicação, em caso de:

I - decretação de falência ou insolvência do devedor;

II - liquidação ou extinção do devedor;

III - omissão de fatos ou prática de atos fraudulentos com objetivo de obter o deferimento ou qualquer vantagem relativa ao contrato de parcelamento, inclusive para a manutenção de sua vigência; ou

IV - ocorrência de outras situações previstas em Lei ou em Resoluções do Conselho Curador do FGTS.

Art. 51. A rescisão do contrato de parcelamento, em qualquer situação e a qualquer tempo, com a existência de saldo devedor remanescente ensejará:

I - realização dos procedimentos administrativos pertinentes e remessa à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do débito em dívida ativa e cobrança executiva; ou

II - adoção facultativa de outros meios para a cobrança, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, caso o valor do débito consolidado não atenda aos parâmetros legais para remessa à inscrição em dívida ativa.

Art. 52. A anuência aos termos do contrato de parcelamento de FGTS não afasta a obrigação do devedor em face de qualquer outra contribuição, tributo ou dever legal de prestar informações acerca destes.

Art. 53. Em relação aos valores de FGTS objeto do contrato de parcelamento, não haverá o fornecimento de informação restritiva, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, para os fins de emissão do CRF pelo agente operador:

I - a partir da data de formalização do contrato; e

II - enquanto o devedor estiver em dia com todas as prestações decorrentes do contrato de parcelamento, inclusive quanto à obrigatoriedade de antecipação de valores de FGTS parcelados.

Art. 54. A não aplicação imediata de sanções por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho diante da inobservância de disposições constantes do contrato de parcelamento constitui mera liberalidade e não

configura hipótese de novação ou alteração tácita do contrato, o qual só poderá ser modificado por escrito, salvo nas situações expressamente nele previstas.

Art. 55. No contrato de parcelamento deverá constar como local da contratação o domicílio da sede do devedor, considerado o domicílio da matriz, mesmo quando o contrato compreender o débito de FGTS de outros estabelecimentos com domicílios distintos, e será eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, com jurisdição sobre aquela localidade, para solucionar eventual lide sobre referido contrato.

Seção II
Das condições especiais do contrato de parcelamento

Art. 56. O empregador que mantiver estabelecimento situado em município para o qual tenha sido decretado estado de calamidade pública, desde que assim reconhecido pelo Poder Executivo Federal, poderá ser beneficiado com a suspensão do recolhimento das prestações cujos vencimentos ocorrerem a partir do início do período por ele abrangido.

§ 1° Para os contratos de parcelamento assinados ou vigentes no período abrangido pelo estado de calamidade, o prazo da suspensão do recolhimento será limitado ao tempo total estabelecido no Decreto, e não ultrapassará 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2° Dispensada a formalização de aditivo contratual, a aplicação da suspensão de que trata o caput estará condicionada a prévio requerimento do devedor, alcançará as prestações vincendas e, no caso de mora, abrangerá apenas duas prestações em atraso, desde que o vencimento esteja compreendido no período abrangido pelo estado de calamidade pública.

§ 3° Para beneficiar-se da suspensão, o requerimento deverá ser realizado durante o período do estado de calamidade.

§ 4° O prazo de que trata o § 1° será contado a partir do requerimento do devedor, exceto se a suspensão alcançar prestações em atraso, hipótese em que a contagem será realizada a partir da data de vencimento da primeira prestação inadimplida.

Art. 57. O vencimento mensal das prestações suspensas será reprogramado a partir do término do prazo a que se refere o § 1° do art. 56, observados o mesmo dia de vencimento da parcela originalmente contratada e o número de prestações remanescentes.

Art. 58. O devedor será beneficiado com a suspensão de que trata o art. 56 desde que a solicite antes da ocorrência dos motivos justificadores da rescisão automática pelo inadimplemento das prestações ordinárias.

Art. 59. As prestações com recolhimento suspenso nos termos do art. 56 não ensejarão o fornecimento de informação restritiva, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, para os fins de emissão do CRF pelo agente operador.

Art. 60. A suspensão prevista no art. 56 não afastará a obrigatoriedade do recolhimento da prestação formalizadora de que trata o art. 37.

Parágrafo único. Na inexistência de valores de FGTS para a constituição da prestação prevista no caput, excepcionalmente a formalização do contrato ocorrerá tão somente com a sua anuência pelo devedor, dispensada a exigência prevista no § 2° do art. 37.

Art. 61. A hipótese de suspensão prevista no art. 56 não obstará a aplicação das demais regras previstas neste Capítulo, especialmente quanto à:

I - obrigatoriedade de recolhimento da antecipação dos valores de FGTS conforme previsão constante do art. 48; e

II - incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e demais encargos legais devidos nesse período.

Art. 62. As ME e EPP amparadas pela Lei Complementar n° 123, de 2006, poderão ser beneficiadas com a fixação das 6 (seis) primeiras prestações mensais pelo valor mínimo previsto para a faixa A do Anexo, nas contratações de parcelamento requeridas e formalizadas em determinados eventos de incentivo à regularização promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1° A condição especial prevista no caput será aplicável nas seguintes condições:

I - o débito total do devedor não poderá ser superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - o parcelamento deverá contemplar, no mínimo, 6 (seis) prestações, incluída aquela a ser recolhida nos termos do § 2° do art. 37, se for o caso; e

III - o benefício deverá ser requerido no ato da anuência aos termos do contrato.

§ 2° A diferença entre o valor mínimo das 6 (seis) primeiras prestações e o seu valor base, calculado nos termos do art. 38, será distribuída proporcionalmente nas demais prestações.

§ 3° As disposições do caput restringem-se à fixação do valor das primeiras 6 (seis) prestações mensais pelo valor mínimo e não afastam a obrigatoriedade de recolhimento dos valores devidos para a formalização do contrato, conforme previsto no art. 37, tampouco a antecipação prevista no art. 48.

Art. 63. A rescisão do contrato de parcelamento contemplado com as condições especiais de que trata esta Seção acarretará ao devedor o impedimento de contratação de novo parcelamento, nas mesmas condições, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de ocorrência do motivo justificador dessa rescisão.

Seção III
Do termo de adesão a contrato de parcelamento

Art. 64. O modelo do Termo de Adesão a Contrato de Parcelamento de Débito de FGTS será aprovado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho e disponibilizado no sítio oficial do FGTS Digital no portal gov.br.

CAPÍTULO VII
DA COMPENSAÇÃO E DA RESTITUIÇÃO DO FGTS

Art. 65. O empregador ou o responsável pelo recolhimento do FGTS poderá, por intermédio do FGTS Digital, requerer a compensação ou a restituição de valores recolhidos indevidamente ou a maior, nos termos deste Capítulo.

§ 1° Apenas os valores de FGTS recolhidos pela GFD serão passíveis de solicitação para compensação ou restituição pelo FGTS Digital.

§ 2° Os procedimentos para compensação ou restituição de valores de FGTS recolhidos indevidamente ou a maior com utilização de guias geradas por meio de outros sistemas serão realizados exclusivamente junto ao agente operador do FGTS, segundo normas operacionais deste e as diretrizes emanadas pelo Conselho Curador do FGTS.

Art. 66. Na hipótese de retificação ou substituição de informações no eSocial que alterem as bases de cálculo do FGTS de determinado trabalhador, os valores devidos de FGTS e ainda não lançados em documento fiscal pela Auditoria-Fiscal do Trabalho serão automaticamente compensados com os valores anteriormente recolhidos quando os débitos forem identificados pelos mesmos campos chaves, conforme agrupamento de dados previsto no § 4° do art. 26.

Parágrafo único. Observada a aplicação da regra do caput, caso remanesçam débitos e créditos em distintos grupos de tipo de valor relativos ao mesmo trabalhador, a compensação somente será realizada mediante requerimento de bloqueio e estorno.

Art. 67. Para possibilitar o requerimento de compensação ou restituição de valores de FGTS recolhidos indevidamente ou a maior, o interessado deverá requerer previamente o bloqueio dos valores e o respectivo estorno nas contas vinculadas dos trabalhadores.

§ 1° A formulação do requerimento de que trata o caput, realizado no ambiente do FGTS Digital, implicará imediata e automática comunicação ao agente operador para as providências de bloqueio junto à conta vinculada do trabalhador.

§ 2° Nos procedimentos inerentes à compensação ou restituição, o Domicílio Eletrônico Trabalhista - DET será o meio de comunicação a ser utilizado entre a Auditoria-Fiscal do Trabalho e o interessado.

§ 3° Excepcionalmente, quando não for possível a utilização do DET, a Auditoria-Fiscal do Trabalho poderá utilizar ou indicar outros meios de comunicação.

Art. 68. A efetivação do bloqueio do valor requerido na conta vinculada do trabalhador será submetida à análise e ao controle exclusivos do agente operador, segundo normas operacionais deste e diretrizes emanadas pelo Conselho Curador do FGTS.

§ 1° A realização do bloqueio, mesmo que parcial, a sua inviabilidade ou seu indeferimento serão comunicados pelo agente operador à Auditoria-Fiscal do Trabalho, que informará ao requerente interessado por meio do FGTS Digital.

§ 2° O bloqueio realizado pelo agente operador tem a finalidade exclusiva de resguardar direitos do requerente interessado e não importará em automático reconhecimento acerca da legalidade, validade e regularidade do pedido de estorno, bem como do direito à compensação ou restituição.

§ 3° Na ocorrência de impedimento para a realização do bloqueio integral do valor requerido não caberá recurso.

§ 4° Na hipótese do § 3° será admitida a realização de novo requerimento.

Art. 69. Realizado o bloqueio pelo agente operador, o pedido de estorno será analisado e poderá ser deferido imediatamente com base na aplicação de parâmetros internos estabelecidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

§ 1° Não atendidos os parâmetros de que trata o caput, o interessado poderá ser submetido a procedimento administrativo fiscal e notificado para, no prazo de 3 (três) dias úteis, prestar esclarecimentos e apresentar documentos pertinentes.

§ 2° Notificado o interessado e caso este não apresente os documentos no prazo assinalado, o pedido será arquivado e o agente operador comunicado para levantar o bloqueio do valor realizado na conta vinculada do trabalhador.

§ 3° O arquivamento do pedido de bloqueio e estorno de que trata o § 2° não impedirá que novo requerimento seja realizado pelo interessado com o mesmo teor.

§ 4° A faculdade descrita no § 3° será limitada à formulação de três pedidos, incluído o requerimento inicial.

Art. 70. A análise e a decisão sobre a legalidade do estorno requerido pelo interessado serão realizadas por Auditor-Fiscal do Trabalho designado.

Parágrafo único. A decisão, devidamente fundamentada, será considerada por trabalhador, competência e valor, com a conclusão expressa pelo deferimento ou indeferimento do pedido.

Art. 71. Deferido o pedido de estorno, o agente operador será comunicado pela Auditoria-Fiscal do Trabalho, por meio do FGTS Digital, para que os valores objeto de restituição sejam debitados na conta vinculada do trabalhador e creditados na conta virtual do empregador - CVE.

§ 1° Os valores a que se referem o caput serão atualizados monetariamente até a data do lançamento do crédito na conta virtual do empregador, data a partir da qual os recursos estarão disponíveis para compensação ou restituição.

§ 2° Na hipótese de indeferimento do pedido de estorno, o empregador ou responsável poderá apresentar recurso devidamente fundamentado e instruído com as provas cabíveis no prazo de 10 (dez) dias, por meio do FGTS Digital, à Coordenação de Gestão e Fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que decidirá em última instância.

§ 3° O recurso interposto poderá ser submetido, antes da decisão, à elaboração de parecer motivado e conclusivo por Auditor-Fiscal do Trabalho, distinto daquele que proferiu a decisão recorrida.

Art. 72. Entre outras situações devidamente fundamentadas, não será deferido o estorno do valor do FGTS da conta vinculada do trabalhador quando derivado das seguintes hipóteses:

I - FGTS devido relativo à competência cuja pretensão estava prescrita na data do recolhimento;

II - recolhimento de FGTS indevido ou a maior ao mesmo trabalhador em conta vinculada relativa a contrato distinto do qual se pleiteia o bloqueio para fins de compensação ou restituição, ainda que o vínculo se refira a idêntico empregador ou responsável pelo recolhimento do FGTS;

III - recolhimento de FGTS realizado ao diretor não empregado na forma do art. 16 da Lei n° 8.036, de 1990, exceto na hipótese de duplicidade de recolhimento ou comprovação de erro na base de cálculo;

IV - reclassificação cadastral de determinada rubrica de natureza remuneratória para indenizatória, quando for considerada em desconformidade com os parâmetros legais; ou

V - prescrição da pretensão à restituição, considerados os prazos previstos pelo inciso XXIX do art. 7° da Constituição Federal, contados da data do recolhimento a maior ou indevido.

Art. 73. Os recolhimentos realizados em duplicidade, quando detectados pelo FGTS Digital, a partir do agrupamento de dados previsto pelo § 4° do art. 26, dispensam requerimento de bloqueio e serão creditados automaticamente na CVE para utilização em eventual compensação ou restituição.

Art. 74. Creditado o valor na CVE, o FGTS Digital verificará a existência de débitos de FGTS por parte do interessado e que estejam vencidos, para efeito de compensação.

§ 1° A verificação a que se refere o caput será realizada apenas quanto aos débitos existentes e controlados no âmbito do FGTS Digital.

§ 2° Os valores creditados na CVE somente serão passíveis de restituição quando inexistirem débitos que possam ser compensados, inclusive com aqueles que estejam contemplados em contrato de parcelamento.

§ 3° Os créditos utilizados para compensar valores de FGTS contemplados em contrato de parcelamento serão abatidos do montante total do débito devido e parcelado, aplicando-se o procedimento disposto no § 2° do art. 44.

§ 4° O saldo credor da CVE poderá ser utilizado para o cumprimento de obrigações vincendas apenas quando inexistirem débitos de FGTS para compensação.

Art. 75. A GFD utilizada para compensação de saldo credor existente na CVE:

I - será gerada exclusivamente para compensação de valores e não poderá contemplar qualquer outro valor de FGTS a recolher; e

II - contemplará apenas débitos de FGTS não encaminhados para inscrição em dívida ativa.

Art. 76. A existência de saldo credor na CVE, sem débitos passíveis de compensação, autoriza o interessado a requerer a restituição do respectivo valor no FGTS Digital.

§ 1° A Auditoria-Fiscal do Trabalho, por meio do FGTS Digital, poderá bloquear a restituição ou indeferir liminarmente o requerimento quando detectar o descumprimento de obrigações acessórias pelo empregador ou responsável pelo recolhimento do FGTS.

§ 2° O requerimento deverá informar a conta de titularidade do empregador ou do responsável pelo recolhimento indevido ou a maior do FGTS para a realização da devolução ou, ainda, a chave PIX da conta para o recebimento dos valores, desde que coincidente com seu CNPJ raiz ou seu CPF, conforme o caso.

§ 3° O ato de efetivação da restituição, de exclusiva análise de admissibilidade e responsabilidade do agente operador do FGTS, sempre será realizado pelo valor total do saldo existente na CVE, com a observância das normas do agente operador e diretrizes emanadas pelo Conselho Curador do FGTS.

§ 4° Não caberá recurso do indeferimento da restituição, independentemente do motivo, sem prejuízo de o interessado apresentar novo requerimento, com as correções cabíveis, para análise.

Art. 77. A autorização de compensação ou restituição de valores creditados na CVE não importará no automático reconhecimento da regularidade do empregador ou responsável pelo recolhimento do FGTS, nem obstará a apuração de débito decorrente de omissão ou incorreção das declarações prestadas, sem prejuízo de responsabilização administrativa, civil ou criminal cabível.

Art. 78. Ao requerer o bloqueio e estorno de FGTS recolhido a maior ou indevidamente, o empregador ou responsável deverá concordar com Termo de Declaração, cujo modelo será aprovado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho e disponibilizado no sítio oficial do FGTS Digital no portal gov.br.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 79. Revoga-se a Portaria MTE n° 3.211, de 18 de agosto de 2023.

Art. 80. Esta Portaria entra em vigor em 1° de março de 2024.

LUIZ MARINHO

ANEXO
PRAZO MÁXIMO E VALOR MÍNIMO DA PRESTAÇÃO

TABELA 1
DEVEDORES EM GERAL

TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora) - (R$)			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	3.000,00	12	100,00
B	3.000,01	5.220,00	18	250,00
C	5.220,01	9.120,00	24	290,00
D	9.120,01	15.840,00	36	380,00
E	15.840,01	24.000,00	48	440,00
F	24.000,01	34.800,00	60	500,00
G	34.800,01	47.880,00	72	580,00
H	47.880,01	61.200,00	80	665,00
I	61.200,01	.....	85	765,00

TABELA 2
DEVEDORES EM GERAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU INTERVENÇÃO EXTRAJUDICIAL

TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora) - (R$)			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	4.250,00	17	100,00
B	4.250,01	7.250,00	25	250,00
C	7.250,01	12.920,00	34	290,00
D	12.920,01	22.440,00	51	380,00
E	22.440,01	34.000,00	68	440,00
F	34.000,01	49.300,00	85	500,00
G	49.300,01	67.830,00	102	580,00
H	67.830,01	86.445,00	113	665,00
I	86.445,01	.....	120	765,00

TABELA 3
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora) - (R$)			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	3.500,00	14	100,00
B	3.500,01	6.090,00	21	250,00
C	6.090,01	10.640,00	28	290,00
D	10.640,01	18.480,00	42	380,00
E	18.480,01	28.000,00	56	440,00
F	28.000,01	40.600,00	70	500,00
G	40.600,01	55.860,00	84	580,00
H	55.860,01	71.910,00	94	665,00
I	71.910,01	.....	100	765,00

TABELA 4
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora) - (R$)	Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R$)

FAIXA	De	Até		
A	200,00	2.465,00	17	100,00
B	2.465,01	4.125,00	25	145,00
C	4.125,01	6.460,00	34	165,00
D	6.460,01	11.220,00	51	190,00
E	11.220,01	17.340,00	68	220,00
F	17.340,01	24.650,00	85	255,00
G	24.650,01	34.170,00	102	290,00
H	34.170,01	43.505,00	113	335,00
I	43.505,01	.....	120	385,00

TABELA 5
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora) - (R$)			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	2.900,00	20	100,00
B	2.900,01	4.950,00	30	145,00
C	4.950,01	7.790,00	41	165,00
D	7.790,01	13.420,00	61	190,00
E	13.420,01	20.655,00	81	220,00
F	20.655,01	29.290,00	101	255,00
G	29.290,01	40.870,00	122	290,00
H	40.870,01	51.975,00	135	335,00
I	51.975,01	.....	144	385,00

TABELA 6
EMPREGADOR DOMÉSTICO

TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora) - (R$)			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R$)
FAIXA	De	Até		
A	160,00	1.200,00	12	80,00
B	1.200,01	1.980,00	18	100,00
C	1.980,01	3.000,00	24	110,00
D	3.000,01	4.860,00	36	125,00
E	4.860,01	6.960,00	48	135,00
F	6.960,01	9.600,00	60	145,00
G	9.600,01	12.960,00	72	160,00
H	12.960,01	16.000,00	80	180,00
I	16.000,01	.....	85	200,00

CIRCULAR CAIXA N° 1.044, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29.02.2024)

Divulga a versão 6 do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes, junto ao FGTS.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7°, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto n° 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei n° 9.012/95, de 11/03/1995,

RESOLVE:

1. Divulgar atualização do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes junto ao FGTS, versão 6.

2. O citado Manual de Orientação está disponível no sítio da CAIXA: http://www.caixa.gov.br, na área de Downloads item FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais.

3. Fica revogada a Circular CAIXA n° 1.027, de 28 de agosto de 2023.

4. Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO HIDEKI HORI TAKAHASHI
Diretor-Executivo

CIRCULAR CAIXA N° 1.045, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Divulga a versão 18 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7°, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto n° 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei n° 8.212, de 24/07/1991, com o Decreto n° 3.048, de 06/05/1999, com a Lei n° 9.012/95, de 11/03/1995, com a Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, com o 7° do art. 26 da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006

RESOLVE:

1. Divulgar atualização do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais que dispõe sobre os procedimentos pertinentes à arrecadação do FGTS, versão 18, disponibilizada no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção Downloads, tópico: FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais.

2. Fica revogada a Circular CAIXA n° 1.022, de 10 de julho de 2023.

3 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO HIDEKI HORI TAKAHASHI
Diretor-Executivo

CIRCULAR CAIXA N° 1.046, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29.02.2024)

Dispõe sobre o uso do SEFIP para recolhimento dos depósitos mensais, no prazo ou em atraso, a partir da competência 03/2024 e da GRRF para desligamentos ocorridos a partir do dia 01/03/2024 de maneira contingencial, a contar da comunicação publicada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7°, inciso II, da Lei

8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto n° 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei n° 9.012/95, de 11/03/1995, Edital n° 4/2023 altera o edital n° 3/2023,

RESOLVE:

1. Divulgar orientação acerca do uso do SEFIP para efetivação de depósito mensal, da reclamatória trabalhista e da contribuição social, no prazo ou em atraso, sobre a remuneração paga ou devida a cada trabalhador a partir da competência 03/2024, bem como dos depósitos rescisórios por meio da GRRF, de maneira contingencial, servindo como instrumento a ser adotado, doravante, por todos os entes envolvidos no processo do FGTS.

2. O uso do SEFIP e GRRF estará permitido a partir da comunicação pública divulgada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho, exceto para recolhimentos da administração pública.

3. As orientações para recolhimento via SEFIP e GRRF estão divulgadas no Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais, disponível no sítio da CAIXA: http://www.caixa.gov.br, na área de Downloads item FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais.

4. Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO HIDEKI HORI TAKAHASHI
Diretor-Executivo

2.03 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS

RESOLUÇÃO ANP N° 965, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 26.02.2024)

Altera a Resolução ANP n° 802, de 5 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, para estabelecer novos parâmetros nas Tabelas do Anexo da Resolução.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP n° 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7° do Anexo I do Decreto n° 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.213229/2023-55 e as deliberações tomadas na 1.132ª Reunião de Diretoria, realizada em 22 de fevereiro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1° A Resolução ANP n° 802, de 5 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6° .....

.....

III - o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), constante da NF-e, deverá representar apenas operações que indiquem venda, remessa de entrega futura, venda de produção do estabelecimento entregue ao destinatário por conta e ordem do adquirente originário em venda à ordem, conforme Anexo II; e

.....

§ 1°-A Quando a comercialização de biocombustíveis ocorrer para agente econômico que não seja autorizado pela ANP, mas que esteja previsto no Anexo II, o agente econômico destinatário da NF-e deverá ser cadastrado pela ANP.

.....

§ 4° Em caso de constatação de erro na emissão de CBIOs decorrente de inconsistências de dados de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, a ANP notificará o emissor primário e fará a apuração dos valores a serem creditados ou descontados em futuras solicitações do emissor.

§ 5° Caso o desconto referido nos §§ 3° e 4° não seja suficiente para, em um prazo de seis meses, compensar os CBIOs gerados indevidamente, o emissor deverá comprovar a aposentadoria de CBIOs em volume equivalente ao gerado a partir de NF-e cancelada e ainda não compensado.

§ 6° O CFOP da NF-e emitida pelo produtor de biocombustíveis cujo destinatário seja o adquirente originário deverá representar venda de produção do estabelecimento, no caso de a venda de produção do estabelecimento entregue ao destinatário ter sido por conta e ordem do adquirente originário.

§ 7° No caso de infração ao §6°, o emissor deverá comprovar a aposentadoria de CBIOs em volume equivalente ao gerado indevidamente, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis, especialmente aquelas previstas no art. 15." (NR)

Art. 2° O Anexo II da Resolução ANP n° 802, de 5 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Tabela 1 - Operações de comercialização de etanol anidro combustível geradoras de lastro para emissão de CBIO

Emitente da Nota Fiscal	Destinatário da Nota Fiscal	CFOP	CST(1)	Informações adicionais
.....	.....	..... * 5923 * 6923	.....	..... No caso dos CFOPs 5923 e 6923, o CFOP da NF-e destinada ao adquirente originário deverá ser 5118 ou 6118.
.....	.....	.....	.....	.....

.....	.....	..... * 5923 * 6923	.....	..... No caso dos CFOPs 5923 e 6923, quando em operações com Cooperativas de Produtores, o CFOP da NF-e destinada ao adquirente originário deverá ser 5119 ou 6119.

" (NR)

"Tabela 1-A - Operações de comercialização de etanol hidratado combustível geradoras de lastro para emissão de CBIO

Emitente da Nota Fiscal	Destinatário da Nota Fiscal	CFOP	CST(1)	Informações adicionais
.....	.....	..... * 5923 * 6923	.....	..... No caso dos CFOPs 5923 e 6923, o CFOP da NF-e destinada ao adquirente originário deverá ser 5118 ou 6118.
.....	.....	.....	.....	.....
.....	..... * Cooperativa de produtores de etanol * Produtor de etanol	..... * 5923 * 6923	.....	..... No caso dos CFOPs 5923 e 6923, quando em operações com Cooperativas de Produtores, o CFOP da NF-e destinada ao adquirente originário deverá ser 5119 ou 6119.

" (NR)

"Tabela 2 - Operações de comercialização de biodiesel geradoras de lastro para emissão de CBIO

Emitente da Nota Fiscal	Destinatário da Nota Fiscal	CFOP	CST(1)	Informações adicionais
.....	.....	..... * 5923 * 6923	.....	No caso dos CFOPs 5923 e 6923, o CFOP da NF-e destinada ao adquirente originário deverá ser 5118 ou 6118.

" (NR)

"Tabela 3 - Operações de comercialização de biometano geradoras de lastro para emissão de CBIO

Emitente da Nota Fiscal	Destinatário da Nota Fiscal	CFOP	CST(1)	Informações adicionais
.....	Concessionária estadual de gás natural canalizado; Distribuidor de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel autorizado pela ANP; Distribuidor de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel autorizado pela ANP; Comercializador de gás natural registrado pela ANP; Consumidor final de gás natural, nos termos da legislação vigente.	..... * 5923 * 6923	.....	No caso dos CFOPs 5923 e 6923, o CFOP da NF-E destinada ao adquirente originário deverá ser 5118 ou 6118.

" (NR)

Art. 3° Fica revogado o § 1° do art. 6° da Resolução ANP n° 802, de 5 de dezembro de 2019.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor em 1° de abril de 2024.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ATO COTEPE/ICMS N° 024, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 27.02.2024)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, no dia 26 de fevereiro de 2024, na forma do inciso I do § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3/18, registrada no Processo SEI n° 12004.100012/2020-34,

TORNA PÚBLICO:

Art. 1° O item 11 fica acrescido ao campo referente ao Estado de Sergipe do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 5, de 10 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

"

Unidade Federada: SERGIPE				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
11	SE	40.875.762/0003-18	27.190.508-5	EXEN TECHNOLOGY DO BRASIL S.A.

".

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.176, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Revoga Instruções Normativas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício da atribuição prevista no inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no inciso II do art. 8° do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Instrução Normativa revoga Instruções Normativas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, em cumprimento do disposto no inciso II do art. 8° do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2° Ficam revogadas as seguintes Instruções Normativas:

I - Instrução Normativa SRF n° 84, de 1° de outubro de 1993;

II - Instrução Normativa SRF n° 35, de 5 de julho de 1995;

III - Instrução Normativa SRF n° 170, de 23 de dezembro de 1999;

IV - Instrução Normativa SRF n° 37, de 23 de março de 2000;

V - Instrução Normativa SRF n° 13, de 31 de janeiro de 2001;

VI - Instrução Normativa SRF n° 35, de 30 de março de 2001;

VII - Instrução Normativa SRF n° 104, de 21 de dezembro de 2001;

VIII - Instrução Normativa SRF n° 340, de 11 de julho de 2003;

IX - Instrução Normativa SRF n° 347, de 30 de julho de 2003;

X - Instrução Normativa SRF n° 372, de 23 de dezembro de 2003;

XI - Instrução Normativa SRF n° 383, de 9 de janeiro de 2004;

XII - Instrução Normativa SRF n° 384, de 9 de janeiro de 2004;

XIII - Instrução Normativa SRF n° 398, de 15 de fevereiro de 2004;

XIV - Instrução Normativa SRF n° 399, de 18 de fevereiro de 2004;

XV - Instrução Normativa SRF n° 402, de 10 de março de 2004;

XVI - Instrução Normativa SRF n° 405, de 15 de março de 2004;

XVII - Instrução Normativa SRF n° 430, de 29 de junho de 2004;

XVIII - Instrução Normativa SRF n° 431, de 29 de junho de 2004;

XIX - Instrução Normativa SRF n° 434, de 27 de julho de 2004;

XX - Instrução Normativa SRF n° 447, de 6 de setembro de 2004;

XXI - Instrução Normativa SRF n° 452, de 24 de setembro de 2004;

XXII - Instrução Normativa SRF n° 453, de 30 de setembro de 2004;

XXIII - Instrução Normativa SRF n° 499, de 28 de janeiro de 2005;

XXIV - Instrução Normativa SRF n° 500, de 28 de janeiro de 2005;

XXV - Instrução Normativa SRF n° 505, de 11 de fevereiro de 2005;

XXVI - Instrução Normativa SRF n° 506, de 11 de fevereiro de 2005;

XXVII - Instrução Normativa SRF n° 514, de 18 de fevereiro de 2005;

XXVIII - Instrução Normativa SRF n° 515, de 18 de fevereiro de 2005;

XXIX - Instrução Normativa SRF n° 529, de 29 de março de 2005;

XXX - Instrução Normativa SRF n° 530, de 29 de março de 2005;

XXXI - Instrução Normativa SRF n° 533, de 30 de março de 2005;

XXXII - Instrução Normativa SRF n° 555, de 2 de agosto de 2005;

XXXIII - Instrução Normativa SRF n° 556, de 2 de agosto de 2005;

XXXIV - Instrução Normativa SRF n° 620, de 13 de fevereiro de 2006;

XXXV - Instrução Normativa SRF n° 621, de 15 de fevereiro de 2006;

XXXVI - Instrução Normativa SRF n° 622, de 15 de fevereiro de 2006;

XXXVII - Instrução Normativa SRF n° 623, de 16 de fevereiro de 2006;

XXXVIII - Instrução Normativa SRF n° 624, de 16 de fevereiro de 2006;

XXXIX - Instrução Normativa SRF n° 626, de 21 de fevereiro de 2006;

XL - Instrução Normativa SRF n° 652, de 19 de maio de 2006;

XLI - Instrução Normativa SRF n° 653, de 19 de maio de 2006;

XLII - Instrução Normativa SRF n° 665, de 27 de julho de 2006;

XLIII - Instrução Normativa SRF n° 666, de 27 de julho de 2006;

XLIV - Instrução Normativa SRF n° 693, de 7 de dezembro de 2006;

XLV - Instrução Normativa SRF n° 712, de 5 de fevereiro de 2007;

XLVI - Instrução Normativa SRF n° 713, de 5 de fevereiro de 2007;

XLVII - Instrução Normativa SRF n° 714, de 5 de fevereiro de 2007;

XLVIII - Instrução Normativa SRF n° 715, de 5 de fevereiro de 2007;

XLIX - Instrução Normativa SRF n° 718, de 12 de fevereiro de 2007;

L - Instrução Normativa SRF n° 719, de 12 de fevereiro de 2007;

LI - Instrução Normativa SRF n° 724, de 16 de fevereiro de 2007;

LII - Instrução Normativa SRF n° 725, de 16 de fevereiro de 2007;

LIII - Instrução Normativa RFB n° 759, de 26 de julho de 2007;

LIV - Instrução Normativa RFB n° 760, de 26 de julho de 2007;

LV - Instrução Normativa RFB n° 812, de 30 de janeiro de 2008;

LVI - Instrução Normativa RFB n° 813, de 30 de janeiro de 2008;

LVII - Instrução Normativa RFB n° 814, de 30 de janeiro de 2008;

LVIII - Instrução Normativa RFB n° 815, de 30 de janeiro de 2008;

LIX - Instrução Normativa RFB n° 827, de 29 de fevereiro de 2008;

LX - Instrução Normativa RFB n° 828, de 17 de março de 2008;

LXI - Instrução Normativa RFB n° 832, de 18 de março de 2008;

LXII - Instrução Normativa RFB n° 868, de 8 de agosto de 2008;

LXIII - Instrução Normativa RFB n° 914, de 6 de fevereiro de 2009;

LXIV - Instrução Normativa RFB n° 915, de 6 de fevereiro de 2009;

LXV - Instrução Normativa RFB n° 916, de 6 de fevereiro de 2009;

LXVI - Instrução Normativa RFB n° 923, de 19 de fevereiro de 2009;

LXVII - Instrução Normativa RFB n° 924, de 19 de fevereiro de 2009;

LXVIII - Instrução Normativa RFB n° 933, de 15 de abril de 2009;

LXIX - Instrução Normativa RFB n° 961, de 7 de agosto de 2009;

LXX - Instrução Normativa RFB n° 997, de 27 de janeiro de 2010;

LXXI - Instrução Normativa RFB n° 998, de 27 de janeiro de 2010;

LXXII - Instrução Normativa RFB n° 999, de 27 de janeiro de 2010;

LXXIII - Instrução Normativa RFB n° 1.000, de 27 de janeiro de 2010;

LXXIV - Instrução Normativa RFB n° 1.012, de 25 de fevereiro de 2010;

LXXV - Instrução Normativa RFB n° 1.030, de 4 de maio de 2010;

LXXVI - Instrução Normativa RFB n° 1.062, de 5 de agosto de 2010;

LXXVII - Instrução Normativa RFB n° 1.104, de 23 de dezembro de 2010;

LXXVIII - Instrução Normativa RFB n° 1.105, de 23 de dezembro de 2010;

LXXIX - Instrução Normativa RFB n° 1.106, de 23 de dezembro de 2010;

LXXX - Instrução Normativa RFB n° 1.107, de 23 de dezembro de 2010;

LXXXI - Instrução Normativa RFB n° 1.126, de 1° de fevereiro de 2011;

LXXXII - Instrução Normativa RFB n° 1.197, de 30 de setembro de 2011;

LXXXIII - Instrução Normativa RFB n° 1.206, de 1° de novembro de 2011;

LXXXIV - Instrução Normativa RFB n° 1.231, de 3 de janeiro de 2012;

LXXXV - Instrução Normativa RFB n° 1.232, de 3 de janeiro de 2012;

LXXXVI - Instrução Normativa RFB n° 1.241, de 20 de janeiro de 2012;

LXXXVII - Instrução Normativa RFB n° 1.242, de 20 de janeiro de 2012;

LXXXVIII - Instrução Normativa RFB n° 1.254, de 5 de março de 2012;

LXXXIX - Instrução Normativa RFB n° 1.274, de 15 de junho de 2012;

XC - Instrução Normativa RFB n° 1.286, de 17 de agosto de 2012;

XCI - Instrução Normativa RFB n° 1.302, de 29 de novembro de 2012;

XCII - Instrução Normativa RFB n° 1.325, de 30 de janeiro de 2013;

XCIII - Instrução Normativa RFB n° 1.326, de 30 de janeiro de 2013;

XCIV - Instrução Normativa RFB n° 1.327, de 30 de janeiro de 2013;

XCV - Instrução Normativa RFB n° 1.328, de 30 de janeiro de 2013;

XCVI - Instrução Normativa RFB n° 1.331, de 1° de fevereiro de 2013;

XCVII - Instrução Normativa RFB n° 1.334, de 22 de fevereiro de 2013;

XCVIII - Instrução Normativa RFB n° 1.348, de 17 de abril de 2013;

XCIX - Instrução Normativa RFB n° 1.350, de 25 de abril de 2013;

C - Instrução Normativa RFB n° 1.351, de 25 de abril de 2013;

CI - Instrução Normativa RFB n° 1.355, de 3 de maio de 2013;

CII - Instrução Normativa RFB n° 1.360, de 14 de maio de 2013;

CIII - Instrução Normativa RFB n° 1.384, de 13 de agosto de 2013;

CIV - Instrução Normativa RFB n° 1.386, de 21 de agosto de 2013;

CV - Instrução Normativa RFB n° 1.441, de 20 de janeiro de 2014;

CVI - Instrução Normativa RFB n° 1.447, de 17 de fevereiro de 2014;

CVII - Instrução Normativa RFB n° 1.448, de 17 de fevereiro de 2014;

CVIII - Instrução Normativa RFB n° 1.449, de 17 de fevereiro de 2014;

CIX - Instrução Normativa RFB n° 1.450, de 17 de fevereiro de 2014;

CX - Instrução Normativa RFB n° 1.451, de 21 de fevereiro de 2014;

CXI - Instrução Normativa RFB n° 1.487, de 13 de agosto de 2014;

CXII - Instrução Normativa RFB n° 1.550, de 26 de fevereiro de 2015;

CXIII - Instrução Normativa RFB n° 1.563, de 5 de maio de 2015;

CXIV - Instrução Normativa RFB n° 1.579, de 7 de agosto de 2015;

CXV - Instrução Normativa RFB n° 1.614, de 1° de fevereiro de 2016;

CXVI - Instrução Normativa RFB n° 1.615, de 1° de fevereiro de 2016;

CXVII - Instrução Normativa RFB n° 1.616, de 1° de fevereiro de 2016;

CXVIII - Instrução Normativa RFB n° 1.617, de 1° de fevereiro de 2016;

CXIX - Instrução Normativa RFB n° 1.619, de 17 de fevereiro de 2016;

CXX - Instrução Normativa RFB n° 1.691, de 21 de fevereiro de 2017;

CXXI - Instrução Normativa RFB n° 1.693, de 21 de fevereiro de 2017;

CXXII - Instrução Normativa RFB n° 1.694, de 21 de fevereiro de 2017;

CXXIII - Instrução Normativa RFB n° 1.695, de 21 de fevereiro de 2017; e

CXXIV - Instrução Normativa RFB n° 1.696, de 21 de fevereiro de 2017.

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

ATO COTEPE/ICMS N° 025, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 2/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula primeira do Ajuste SINIEF n° 3, de 3 de abril de 2018, bem como no art. 2° do Ato COTEPE/ICMS n° 57, de 29 de outubro de 2019,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado de Fazenda de Sergipe, no dia 28 de fevereiro de 2024, na forma do inciso I do art. 2° do Ato COTEPE/ICMS n° 57/19, registrada no Processo SEI n° 12004.101386/2019-33, torna público:

Art. 1° O item 9 fica acrescido ao campo referente ao Estado do Sergipe do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 2, de 3 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:“

Unidade Federada: SERGIPE				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
9	SE	04.423.567/0022-56	27.207.875-1	ENEVA S.A

”.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 026, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, no dia 29 de fevereiro de 2024, na forma do inciso I do § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3/18, registrada no Processo SEI n° 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1° O item 47 fica acrescido ao campo referente ao Estado do Rio de Janeiro do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 5, de 10 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

"

Unidade Federada: RIO DE JANEIRO				
ITEM	**UF**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**
47	RJ	61.142.766/0004-48	11.946.011	VALLOUREC TUBULAR SOLUTIONS LTDA

".

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 004, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024

(Disponibilizado na página da Receita Federal, em "Agenda Tributária")

Divulga a Agenda Tributária do mês de março de 2024.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 284, de 27 de julho de 2020,

DECLARA:

Art. 1° O pagamento de tributo e a apresentação de declarações, demonstrativos ou documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) devem ser efetuados, no mês de março de 2024, nas datas previstas na Agenda Tributária constante do Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, sem prejuízo do disposto na legislação específica de cada tributo.

§ 1° Em caso de feriado estadual ou municipal, a data prevista na Agenda Tributária para o cumprimento da obrigação deverá ser antecipada ou prorrogada de acordo com a legislação específica de cada tributo.

§ 2° O pagamento a que se refere o caput deverá ser efetuado por meio de:

I - Guia da Previdência Social (GPS), se tiver por objeto contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, contribuições instituídas a título de substituição ou contribuições devidas a outras entidades ou fundos; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), se tiver por objeto outros tributos administrados pela RFB.

§ 3° A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet, no endereço eletrônico <www.gov.br/receitafederal>.

Art. 2° As Entidades financeiras e equiparadas a que se refere a Agenda Tributária, obrigadas ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), são as pessoas jurídicas enumeradas pelo § 1° do art. 22 da Lei n° 8.212, de 1991.

Art. 3° Em caso de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em situação ativa no ano do evento, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15° (décimo quinto) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DCTF Mensal, na forma prevista no caput, não se aplica à pessoa jurídica incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 4° Verificada a hipótese prevista no art. 3°, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar o Demonstrativo de Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

I - do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 5° Em caso de extinção da pessoa jurídica em decorrência de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, deverá ser apresentada Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) em nome da pessoa jurídica extinta, relativa ao ano-calendário em que o evento ocorrer, até o último dia útil:

I - do mês de março, se o evento ocorrer no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 6° Dirf de fonte pagadora pessoa física deverá ser apresentada:

I - em caso de saída definitiva do País, até a data de saída em caráter permanente, ou em até 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, em caso de saída do País em caráter temporário; e

II - no caso de encerramento de espólio, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento, exceto se este ocorrer no mês de janeiro, hipótese em que a Dirf poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março.

Art. 7° A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada:

I - ao da decisão judicial sobre a partilha dos bens inventariados, desde que esta tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente ou, se o trânsito em julgado se der a partir de 1° de março, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao do trânsito em julgado; ou

II - até o último dia do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da lavratura da escritura pública de inventário e partilha.

Art. 8° A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que o declarante tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:

I - no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva; ou

II - no ano-calendário em que a condição de não-residente se confirmar, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da confirmação.

§ 1° Deverão ser apresentadas no prazo previsto no inciso I do caput as declarações referentes a anos-calendário anteriores que ainda não tenham sido entregues, se obrigatórias.

§ 2° A pessoa física residente no Brasil que se retirar do território nacional deverá apresentar, além da declaração a que se refere o caput, a Comunicação de Saída Definitiva do País:

I - a partir da data da saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou

II - a partir da data em que a condição de não-residente se confirmar até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Art. 9° Em caso de extinção, fusão, incorporação ou cisão total de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob), nos termos do art. 1° da Instrução Normativa RFB n° 1.115, de 28 de dezembro de 2010, a declaração de Situação Especial deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.

Art. 10. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação da pessoa jurídica, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) de que trata o art. 72 da Resolução CGSN n° 140, de 22 de maio de 2018, deverá ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao do evento, exceto se este ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a apresentação deve ser efetuada até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Em caso de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, a Declaração a que se refere o caput, referente ao ano-calendário em que a exclusão se verificou, deve ser apresentada até o último dia do mês de março do ano-calendário subsequente.

Art. 11. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) de que trata a Instrução Normativa RFB n° 2.003, de 18 de janeiro de 2021, a apresentação deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras nos seguintes prazos:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de junho do mesmo ano; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre junho e dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 12. Em caso de extinção ou encerramento de CNPJ de empresário individual, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) relativa à situação especial deverá ser entregue até:

I - o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário; ou

II - o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

Art. 13. A EFD-Contribuições deve ser transmitida mensalmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o 10° (décimo) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao mês a que a escrituração se refere, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Art. 14. A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que ela se refere.

§ 1° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica, a apresentação da ECF deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do 3° (terceiro) mês subsequente ao do evento.

§ 2° A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 1°, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 3° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação ocorrida durante os meses de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo a que se refere o § 1° será até o último dia útil do mês de julho do referido ano.

Art. 15. A DCTFWeb Diária, utilizada para prestação de informações relativas a receita de espetáculos desportivos realizados por associação desportiva que mantém clube de futebol profissional, deve ser transmitida pela entidade promotora até o 2° (segundo) dia útil após a realização do evento desportivo.

Art. 16. A DCTFWeb Aferição de Obras deverá ser transmitida até o último dia útil do mês em que as informações referentes à obra forem prestadas por meio do Sero, mesmo quando não forem apurados créditos tributários na aferição da obra.

Parágrafo único. O valor das contribuições previdenciárias constantes na DCTFWeb Aferição de Obras deverá ser recolhido por meio de Darf gerado pelo sistema, até o dia 20 do mês subsequente ao do envio da DCTFWeb Aferição de Obras, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 17. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação na Internet.

GUSTAVO ANDRADE MANRIQUE

ANEXO ÚNICO

Agenda Tributária Março de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

OBS: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
Diária	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** Rendimentos do Trabalho Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063		FG ocorrido no mesmo dia

	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422		FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473		"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481		"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192		"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412		"
	Remuneração de direitos	9427		"
	Previdência privada e Fapi	9466		"
	Aluguel e arrendamento	9478		"
	Outros Rendimentos			
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217		FG ocorrido no mesmo dia Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107		
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei n° 10.336/01			
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438		Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep Importação de serviços (Lei n° 10.865/04)	5434		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Importação de serviços (Lei n° 10.865/04)	5442		FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)		4316	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
Até o 2° dia	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor			

útil após a	Público (CPSS)			
data do	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem	1684		Fevereiro/2024
pagamento	remuneração			
das				
remunerações				
dos servidores				
públicos				
5	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		21 a 29/fevereiro/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com			
	Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento			
	(art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no			
	Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de			
	Investimento Coletivo	5286		21 a 29/fevereiro/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos			
	Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		21 a 29/fevereiro/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
5	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e			
	Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			
	(IOF)			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		21 a 29/fevereiro/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"

	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo			21 a 29/fevereiro/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1661		"
	CPSS - Pensionista Civil			"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação	1700		
	Intra-Orçamentária	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação	1769		
	Intra-Orçamentária			"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)	1814		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e	1723		
	Requisição de Pequeno Valor	1730		21 a 29/fevereiro/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e	1752		
	Requisição de Pequeno Valor			"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição			
	de Pequeno Valor			"
7	Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento	Documento Único de		
	de tributos, de contribuições e dos demais encargos do	Arrecadação do		
	empregador doméstico	Simples Doméstico		Fevereiro/2024
7	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público -CNPJ	1020	7307	1° a 31/janeiro/2024
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do	5299		
	poder público - CNPJ - estoque	8053	7315	"
8	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código	3426		
	2402.20.00 da Tipi)	6800		Fevereiro/2024
8	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	6813		
	Outros Rendimentos			

	Juros de empréstimos externos	5273		Fevereiro/2024
13	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	8468		
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	5557		1° a 10/março/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	5706		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa			"
	Fundo de Investimento em Ações	5232		"
	Operações de swap			"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	0924		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e	3699		
	assemelhados			"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9°	5029		
	da Lei n° 9.249/95)			"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de			
	quotas			"
	Demais rendimentos de capital			"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n°			
	12.431/2011			"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com			
	Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)			"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
13	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento			
	(art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		1° a 10/março/2024
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no			
	Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		1° a 10/março/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos			
	Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		1° a 10/março/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"

	Multas e vantagens	9385		"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e			
	Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			
	(IOF)			
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150		1° a 10/março/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e			
	Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			
	(IOF)			
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150		Fevereiro/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893		"
15	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		16 a 29/fevereiro/2024
15	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		16 a 29/fevereiro/2024
15	Cide - Combustíveis - Contribuição de Intervenção no			
	Domínio Econômico incidente sobre a comercialização			
	de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a			
	forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico			
	combustível.	9331		Fevereiro/2024
15	Cide - Remessas ao Exterior - Contribuição de			
	Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a			
	remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses			
	tratadas no art. 2° da Lei n° 10.168/2000, alterado			
	pelo art. 6° da Lei n° 10.332/2001.	8741		Fevereiro/2024

Data de	Tributos	Código	Período de Apuração do

Vencimento		Darf	GPS	Fato Gerador (FG)
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social			
	Servidor Público (CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		1° a 10/março/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social			
	Servidor Público (CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		1° a 10/março/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial			
	e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
15	Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep		1007	1° a 29/fevereiro/2024
	Contribuinte Individual - recolhimento mensal -			
	com dedução de 45% (Lei n° 9.876/99) -			
	NIT/PIS/Pasep		1120	"
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria			
	apenas por idade - recolhimento Mensal -			
	NIT/PIS/Pasep		1163	"
	Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1406	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por			
	idade - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1473	"
	Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1503	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal -			
	Complemento para Plano Simplificado da			
	Previdência Social - PSPS - Lei n° 12.470/2011		1830	"
	MEI - Complementação Mensal		1910	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1929	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal -		1945	"

	Complemento			
20	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a			
	PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		Fevereiro/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979		"
20	Contribuição para o Financiamento da			
	Seguridade Social (Cofins)			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a			
	PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		Fevereiro/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960		"

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	5952		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a	5987		
	PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	2985		Fevereiro/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito	2991		
	privado			"
20	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4574		
	Art. 7° da Lei n° 12.546/2011	7987		Fevereiro/2024
	Art. 8° da Lei n° 12.546/2011			"
20	Contribuição para o PIS/Pasep	3208		
	Entidades financeiras e equiparadas			Fevereiro/2024
20	Contribuição para o Financiamento da	3277		
	Seguridade Social (Cofins)			
	Entidades financeiras e equiparadas	3223		Fevereiro/2024
20	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital	3556		
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física			Fevereiro/2024
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de	3579		
	fundador			"
	Resgate Previdência	3540		
	Complementar/Modalidade Contribuição			
	Definida/Variável - Não Optante Tributação	5565		
	Exclusiva			"
	Resgate Previdência	0561		
	Complementar/Modalidade Benefício Definido -			

	Não Optante Tributação Exclusiva	0588		"
	Resgate Previdência Complementar -			
	Optante Tributação Exclusiva	3533		"
	Benefício Previdência Complementar - Não			
	Optante Tributação Exclusiva	3562		"
	Benefício Previdência Complementar -			
	Optante Tributação Exclusiva	5936		"
	Rendimentos do Trabalho			
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador	1889		
	Doméstico)			Fevereiro/2024
	Trabalho sem vínculo empregatício	1708		"
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor	5944		
	Público			"
	Participação nos Lucros ou Resultados - PLR	3280		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da	5204		
	Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A			
	da Lei n° 7.713, de 1988			"
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei n°			
	7.713, de 1988			"
	Outros Rendimentos			
	Remuneração de serviços prestados por			
	pessoa jurídica			Fevereiro/2024
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de			
	factoring			"
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho			"
	Juros e indenizações de lucros cessantes			"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
20	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891		Fevereiro/2024
	Indenização por danos morais	6904		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da			
	Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da			
	Lei n° 7.713, de 1988	5928		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da			
	Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o			
	disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	1895		"
	Demais rendimentos	8045		"
20	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia -			
	Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva -			
	CEI		2852	Diversos
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia -			

	Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva -			
	CEI - pagamento exclusivo para outras entidades			
	(Sesc, Sesi, Senai, etc)		2879	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia -			
	Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva -			
	CNPJ		2950	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia -			
	Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva -			
	CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades			
	(Sesc, Sesi, Senai, etc)		2976	"
	Pagamento de dívida ativa parcelamento -			
20	referência (preenchimento exclusivo pelo órgão			
	emissor)		6106	Diversos
	Comprev - pagamento de dívida ativa -			
	parcelamento de regime próprio de previdência			
	social RPPS - órgão do poder público - referência		6505	"
20	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,			
	Cofins)	4095		Fevereiro/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial			
	Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às			
	Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à			
	Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas			
	(IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112		"
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,			
	Cofins)	4095		Fevereiro/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial			
	Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às			
	Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à			
	Construção ou Reforma de Creches e			

	Pré-Escolas			
	(IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
20	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,			
	Cofins)	4095		Fevereiro/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial			
	Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às			
	Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à			
	Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas			
	(IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias e às Construções	4138		"
20	Contribuição para o Financiamento da			
	Seguridade Social (Cofins)			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,			
	Cofins)	4095		Fevereiro/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial			
	Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às			
	Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à			
	Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas			
	(IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às			
	Incorporações Imobiliárias e às Construções.	4166		"
20	Simples Nacional - Regime Especial Unificado de	DAS (Documento de		
	Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos	Arrecadação do		
	pelas Microempresas e Empresas de Pequeno	Simples Nacional)		
	Porte.			Fevereiro/2024
20	Pagamento Unificado - Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)	6177		Fevereiro/2024
25	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			

	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		11 a 20/março/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n°			
	12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas			
	com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de			
	Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
25	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no			
	Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de			
	Investimento Coletivo	5286		11 a 20/março/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de			
	Débitos Externos / Lucros / Bonificações /			
	Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		11 a 20/março/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
25	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e			
	Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores			
	Mobiliários (IOF)			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		11 a 20/março/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"

	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Posição na Tipi Produto			
	87.03 Automóveis de passageiros e outros			
	veículos automóveis principalmente concebidos			
	para transporte de pessoas (exceto os da posição			
	87.02), incluídos os veículos de uso misto ("station			
	wagons") e os automóveis de corrida;	0676		Fevereiro/2024
	87.06 Chassis com motor para os veículos			
	automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676		"
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores,			
	raspo- transportadores ("scrapers"), pás			
	mecânicas, escavadores, carregadoras e pás			
	carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros			
	compressores, autopropulsados;	1097		"
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola,			
	hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho			
	do solo ou para cultura; rolos para gramados			
	(relvados), ou para campos de esporte;	1097		"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou			
	debulha de produtos agrícolas, incluídas as			
	enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de			
	grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou			
	selecionar ovos, frutas ou outros produtos			
	agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097		"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da			
	posição 87.09);	1097		"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10			
	pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097		"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de			
	mercadorias;	1097		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do
		Darf	GPS	

				Fato Gerador (FG)
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Posição na Tipi Produto			
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais			
	(por exemplo: auto- socorros, caminhões-			
	guindastes, veículos de combate a			
	incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para			
	varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas,			
	veículos radiológicos), exceto os concebidos			
	principalmente para transporte de pessoas ou de			
	mercadorias;	1097		Fevereiro/2024
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores)			
	e outros ciclos equipados com motor auxiliar,			
	mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097		"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados,			
	Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110		Fevereiro/2024
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas			
	(Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos			
	Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições			
	84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123		"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto			
	nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro			
	de 2015.	0821		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias -			
	previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de			
	janeiro de 2015.	0838		"
25	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Faturamento	8109		Fevereiro/2024
	Folha de salários	8301		"
	Pessoa jurídica de direito público	3703		"
	Fabricantes/Importadores de veículos em			
	substituição tributária	8496		"
	Combustíveis	6824		"
	Não-cumulativa	6912		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) -			
	Substituição Tributária	1921		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias -			

	previsto			
	nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro			
	de 2015.	0679		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias -			
	previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de			
	janeiro de 2015.	0691		"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e			
	Pagamento previsto no § 4° do art. 5° da Lei n°			
	9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906		"
25	Contribuição para o Financiamento da			
	Seguridade Social (Cofins)			
	Demais Entidades	2172		Fevereiro/2024
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645		"
	Combustíveis	6840		"
	Não-cumulativa	5856		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
25	Contribuição para o Financiamento da			
	Seguridade Social (Cofins)			
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840		Fevereiro/2024
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto			
	nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro			
	de 2015	0760		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias -			
	previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de			
	janeiro de 2015.	0776		"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e			
	Pagamento previsto no §° 4° do art. 5° da Lei n°			
	9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929		"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social			
	Servidor Público (CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		11 a 20/março/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"

	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social			
	Servidor Público (CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e			
	Requisição de Pequeno Valor	1723		11 a 20/março/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial			
	e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e			
	Requisição de Pequeno Valor	1752		"
28	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Fundos de Investimento Imobiliário -			
	Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232		Fevereiro/2024
28	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no			
	Exterior – Pessoa Jurídica			
	Ganhos de capital de alienação de bens e			
	direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473		Fevereiro/2024
28	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)			
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190		Fevereiro/2024
	Ganhos de capital na alienação de bens e			
	direitos	4600		"
	Ganhos de capital na alienação de bens e			
	direitos e nas liquidações e resgates de aplicações			
	financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
28	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)			
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	1599		Outubro a Dezembro/2023
	Estimativa Mensal	2319		Fevereiro/2024

	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	0220		Outubro a Dezembro/2023
	Estimativa Mensal	2362		Fevereiro/2024
	Optantes pela apuração com base no lucro			
	real			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	3373		Outubro a Dezembro/2023
	Estimativa Mensal	5993		Fevereiro/2024
	Lucro Presumido (3ª quota)	2089		Outubro a Dezembro/2023
	Lucro Arbitrado (3ª quota)	5625		"
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa -			
	Lucro Real	3317		Fevereiro/2024
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa -			
	Lucro Presumido ou Arbitrado	0231		"
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de			
	ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507		"
	IRPJ - Saldo decorrente do ajuste, a ser pago em			
	quota única			
	Entidades Financeiras	2390		Ano-calendário de 2023
	Outras obrigadas ao lucro real	2430		"
	Demais entidades	2456		"
28	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e			
	Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores			
	Mobiliários (IOF)			
	Contrato de Derivativos	2927		Fevereiro/2024
28	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		1° a 15/março/2024
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		1° a 15/março/2024
28	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)			
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	2030		Outubro a Dezembro/2023
	Estimativa Mensal	2469		Fevereiro/2024
	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	6012		Outubro a Dezembro/2023
	Estimativa Mensal	2484		Fevereiro/2024
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro			
	presumido ou arbitrado (3ª quota)	2372		Outubro a Dezembro/2023
	Saldo decorrente do ajuste, a ser pago			

	em quota			
	única			
	Entidades Financeiras	6758		Ano-calendário de 2023
	Demais entidades	6773		"
28	Programa de Recuperação Fiscal (Refis)			
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100		Diversos
	Parcelamento alternativo	9222		"
	ITR/Exercícios até 1996	9113		"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
28	Parcelamento Especial (Paes)			
	Pessoa física	7042		Diversos
	Microempresa	7093		"
	Empresa de pequeno porte	7114		"
	Demais pessoas jurídicas	7122		"
	Paes ITR	7288		"
28	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1° MP n°			
	303/2006			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830		Diversos
	Demais pessoas jurídicas	0842		"
28	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8° MP n°			
	303/2006			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927		Diversos
28	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9° MP n°			
	303/2006			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919		Diversos
28	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB	4983		Diversos
	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGFN	4990		"
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7°			
	§ 3° IN/RFB n° 767/2007			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285		Diversos
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7°			
	§ 4° IN/RFB n° 767/2007			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4324	Diversos
28	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional			

	- 2009 Art. 7° § 3° IN/RFB n° 902/2008			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873		Diversos
28	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 1.508/2014 Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Diversos
28	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7° § 3°	DAS-MEI (Documento		
	IN/RFB n° 1.508/2014	de Arrecadação		
	Microempreendedor Individual optante pelo	Simplificada do		
	Simples Nacional	Microempreendedor		
		Individual)		Diversos
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5°	DAS (Documento de		
	§ 3° IN/RFB n° 1.677/2016	Arrecadação do		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	Simples Nacional)		Diversos
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4°	DAS-MEI (Documento		
	§ 3° IN/RFB n° 1.713/2017	de Arrecadação		
	Microempreendedor Individual optante pelo	Simplificada do		
	Simples Nacional	Microempreendedor		
		Individual)		Diversos

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
28	Programa Especial de Regularização Tributária	DAS (Documento de		
	das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Arrecadação do		
	optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)	Simples Nacional)		Diversos
28	Programa Especial de Regularização Tributária	DAS-MEI (Documento		
	das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	de Arrecadação		
	optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI)	Simplificada do		
	Microempreendedor Individual	Microempreendedor		
		Individual)		Diversos
28	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional			
	- 2009 Art. 7° § 4° IN/RFB n° 902/2008			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4359	Diversos
28	Parcelamento - CEI		4105	Diversos
28	Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009			
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento			
	de Dívidas Não Parceladas	1136		Diversos

	Anteriormente - Art. 1°			
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento			
	de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes,			
	Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1165		"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de			
	Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1194		"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo			
	Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e			
	Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1204		"
	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de			
	Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art.			
	2°	1210		
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de			
	Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1233		"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de			
	Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes,			
	Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1240		"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas			
	Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1279		"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo			
	Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e			
	Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1285		"
	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de			
	Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art.			
	2°	1291		"
28	Reabertura Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009			
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN -			
	Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas			
	Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3780		Diversos
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN -			
	Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo			
	Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e			

	Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3796		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN -			
	Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não			
	Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3835		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
28	Reabertura Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009			
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN -			
	Demais Débitos - Parcelamento de Saldo			
	Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e			
	Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3841		Diversos
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN -			
	Parcelamento Dívida Decorrente de			
	Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art.			
	2°	3858		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB -			
	Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas			
	Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3870		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB -			
	Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo			
	Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e			
	Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3887		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Demais			
	Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas			
	Anteriormente - Art. 1°	3926		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Demais			
	Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente			
	dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos			
	Ordinários - Art. 3°	3932		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB -			
	Parcelamento Dívida Decorrente de			
	Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art.			
	2°	3955		"
28	Parcelamento Lei n° 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL			
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento	4059		Diversos

	IRPJ/CSLL - Art. 40			
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4065		"
28	Parcelamento Lei n° 12.865, de 2013 - PIS/Cofins			
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento -			
	PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia			
	Seguradoras - Art. 39, Caput	4007		Diversos
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento -			
	PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia			
	Seguradoras - Art. 39, Caput	4013		"
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento			
	PIS/Cofins - Art. 39, § 1°	4020		"
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento			
	PIS/Cofins - Art. 39, § 1°	4042		"
28	Parcelamento Lei n° 12.996, de 2014			
	Lei n° 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4720		Diversos
	Lei n° 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento	4737		"
	Lei n° 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4743		"
	Lei n° 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4750		"

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
28	Programa de Regularização Tributária (PRT)			
	PRT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica		4135	Diversos
	PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física		4136	"
	PRT - Demais Débitos	5184		"
28	Programa Especial de Regularização Tributária			
	(Pert)			
	PERT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica		4141	Diversos
	PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física		4142	"
	PERT - Demais Débitos	5190		"
28	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)	5525		Diversos
28	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)	5161		Diversos

28	Parcelamento Constitucional Excepcional dos			
	Débitos Decorrentes de Contribuições	6063		
	Previdenciárias dos Municípios			Diversos
28	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual,			
	Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei n°			
	8.212/91 NIT/PIS/Pasep		1759	Diversos
	GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte			
	Individual, Facultativo, Empregado Doméstico,			
	Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento			
	exclusivo pelo órgão emissor)		1201	"
	ACAL - CNPJ		3000	"
	ACAL - CEI		3107	"
	GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD			
	(preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		3204	"
	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento			
	exclusivo pelo órgão emissor)		4006	"
	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ		4103	"
	Pagamento de débito administrativo - Número do			
	título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo			
	órgão emissor)		4200	"
	Pagamento de parcelamento administrativo -			
	número do título de cobrança (preenchimento			
	exclusivo pelo órgão emissor)		4308	"
	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título			
	de Cobrança Pagamento exclusivo na Caixa			
	Econômica Federal (CDC=104)		4995	"
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência			
	(Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6009	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial -			
	Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão			
	emissor)		6203	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável -			
	Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão			
	emissor)		6300	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento -			
	Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão			
	emissor)		6408	"
	Comprev - pagamento de Dívida Ativa - não			
	parcelada de regime próprio de previdência social			
	RPPS - órgão do poder público – referência		6513	"

Data de apresentação: data em que se encerra o prazo legal para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil sem a incidência de multa.

Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos	Período de Apuração

	Pessoas Jurídicas	
8	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil	
	e documentos de habite-se concedidos.	1° a 29/fevereiro/2024
14	EFD-Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições	
	incidentes sobre a Receita	
	- Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins - Pessoas Jurídicas sujeitas à	
	tributação do Imposto sobre a Renda.	
	- Contribuição Previdenciária sobre a Receita - Pessoas Jurídicas que	
	desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7° e 8° da Lei n° 12.546,	
	de 2011.	
	(Consulte a Instrução Normativa RFB n° 1.252, de 1° de março de 2012)	Janeiro/2024
15	DCTFWeb - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais	
	Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos	Fevereiro/2024
15	EFD-Reinf - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras informações	
	Fiscais Consulte a Instrução Normativa RFB n° 2.043, de 12 de agosto de	
	2021)	Fevereiro/2024
20	PGDAS-D - Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples	
	Nacional	Fevereiro/2024
21	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais –	
	Mensal	Janeiro/2024
28	Defis - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais	Ano-calendário de 2023
28	DTTA - Declaração de Transferência de Titularidade de Ações	Julho a Dezembro/2023
28	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Fevereiro/2024
28	DME - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	Fevereiro/2024
Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos	Período de Apuração
	Pessoas Físicas	
28	DME - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	Fevereiro/2024
28	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Fevereiro/2024

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR N° 004, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28.02.2024)

Institui códigos de receita e altera o Ato Declaratório Executivo Codac n° 24, de 13 de setembro de 2016, que divulga códigos de receita a serem utilizados no Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei n° 9.703, de 17 de novembro de 1998, e na Lei n° 12.099, de 27 de novembro de 2009,

DECLARA:

Art. 1° Ficam instituídos os seguintes códigos de receita, a serem utilizados no preenchimento de Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente (DJE):

I - 1602 - Ação Penal, Inquérito Policial ou Incidente Processual Penal - MJSP - Depósito Judicial; e

II - 1604 - Ação Penal, Inquérito Policial ou Incidente Processual Penal - MPF - Depósito Judicial.

Art. 2° O Anexo II do Ato Declaratório Executivo Codac n° 24, de 13 de setembro de 2016, fica substituído pelo Anexo II deste Ato Declaratório Executivo.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ERITON LIMA DE OLIVEIRA

ANEXO II

Item	Código de Receita (DJE)	Especificação da Receita
1	2080	Depósitos Judiciais e Extrajudiciais Administrados pela PGF-AG
2	4396	Parcelamento de Arrematação - Primeira Parcela - Depósito Judicial
3	5155	Depósitos Judiciais - Royalties e/ou Participação Especial - DJE
4	5246	Royalties 5% (E/M) L 7990 art. 7 I A III - DJE
5	5252	Royalties até 5% - Lavra na Área Pré-Sal - Em Plataforma - DJE
6	5269	Royalties 5% (E-M) (L 7990 art. 7 P 4) - DJE
7	5275	Cota Parte Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (MM) - DJE
8	5281	Royalties até 5% - Art. 2° da Lei n° 12.858/2013 - DJE
9	5298	Royalties Excedentes a 5% (E/M) Lei n° 9.478/1997, art. 49, I - DJE
10	5308	Royalties Excedentes a 5% (MCT) Lei n° 9.478/1997, art. 49, I - DJE
11	5314	Royalties Excedentes 5% - Lavra na Área Pré-Sal - Em Plataforma - DJE
12	5337	Royalties Excedentes a 5% (E-M) - Lei n° 9.478/1997, art. 49, II - DJE
13	5343	Royalties Excedentes a 5% (MM/MCT) - Lei n° 9.478/1997, art. 49, II - DJE
14	5350	Royalties Excedentes a 5% - Art. 2° da Lei n° 12.858/2013 - DJE
15	5366	Participação Especial (E-M) - Lei n° 9.478/1997, art. 50 - DJE
16	5372	Participação Especial (MME/MMA) - Lei n° 9.478/1997, art. 50 - DJE
17	5405	Participação Especial - Art. 2° da Lei n° 12.858/2013 - DJE
18	5428	Royalties - Regime de Partilha de Produção - Alíquota de 15% - Art. 42 da Lei n° 12.351/2010

		- Pré-Sal e Áreas Estratégicas - DJE
19	7118	Multa Administrativa por Infração Trabalhista - DJE
20	5680	Fundo Nacional Antidrogas - DJE
21	6086	Perdimento de Bens, Direitos e Valores Declarados pela Justiça Federal nos Crimes Previstos na Lei n° 9.613, de 1998 - DJE
22	1602	Ação Penal, Inquérito Policial ou Incidente Processual Penal - MJSP - Depósito Judicial
23	1604	Ação Penal, Inquérito Policial ou Incidente Processual Penal - MPF - Depósito Judicial

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 006, DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória n° 1.184, de 28 de agosto de 2023, que "Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 4 de fevereiro de 2024.

Congresso Nacional, em 29 de fevereiro de 2024

SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PORTARIA MF-SPA/MF N° 300, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 26.02.2024)

Estabelece os requisitos e os procedimentos relativos ao reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line a serem utilizados por operadores de loteria de apostas de quota fixa.

A SECRETÁRIA DE PRÊMIOS E APOSTAS SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto n° 11.907, de 30 de janeiro de 2024, e tendo em vista o disposto na Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei n° 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e no art. 6°, inciso V, da Portaria Normativa MF n° 1.330, de 26 de outubro de 2023,

RESOLVE:

Disposições Preliminares

Art. 1° Esta Portaria estabelece os requisitos e os procedimentos relativos ao reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line a serem utilizados por operadores de loteria de apostas de quota fixa, de que trata o art. 29 da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Lei n° 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 2° Para fins desta Portaria, considera-se:

I - entidade certificadora: pessoa jurídica com capacidade operacional reconhecida pelo Ministério da Fazenda para testar e certificar equipamentos, programas, instrumentos e dispositivos que compreendem os sistemas de apostas, os estúdios de jogo ao vivo e os jogos on-line utilizados pelos operadores de loteria de apostas de quota fixa, observados os requisitos técnicos estabelecidos em regulamento específico;

II - sistema de apostas: sistema informatizado gerido e disponibilizado pelos operadores aos apostadores que possibilita o cadastro dos apostadores, o gerenciamento de suas carteiras virtuais e outras funcionalidades necessárias para o gerenciamento, operação e comercialização das apostas de quota fixa;

III - agente operador: pessoa jurídica com outorga do Ministério da Fazenda para explorar loteria de apostas de quota fixa;

IV - componentes críticos: qualquer componente no qual uma falha ou comprometimento possa levar à perda de direitos do apostador, perda de receitas da União ou de destinatários legais, impedimento ou dificuldades de acesso do regulador às informações operacionais, ocorrência de acesso não autorizado aos dados do sistema de apostas, ou descumprimento das normas que regulamentam a operação de apostas de quota fixa no País;

V - jogo on-line: canal eletrônico que viabiliza a aposta virtual em jogo no qual o resultado é determinado pelo desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos definido no sistema de regras; e

VI - estúdio de jogo ao vivo: ambiente físico que utiliza tecnologia de transmissão de vídeo ao vivo para fornecer jogos on-line ao vivo a um dispositivo de jogo remoto integrado ao sistema de apostas que permite ao apostador participar de jogos ao vivo, interagir com os atendentes do jogo e com outros apostadores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nos incisos V e VI do caput, as apostas de quota fixa de que tratam a Lei n° 13.756, de 2018, e a Lei n° 14.790, de 2023, somente poderão ter por objeto os jogos on-line ou eventos virtuais de jogo on-line que contenham fator de multiplicação do valor apostado que defina previamente o montante a ser recebido pelo apostador, em caso de premiação, para cada unidade de moeda nacional apostada, em consonância com o disposto nos incisos II, VIII e IX do art. 2°, e no inciso II do art. 3°, da Lei n° 14.790, de 2023.

Normas Gerais

Art. 3° Apenas as entidades certificadoras devidamente reconhecidas pelo Ministério da Fazenda, nos termos desta Portaria, poderão emitir certificado específico para o Brasil, atestando que os sistemas de apostas e os estúdios de jogo ao vivo e os jogos on-line apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas na outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa e que serão utilizados pelos agentes operadores autorizados estão em plena conformidade com os requisitos técnicos definidos em regulamento específico.

Art. 4° As entidades certificadoras deverão:

I - obter, junto ao Ministério da Fazenda, o reconhecimento da sua capacidade operacional para emissão de certificado de conformidade dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line para as pessoas jurídicas mencionadas no caput do art. 3°;

II - garantir ao Ministério da Fazenda acesso a todos os documentos apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas na obtenção de outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa e pelos operadores e aos testes realizados, com os respectivos resultados, no desempenho das atividades relacionadas à certificação;

III - emitir relatórios de avaliação conclusivos para certificação, dos quais devem constar cada teste realizado, as desconformidades identificadas e qual o grau de criticidade delas, redigidos em língua portuguesa;

IV - fornecer e-mail e endereço do representante legal no Brasil para o recebimento de notificações;

V - informar ao Ministério da Fazenda:

a) quaisquer eventos que possam afetar os resultados da avaliação conduzida, independentemente de sua origem;

b) a lista de responsáveis pela elaboração dos relatórios de avaliação para certificação e pela emissão dos certificados, mantendo-a permanentemente atualizada; e

c) quaisquer mudanças na estrutura legal ou organizacional da entidade, fornecendo a respectiva documentação comprobatória;

VI - abster-se de realizar avaliações nas hipóteses que configurem conflito de interesse, nos termos do § 1° do art. 10; e

VII - estar constantemente em conformidade com:

a) as obrigações relacionadas à confidencialidade dos dados fornecidos pelas pessoas jurídicas interessadas na obtenção de outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa e pelos agentes operadores, implementando as medidas de segurança física e cibernética consideradas necessárias à guarda e ao controle dos relatórios de avaliação para certificação elaborados e dos certificados emitidos; e

b) os requisitos estabelecidos nos arts. 5° e 6°.

Art. 5° A entidade certificadora deverá manter registro das informações sobre os sistemas de apostas, os estúdios de jogo ao vivo e os jogos on-line certificados e respectivos relatórios de avaliação para certificação e certificados emitidos, especificando, no mínimo:

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, razão social e nome fantasia do agente operador certificado;

II - denominação do certificado;

III - forma de avaliação utilizada para a certificação;

IV - data de emissão do relatório de avaliação para certificação;

V - data de emissão do certificado;

VI - identificação do responsável pela emissão dos documentos referidos nos incisos anteriores; e

VII - data de expiração da validade do certificado.

Parágrafo único. Os certificados emitidos pela entidade certificadora deverão observar os modelos de relatórios incluídos no Anexo VI desta Portaria, sem prejuízo das informações de que trata o caput.

Reconhecimento da Capacidade Operacional

Art. 6° O reconhecimento da capacidade operacional da entidade certificadora será realizado exclusivamente pela área técnica competente da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, mediante comprovação, pela entidade, de:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal e trabalhista;

III - comprovação de idoneidade; e

IV - qualificação técnica.

Art. 7° A habilitação jurídica prevista no inciso I do art. 6° deverá ser demonstrada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - estatuto ou contrato social da entidade, devidamente registrado no órgão competente;

II - ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa;

III - cópia da cédula de identidade e do Cadastro da Pessoa Física - CPF do representante legal;

IV - comprovante de endereço, número de telefone e e-mail corporativo da empresa e de seu representante legal no Brasil;

V - estrutura organizacional resumida;

VI - declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa não mantém relações e não depende de quaisquer outras empresas, entidades privadas ou organismos que tenham interesse nos resultados das avaliações, conforme Anexo III desta Portaria;

VII - declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa mantém a confidencialidade dos resultados das avaliações, conforme Anexo IV desta Portaria;

VIII - declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa concorda em receber notificações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda por intermédio do e-mail indicado no processo de habilitação, conforme Anexo V desta Portaria; e

IX - autorização, mediante decreto ou ato expedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para funcionar no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, para empresa estrangeira com subsidiária, filial, agência, escritório, estabelecimento ou agente no Brasil.

§ 1° Para entidades estrangeiras, a comprovação exigida no inciso I deverá ser efetuada mediante documento hábil, do país de origem do proponente, devidamente apostilado ou legalizado pela Embaixada ou Consulado brasileiros naquele país, acompanhado da versão em português, traduzida por tradutor público juramentado brasileiro.

§ 2° Para atendimento aos incisos II e IV, a entidade estrangeira deverá encaminhar documento comprobatório de representação no país, por pessoa física ou jurídica, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por atos decorrentes do exercício da atividade de certificação.

Art. 8° A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, prevista no inciso II do art. 6°, deverá ser demonstrada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão conjunta referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados, no âmbito de suas competências, pela Secretaria Especial da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal, que comprove a regularidade de situação junto ao FGTS;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho; e

IV - Certidão de regularidade para com a Fazenda estadual, municipal ou do Distrito Federal do domicílio ou sede do solicitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

§ 1° As entidades estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar os seguintes documentos, para fins de demonstração de regularidade fiscal e trabalhista:

I- declaração ou certidão comprobatória emitida por autoridade competente em seu país de origem, de que a empresa não é devedora de tributos de todas as esferas de governo do país de origem; e

II- declaração ou certidão comprobatória emitida por autoridade competente em seu país de origem, de inexistência de débitos previdenciários e trabalhistas; e

III- documento equivalente ao previsto no inciso II do caput emitido por autoridade competente em seu país de origem.

§ 2° Os documentos de que trata o § 1° deverão ser devidamente apostilados ou legalizados pela Embaixada ou Consulado brasileiros naquele país, acompanhado da versão em português, traduzida por tradutor público juramentado brasileiro.

§ 3° No caso de inexistência dos documentos previstos no § 1° ou equivalentes, deverá ser encaminhada declaração relatando tal situação.

Art. 9° A documentação relativa à comprovação da idoneidade da entidade, prevista no inciso III do art. 6°, deverá ser demonstrada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Inidôneos e Inabilitados, emitida pelo Tribunal de Contas da União; e

II - Certidão Negativa Correcional, emitida pela Controladoria Geral da União, consolidando os dados do Sistema CGU-PJ, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e do Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) e as informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

§ 1° As entidades estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar, para fins de comprovação da idoneidade, documentos equivalentes aos previstos nos incisos I e II do caput emitidos por autoridade competente em seu país de origem.

§ 2° Os documentos de que trata o § 1° deverão ser devidamente apostilados ou legalizados pela Embaixada ou Consulado brasileiros naquele país, acompanhado da versão em português, traduzida por tradutor público juramentado brasileiro.

§ 3° No caso de inexistência dos documentos previstos no § 1° ou equivalentes, deverá ser encaminhada declaração relatando tal situação.

Art. 10. A qualificação técnica prevista no inciso IV do art. 6° deverá ser demonstrada por meio da apresentação de documentação comprobatória de atendimento aos seguintes requisitos:

I - experiência profissional mínima de três anos, com referências nacionais ou internacionais, detalhando os trabalhos realizados em relação à certificação de sistemas de apostas, de estúdios de jogo ao vivo e de jogos on-line;

II - existência, no quadro de profissionais encarregados de realizar as avaliações, de especialistas nas seguintes áreas:

a) matemática;

b) engenharia mecânica, elétrica e de software;

c) compliance;

d) auditoria contábil;

e) engenharia de redes de comunicação;

f) controle de qualidade; e

g) auditorias de segurança e de segurança cibernética;

III - existência de metodologia detalhada para a avaliação e a certificação dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line;

IV - existência de procedimentos e de medidas para garantir a segurança física e cibernética das informações tratadas e dos resultados obtidos no processo de avaliação para certificação; e

V - certificações:

a) ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais para competência de laboratórios de testes e calibração); e

b) ISO/IEC 17020 (Requisitos para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção).

§ 1° O responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante da equipe responsável pelas avaliações para certificação da conformidade dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos onine não poderão ser contratados pelas pessoas jurídicas interessadas na obtenção de outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa ou pelos operadores autorizados, nos doze meses posteriores à avaliação.

§ 2° As entidades certificadoras deverão elaborar e documentar política de integridade, evidenciando as situações que possam afetar sua independência e os procedimentos adotados com o objetivo de monitorar, identificar e evitar a sua ocorrência, bem como conflitos de interesse.

§ 3° A política de integridade referida no § 2° deverá ser mantida atualizada e à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Processo de Reconhecimento

Art. 11. O requerimento para reconhecimento de capacidade operacional das entidades de que trata o art. 1° deverá ser realizado, obrigatoriamente, por meio de peticionamento eletrônico realizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mediante acesso ao endereço eletrônico https://sei.economia.gov.br/, ou o que vier a substituí-lo, endereçado ao Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

§ 1° O requerimento de que trata o caput deverá ser protocolado de acordo com o modelo estabelecido no Anexo I desta Portaria, contendo:

I - identificação da entidade requerente e de seu representante legal, indicando o endereço eletrônico para o envio de notificações;

II - data e local do requerimento;

III - indicação do tipo de habilitação para o qual deseja ser reconhecido, sendo:

a) sistemas de apostas;

b) estúdios de jogo ao vivo;

c) jogos on-line; ou

d) sistemas de apostas, estúdios de jogo ao vivo e jogo on-line; e

IV - assinatura do representante legal da entidade requerente.

§ 2° Os documentos mencionados nos arts. 7°, 8°, 9° e 10 deverão ser encaminhados juntamente com o requerimento de que trata o caput deste artigo.

§ 3° Todos os documentos, incluindo anexos e apêndices, deverão estar escritos em língua portuguesa.

§ 4° Os documentos originalmente produzidos em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa por tradutor público juramentado brasileiro.

Art. 12. As notificações decorrentes das análises realizadas no âmbito dos requerimentos previstos no art. 11 deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico informado pela entidade, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, e a entidade será considerada devidamente notificada a partir do sexto dia da data de envio da notificação, ou na data da consulta, se anterior.

Art. 13. Nos casos em que o requerimento não atenda aos requisitos definidos ou não inclua os documentos estabelecidos, a parte interessada terá dez dias úteis, contados da data da comunicação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, para proceder a quaisquer ajustes e correções ou enviar a documentação faltante.

Parágrafo único. Se o prazo estabelecido no caput não for observado, o requerimento poderá ser arquivado.

Art. 14. A verificação e análise dos documentos encaminhados pela entidade requerente será concluída pela área técnica competente da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda em até trinta dias.

§ 1° Durante o processo de análise do requerimento, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda poderá requisitar informações ou documentos adicionais para subsidiar a avaliação do atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Portaria.

§ 2° Nos casos em que houver necessidade de retificação ou reenvio de alguma informação ou documento da entidade requerente, a análise pela área técnica competente da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda será suspensa até que as informações solicitadas sejam enviadas pela requerente.

Art. 15. Após a verificação e a análise das informações e dos documentos encaminhados pela entidade requerente, estando estes em conformidade com os requisitos estabelecidos nesta Portaria, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda publicará no Diário Oficial da União uma Portaria de reconhecimento de capacidade operacional da entidade, concedendo-lhe o direito de certificar os sistemas de apostas, os estúdios de jogo ao vivo e os jogos on-line das pessoas jurídicas interessadas na outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa e dos operadores autorizados.

§ 1° As solicitações de habilitação serão analisadas de acordo com a ordem sequencial de seus registros de entrada no sistema de que trata o caput do art. 11.

§ 2° Caso haja qualquer intercorrência na disponibilização do sistema, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda publicará forma alternativa de envio das informações pela entidade requerente.

Art. 16. A entidade requerente poderá interpor recurso, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão que indeferir o reconhecimento de sua capacidade operacional, observado o disposto no art. 11.

§ 1° O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, instruído com os documentos que justifiquem a reconsideração.

§ 2° A reconsideração da decisão pela autoridade de que trata o § 1° deverá ser avaliada no prazo de cinco dias úteis.

§ 3° Caso mantido o indeferimento pela autoridade referida no § 1°, o recurso deverá ser submetido à instância superior.

Art. 17. O reconhecimento da capacidade operacional da entidade certificadora será válido pelo prazo de três anos, desde que mantidas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, idoneidade e qualificação técnica demonstradas no momento em que foi protocolizado o requerimento de que trata o art. 11.

Art. 18. O reconhecimento da capacidade operacional de entidade certificadora poderá ser cancelado na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - a pedido da entidade; e

II - por meio de decisão fundamentada da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, em razão de:

a) dissolução ou encerramento da entidade;

b) declaração de insolvência, decretação de falência ou deferimento de processamento de recuperação judicial da entidade;

c) descumprimento das obrigações estabelecidas para entidades certificadoras de sistemas de apostas, de estúdios de jogo ao vivo e de jogos online;

d) obtenção do reconhecimento de capacidade operacional por meio da apresentação de documentos falsos; e

e) perda das condições que levaram ao reconhecimento da capacidade operacional da entidade.

Parágrafo único. A entidade certificadora deverá ser notificada da decisão de cancelamento do reconhecimento de capacidade operacional por meio do endereço eletrônico indicado no requerimento,

sem prejuízo da publicação da decisão no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda e no Diário Oficial da União.

Disposições finais

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE APARECIDA VICENTINI

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ (ou registro equivalente para entidade estrangeira), sob n° _____, estabelecida na _____ (cidade, estado, país, rua, n°, e-mail e telefone), vem por meio do seu representante legal (nome, CPF n° _____, naturalidade, estado civil, profissão, e-mail e residência (cidade, estado, rua e n°), requerer, através do presente documento, o reconhecimento da sua capacidade operacional como entidade certificadora de sistemas de apostas (e estúdios de jogo ao vivo e jogos on-line) utilizados por operadores de apostas de quota fixa, nos termos definidos pela Portaria MF-SPA N° 300, de 23 de fevereiro de 2024.

Declaramos conhecer os termos da legislação vigente e da Portaria MF-SPA N° 300, de 2024, e seus anexos, e nos comprometemos a respeitar, sem restrições, todas as condições estipuladas na regulamentação do Ministério da Fazenda.

Atenciosamente,

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do representante legal da entidade certificadora

ANEXO II
LISTA DE DOCUMENTOS A SEREM ENVIADOS JUNTO AO REQUERIMENTO

Item da Portaria	Descrição
Habilitação jurídica para empresas brasileiras	
Art. 7°, I	Estatuto ou contrato social da entidade, devidamente registrado no órgão competente.
Art. 7°, II	Ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa.
Art. 7°, III	Cópia da cédula de identidade e do CPF do representante legal.
Art. 7°, IV	Comprovante de endereço, número de telefone e e-mail corporativo da empresa e de seu representante legal no Brasil.
Art. 7°, V	Estrutura organizacional resumida.
Art. 7°, VI	Declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa não mantém relações e não depende de quaisquer outras empresas, entidades privadas ou organismos que tenham interesse nos resultados das avaliações, conforme Anexo III da Portaria.
Art. 7°, VII	Declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa mantém a confidencialidade dos resultados das avaliações, conforme Anexo IV da Portaria.
Art. 7°, VIII	Declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa concorda em receber notificações do Ministério da Fazenda por meio do e-mail indicado no processo de habilitação, conforme Anexo V desta Portaria.
Art. 7°, IX	Autorização, mediante decreto ou ato expedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para funcionar no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento

	expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, para empresa estrangeira com subsidiária, filial, agência, escritório, estabelecimento ou agente no Brasil.
Habilitação jurídica para empresas estrangeiras	
Art. 7°, I, §1°	Documento hábil, do país de origem do proponente, devidamente apostilado ou legalizado pela Embaixada ou Consulado brasileiros naquele país, acompanhado da versão em português, traduzida por tradutor público juramentado brasileiro.
Art. 7°, II, IV, §2°	Documento comprobatório de representação no Brasil, por pessoa física ou jurídica, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por atos decorrentes do exercício da atividade de certificação.
Art. 7°, III	Cópia da cédula de identidade e do CPF do representante legal.
Art. 7°, V	Estrutura organizacional resumida.
Art. 7°, VI	Declaração, assinada pelo representante legal no Brasil, de que a empresa não mantém relações e não depende de quaisquer outras empresas, entidades privadas ou organismos que tenham interesse nos resultados das avaliações, conforme Anexo III da Portaria.
Art. 7°, VII	Declaração, assinada pelo representante legal no Brasil, de que a empresa mantém a confidencialidade dos resultados das avaliações, conforme Anexo IV da Portaria.
Art. 7°, VIII	Declaração, assinada por pessoa legalmente responsável, de que a empresa concorda em receber notificações do Ministério da Fazenda por intermédio do e-mail indicado no processo de habilitação, conforme Anexo V desta Portaria.
Art. 7°, IX	Autorização, mediante decreto ou ato expedido pelo Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para funcionar no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, para empresa estrangeira com subsidiária, filial, agência, escritório, estabelecimento ou agente no Brasil.
Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de empresas brasileiras	
Art. 8°, I	Certidão conjunta referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados, no âmbito de suas competências, pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Art. 8°, II	Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal, que comprove a regularidade de situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Art. 8°, III	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
Art. 8°, IV	Certidão de regularidade para com a Fazenda estadual, municipal ou do Distrito Federal do domicílio ou sede do solicitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para empresas estrangeiras	
Art. 8°, § 1°, I	Declaração ou certidão comprobatória emitida por autoridade competente em seu país de origem, de que a empresa não é devedora de tributos de todas as esferas de governo do país de origem.
Art. 8°, § 1°, II	Declaração ou certidão comprobatória emitida por autoridade competente em seu país de origem, de inexistência de débitos previdenciários e trabalhistas.
Art. 8°, § 1°, III	Documento equivalente ao previsto no inciso II do caput emitido por autoridade competente em seu país de origem.
Comprovação da idoneidade de empresas brasileiras	
Art. 9°, I	Certidão Negativa de Inidôneos e Inabilitados, emitida pelo Tribunal de Contas da União.
Art. 9°, II	VI - Certidão Negativa Correcional, emitida pela Controladoria Geral da União, consolidando os dados do Sistema CGU-PJ, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e do Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) e as informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.
Comprovação da idoneidade de empresas estrangeiras	
Art. 9°, § 1°	Documentos equivalentes aos previstos nos incisos I e II do caput emitidos por autoridade competente em seu país de origem.
Art. 9°, §3°	No caso de inexistência dos documentos previstos no § 1° ou equivalentes, deverá ser encaminhada declaração assinada pelo representante legal da empresa no Brasil relatando tal situação.
Qualificação técnica	
Art. 10, I	Documentação comprobatória de experiência profissional mínima de três anos, com referências nacionais ou internacionais, detalhando os trabalhos realizados em relação à certificação de sistemas de apostas, estúdios de jogos ao vivo e jogos on-line.
	Documentação comprobatória de existência, no quadro de profissionais encarregados de realizar as avaliações, de especialistas nas seguintes áreas: a) Matemática;

	b) Engenharia mecânica, elétrica e de software; c) Compliance;
Art. 10, II	d) Auditoria contábil; e) Engenharia de redes de comunicação; f) Controle de qualidade; e g) Auditorias de segurança e segurança cibernética
Art. 10, III	Documentação comprobatória da existência de metodologia detalhada para a avaliação e a certificação dos sistemas de apostas e dos estúdios de jogo ao vivo e jogos on-line.
Art. 10, IV	Documentação comprobatória da existência de procedimentos e de medidas para garantir a segurança física e cibernética das informações tratadas e dos resultados obtidos no processo de avaliação para certificação.
Art. 10, V, a	Certificação válida ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais para competência de laboratórios de testes e calibração).
Art. 10, V, b	Certificação válida ISO/IEC 17020 (Requisitos para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção).
Requerimento	
Art. 11, § 1°	Requerimento conforme modelo do Anexo I da Portaria.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RELAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM ENTIDADES INTERESSADAS

Para fins de reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras de sistemas de apostas, estúdios de jogo ao vivo e jogos on-line utilizados por operadores de apostas de quota fixa, declaro que a empresa _____ não mantém relações e não depende de quaisquer outras empresas, entidades privadas ou organismos que tenham interesse nos resultados de suas avaliações.

Estou ciente de que a declaração falsa acarretará a aplicação das sanções previstas na legislação e a perda do reconhecimento da capacidade operacional da entidade certificadora.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do representante legal da entidade certificadora

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE DE RESULTADOS DE AVALIAÇÕES

Para fins de reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras dos sistemas de apostas, dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos on-line utilizados por operadores de apostas de quota fixa, declaro que a empresa _____ se compromete a manter a confidencialidade dos resultados das avaliações.

Estou ciente de que o descumprimento do compromisso ora assumido acarretará a aplicação das sanções previstas na legislação e a perda do reconhecimento da capacidade operacional da entidade certificadora.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do representante legal da entidade certificadora

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITE DE RECEBIMENTO DE NOTIFICAÇÕES POR ENDEREÇO ELETRÔNICO

Para fins de reconhecimento da capacidade operacional de entidades certificadoras de (sistemas de apostas), de (estúdios de jogo ao vivo) e de (jogos on-line) a serem utilizados por agentes operadores de apostas de quota fixa, declaro que a empresa _____ está ciente e concorda em receber notificações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda por meio do endereço eletrônico informado pela própria empresa.

Declaro, ainda, estar ciente do formato e do prazo disciplinados no art. 12 da Portaria MF-SPA N° 300, de 2024, a respeito do encaminhamento das notificações pela Secretaria de Prêmios e Apostas Ministério da Fazenda à empresa.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do representante legal da entidade certificadora

ANEXO VI
MODELOS DE CERTIFICADOS

1. Sistema de Apostas

Data do Relatório:

Laboratório Certificador: Identificação do laboratório que está realizando a certificação, incluindo o respectivo endereço.

Destinatário do Relatório: Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Jurisdição: Brasil

Requisitos técnicos para testes: Inserir o normativo no qual estão definidos os requisitos técnicos para realização dos testes e certificação

Fornecedor da solução tecnológica: Indicar o fornecedor do sistema de apostas avaliado.

Responsável pelo envio: Indicar o responsável pelo envio do relatório

Produtos testados: Indicar quais foram os produtos testados

Número de referência do certificado:

Resultado dos testes: Indicar o resultado dos testes

Detalhes do Sistema de apostas

Apresentar os detalhes do sistema de apostas testado pelo laboratório.

Nome do Sistema	Identificação do Sistema	Versão

Software

Inserir a descrição do software testado.

Nome do Sistema:

Inserir as assinaturas derivadas dos testes abaixo:

Descrição	Nome do arquivo/diretório	Versão
Servidor		
SHA-1		
MD5		

Notas

Inserir notas explicativas a respeito dos testes realizados, bem como do contexto levado em consideração para a realização da verificação e demais informações necessárias para a compreensão pelo regulador.

Verificação de Geolocalização e Identidade:

Inserir detalhes da verificação de geolocalização e identidade.

Funcionalidade	Provedor do serviço	Versão

Meios de Pagamento:

Inserir detalhes da verificação de meios de pagamento.

Tipo de Pagamento	Nome do Pagamento	Nome do Provedor

Procedimentos de Verificação

Inserir de forma detalhada quais os procedimentos de verificação realizados nos testes, descrevendo as etapas e programas utilizados no processo.

Ambiente de testes

Inserir os componentes do ambiente de testes utilizado no processo.

Detalhes do cliente	
Mecanismos de entrega	(Objeto dos testes: desktop, mobile...)
Pacote(s) do instalador do cliente	

Tipo(s) de mecanismos de entrega	Tipos de protocolo: HTML5...)
Detalhes dos testes	
Plataforma(s) e versão(ões) testada(s)	
Navegador(es) e versão(ões) testada(s)	
Sistema(s) operacional(is) com versão	
Dispositivo(s) móvel(eis)	
Sistema Operacional do Cliente	

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do responsável pelo certificado na entidade certificadora

2. Apostas Esportivas (Sportsbook) / Servidor remoto de jogos (RGS)

Data do Relatório:

Laboratório Certificador: Identificação do laboratório que está realizando a certificação, incluindo o respectivo endereço.

Destinatário do Relatório: Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Jurisdição: Brasil

Requisitos técnicos para testes: Inserir o normativo no qual estão definidos os requisitos técnicos para realização dos testes e certificação

Fornecedor da solução tecnológica: Indicar o fornecedor dos softwares avaliados.

Responsável pelo envio: Indicar o responsável pelo envio do relatório

Produtos testados: Indicar quais foram os produtos testados

Número de referência do certificado:

Resultado dos testes: Indicar o resultado dos testes

Detalhes do Sistema

Apresentar os detalhes do sistema testado pelo laboratório

Nome do Sistema Identificação do Sistema Versão

Software

Inserir a descrição do software testado.

Nome do Sistema:

Inserir as assinaturas derivadas dos testes abaixo:

Descrição Nome do arquivo/diretório Versão
Servidor
SHA-1
MD5

Notas

Inserir notas explicativas a respeito dos testes realizados, bem como do contexto levado em consideração para a realização da verificação e demais informações necessárias para a compreensão pelo regulador.

Procedimentos de Verificação

Inserir de forma detalhada quais os procedimentos de verificação realizados nos testes, descrevendo as etapas e programas utilizados no processo.

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do responsável pelo certificado na entidade certificadora

3. Jogo on-line

Data do Relatório:

Laboratório Certificador: Identificação do laboratório que está realizando a certificação, incluindo o respectivo endereço.

Destinatário do Relatório: Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Jurisdição: Brasil

Requisitos técnicos para testes: Inserir o normativo no qual estão definidos os requisitos técnicos para realização dos testes e certificação

Fornecedor do jogo: Indicar o fornecedor do jogo avaliado.

Responsável pelo envio: Indicar o responsável pelo envio do relatório

Jogos testados: Indicar quais foram os jogos testados

Número de referência do certificado:

Resultado dos testes: Indicar o resultado dos testes

Detalhes dos jogos testados

Apresentar os detalhes dos jogos testados pelo laboratório

Nome do jogo Identificador Versão do Versão do Versão do Versão de

ou componente	do Programa	Servidor	software	Sistema Operacional	configuração

Software

Inserir a descrição do software testado.

Nome do jogo ou componente

Inserir as assinaturas derivadas dos testes abaixo:

Descrição	Nome do Jogo	Nome do arquivo/diretório	Versão
Servidor			
SHA-1			
MD5			

Informação do jogo

Apresentar os cálculos realizados relacionados dos percentuais teóricos do retorno do jogador (RTP).

Nome do Jogo	Identificador da tabela de pagamentos do fornecedor	% RTP no jogo	% do RTP do fornecedor	% do RTP calculado pelo laboratório

Apresentar os detalhes dos testes que foram realizados relacionados à definição de quota fixa.

Nome do Jogo	Versão do jogo	Teste realizado

Notas

Inserir notas explicativas a respeito dos testes realizados, bem como do contexto levado em consideração para a realização da verificação.

Procedimentos de Verificação

Inserir de forma detalhada quais os procedimentos de verificação realizados nos testes, descrevendo as etapas e programas utilizados no processo.

Ambiente de testes

Inserir os componentes do ambiente de testes utilizado no processo.

Detalhes do software	
Mecanismos de entrega	(Objeto dos testes: desktop, mobile...)
Pacote(s) do instalador do cliente	
Tipo(s) de mecanismos de entrega	(Tipos de protocolo: HTML5...)
Detalhes dos testes	

Plataforma(s) e versão(ões) testada(s)
Navegador(es) e versão(ões) testada(s)
Sistema(s) operacional(is) com versão
Dispositivo(s) móvel(eis)
Sistema Operacional do Cliente

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do responsável pelo certificado na entidade certificadora

4. Integração

Data do Relatório:

Laboratório Certificador: Identificação do laboratório que está realizando a certificação, incluindo o respectivo endereço.

Destinatário do Relatório: Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Jurisdição: Brasil

Requisitos Técnicos para testes: Inserir o normativo no qual estão definidos os requisitos técnicos para realização dos testes e certificação

Marca do fornecedor do software: Indicar a marca comercial do fornecedor do software

Fornecedor do software: Indicar o fornecedor do software

Responsável pelo envio: Indicar o responsável pelo envio do relatório

Produto do operador testado: Indicar o(s) produto(s) testado(s)

Número de referência:

Resultado dos testes: Indicar o resultado dos testes

Avaliação de integração do Sistema de apostas

Inserir informações acerca dos testes de integração dos módulos ou plataformas do sistema de apostas realizados.

Nome do Fornecedor	Identificação da plataforma	Versão da plataforma	Relatório de certificação / Aprovação de envio

Inserir quais os jogos foram utilizados nos testes das plataformas listadas acima.

Nome do Jogo	Versão

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do responsável pelo certificado na entidade certificadora

5. Estúdios de jogo ao vivo

Data do Relatório:

Laboratório Certificador: Identificação do laboratório que está realizando a certificação, incluindo o respectivo endereço.

Destinatário do Relatório: Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Jurisdição: Brasil

Requisitos Técnicos para testes: Inserir o normativo no qual estão definidos os requisitos técnicos para realização dos testes e certificação

Produto testado: Indicar o(s) produto(s) testado(s)

Número de referência: Número de referência do certificado

Resultado dos testes: Indicar o resultado dos testes

Detalhes do estúdio

Informar o detalhamento do que foi testado no estúdio, incluindo a localização. Indicar quais jogos são oferecidos no estúdio ao vivo. Informar qual o período em que os testes foram realizados.

Avaliação do estúdio de jogo ao vivo

Indicar quais itens foram objeto de testes (segurança, responsabilidade, sincronização, pessoal, instalação e demais), de acordo com os requerimentos definidos pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Procedimentos de Verificação

Inserir de forma detalhada quais os procedimentos de verificação realizados nos testes, descrevendo as etapas e programas utilizados no processo.

Notas

Inserir notas explicativas a respeito dos testes realizados, bem como do contexto levado em consideração para a realização da verificação e das limitações encontradas no processo.

Conclusão

Local e data: _____, ___ de _____ de 20__.

_____

Assinatura e identificação do responsável pelo certificado na entidade certificadora

PORTARIA RFB N° 398, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01.03.2024)

Altera a Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023, que dispõe sobre a transparência ativa prevista no inciso IV do § 3° do art. 198 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso IV do § 3° do art. 198 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, na Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012,

RESOLVE:

Art. 1° A Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° .....
.....

I - serão divulgadas em formato que melhor atenda ao interesse público, no portal institucional da RFB e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, pelas unidades responsáveis definidas no Anexo VII;

II - serão atualizadas semestralmente; e

III - compreenderão os anos-calendário de 2015 e subsequentes." (NR)

"Art. 3° Compete à Comissão Executiva de Transparência Ativa:

I - reavaliar as informações, com periodicidade máxima de 6 (seis) meses, com o objetivo de ampliá-las gradativamente, considerando, sempre que possível, a capacidade operacional e aspectos orçamentários e financeiros da RFB;

II - coordenar as ações necessárias para a atualização semestral a que se refere o inciso II do caput do art. 2°;

III - constituir Grupos de Trabalho (GT) ou Grupos de Estudos Temáticos (GET) específicos, com a colaboração das subsecretarias, das unidades de assessoramento direto e das unidades descentralizadas, para viabilizar a execução das atividades de competência da Comissão; e

IV - solicitar às unidades da RFB quaisquer informações ou a realização de reuniões com especialistas sobre as matérias em pauta para a execução das atribuições da Comissão." (NR)

"Art. 3°-A. A Comissão Executiva de Transparência Ativa será composta por representantes das seguintes unidades:

I - Gabinete (Gabin);

II - Ouvidoria (Ouvid);

III - Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos (Audit);

IV - Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad);

V - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais (Cocad);

VI - Coordenação-Geral de Tributação (Cosit);

VII - Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis);

VIII - Coordenação-Geral de Programação e Estudos (Copes);

IX - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana);

X - Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação (Cotec); e

XI - Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal (SRRF08).

§ 1° A coordenação da Comissão será exercida pelo representante do Gabinete.

§ 2° O coordenador e os membros da Comissão serão designados pelo Secretário Especial Adjunto da Receita Federal do Brasil.

§ 3° A Comissão realizará reuniões ordinárias mensais, de acordo com calendário preestabelecido, e reuniões extraordinárias, caso haja necessidade de manifestação sobre matéria de sua competência em caráter de urgência." (NR)

"Art. 4° .....
.....

§ 1° A requisição para a correção de dados a que se refere o caput deverá ser tratada com prioridade pela Comissão Executiva de Transparência Ativa, observados os ritos e prazos relativos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), estabelecido em conformidade com o disposto no Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012.

.....
....." (NR)

Art. 2° A Portaria RFB n° 319, de 2023, passa a vigorar acrescida do Anexo I-A, nos termos do Anexo II desta Portaria.

Art. 3° Os Anexos I, III, IV, V, VI e VII da Portaria RFB n° 319, de 2023, ficam substituídos, respectivamente, pelos Anexos I, III, IV, V, VI e VII desta Portaria.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

ANEXO I
(Anexo I da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Incentivo, renúncia, benefício ou imunidade (IRBI) de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica - Declarados na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) do contribuinte

IRBI	Base legal	Descrição	Fonte	Tributo	Tipo de IRBI
Horário Eleitoral	Lei n° 9.096, de	As emissoras de rádio e	ECF -	IRPJ	Dedução no

	1995; art. 50-E; Lei n° 9.504, de 1997, Art. 99	televisão obrigadas à divulgação gratuita de propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e de referendos poderão efetuar a compensação fiscal pela cedência do horário gratuito.	M300A, 132.		LALUR
Prouni - Programa Universidade para Todos	Lei n° 11.096, de 2005.	Programa destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.	ECF - N610, 5.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.
Sudam/Sudene - Isenção Projeto Industrial / Agrícola	Lei n° 9.532, de 1997, art. 3°; Lei n°9.808, de 1999, art. 13.	Isenção e redução do imposto de renda para pessoas jurídicas sujeitas à apuração do imposto de renda trimestral ou anual, que gozem dos benefícios fiscais com base no lucro da exploração.	ECF - N610, 7 e 8.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.
Sudam/Sudene - Isenção Projeto Tecnologia Digital	Lei n° 12.546, de 2011, art. 11; Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, art. 1°, § 1-A; Lei n° 12.715, de 2012, art. 69; Lei n° 12.995, de 2014, art. 10.	Isenção e redução do imposto de renda para pessoas jurídicas sujeitas à apuração do imposto de renda trimestral ou anual, que gozem dos benefícios fiscais com base no lucro da exploração.	ECF - N610, 12 e 13.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.
Sudam/Sudene - Redução 75% Projeto Setor Prioritário	Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, art. 1°; Lei n° 12.715, de 2012, art. 69;	Redução do imposto de renda para pessoas jurídicas sujeitas à apuração do imposto de renda trimestral ou anual, que gozem dos benefícios fiscais com base no lucro da exploração.	ECF - N610, 50.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.
	Lei n° 12.995, de 2014, art. 10; Lei n° 13.799, de 2019, art. 1°; Decreto n° 9.682, de 2019.				
Sudam/Sudene - Redução Escalonada Setor Prioritário, Projeto Industrial / Agrícola	Lei n° 9.532, de 1997, art. 3°, incisos I, II e III e §§ 1° e 2°; Lei n° 9.808, de 1999, art. 13; Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, art. 2°.	Redução do imposto de renda para pessoas jurídicas sujeitas à apuração do imposto de renda trimestral ou anual, que gozem dos benefícios fiscais com base no lucro da exploração.	ECF - N610, 55, 60, 65, 70 e 75.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.

Padis - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	Lei n° 11.484, de 2007, arts. 1° a 11; Lei n° 13.169, de 2015.	A pessoa jurídica beneficiária do Padis, nos termos e condições estabelecidos pela Lei n° 11.484, de 2007, terá as alíquotas do IRPJ e adicional reduzidas em 100% (cem por cento) incidente sobre o lucro da exploração.	ECF - N610, 42 e 43.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.
Sudam/Sudene - Redução por Reinvestimento	Lei n° 8.167, de 1991, art. 19; Lei n° 8.191, de 1991, art. 4°; Lei n° 9.532, de 1997, art. 2°; Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, art. 3°;	Isenção e redução do imposto de renda para pessoas jurídicas sujeitas à apuração do imposto de renda trimestral ou anual, que gozem dos benefícios fiscais com base no lucro da exploração.	ECF - N610, 77.	IRPJ	Isenção/redução do IRPJ com base no lucro da exploração.
	Lei n° 12.715, de 2012, art. 69; Lei n° 13.799, de 2019, art. 1°; Decreto n° 9.682, de 2019.				
Finor - Fundo de Investimentos do Nordeste	Lei n° 8.167, de 1991, art. 9°; Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, art. 4°; Medida Provisória n° 2.156-5, de 2001, art. 32, inciso XVIII;	Aplicação de pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9° da Lei n° 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional,	ECF - N615, 2.	IRPJ	Aplicação em incentivos fiscais.
	Medida Provisória n° 2.157-5, de 2001, art. 32, inciso IV; Lei n° 9.532, de 1997, art. 4°, § 1°; Lei n° 12.995, de 2014, arts. 1° e 2°.	aprovado ou protocolizado até 2 de maio de 2001 nas áreas da Sudam e da Sudene			
Finam - Fundo de Investimentos da Amazônia	Lei n° 8.167, de 1991, art. 9°; Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, art. 4°; Medida Provisória n° 2.156-5, de 2001, art. 32, inciso XVIII;	Aplicação de pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9° da Lei n° 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional,	ECF - N615, 3.	IRPJ	Aplicação em incentivos fiscais.
	Medida Provisória	aprovado ou protocolizado até 2			

	n° 2.157-5, de 2001, art. 32, inciso IV; Lei n° 9.532, de 1997, art. 4°, § 1°; Lei n° 12.995, de 2014, arts. 1° e 2°.	de maio de 2001 nas áreas da Sudam e da Sudene.			
Pronac - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução do Imposto de Renda	Lei n° 8.313, de 1991, art. 26, § 1°; Lei n° 9.249, de 1995, art. 13, § 2°, inciso I; Decreto n° 5.761, de 2006, arts. 28 e 30; Lei n° 8.313, de 1991, art.	Dedução, do imposto devido, das quantias efetivamente realizadas no período de apuração a título de doações ou patrocínio, tanto mediante contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) na forma de doações.	ECF - N630A, 6; ECF - N630B, 6; ECF - N630C, 6.	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
	18, caput e §§ 1° e 3°; Medida Provisória n° 2.228-1, de 2001, art. 39.				
Programa de Alimentação do Trabalhador	Lei n° 6.321, de 1976, art. 1°; Lei n° 9.532, de 1997, arts. 5° e 6°, inciso I.	Dedução de até 4% (quatro por cento) do imposto devido, antes do adicional.	ECF-N630A, linha 8; ECF-N630B, linha 8; ECF-N630C, linha	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
			8.		
Atividade Audiovisual - Dedução do Imposto de Renda	Lei n° 8.685, de 1993, arts. 1° e 1°-A; Lei n° 9.323, de 1996, art. 1°; Lei n° 9.532, de 1997, arts. 5° e 6°; Lei n° 11.437, de 2006, arts. 7°, 8° e 9°; Lei n°	Deduções, do imposto de renda, dos valores relativos aos incentivos à atividade audiovisual e à atividade cultural que não excedam a 4% (quatro por cento) do imposto devido.	ECF-N630A, Linha 10; ECF-N630B, Linha 9; ECF-N630C, Linha	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
	12.375, de 2010, arts. 12 e 13; Medida Provisória n° 2.228-1 de 2001.		9.		
Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	Lei n° 8.069, de 1990, art. 260; Lei n° 12.594, de 2012, art. 87.	Dedução, do imposto de renda devido em cada período de apuração, das doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais ou municipais, devidamente comprovados, observados os limites legais.	ECF - N630A, Linha 11; ECF -- N630B, Linha 10; ECF - N630C, Linha 10.	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.

Fundos do Idoso	Lei n° 12.213, de 2010; Lei n° 12.594, de 2012, art. 88.	Dedução, do IRPJ devido em cada período de apuração, do total das doações feitas ao Fundo Nacional do Idoso, devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional.	ECF - N630A, Linha 12; ECF - N630B, Linha 11; ECF - N630C, Linha 11.	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
Incentivo ao Desporto	Lei n° 11.438, de 2006; Lei n° 13.155, de 2015, art. 43.	Dedução, do imposto devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real, dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.	ECF - N630, Linha 13; ECF - N630B, Linha 12; ECF - N630C, Linha 12.	IRPJ-	Dedução na apuração do IRPJ.
Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	Lei n° 12.715, de 2012, arts. 1° a 14; Lei n° 12.844, de 2013, art. 28; Lei n° 13.169, de 2015, art. 10.	Dedução, do imposto devido, dos valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Pronon e desenvolvidos por instituições indicadas em lei.	ECF - N630A, Linha 14; ECF - N630B, Linha 13; ECF - N630C, Linha 13.	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência	Lei n° 12.715, de 2012, arts. 1° a 14; Lei n° 12.844, de 2013, art. 28. Lei n° 13.169, de 2015, art. 10.	Dedução, do imposto devido, dos valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Pronas/PCD e desenvolvidos por instituições indicadas em lei.	ECF - N630A, Linha 15; ECF - N630B, Linha 14; ECF - N630C, Linha 14.	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
Empresa Cidadã	Lei n° 11.770, de 2008.	Dedução, do imposto devido, do total da remuneração integral paga a empregados, durante os 60 (sessenta) dias de prorrogação da licença maternidade ou 15 (quinze) dias de prorrogação da licença paternidade.	ECF - N630A, Linha 16; ECF N630B, Linha 15; ECF - N630C, Linha 15.	IRPJ	Dedução no cálculo do IRPJ e da CSLL.
Programa Rota 2030	Medida Provisória n° 843, de 2018; Lei n° 13.755, de 2018, art. 11; Decreto n° 9.557, de 2018, art.19.	Dedução para o desenvolvimento do setor automotivo no País.	ECF - N630A, 16.6 e 16.7.	IRPJ	Dedução na apuração do IRPJ.
Prouni - Programa Universidade para	Lei n° 11.096, de 2005.	Programa destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e	ECF - N670, 8.	CSLL	Dedução na apuração da

Todos		bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.			CSLL.
Programa Rota 2030	Medida Provisória n° 843, de 2018; Lei n° 13.755, de 2018, art. 11; Decreto n° 9.557, de 2018, art. 19.	Dedução para o desenvolvimento do setor automotivo no País.	ECF - N670, 13.01 e 13.02.	CSLL	Dedução na apuração da CSLL.
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)	Lei n° 14.148, de 2021, art. 4.	Redução de alíquota a 0% (zero por cento) de IRPJ pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir de março de 2022, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos, que exercem as atividades econômicas elencadas no art. 4°.	ECF - N610, 75.11 e 75.12. P300, 11.20. T150, 14.20.	IRPJ	Redução de alíquota de IRPJ
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)	Lei n° 14.148, de 2021, art. 4.	Redução de alíquota a 0% (zero por cento) da CSLL pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir de março de 2022, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos, que exercem as atividades econômicas elencadas no art. 4°.	ECF - N670, 12.20 ou 18.20. P500, 11.20. T181, 10.20.	CSLL	Redução de alíquota da CSLL.

* Os incentivos relativos à Sudam e Sudene são informados no mesmo campo da ECF, não sendo possível determinar individualmente para cada programa. Dentre as categorias, só há distinção para o programa de inclusão digital e projeto industrial ou agrícola.

ANEXO II

(Anexo I-A da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Receita Desonerada (Desoneração da Base de Cálculo) do Incentivo, renúncia, benefício ou imunidade (IRBI) de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica - Declarados na Escrituração Fiscal Digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) do contribuinte

IRBI	Base legal	Descrição	Fonte	Tributo	Tipo de IRBI
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)	Lei n° 14.148, de 2021, art. 4.	Redução de alíquota a 0% (zero por cento) da Cofins pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir de março de 2022, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos, que exercem as atividades econômicas elencadas no art. 4°.	EFD - M810, 920.	Cofins	Redução de alíquota da Cofins.
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)	Lei n° 14.148, de 2021, art. 4.	Redução de alíquota a 0% (zero por cento) da Contribuição para o PIS/Pasep pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir de março de 2022, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas	EFD - M410, 920.	Contribuição para o PIS/Pasep	Redução de alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep.

		jurídicas pertencentes ao setor de eventos, que exercem as atividades econômicas elencadas no art. 4°.			

*A EFD-Contribuições possui dados sobre a receita desonerada (desoneração da base de cálculo) dos tributos, contudo não possui o valor do tributo exonerado.

ANEXO III
(Anexo III da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação / Cofins-Importação

IRBI	Fundamento Legal	Fonte
Acetona	Acetona destinada a produção de monoisopropilamina (Mipa), Código Tipi 2914.11.00 - Lei n° 11.727, de 2008, art. 25, §§ 1° e 2°	DW-Aduaneiro
Adubos e fertilizantes	Adubos ou fertilizantes - Capítulo 31 da NCM - e suas matérias primas - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso I, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Aeronaves	Aeronaves da posição 8802 da NCM - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso VI, c/c Lei n° 10.925, de 2004, art. 6°, c/c Decreto n° 5.171, de 2004.	DW-Aduaneiro
Amostras e remessas sem valor comercial	Amostras e Remessas Postais Internacionais, sem valor comercial - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso II, alínea "a".	DW-Aduaneiro
Bens a serem empregados em aeronaves	Bens a serem empregados em aeronaves - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso VII, c/c Lei n° 10.925, de 2004, art. 6°, c/c Decreto n° 5.171, de 2004.	DW-Aduaneiro
Zona Franca de Manaus	Bens a serem incorporados ao ativo imobilizado de empresas da Zona Franca de Manaus - Lei n° 11.196, de 2005, art. 50, c/c Decreto n° 5.691, de 2006.	DW-Aduaneiro
Regime de Exportação Temporária	Bens aos quais tenha sido aplicado o Regime de Exportação Temporária - Lei n° 10.865, de 2004, art. 2°, inciso VI.	DW-Aduaneiro
Evento cultural, científico ou esportivo	Bens com uso relativo a evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou no Brasil - Lei n° 11.488, de 2007, art. 38.	DW-Aduaneiro
Cinema e audiovisual	Bens destinados a indústria cinematográfica e audiovisual - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso V, c/c Decreto n° 5.171, de 2004.	DW-Aduaneiro
Reposição de materiais	Bens idênticos destinados a reposição de outros anteriormente importados - Lei n° 10.865, de 2004, art. 2°, inciso II.	DW-Aduaneiro
Entidades beneficentes de assistência social	Bens importados pelas entidades beneficentes de assistência social - Lei n° 10.865, de 2004, art. 2°, inciso VII.	DW-Aduaneiro
Instituições científicas e tecnológicas	Bens importados por instituições científicas e tecnológicas, cientistas e pesquisadores - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso II, alínea "h".	DW-Aduaneiro
Drawback	Bens importados sob o regime aduaneiro especial de Drawback/Isenção - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso II, alínea "f".	DW-Aduaneiro
Zona Franca de Manaus	Bens para elaboração de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem - Empresas da Zona Franca de Manaus - Lei n° 10.865, de 2004, art. 14, § 1°.	DW-Aduaneiro
Recap - Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras	Bens submetidos ao Recap - Lei n° 11.196, de 2005, art. 14, inciso II, c/c Decreto n° 6.581, de 2008.	DW-Aduaneiro

Repenec - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Bens submetidos ao Repenec - Lei n° 12.249, de 2010, arts. 1° a 5° e Decreto n° 7.320, de 2010, art. 18.	DW-Aduaneiro
Repes - Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação	Bens submetidos ao Repes - Lei n° 11.196, de 2005, art. 4°, inciso. II, c/c Decreto n° 5.713, de 2006.	DW-Aduaneiro
Reporto - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	Bens submetidos ao Reporto - Lei n° 11.033, de 2004, art. 14, c/c Decreto n° 6.582, de 2008.	DW-Aduaneiro
Regimes Aduaneiros Especiais	Bens submetidos aos Regimes Aduaneiros Especiais - Lei n° 10865, de 2004, art. 14, caput.	DW-Aduaneiro
Corretivo de solo	Corretivo de solo de origem mineral - Capítulo 25 da NCM - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso IV, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Defensivos agrícolas	Defensivos agropecuários - Posição 3808 da NCM - e suas matérias primas - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso II, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Copa do Mundo, Olímpiada e Jogos Paralímpicos	Eventos Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 - Lei n° 12.350, de 2010, art. 3°, § 1°, incisos III e IV, e Lei n° 12.780, de 2013, art. 4°, § 1°, incisos III e IV.	DW-Aduaneiro
Copa do Mundo, Olímpiada e Jogos Paralímpicos	Eventos Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 - Bens admitidos sob o Regime de Admissão Temporária - Lei n° 12.350, de 2010, art. 4° e Lei n° 12.780, de 2013, art. 5°.	DW-Aduaneiro
Loja Franca	Exclusivo Loja Franca - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso II, alínea "d".	DW-Aduaneiro
Fabricação de papéis	Máquinas e Equipamentos classificados na posição 8439 da Tipi e utilizados na fabricação de papéis - Lei n° 11.196, de 2005, art. 55, inciso II, C/C Decreto n° 5.653, de 2005.	DW-Aduaneiro
Feijões, arroz e farinhas	Feijões comuns, arroz e farinhas, com códigos NCM definidos pela Lei 10.925, de 2004, art. 1°, inciso V e VI, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Gás natural	Gás natural destinado às unidades termelétricas integrantes do PPT - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso IX.	DW-Aduaneiro
Gás natural	Gás natural importado da Bolívia - Decreto n° 681, de 1992, Ato Declaratório Interpretativo n° 21, de 2004, art. 3°.	DW-Aduaneiro
Gás natural liquefeito -GNL	Gás Natural Liquefeito - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso XVI	DW-Aduaneiro
Inoculantes agrícolas	Inoculantes agrícolas do código 3002.90.99 da NCM - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso VI, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Evento cultural, científico ou esportivo	Isenção de Pis/Cofins - Importação - Lei n° 11.488, de 2007, art.38.	DW-Aduaneiro
Massas alimentícias	Massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da Tipi - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XVIII.	DW-Aduaneiro
Leite em pó	Leite em pó, conforme definições da Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XI, c/c Lei n° 11.488, de 2007, art. 32, c/c Decreto n° 5.630, de 2005, e Decreto n° 6.461, de 2008.	DW-Aduaneiro
Leite fluido	Leite fluido, conforme definições da Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XI, c/c Lei n° 11.488, de 2007, art. 32, c/c Decreto n° 5.630, de 2005, e Decreto n° 6.461, de 2008.	DW-Aduaneiro
Livros	Livros, conforme definido no art. 2° da Lei n° 10.753, de 2003 - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso XII, c/c Lei n° 11.033, de 2004, art. 6°.	DW-Aduaneiro
Zona Franca de Manaus	Matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem - Empresas da Zona Franca de	DW-Aduaneiro

	Manaus - Lei n° 10.865, de 2004, art. 14-A, c/c Lei n° 10.925, de 2004, art. 6°.	
Suspensão - matérias primas e materiais de embalagem	Matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem - Empresa exportadora - Lei n° 10.865, de 2004, art. 40, § 6°, c/c Lei n° 10.925, de 2004, e Lei n° 11.482, de 2007.	DW-Aduaneiro
Missões Diplomáticas	Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e respectivos integrantes - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso I, alínea "b".	DW-Aduaneiro
Objetos de arte	Objetos de arte classificados nas posições 9701, 9702, 9703 e 9706 da NCM, recebidos em doações por museus e entidades culturais - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso II, alínea "g".	DW-Aduaneiro
Óleos combustíveis	Óleos combustíveis tipo bunker, códigos 2710.19.21 e 2710.19.22, destinados à navegação de cabotagem ou de apoio portuário e marítimo - Lei n° 11.774, de 2008, art. 2°.	DW-Aduaneiro
Outros	Outras isenções, reduções e suspensões.	DW-Aduaneiro
Padis - Programa de Apoio ao	Padis e PATVD - Lei n° 11.484, de 2007 e Decreto n° 6.234, de 2007.	DW-Aduaneiro
Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, e Patvd - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital		
Papel destinado à impressão de jornais	Papel destinado à impressão de jornais - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso III, c/c Decreto n° 5.171, de 2004.	DW-Aduaneiro
Partes e peças - Registro Especial Brasileiro (REB)	Partes, peças e componentes para embarcações com registro no REB - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso I, c/c Decreto n° 5.171, de 2004.	DW-Aduaneiro
Pintos de um dia	Pintos de um dia - código 0105.11 da Tipi - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso X, c/c Lei n° 11.051, de 2004, art. 29, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos	Posições 3002, 3006, 3926, 4015, 9018 - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 1°, inciso III.	DW-Aduaneiro
Pré misturas para pão	Pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XVI, Lei n° 11.787, de 2008, e Lei n° 12.096, de 2009.	DW-Aduaneiro
Preparação não alcoólica para elaboração de bebidas	Preparações compostas não alcoólicas para elaboração de bebidas - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso XIII, c/c Lei n° 11.196, de 2005, art. 44.	DW-Aduaneiro
Produtos químicos	Produtos químicos intermediários de síntese, Cap. 29 - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 1°, inciso II, alínea "b".	DW-Aduaneiro
Produtos químicos	Produtos químicos, Cap 29 - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 1°, inciso I.	DW-Aduaneiro
Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, art. 8°, § 11	Produtos com uso definido pela Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 11, inciso II, c/c Lei n° 11.196, de 2005, art. 44.	DW-Aduaneiro
Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12	Produtos com uso definido pela Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, incisos XVIII, XIX, XX e XXI.	DW-Aduaneiro
Farinhas a base de milho	Produtos definidos pela Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso IX, c/c Lei n° 11.051, de 2004, art. 29, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Leite pasteurizado ou industrializado	Produtos definidos pela Lei 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XI, c/c Lei n° 11.488, de 2007, art. 32, c/c Decreto n° 6.461, de 2008.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008,	DW-

	art. 2°, inciso I.	Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 2°, inciso II.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, de 2006, art. 2°, inciso III.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 2°, inciso IV.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, de 2006, art. 2°, inciso V.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 2°, inciso VI.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 2°, inciso VII.	DW-Aduaneiro
Produtos farmacêuticos	Produtos farmacêuticos - Decreto n° 6.426, de 2008, art. 2°, inciso VIII.	DW-Aduaneiro
Produtos hortícolas e frutas	Produtos hortícolas e frutas - Capítulos 7 e 8 da Tipi - e ovos - posição 0407 - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso X.	DW-Aduaneiro
Produtos químicos e farmacêuticos	Produtos químicos e farmacêuticos - Capítulos 29/30 NCM - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 11, inciso I.	DW-Aduaneiro
Queijos	Queijos de tipos definidos pela Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XII, c/c Lei n° 11.488, de 2007, art. 32, c/c Decretos n°s 5.630, de 2005, e 6.461, de 2008.	DW-Aduaneiro
Recine - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	Recine - Lei n° 12.599, de 2012, art. 12, e Decreto n° 7.729, de 2012, art. 7.	DW-Aduaneiro
Recompe - Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional	Recompe - Lei n° 12.249, de 2010, art. 9°, inciso III, regulamentada pelo Decreto n° 7.243, de 2010, art.5°, inciso III.	DW-Aduaneiro
Recopa - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol	Recopa - Lei n° 12.350, de 2010; Decreto n° 7.319, de 2010, Decreto n° 7.525, de 2011.	DW-Aduaneiro
Reidi - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	Reidi - Lei n° 11.488, de 2007, art. 3°.	DW-Aduaneiro
Organismos Internacionais	Representações de organismos Internacionais e respectivos integrantes - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso. I, alínea "c".	DW-Aduaneiro
Retorno de bens exportados	Retorno de bens exportados - Devolução para reparo ou substituição - Lei n° 10.865, de 2004, art. 1°, § 2°, inciso I, alínea "b".	DW-Aduaneiro
Retorno de bens exportados	Retorno de bens exportados - Exportação em consignação - Lei n° 10.865, de 2004, art. 1°, § 2°, inciso I, alínea "a".	DW-Aduaneiro
Retorno de bens exportados	Retorno de bens exportados - Fatores alheios ao exportador - Lei n° 10.865, de 2004, art. 1°, § 2°, inciso I, alínea "e".	DW-Aduaneiro
Retorno de bens exportados	Retorno de bens exportados - Guerra ou calamidade pública - Lei n° 10.865, de 2004, art. 1°, § 2°, inciso I, alínea "d".	DW-Aduaneiro
Retorno de bens exportados	Retorno de bens exportados - Modificações no país importador - Lei n° 10.865, de 2004, art. 1°, § 2°, inciso I, alínea "c".	DW-Aduaneiro
Sêmens e embriões	Sêmens e embriões da posição 0511 da NCM - Lei n° 10.865, de 2004, art. 8°, § 12, inciso XI.	DW-Aduaneiro
Sementes agrícolas	Sementes e mudas, e produtos de natureza biológica para sua produção - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso III, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro
Soro de leite	Soro de leite fluido, conforme definições da Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XIII, c/c Lei n° 11.488, de 2007, art. 32, c/c Decreto n° 6.461, de 2008.	DW-Aduaneiro
Trigo	Trigo - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso XV, Lei n° 11.787, de 2008, e Lei n° 12.096, de 2009.	DW-Aduaneiro

União, Estados e Municípios	União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações - Lei n° 10.865, de 2004, art. 9°, inciso. I, alínea "a".	DW-Aduaneiro
Vacinas	Vacinas para medicina veterinária - código 3002.30 da NCM - Lei n° 10.925, de 2004, art. 1°, inciso VII, c/c Decreto n° 5.630, de 2005.	DW-Aduaneiro

ANEXO IV

(Anexo IV da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica - Imposto de Importação e IPI

IRBI	Base Legal	Fonte
Amazônia Ocidental	Amazonia Ocidental - Decreto-Lei n° 356, de 1968, art. 2°.	DW-Aduaneiro
Autopeças Não Produzidas	Autopeças Não Produzidas para industrialização - Bk (bens de capital) ou Bit (bens de informática e telecomunicações) - Resolução Gecex n° 285, de 2021, art. 4°, § 1°, e Lei n° 13.755, de 2018, art. 20.	DW-Aduaneiro
Autopeças Não Produzidas	Autopeças Não Produzidas para industrialização - Bk (bens de capital) ou Bit (bens de informática e telecomunicações) - Resolução Gecex n° 285, de 2021, art. 4°, § 2°, e Lei n° 13.755, de 2018, art. 20.	DW-Aduaneiro
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	CNPq - Cientistas, pesquisadores e entidades ligados à pesquisa e credenciados pelo CNPq - Lei n° 8.010, de 1990 - Medida Provisória n° 191, de 2004 (Lei n° 10.964, de 2004).	DW-Aduaneiro
Feiras e exposições	Consumo de feiras, exposições e assemelhados - Lei n° 8.383, de 1991, art. 70; e Portaria MF n° 107, de 1996, arts. 1° ao 4°.	DW-Aduaneiro
Drawback	Drawback - Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 78, inciso III - Isenção; Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 78, inciso II - Suspensão; e Lei n° 8.402, de 1992, art. 1°, inciso I.	DW-Aduaneiro
Copa do Mundo	Eventos Copa do Mundo/Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 - Lei n° 12.350, de 2010, arts. 3°, 4°, 7° a 15, e Decreto n° 7.578, de 2011, e Lei n° 12.780, de 2013 e Decreto n° 8.463, de 2015.	DW-Aduaneiro
Loja Franca	Exclusivo Loja Franca - Lei n° 8.032, de 1990, art. 2°, inciso II, alínea "e"; Lei n° 8.402, de 1992, art. 1°, inciso IV.	DW-Aduaneiro
Instituições de educação ou assistência social	Instituições de educação ou de assistência social - Lei n° 8.032, de 1990, art. 2°, inciso I, alínea "b", e § 1°; e Lei n° 8.402, de 1992, art. 1°, inciso IV.	DW-Aduaneiro
TSE (Tribunal Superior Eleitoral)	Matérias-primas e produtos intermediários para industrialização de bens de informática para o TSE - Leis n°s 9.359, de 1996, e 9.643, de 1998.	DW-Aduaneiro
Missões Diplomáticas	Missões Diplomáticas e Repartições Consulares de caráter permanente e seus respectivos integrantes - Lei n° 8.032, de 1990, art. 2°, inciso I, alínea "c", e § 1°; e Lei n° 8.402, de 1992, art. 1°.	DW-Aduaneiro
Outras isenções	Outras isenções, reduções e suspensões, não sujeitas a exame de similaridade.	DW-Aduaneiro
Partes e peças para aeronaves	Partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de aeronaves - Lei n° 8.032, de 1990, art. 2°, inciso II, alínea "j", e § 1°; e Lei n° 8.402, de 1992, art. 1°, inciso IV.	DW-Aduaneiro
Partes e peças para embarcações	Partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações - Lei n° 8.032, de 1990, art.2°, inciso II, alínea "j" e § 1°; e Lei n° 8.402, de 1992, art.1°.	DW-Aduaneiro

Partidos Políticos	Partidos Políticos - Lei n° 8.032, de 1990, art.2°, inciso I, alínea "b" e § 1°; e Lei n° 8.402, de 1992, art.1°, inciso IV.	DW-Aduaneiro
União, Estados, e Municípios	União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e respectivas autarquias - Lei n° 8.032, de 1990, art.2°, inciso I, alínea "a", e § 1°; e Lei n°. 8.402, de 1992, art. 1°, inciso IV.	DW-Aduaneiro
Autopeças para máquinas agrícolas	Autopeças para produção de tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas - 38° Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n° 14, art.7° do Anexo.	DW-Aduaneiro
Contingenciamento	Contingenciamento - Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul - Decisão CMC n° 38, de 2005 (alterada pela Decisão CMC n° 26, de 2015); Resolução GMC N° 49/19; Decreto n° 10.291, de 2020.	DW-Aduaneiro
Montadoras e fabricantes de veículos, tratores, carrocerias etc., Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Montadoras e fabricantes de veículos, tratores, carrocerias etc., Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - Lei n° 9.440, de 1997.	DW-Aduaneiro
Outras isenções, reduções e suspensões, não sujeitas a exame de similaridade.	Outras isenções, reduções e suspensões, não sujeitas a exame de similaridade, não capituladas nesta tabela.	DW-Aduaneiro
Outras isenções, reduções e suspensões, sujeitas a exame de similaridade.	Outras isenções, reduções e suspensões, sujeitas a exame de similaridade, não capituladas nesta tabela.	DW-Aduaneiro
Autopeças Não Produzidas	Redução para Autopeças Não Produzidas - Bk (bens de capital) ou Bit (bens de informática e telecomunicações) - Resolução Gecex n° 284, de 2021, art. 2°.	DW-Aduaneiro
Autopeças Não Produzidas	Redução para Autopeças Não Produzidas - Resolução Gecex n° 284, de 2021, art. 1°.	DW-Aduaneiro
Regra para produtos do setor aeronáutico	Produtos do setor aeronáutico - Regra geral de tributação da Tarifa Externa Comum - Decreto n° 2.376, de 1997; Resolução Camex n° 55, de 2010; e Resolução Camex n° 78, de 2011.	DW-Aduaneiro
Admissão em Depósito Especial	Admissão em Deposito Especial (DE) Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 93, e Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 480 a 487.	DW-Aduaneiro
Admissão em Entreposto Aduaneiro	Admissão em Entreposto Aduaneiro - Decreto-Lei n° 1.455, de 1976, art. 9°.	DW-Aduaneiro
Loja Franca	Admissão em Loja Franca - Decreto-Lei n° 1.455, de 1976, art. 15.	DW-Aduaneiro
Recof - Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado	Admissão em Recof - Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 89, e Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 420 a 426.	DW-Aduaneiro
Recof Sped - Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital	Admissão em Recof Sped - Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 89.	DW-Aduaneiro
Area de Livre Comércio	Admissão na Área de Livre Comércio de Boa Vista - Lei n° 8.256, de 1991, art. 4° (alterado pela Lei n° 8.981, de 1995, art. 110 e Lei n° 11.732, de2008, art. 4°).	DW-Aduaneiro
Area de Livre Comércio	Admissão na Área de Livre Comércio. de Cruzeiro Do Sul, Brasileia e Epitaciolândia - Lei n° 8.857, de 1994, (alterado pela Lei n° 8.981, de 1995, art. 110), e Decreto n° 1.357, de 1994.	DW-Aduaneiro
Area de Livre Comércio	Admissão na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - Lei n° 8.387, de 1991, art. 11, e Decreto n° 517, de 1992.	DW-Aduaneiro
Area de Livre Comércio	Admissão na Área de Livre Comércio de Tabatinga - Lei n° 7.965, de 1989 (alterado pela Lei n° 8.981, de 1995, art. 108).	DW-Aduaneiro
Area de Livre Comércio	Admissão na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim - Lei n° 8.210, de 1991 (alterado pela Lei n° 8.981, de 1995, art. 109) e Decreto n° 843, de 1993.	DW-Aduaneiro
Zona Franca de Manaus	Admissão na Zona Franca De Manaus - Constituição Federal, Disposições Transitórias, art. 40, e Decreto-Lei	DW-Aduaneiro

	n° 288, de 1967.	
Zona Franca de Manaus	Produtos industrializados na Zona Franca de Manaus com insumos estrangeiros empregados, redução mediante a aplicação de coeficiente definido no Decreto-Lei n° 288, de 1967, art. 7°, § 1°, com redação da Lei n° 8.387, de 1991.	DW-Aduaneiro
Zona Franca de Manaus	Produtos industrializados na Zona Franca de Manaus com insumos estrangeiros empregados, redução mediante a aplicação de coeficiente de 88% definido no Decreto-Lei n° 288, de 1967, art. 7°, § 4°, com redação da Lei n° 8.387, de 1991.	DW-Aduaneiro
Zona Franca de Manaus	Produtos industrializados na Zona Franca de Manaus com insumos estrangeiros empregados, redução mediante a aplicação de coeficiente de acréscimo de 5% definido no Decreto-Lei n° 288, de 1967, art. 7°, § 9°, com redação da Lei n° 8.387, de 1991.	DW-Aduaneiro
Eizof - Entreposto Internacional da Zona Franca de Manaus.	Admissão no Eizof - Portaria Interministerial MEFP/SDR n° 2, de 1992.	DW-Aduaneiro
Admissão Temporária	Admissão Temporária - Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 75 (exceto recipientes, embalagens e outros com finalidade semelhante).	DW-Aduaneiro
Admissão Temporária	Admissão Temporária - pagamento proporcional de impostos - Lei n° 9.430, de 1996, art. 79 e Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 373 a 378.	DW-Aduaneiro
Repetro - Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural	Repetro na modalidade definitiva prevista no Decreto n° 6.759, de 2009, art. 458, inciso IV.	DW-Aduaneiro
Repetro - Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural	Bens destinados ao Repetro na modalidade temporária prevista no Decreto n° 6.759, de 2009, art. 376, inciso I, alínea "a".	DW-Aduaneiro
Depósito Afiançado	Deposito Afiançado - Instrução Normativa SRF n° 409, de 2004.	DW-Aduaneiro
Depósito Especial	Deposito Especial - Decreto 6.759, de 2009, art. 480, Instrução Normativa SRF n° 386, de 2004, art. 20.	DW-Aduaneiro
Recipientes e embalagens retornáveis	Exclusivo recipientes e embalagens retornáveis e similares - Admissão Temporária ou reimportacao - Instrução Normativa RFB n° 1.600, de 2015.	DW-Aduaneiro
Mercadorias importadas destinadas à exportação	Mercadorias importadas entrepostadas e destinadas à exportação - Instrução Normativa SRF n° 241, de 2002, art. 24.	DW-Aduaneiro
Outros Acordos Internacionais	Outros Acordos Internacionais (Exceto Gatt, Sgpc, Aladi E Mercosul) - Lei n° 8.032, de 1990, art.6°.	DW-Aduaneiro
Recof - Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado	Recof - Decreto-Lei n° 37, de 1966, art. 90; Lei n° 10.833, de 2003, art. 59; Decreto n° 6.759, de 2009, art. 420; Instrução Normativa RFB n° 2.126, de 2022.	DW-Aduaneiro
Repenec - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Bens submetidos ao Repenec - Lei n° 12.249, de 2010, arts. 1° a 5° e Decreto n° 7.320, de 2010, art. 18.	DW-Aduaneiro
Repetro - Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural	Repetro-Industrialização - Lei n° 13.586, de 2017.	DW-Aduaneiro
Reporto - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	Reporto - Lei n° 11.033, de 2004; Instrução Normativa RFB n° 1.370, de 2013.	DW-Aduaneiro

ANEXO V

(Anexo V da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Pessoas Jurídicas Habilitadas perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação

N°	IRBI	Base legal	Descrição	Fonte	Tributo	Tipo de IRBI
01	Repetro-Industrialização	Lei n° 13.586, de 2017, arts. 6° a 9°; Decreto n° 9.537, de 2018; Instrução Normativa RFB n° 1.901, de 2019.	Regime Especial de Industrialização de Bens Destinados às Atividades de Exploração, de Desenvolvimento e de Produção de Petróleo, de Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos.	Sisen	II IPI IPI-Importação Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Suspensão
					Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação	
02	Repetro-Sped	Lei n° 13.586, de 2017, art. 5°; Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 372, 377, 426 e 462; Instrução Normativa RFB n° 1.781, de 2017.	Regime Tributário e Aduaneiro Especial de Utilização Econômica de Bens Destinados às Atividades de Exploração, Desenvolvimento e Produção das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural, na	Sisen	II IPI IPI-Importação Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Suspensão
			Modalidade Repetro-Permanente.		Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação	
03	Reporto	Lei n° 11.033, de 2004, arts. 13 a 16; Decreto n° 6.582, de 2008; Decreto n° 7.212, de 2010, arts. 166 a 170; Instrução Normativa RFB n° 1.370, de 2013.	Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária.	Sisen	II IPI IPI-Importação Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Suspensão
					Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação	

04	Recap	Lei n° 11.196, de 2005, arts. 12 a 16; Decreto n° 5.649, de 2005; Decreto n° 5.788, de 2006; Decreto n° 5.789, de 2006; Decreto n° 6.759, de 2009, arts.271 a	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras.	Sisen	Contribuição para o PIS/Pasep Cofins Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação	Suspensão
		275; Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 18, III, 24, X, 271, VI, 628 a 645.				
05	Remicex	Lei n° 11.196, de 2005, art. 49; Decreto n° 6.127, de 2007; Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 24, XIV, 665 a 684.	Regime de Entrega de Embalagens no Mercado Interno em Razão da Comercialização com Empresa Sediada no Exterior.	Sisen	Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Suspensão
06	Repes	Lei n° 11.196, de 2005, arts. 1° a 11; Decreto n° 5.712, de 2006; Decreto n° 5.713, de 2006; Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 264 a 270;	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação.	Sisen	IPI-Importação Contribuição para o PIS/Pasep Cofins Contribuição para o PIS/Pasep-Importação	Suspensão
		Decreto n° 7.212, de 2010, arts. 271 a 275; Instrução Normativa SRF n° 630, de 2006.			Cofins-Importação	
07	Retid	Lei n° 12.598, de 2012, arts. 7° a 11; Decreto n°	Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.	Sisen	IPI IPI-Importação	Suspensão, Isenção e Reduçaõ de Alíquota

		8.122, de 2013; Instrução Normativa RFB n° 1.454, de 2014.			Contribuição para o PIS/Pasep Cofins Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação	
08	Recof	Decreto-Lei n° 37, de 1966, arts. 89 a 91; Lei n° 10.833, de 2003, arts. 59, § 2°, 63, I, 92; Decreto n° 6.759, de 2006, arts. 420 a 426; Instrução Normativa RFB n° 2.126, de 2022.	Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado.	Sisen	II IPI Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Suspensão
09	Recof-Sped	Decreto-Lei n° 37, de 1966, arts. 89 a 91; Lei n° 10.833, de 2003, arts. 59, § 2°, 63, I, 92; Decreto n° 6.759, de 2006, arts. 420 a 426; Instrução Normativa RFB n° 2.126, de 2022.	Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital.	Sisen	II IPI Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Suspensão
10	RET - Incorporações Imobiliárias	Lei n° 10.931, de 2004, arts. 1° a 11-A; Decreto n° 9.580, de 2018, arts. 486 a 495; Instrução Normativa RFB n° 1.435, de 2013.	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias.	Sisen	IR CSLL Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Redução de Alíquota
11	RET - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Lei n° 10.637, de 2002, art. 47; Decreto n°	Regime Especial de Tributação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins Relativamente às Operações do Mercado de Curto Prazo para	Sisen	Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Dedução

		5.163, de 2004; Decreto n° 5.177, de 2004; Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 38, II, 724 a 727.	Integrantes da Câmara de Comercialização de Energia			
			Elétrica (CCEE).			
12	Regime Especial de Medicamentos - Crédito Presumido	Lei n° 10.147, de 2000, art. 3°; Decreto n° 3.803, de 2001; Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 460 a 476.	Regime Especial de Utilização de Crédito Presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, Concedido às Pessoas Jurídicas que Procedam à Industrialização ou à Importação de	Sisen	Contribuição para o PIS/Pasep Cofins Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o PIS/Pasep-Importação	Crédito Presumido
			Medicamentos Destinados à Venda no Mercado Interno.		Cofins-Importação	
13	Padis	Lei n° 11.484, de 2007, arts. 1° a 11; Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 282 e 283; Decreto n° 7.212, de 2010, arts. 150 a 157;	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.	Sisen	II IPI IPI-Importação Contribuição para o PIS/Pasep Cofins	Redução de Alíquotas
		Decreto n° 10.615, de 2021; Instrução Normativa RFB n° 1.976, de 2020; Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 2022, arts. 81, 292, 644.			Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação Cide IRPJ sobre lucro de exploração	
14	Reidi	Lei n° 11.488, de 2007, arts. 1° a 5°; Decreto n° 6.144, de 2007; Decreto n° 6.759, de 2009, arts. 286 a 290; Instrução	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.	Sisen	Contribuição para o PIS/Pasep Cofins Contribuição para o PIS/Pasep-Importação Cofins-Importação	Suspensão

		Normativa RFB n° 2.121, de				
		2022, arts. 18, IV, 24, XI a XIII, 271, VII e VIII, 646 a 663.				

ANEXO VI
(Anexo VI da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Informações disponibilizadas

IRBI	Informações disponibilizadas
Anexo I	- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); - Razão Social - Atividade Econômica, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Valor declarado na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) relativo ao Incentivo, Renúncia, Benefício ou Imunidade (IRBI)
Anexo I-A	- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); - Razão Social - Atividade Econômica, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Receita desonerada declarada na Escrituração Fiscal Digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) relativo ao Incentivo, Renúncia, Benefício ou Imunidade (IRBI)
Anexo II	- CNPJ - Razão social - Atividade Econômica, conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
Anexo III	- CNPJ - Razão social - Atividade Econômica, conforme classificação Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Valor dos incentivos, renúncias, benefícios ou imunidades
Anexo IV	- CNPJ - Razão social - Atividade Econômica, conforme classificação Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Valor dos incentivos, renúncias, benefícios ou imunidades
Anexo V	- CNPJ - Razão social - Atividade Econômica, conforme classificação Classificação Nacional de Atividades Econômicas

	(CNAE) - Município e Unidade da Federação da matriz - Data inicial da fruição do benefício
	- Data final da fruição do benefício

ANEXO VII
(Anexo VII da Portaria RFB n° 319, de 11 de maio de 2023)

Unidades responsáveis pela apuração e correção das informações

IRBI	Unidade Responsável
Anexos I, I-A e II	Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis)
Anexos III e IV	Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana)
Anexo V	Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais (Cocad)

2.04 SOLUÇÃO DE CONSULTA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28/02/2024)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. ATIVIDADE COMERCIAL DE PRODUTOS ESPORTIVOS. DESPESAS COM VALE TRANSPORTE, VALE REFEIÇÃO, VALE ALIMENTAÇÃO E UNIFORME. IMPOSSIBILIDADE.

Não há insumos na atividade comercial (revenda de bens), notadamente porque a essa atividade foi reservada a apuração de créditos em relação aos bens adquiridos para revenda.

Para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep, somente podem ser considerados insumos bens e serviços utilizados na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, excluindo-se do conceito itens utilizados nas demais áreas de atuação da pessoa jurídica, como administrativa, jurídica, contábil, etc., bem como itens relacionados à atividade de revenda de bens.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 248, DE 20 DE AGOSTO DE 2019, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 84, DE 29 DE JUNHO DE 2020, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 110, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, artigo 3º, II; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigos 175 a 177; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. ATIVIDADE COMERCIAL DE PRODUTOS ESPORTIVOS. DESPESAS COM VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO, VALE ALIMENTAÇÃO E UNIFORME. IMPOSSIBILIDADE.

Não há insumos na atividade comercial (revenda de bens), notadamente porque a essa atividade foi reservada a apuração de créditos em relação aos bens adquiridos para revenda.

Para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins, somente podem ser considerados insumos bens e serviços utilizados na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, excluindo-se do conceito itens utilizados nas demais áreas de atuação da pessoa jurídica, como administrativa, jurídica, contábil, etc., bem como itens relacionados à atividade de revenda de bens.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 248, DE 20 DE AGOSTO DE 2019, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 84, DE 29 DE JUNHO DE 2020, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 110, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, artigo 3º, II; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigos 175 a 177; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR. ATIVO IMOBILIZADO. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS. POSSIBILIDADE. RATEIO PROPORCIONAL.

O encargo de depreciação incorrido no mês dos geradores de energia solar compõe a base de cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep, na situação de o gerador integrar o ativo imobilizado e fornecer energia elétrica para as máquinas e equipamentos, utilizados na fabricação de produtos destinados à venda.

Caso os geradores de energia solar sejam utilizados em atividades de produção de bens ou prestação de serviços e também em outras atividades da pessoa jurídica (como atividades administrativas, comerciais etc.), há a necessidade de realização do rateio proporcional e fundamentado em critérios racionais e a devida demonstração em sua contabilidade da atribuição proporcional do crédito da Contribuição para o PIS/Pasep às atividades de produção de bens e de prestação de serviços.

ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA DA REDE LOCAL. REDUÇÃO DO CONSUMO. GASTOS DE AQUISIÇÃO DOS GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

Por utilização de energia elétrica solar e da consequente redução do consumo da energia elétrica fornecida pela rede pública local e do correspondente valor da conta de energia elétrica, não há, por subsunção à interpretação literal, como serem inseridos para dentro do inciso IX do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, os gastos com a aquisição dos geradores de energia solar, para efeito de composição da base cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 270, DE 30 DE MAIO DE 2017, PUBLICADA NO D.O.U DE 6 DE JUNHO DE 2017, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 37, DE 18 DE MARÇO DE 2021, PUBLICADA NO D.O.U DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, artigo 3º, VI e IX, e § 1º, III; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018, itens 62 a 89; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigos 159, 167, 169, 176, 179, I, "a", "b" e "c" e 191, I.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR. ATIVO IMOBILIZADO. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS. POSSIBILIDADE. RATEIO PROPORCIONAL.

O encargo de depreciação incorrido no mês dos geradores de energia solar compõe a base de cálculo dos créditos da Cofins, na situação de o gerador integrar o ativo imobilizado e fornecer energia elétrica para as máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de produtos destinados à venda.

Caso os geradores de energia solar sejam utilizados em atividades de produção de bens ou prestação de serviços e também em outras atividades da pessoa jurídica (como atividades administrativas, comerciais etc.), há a necessidade de realização do rateio proporcional e fundamentado em critérios racionais e a devida demonstração em sua contabilidade da atribuição proporcional do crédito da Cofins às atividades de produção de bens e de prestação de serviços.

ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA DA REDE LOCAL. REDUÇÃO DO CONSUMO. GASTOS DE AQUISIÇÃO DOS GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

Por utilização de energia elétrica solar e da consequente redução do consumo da energia elétrica fornecida pela rede pública local e do correspondente valor da conta de energia elétrica, não há, por subsunção à interpretação literal, como serem inseridos para dentro do inciso III do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, os gastos com a aquisição dos geradores de energia solar, para efeito de composição da base de cálculo dos créditos da Cofins.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 270, DE 30 DE MAIO DE 2017, PUBLICADA NO D.O.U DE 6 DE JUNHO DE 2017, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 37, DE 18 DE MARÇO DE 2021, PUBLICADA NO D.O.U DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, artigo 3º, III e VI, e § 1º, III; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018, itens 62 a 89; Instrução Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, artigo 3º, III e VI, e § 1º, III; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018, itens 62 a 89; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigos 159, 167, 169, 176, 179, I, "a", "b" e "c" e 191, I.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida.

Dispositivos legais: IN RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, II.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS. LOCAÇÃO DE TENDAS E LONAS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

A locação de bens móveis não se caracteriza como prestação de serviços, motivo pelo qual a locação de tendas e lonas com a finalidade de estruturar local de guarita e do caixa de estacionamento não pode ser considerada insumo na prestação de serviços de estacionamento e de manobra de veículos de terceiros para efeitos do disposto no inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, não originando para a pessoa jurídica que loca esses bens, direito aos créditos da Cofins.

SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA. SERVIÇOS VIGIA E SEGURANÇA. INSUMO. POSSIBILIDADE.

Atendidas as demais exigências da legislação pertinente, as pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da Cofins que prestam os serviços de estacionamento e manobra de veículos de terceiros podem utilizar créditos dessa contribuição apurados nos termos do inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, decorrentes de pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas por:

a) seguro contratado para a cobertura de incêndio, furto, roubo ou danos materiais de veículos exclusivamente no estacionamento; e

b) serviço de vigilância eletrônica, vigia e segurança.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.078, de 1990, artigo 14; Lei nº 10.406, de 2002, artigo 629; Lei nº 10.833, de 2003, artigo 3º, *caput*, inciso II; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigos 175 a 177; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS. LOCAÇÃO DE TENDAS E LONAS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

A locação de bens móveis não se caracteriza como prestação de serviços, motivo pelo qual a locação de tendas e lonas com a finalidade de estruturar local de guarita e do caixa de estacionamento não pode ser considerada insumo na prestação de serviços de estacionamento e de manobra de veículos de terceiros para efeitos do disposto no inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, não originando para a pessoa jurídica que loca esses bens, direito aos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep.

SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA. SERVIÇOS VIGIA E SEGURANÇA. INSUMO. POSSIBILIDADE.

Atendidas as demais exigências da legislação pertinente, as pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep que prestam os serviços de estacionamento e manobra de veículos de terceiros podem utilizar créditos dessa contribuição apurados nos termos do inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, decorrentes de pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas por:

a) seguro contratado para a cobertura de incêndio, furto, roubo ou danos materiais de veículos exclusivamente no estacionamento; e

b) serviço de vigilância eletrônica, vigia e segurança.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.078, de 1990, artigo 14; Lei nº 10.406, de 2002, artigo 629; Lei nº 10.637, de 2003, artigo 3º, *caput*, inciso II; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigos 175 a 177; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral da Cosit

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29/02/2024)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. ATIVIDADE EXTRUSÃO DE ALUMÍNIO. DISPÊNDIOS COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, AUXÍLIO-CRECHE, PLANO DE SAÚDE, SUBVENÇÃO PATRONAL E PRÊMIO DE ASSIDUIDADE DOS EMPREGADOS. INSUMOS. ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INSUMO. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

Não podem ser considerados insumos da atividade de extrusão de alumínio para efeitos do inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e não geram créditos da Contribuição para o PIS/Pasep à pessoa jurídica que incorre em tais dispêndios com empregados: a) o fornecimento de alimentação, seja por meio de vale-alimentação ou de vale-refeição, seja com a contratação direta de estabelecimento fornecedor de alimentos (restaurante), sem prejuízo do disposto no inciso X do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002; b) despesas com o transporte próprio da pessoa jurídica (inclusive combustíveis e lubrificantes) para transporte do trajeto de ida e volta do trabalho ainda que da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços; c) auxílio-creche; d) plano de saúde; e) subvenção patronal; e f) prêmio de assiduidade.

A classificação de bens e serviços como insumos em virtude de exigência por imposição legal não se aplica nas hipóteses em que a exigência dos bens ou dos serviços decorrem apenas de celebração de acordos ou convenções coletivas de trabalho.

NÃO CUMULATIVIDADE. ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE. ABONO DE FÉRIAS. CRÉDITO. VEDAÇÃO.

É vedada a utilização de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep decorrentes de dispêndios da pessoa jurídica com abono de falta de estudantes e com abono de férias por representar remuneração de mão de obra paga a pessoa física.

NÃO CUMULATIVIDADE. VALE-TRANSPORTE. CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE. INSUMO. CRÉDITO. POSSIBILIDADE.

Podem ser objeto de creditamento da Contribuição para o PIS/Pasep, na modalidade insumos, nos termos do inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, pela pessoa jurídica sujeita à incidência não cumulativa das contribuições:

a) a parcela do vale-transporte fornecido a mão de obra empregada no processo de produção de bens ou de prestação de serviços custeada pelo empregador (o que exceder 6% do salário do empregado); e

b) os gastos com a contratação de pessoa jurídica para o transporte do trajeto de ida e volta do trabalho da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 2020; À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 2023; E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 57, DE 2023

Dispositivos Legais: Decreto-lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 143, 457, 458, 473 e 611; Lei nº 7.418, de 1985, artigos 1º, 2º,4º e 8º; Lei nº 10.637, de 2002, artigo 3º, *caput*, incisos II e X, e § 2º, inciso I; Decreto nº 95.247, de 1987, artigos 1º, 4º, 8º a 10; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigo 175, artigo 176, § 2º, inciso VI, artigo 177 e art 191, inciso VI; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
NÃO CUMULATIVIDADE. ATIVIDADE EXTRUSÃO DE ALUMÍNIO. DISPÊNDIOS COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, AUXÍLIO-CRECHE, PLANO DE SAÚDE, SUBVENÇÃO PATRONAL E PRÊMIO DE ASSIDUIDADE DOS EMPREGADOS. INSUMOS. ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INSUMO. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

Não podem ser considerados insumos da atividade de extrusão de alumínio para efeitos do inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, e não geram créditos da Cofins à pessoa jurídica que incorre em tais dispêndios com empregados: a) o fornecimento de alimentação, seja por meio de vale-alimentação ou de vale-refeição, seja com a contratação direta de estabelecimento fornecedor de alimentos (restaurante), sem prejuízo do disposto no inciso X do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003; b) despesas com o transporte próprio da pessoa jurídica (inclusive combustíveis e lubrificantes) para transporte do trajeto de ida e volta do trabalho ainda que da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços; c) auxílio-creche; d) plano de saúde; e) subvenção patronal; e f) prêmio de assiduidade.

A classificação de bens e serviços como insumos em virtude de exigência por imposição legal não se aplica nas hipóteses em que a exigência dos bens ou dos serviços decorrem apenas de celebração de acordos ou convenções coletivas de trabalho.

NÃO CUMULATIVIDADE. ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE. ABONO DE FÉRIAS. CRÉDITO. VEDAÇÃO.

É vedada a utilização de créditos da Cofins decorrentes de dispêndios da pessoa jurídica com abono de falta de estudantes e com abono de férias pagas por representar remuneração de mão de obra paga a pessoa física.

NÃO CUMULATIVIDADE. VALE-TRANSPORTE. CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE. INSUMO. CRÉDITO. POSSIBILIDADE.

Podem ser objeto de creditamento da Cofins, na modalidade insumos, nos termos do inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, pela pessoa jurídica sujeita à incidência não cumulativa das contribuições:

a) a parcela do vale-transporte fornecido a mão de obra empregada no processo de produção de bens ou de prestação de serviços custeada pelo empregador (o que exceder 6% do salário do empregado); e

b) os gastos com a contratação de pessoa jurídica para o transporte do trajeto de ida e volta do trabalho da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 2020; À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 2023; E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 57, DE 2023

Dispositivos Legais: Decreto-lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 143, 457, 458, 473 e 611; Lei nº 7.418, de 1985, artigos 1º, 2º,4º e 8º; Lei nº 10.833, de 2003, artigo 3º, *caput*, incisos II e X, e § 2º, inciso I; Decreto nº 95.247, de 1987, artigos 1º, 4º, 8º a 10; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, artigo 175, artigo 176, § 2º, inciso VI, artigo 177 e art 191, inciso VI; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024 –(DOU de 29/02/2024)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

RETENÇÃO. CONSTRUÇÃO CIVIL. OBRA. SERVIÇO. ÓRGÃO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

A responsabilidade solidária na contratação de obra de construção civil executada por meio de empreitada total por construtora não se aplica aos órgãos públicos da administração pública direta, suas autarquias e fundações de direito público, e, portanto, não se aplica também a retenção de contribuição previdenciária para fins de elisão da solidariedade na forma do art. 30, inciso VI, da Lei nº 8.212, de 1991.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 64, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, inciso VI e art. 31; Decreto 3.048, de 1991, arts. 219 e 220, § 3º, III; IN RFB nº 2.110, de 2022, art. 114, inciso VII; art. 135, § 2º inciso II e art. 140.

ALDENIR BRAGA CHRISTO - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 - DOU de 29/02/2024

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS.

Os gastos com contratação de pessoa jurídica para transporte do trajeto de ida e volta do trabalho, da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação

de serviços, podem ser considerados insumos para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins, nos termos do art. 3º, "II", da Lei nº 10.833, de 2003.

O direito de utilização dos referidos créditos prescreve em 5 (cinco) anos da data de sua constituição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 28 DE MAIO DE 2020 E 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, incisos II e X; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018; Lei nº 7.418, de 1985; Decreto nº 95.247, de 1987; Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Os gastos com contratação de pessoa jurídica para transporte do trajeto de ida e volta do trabalho, da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços, podem ser considerados insumos para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep, nos termos do art. 3º, "II", da Lei nº 10.637, de 2002.

O direito de utilização dos referidos créditos prescreve em 5 (cinco) anos da data de sua constituição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 28 DE MAIO DE 2020 E 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, incisos II e X; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018; Lei nº 7.418, de 1985; Decreto nº 95.247, de 1987; Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

ALDENIR BRAGA CHRISTO - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.005, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 26/02/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados

os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023, E Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Lei nº 14.789, de 2023; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198; Lei Estadual nº 9.025, de 2020; Decreto Estadual nº 47.437, de 2020.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023, E Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Lei nº 14.789, de 2023; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198; Lei Estadual nº 9.025, de 2020; Decreto Estadual nº 47.437, de 2020.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.006, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 26/02/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a

necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023, E Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Lei nº 14.789, de 2023; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198; Decreto Estadual nº 13.780, de 2012, arts. 265, inciso CXVIII, e 268, inciso LXIII; Convênio ICMS 100, de 1997.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023, E Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Lei nº 14.789, de 2023; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198; Decreto Estadual nº 13.780, de 2012, arts. 265, inciso CXVIII, e 268, inciso LXIII; Convênio ICMS 100, de 1997.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.007, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

LICENÇA DE USO DE SOFTWARE. PAGAMENTO, CRÉDITO, ENTREGA, EMPREGO OU REMESSA PARA O EXTERIOR. USUÁRIO FINAL. AQUISIÇÃO OU RENOVAÇÃO. ROYALTIES. TRIBUTAÇÃO.

Os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residente ou domiciliado no exterior, pelo usuário final, para fins de aquisição ou renovação de licença de uso de software, independentemente de customização ou do meio empregado na entrega,

caracterizam royalties e estão sujeitos à incidência de Imposto sobre a Renda na Fonte (IRRF), em regra, sob a alíquota de 15% (quinze por cento), ainda que a referida fonte, enquanto responsável tributária, seja destituída de fins lucrativos, e, como tal, em tese, isenta do Imposto sobre a Renda, na forma da legislação pertinente, visto não lhe acarretar a operação nenhum ônus, na medida em que os valores remetidos constituem rendimentos de terceiro.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 75, DE 31 DE MARÇO DE 2023, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015 (ITEM 21).

Dispositivos Legais: Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, arts. 1º, 2º e 9º; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 7º, XII; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 44 e 767; Pareceres Normativos CST nº 103 e nº 193, ambos de 1974.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.008, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 29/02/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. CARACTERÍSTICAS. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONSTITUTIVA DO OBJETO SOCIAL PELO SÓCIO PARTICIPANTE. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS.

Para fins tributários, não se caracteriza como Sociedade em Conta de Participação (SCP) o arranjo contratual no qual o sócio participante exerce a atividade constitutiva do objeto social e é remunerado na forma de distribuição de lucros. Desnaturada a SCP pelo exercício da atividade constitutiva do objeto social pelo sócio participante, os valores recebidos por este a título de participação nos negócios abarcados pelo objeto social devem ser tributados como receita da atividade principal.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 142, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil - arts. 981, 991, 993 e 996; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 160, 161 e 418.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. CARACTERÍSTICAS. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONSTITUTIVA DO OBJETO SOCIAL PELO SÓCIO PARTICIPANTE. TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS.

Para fins tributários, não se caracteriza como Sociedade em Conta de Participação (SCP) o arranjo contratual no qual o sócio participante exerce a atividade constitutiva do objeto social e é remunerado na forma de distribuição de lucros. Desnaturada a SCP pelo exercício da atividade constitutiva do objeto social pelo sócio participante, os valores recebidos por este a

título de participação nos negócios abarcados pelo objeto social devem ser tributados como receita da atividade principal.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 142, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil - arts. 981, 991, 993 e 996; Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, arts. 1º e 6º, parágrafo único.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.009, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 29/02/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL.

As decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça passam a ter efeito vinculante para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a partir da elaboração de manifestação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo dito art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais está a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, E 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de julho de 2002, arts. 19 e 19-A; Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, art. 30; Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023; Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 29 de dezembro de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, art. 198, § 7º; Instrução Normativa RFB nº 2.170, de 29 dezembro de 2023.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL.

As decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça passam a ter efeito vinculante para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a partir da elaboração de manifestação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do resultado ajustado desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais está a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, E 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos legais: Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A; Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º; Instrução Normativa RFB nº 2.170, de 29 de dezembro de 2023.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.010, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se às atividades de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador padronizados ou customizados em pequena extensão o percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) de que trata o art. 15, § 1º, III, "a", da Lei nº 9.249, de 1995.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, III, alínea "a; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25 e art. 48, § 12.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Para efeito de determinação da base de cálculo da CSLL devido pela pessoa jurídica tributada pelo IRPJ com base no lucro presumido, aplica-se às atividades de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador padronizados ou customizados em pequena extensão o percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) de que trata o art. 20, I, da Lei nº 9.249, de 1995.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, III, alínea "a", e art. 20, *caput*, I; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29 e art. 48, § 12.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.016, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. DISPENSA DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS. ABRANGÊNCIA.

Até a véspera da publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 2022, no DOU de 21 de dezembro de 2022, os pagamentos ou créditos de receitas sujeitas à redução de alíquotas prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, submetiam-se às regras gerais de retenção de tributos federais.

Com a publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 2022, e a consequente inclusão do parágrafo 3º no mencionado artigo 4º, as retenções de IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins passaram a ser dispensadas, na hipótese de pagamento ou crédito referente a receitas desoneradas na forma do mesmo artigo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 105, DE 22 DE MAIO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, art. 4º, § 3º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, art. 1º; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023, art. 4º, § 3º; Instrução Normativa SRF nº 459, de 17 de outubro de 2004, arts. 2º e 7º; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, arts. 2º e 9º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento que consista em pedido, à Receita Federal, de prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, XIV.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.017, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. RETENÇÃO NA FONTE.

O benefício fiscal instituído no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, apenas autoriza a dispensa automática da retenção de pagamentos ou créditos abarcados pelo benefício fiscal concernente à redução a 0% (zero por cento) de alíquotas de tributos que incidem sobre as receitas e os resultados das atividades econômicas enquadradas no Perse a partir de 20 de dezembro de 2022, com a publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, aplicando-se a regra geral até essa data.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 105, DE 22 DE MAIO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, art. 4º; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 775 e 786 do Anexo; Instrução Normativa SRF nº 459, de 17 de outubro de 2004, arts. 2º e 7º; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, arts. 2º e 9º; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º e 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.018, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º ao 7º; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º ao 4º e 7º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento cujo objetivo é obter, da Receita Federal, a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

Dispositivos legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, XIV.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.019, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º ao 7º; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º ao 4º e 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.020, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. ADICIONAL.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, inclui tanto a alíquota regular do IRPJ, quanto a alíquota do adicional desse imposto.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 226, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, art. 4º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.021, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º ao 7º; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º ao 4º e 7º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento que consiste em solicitação, à Receita Federal, de prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

Dispositivos legais: Instrução Normativa RFB n 2.058, de 9 de dezembro de 2021.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.022, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. ADICIONAL.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, inclui tanto a alíquota regular do IRPJ, quanto a alíquota do adicional desse imposto.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 226, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, art. 4º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.023, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, E NÃO MENCIONADA NA PORTARIA ME Nº 11.266, DE 2022, NEM NO ART. 4º DA LEI Nº 14.148, de 2021, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.592, DE 2023. REQUISITOS PARA FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

A ostentação de código CNAE integrante do Anexo II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e não mencionado na Portaria ME nº 11.266, de 2022, nem no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é insuficiente, per se, para autorizar a fruição do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, que também exige, entre outros requisitos: (i) que o beneficiário estivesse regularmente inscrito no Cadastur em 18 de março de 2022; (ii) que a atividade econômica em questão estivesse vinculada a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021; (iii) que as receitas e os resultados em questão sejam segregados das demais receitas e resultados auferidos pelo beneficiário; e (iv) que sejam atendidas as normas de direito intertemporal aplicáveis a essa matéria.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023, Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, E 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que consiste em solicitação, à Receita Federal, de prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, XIV.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.024, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, E NÃO MENCIONADA NA PORTARIA ME Nº 11.266, DE 2022, NEM NO ART. 4º DA LEI Nº 14.148, de 2021, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.592, DE 2023. REQUISITOS PARA FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

A ostentação de código CNAE integrante do Anexo I da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e não mencionado na Portaria ME nº 11.266, de 2022, nem no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é insuficiente, per se, para autorizar a fruição do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, que também exige, entre outros requisitos: (i) que a atividade econômica em questão estivesse vinculada a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021; (ii) que as receitas e os resultados em questão sejam segregados das demais receitas e resultados auferidos pelo beneficiário; e (iii) que sejam atendidas as normas de direito intertemporal aplicáveis a essa matéria.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que consiste em solicitação, à Receita Federal, de prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, XIV.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.025, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REGIME TRIBUTÁRIO DO BENEFICIÁRIO.

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é aplicável às pessoas jurídicas que, no período de sua fruição, apurem o Imposto sobre a Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

O referido benefício fiscal não se aplica a períodos em que o possível beneficiário esteja sujeito à tributação pela sistemática do Simples Nacional.

A aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não depende do regime de apuração do Imposto sobre a Renda adotado pela pessoa jurídica no termo inicial de vigência do referido artigo (18 de março de 2022).

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode aplicar-se às pessoas jurídicas que, apesar de serem optantes pela sistemática de tributação do Simples Nacional na data de 18 de março de 2022, foram posteriormente excluídas desse regime, a pedido ou de ofício.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, de 1988, art. 195, § 3º; Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 60; Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, art. 14, IV; Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º ao 7º; Lei nº 14.390, de 4 de julho de 2022, art. 4º; Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º ao 4º e 7º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento que se refere a fato disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação, ou que se refere a fato definido ou declarado em disposição literal de lei.

Dispositivos legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, VII e IX.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.026, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REGIME TRIBUTÁRIO DO BENEFICIÁRIO.

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é aplicável às pessoas jurídicas que, no período de sua fruição, apurem o Imposto sobre a Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

O referido benefício fiscal não se aplica a períodos em que o possível beneficiário esteja sujeito à tributação pela sistemática do Simples Nacional.

A aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não depende do regime de apuração do Imposto sobre a Renda adotado pela pessoa jurídica no termo inicial de vigência do referido artigo (18 de março de 2022).

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode aplicar-se às pessoas jurídicas que, apesar de serem optantes pela sistemática de tributação do Simples Nacional na data de 18 de março de 2022, foram posteriormente excluídas desse regime, a pedido ou de ofício.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, de 1988, art. 195, § 3º; Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 60; Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, art. 14, IV; Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º ao 7º; Lei nº 14.390, de 4 de julho de 2022, art. 4º; Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º ao 4º e 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.027, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REGIME TRIBUTÁRIO DO BENEFICIÁRIO.

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é aplicável às pessoas jurídicas que, no período de sua fruição, apurem o Imposto sobre a Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

O referido benefício fiscal não se aplica a períodos em que o possível beneficiário esteja sujeito à tributação pela sistemática do Simples Nacional.

A aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não depende do regime de apuração do Imposto sobre a Renda adotado pela pessoa jurídica no termo inicial de vigência do referido artigo (18 de março de 2022).

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode aplicar-se às pessoas jurídicas que, apesar de serem optantes pela sistemática de tributação do Simples Nacional na data de 18 de março de 2022, foram posteriormente excluídas desse regime, a pedido ou de ofício.

REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE PRAZO OU PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DE ADESÃO.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, de 1988, art. 195, § 3º; Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 60; Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, art. 14, IV; Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º ao 7º; Lei nº 14.390, de 4 de julho de 2022, art. 4º; Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º ao 4º e 7º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento (i) que se refere a fato disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação ou (ii) que se refere a fato definido ou declarado em disposição literal de lei.

Dispositivos legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, VII e IX.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.028, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, E NÃO MENCIONADA NA PORTARIA ME Nº 11.266, DE 2022, NEM NO ART. 4º DA LEI Nº 14.148, de 2021, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.592, DE 2023. INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL (CNAE 4330-4/02). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

Na hipótese de atividade econômica listada no Anexo I da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e não mencionada na Portaria ME nº 11.266, de 2022, nem no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação da Lei nº 14.592, de 2023, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser usufruído no período de março de 2022 a abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL, e de março de 2022 a dezembro de 2023, em relação ao IRPJ, por pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse o código da referida atividade na CNAE, desde que sejam atendidos os requisitos da legislação de regência, que também exige, entre outros requisitos: (i) que a atividade econômica em questão estivesse vinculada a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021; e (ii) que as receitas e os resultados em questão sejam segregados das demais receitas e resultados auferidos pelo beneficiário.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.029, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. ADICIONAL.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, inclui tanto a alíquota regular do IRPJ, quanto a alíquota do adicional desse imposto.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 226, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, art. 4º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.030, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 – (DOU de 01/03/2024)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Somente são considerados insumo para efeito de desconto do crédito de que trata o art. 3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002, os dispêndios com vale-transporte e com a contratação de pessoa jurídica em substituição ao vale-transporte que, além de atenderem aos demais requisitos da legislação de regência, sejam utilizados para viabilizar a atividade de produção de bens ou de prestação de serviços por parte da mão de obra empregada efetivamente nessas atividades, ou seja, dispêndios com o transporte dos funcionários que trabalham diretamente na produção dos bens ou na prestação de serviço.

A expressão "mão de obra empregada no processo produtivo" utilizada no art. 176, XX e XXI, da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, abrange tão somente os funcionários que trabalham diretamente na produção dos bens ou na prestação de serviço.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO EXTEMPORÂNEA. RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÕES. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 1932, cujo termo inicial é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração, ou, no caso de apropriação extemporânea, o primeiro dia do mês subsequente àquele em que poderia ter havido a apuração.

A apropriação extemporânea dos créditos em questão exige, em contrapartida, a retificação das declarações a que a pessoa jurídica se encontra obrigada referentes a cada um dos meses em que haja modificação na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep.

A atualização monetária de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep apropriados extemporaneamente é expressamente vedada pela legislação tributária.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 32, DE 18 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, *caput*, II, e § 4º; Lei nº 7.418, de 1985; Decreto nº 10.854, de 2021, arts. 106, 109 e 114; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Somente são considerados insumo para efeito de desconto do crédito de que trata o art. 3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003, os dispêndios com vale-transporte e com a contratação de pessoa jurídica em substituição ao vale-transporte que, além de atenderem aos demais requisitos da legislação de regência, sejam utilizados para viabilizar a atividade de produção de bens ou de prestação de serviços por parte da mão de obra empregada efetivamente nessas atividades, ou seja, dispêndios com o transporte dos funcionários que trabalham diretamente na produção dos bens ou na prestação de serviço.

A expressão "mão de obra empregada no processo produtivo" utilizada no art. 176, XX e XXI, da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, abrange tão somente os funcionários que trabalham diretamente na produção dos bens ou na prestação de serviço.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO EXTEMPORÂNEA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 1932, cujo termo inicial é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração, ou, no caso de apropriação extemporânea, o primeiro dia do mês subsequente àquele em que poderia ter havido a apuração.

A apropriação extemporânea dos créditos em questão exige, em contrapartida, a retificação das declarações a que a pessoa jurídica se encontra obrigada referentes a cada um dos meses em que haja modificação na apuração da Cofins.

A atualização monetária de créditos da Cofins apropriados extemporaneamente é expressamente vedada pela legislação tributária.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 32, DE 18 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 20023, art. 3º, *caput*, II, e § 4º; Lei nº 7.418, de 1985; Decreto nº 10.854, de 2021, arts. 106, 109 e 114; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produzem efeitos questionamentos sobre fato disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes da apresentação da consulta.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, VII.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.001, DE 31 DE JANEIRO DE 2024 – (DOU de 21/02/2024)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

Para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O não atendimento desses requisitos importa a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta da prestação dos serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 147, DE 31 DE JULHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* , §§ 1º, inciso III, alínea "a" , e 2º; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, inciso I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, inciso VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, inciso II; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 33, §§ 1º, inciso II, alínea "a" , e 3º, e 215, *caput* ; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

RESULTADO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

Para efeito de determinação da base de cálculo da CSLL devida pela pessoa jurídica tributada com base no resultado presumido, aplica-se o percentual de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O não atendimento desses requisitos importa a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta da prestação dos serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 147, DE 31 DE JULHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, §§ 1º, inciso III, alínea "a" , 2º, e art. 20, incisos I e III; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29, inciso I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966

e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, inciso VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, inciso II; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 33, §§ 1º, inciso II, alínea "a" , e 3º, art. 34, § 2º, e art. 215, § 1º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES - Chefe da Divisão

3.00 ASSUNTOS ESTADUAIS

3.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

COMUNICADO SRE N° 002, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOE de 27.02.2024)

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL declara que as datas fixadas para cumprimento das OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS, do mês de março de 2024, são as constantes da Agenda Tributária Paulista anexa.

AGENDA TRIBUTÁRIA PAULISTA N° 415		
MÊS DE MARÇO DE 2024		
DATAS PARA RECOLHIMENTO DO ICMS PARA ESTABELECIMENTOS SUJEITOS AO REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO		
CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	CÓDIGO DE PRAZO DE RECOLHIMENTO	RECOLHIMENTO DO ICMS
CNAE	CPR	REFERÊNCIA FEVEREIRO/2024 DIA DO VENCIMENTO
19217, 19225, 19322; 35115, 35123, 35131, 35140, 35204; 46818, 46826; 53105, 53202.	1031	05
63119, 63194; 73122.	1100	11
60101, 61108, 61205, 61302, 61418, 61426, 61434, 61906.	1150	15
01113, 01121, 01130, 01148, 01156, 01164, 01199, 01211, 01229, 01318, 01326, 01334, 01342, 01351, 01393, 01415, 01423, 01512, 01521, 01539, 01547, 01555, 01598, 01610, 01628, 01636, 01709, 02101, 02209, 02306, 03116, 03124, 03213, 03221, 05003, 06000, 07103, 07219, 07227, 07235, 07243, 07251, 07294, 08100, 08916, 08924, 08932, 08991,09106, 09904; 10333, 10538, 11119, 11127, 11135, 11216, 11224, 12107, 12204, 17109, 17214, 17222, 17311, 17320, 17338, 17419, 17427, 17494, 19101; 20118, 20126, 20134, 20142, 20193, 20215, 20223, 20291, 20312, 20321, 20339, 20401, 20517, 20525, 20614, 20622, 20631, 20711, 20720, 20738, 20916, 20924, 20932, 20941, 20991, 21106, 21211, 21220, 21238, 22218, 22226, 22234, 22293, 23206, 23915, 23923, 24113, 24121, 24211, 24229, 24237, 24245, 24318, 24393, 24415, 24431, 24491, 24512, 24521, 25110, 25128, 25136, 25217, 25314, 25322, 25390, 25411, 25420, 25438, 25501, 25918, 25926, 25934, 25993, 26108, 26213, 26221, 26311, 26329, 26400, 26515, 26523, 26604, 26701, 26809, 27104, 27210, 27317, 27325, 27333, 27511, 27597, 27902, 28135, 28151, 28232, 28241, 28518, 28526, 28534, 28542, 29107, 29204, 29506; 30113, 30121, 30318, 30504, 30911, 32124, 32205, 32302, 32400, 32507, 32914, 33112, 33121, 33139, 33147, 33155, 33163, 33171, 33198, 33210, 35301, 36006, 37011, 37029, 38114, 38122, 38211, 38220, 39005;	1200	20

CNAE	CPR	FEVEREIRO/2024 DIA
41107, 41204, 42111, 42120, 42138, 42219, 42227, 42235, 42910, 42928, 42995, 43118, 43126, 43134, 43193, 43215, 43223, 43291, 43304, 43916, 43991, 45111, 45129, 45200, 45307, 45412, 45421, 45439, 46117, 46125, 46133, 46141, 46150, 46168, 46176, 46184, 46192, 46214, 46222, 46231, 46311, 46320, 46338, 46346, 46354, 46362, 46371, 46397, 46419, 46427, 46435, 46443, 46451, 46460, 46478, 46494, 46516, 46524, 46613, 46621, 46630, 46648, 46656, 46699, 46711, 46729, 46737, 46745, 46796, 46834, 46842, 46851, 46869, 46877, 46893, 46915, 46923, 46931, 47113, 47121, 47130, 47229, 47237, 47245, 47296, 47318, 47326, 47415, 47423, 47431, 47440, 47512, 47521, 47539, 47547, 47555, 47563, 47571, 47598, 47610, 47628, 47636, 47717, 47725, 47733, 47741, 47814, 47822, 47831, 47849, 47857, 47890, 49116, 49124, 49400, 49507. 50114, 50122, 50211, 50220, 50301, 50912, 50998, 51111, 51129, 51200, 51307, 52117, 52125, 52214, 52222, 52231, 52290, 52311, 52320, 52397, 52401, 52508, 55108, 55906, 56112, 56121, 56201, 59111, 59120, 59138, 59146; 60217, 60225, 62015, 62023, 62031, 62040, 62091, 63917, 63992, 64107, 64212, 64221, 64239, 64247, 64310, 64328, 64336, 64344, 64352, 64361, 64379, 64409, 64506, 64611, 64620, 64638, 64701, 64913, 64921, 64930, 64999, 65111, 65120, 65201, 65308, 65413, 65421, 65502, 66118, 66126, 66134, 66193, 66215, 66223, 66291, 66304, 68102, 68218, 68226, 69117, 69125, 69206; 70204, 71111, 71120, 71197, 71201, 72100, 72207, 73114, 73190, 73203, 74102, 74200, 74901, 75001, 77110, 77195, 77217, 77225, 77233, 77292, 77314, 77322, 77331, 77390, 77403, 78108, 78205, 78302, 79112, 79121, 79902; 80111, 80129, 80200, 80307, 81117, 81125, 81214, 81222, 81290, 81303, 82113, 82199, 82202, 82300, 82911, 82920, 82997, 84116, 84124, 84132, 84213, 84221, 84230, 84248, 84256, 84302, 85112, 85121, 85139, 85201, 85317, 85325, 85333, 85414, 85422, 85503, 85911, 85929, 85937, 85996, 86101, 86216, 86224, 86305, 86402, 86500, 86607, 86909, 87115, 87123, 87204, 87301, 88006; 90019, 90027, 90035, 91015, 91023, 91031, 92003, 93115, 93123, 93131, 93191, 93212, 93298, 94111, 94120, 94201, 94308, 94910, 94928, 94936, 94995, 95118, 95126, 95215, 95291, 96017, 96025, 96033, 96092, 97005, 99008.	1200	20

CNAE	CPR	FEVEREIRO/2024 DIA
10112, 10121, 10139, 10201, 10317, 10325, 10414, 10422, 10431, 10511, 10520, 10619, 10627, 10635, 10643, 10651, 10660, 10694, 10716, 10724, 10813, 10821, 10911, 10929, 10937, 10945, 10953, 10961, 10996, 15106, 15211, 15297, 16102, 16218, 16226, 16234, 16293, 18113, 18121, 18130, 18211, 18229, 18300, 19314; 22111, 22129, 22196, 23117, 23125, 23192, 23303, 23494, 23991, 24423, 25225, 27228, 27406, 28119, 28127, 28143, 28216, 28224, 28259, 28291, 28313, 28321, 28330, 28402, 28615, 28623, 28631, 28640, 28658, 28666, 28691, 29301, 29417, 29425, 29433, 29441, 29450, 29492; 30326, 30920, 30997, 31012, 31021, 31039, 31047, 32116, 33295, 38319, 38327, 38394; 47211, 49213, 49221, 49230, 49248, 49299, 49302;	1250	25

OBSERVAÇÕES:

1) O Decreto 45.490/2000, que aprovou o RICMS/2000, estabeleceu em seu Anexo IV os prazos do recolhimento do imposto em relação às Classificações de Atividades Econômicas ali indicadas.

O não recolhimento do imposto até o dia indicado sujeitará o contribuinte ao seu pagamento com juros estabelecidos pela Lei n° 10.175/1998, e demais acréscimos legais.

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA:

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA		
MERCADORIA	CPR	REFERÊNCIA FEVEREIRO/2024 DIA VENC.
• Todas as mercadorias, exceto as abrangidas pelo § 3º do artigo 3º do Anexo IV do RICMS/00 (vide abaixo o item: COMBUSTÍVEIS – TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA).	1200	20

OBSERVAÇÃO EM RELAÇÃO AO ICMS DEVIDO POR ST:

O estabelecimento enquadrado em código de CNAE que não identifique a mercadoria a que se refere a sujeição passiva por substituição, deverá recolher o imposto retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição até o dia 20 do mês subsequente ao da retenção, correspondente ao CPR 1200. (Anexo IV, art. 3°, § 2° do RICMS/2000).

COMBUSTÍVEIS - TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA

Em relação ao estabelecimento refinador de petróleo e suas bases, a central de matéria-prima petroquímica - CPQ, a unidade de processamento de gás natural ou estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado, definido e autorizado por órgão federal competente - UPGN e o Formulador de Combustíveis, quanto às operações com combustíveis sujeitos ao regime de tributação monofásica, nos termos estabelecidos em acordos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal, observar-se-á o que segue (§§ 3° e 5° do artigo 3° do Anexo IV do RICMS/2000):

1 - deverá ser recolhido, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador - CPR 1100, o restante do imposto devido, assim considerado o valor total do imposto apurado a recolher, deduzido os recolhimentos efetuados conforme inciso XIV do “caput” do artigo 115 deste regulamento;

2 - o restante do imposto devido a ser recolhido conforme previsto no item 1, poderá ser compensado com eventual saldo credor mantido pelo contribuinte, sendo permitida, nesse caso, a compensação de imposto com até 100% (cem por cento) do valor total do imposto repassado no mês correspondente, nos termos de acordo firmado entres as unidades federadas, na hipótese de ser apurado preliminarmente saldo credor a transportar para o período seguinte.

3 - no que se refere ao imposto repassado a este Estado por estabelecimento localizado em outra unidade federada, o recolhimento deverá ser efetuado até o dia 10 de cada mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador - CPR 1100.

EMENDA CONSTITUCIONAL 87/2015 - DIFAL:

O estabelecimento localizado em outra unidade federada, inscrito ou não no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, que realizou operações ou prestações destinadas a não contribuinte do imposto localizado neste Estado no mês de fevereiro deverá recolher o imposto devido a este Estado até o dia 15 de março - CPR 1150. (artigo 3°, § 6° do Anexo IV do RICMS/2000).

SIMPLES NACIONAL:

DATA PARA RECOLHIMENTO DO ICMS PARA ESTABELECIMENTOS SUJEITOS AO REGIME DO "**SIMPLES NACIONAL**"	
DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA JANEIRO/2024 DIA DO VENCIMENTO
Diferencial de Alíquota nos termos do Artigo 115, inciso XV-A, do RICMS/2000 (Portaria CAT 75/2008) * Substituição Tributária, nos termos do § 2º do Artigo 268 do RICMS/2000*	01/04

* NOTA: Para fatos geradores a partir de 01/01/2014, o imposto devido pela entrada, em estabelecimento de contribuinte sujeito às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "Simples Nacional", de mercadorias, oriundas de outro Estado ou do Distrito Federal, deve ser recolhido até o último dia do segundo mês subsequente ao da entrada.

O prazo para o pagamento do DAS referente ao período de apuração de fevereiro encontra-se disponível no portal do Simples Nacional (http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/) por meio do link Agenda do Simples Nacional.

OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS:

<table>
<tr><th colspan="3">OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS</th></tr>
<tr><td>GIA</td><td>Excetuadas as hipóteses expressamente previstas na legislação, a GIA deverá ser apresentada até esta data, em relação ao imposto apurado no mês de fevereiro (artigo 254 do RICMS/2000 – Portaria CAT 92/1998, Anexo IV, artigo 20) através do endereço http://www.portal.fazenda.sp.gov.br ou https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/pfe/</td><td>Dia 20</td></tr>
<tr><td>GIA-ST</td><td>O contribuinte de outra unidade federada obrigado à entrega das informações na GIA-ST, inclusive relativas ao DIFAL nas operações e prestações destinadas a não contribuintes, em relação ao imposto apurado no mês de fevereiro, deverá apresentá-la até essa data, na forma prevista no Anexo V da Portaria CAT 92/1998 (itens 1 e 2 do § 1º do artigo 254 do RICMS/2000).</td><td>Dia 10</td></tr>
<tr><td>REDF</td><td colspan="2">Os contribuintes sujeitos ao registro eletrônico de documentos fiscais devem efetuá-lo nos prazos a seguir indicados, conforme o 8º dígito de seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (12.345.678/xxxx-yy) (Portaria CAT 85/2007).
<table>
<tr><td>8º dígito</td><td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr>
<tr><td>Dia do mês subseqüente a emissão</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td></tr>
</table>
OBS.: Na hipótese de Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, emitida por contribuinte sujeito ao Regime Periódico de Apuração – RPA, de que trata o artigo 87 do Regulamento do ICMS, cujo campo "destinatário" indique pessoa jurídica, ou entidade equiparada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, e cujo campo "valor total da nota" indique valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), o registro eletrônico deverá ser efetuado em até 4 (quatro) dias contados da emissão do documento fiscal. (Portaria CAT 85/2007).</td></tr>
<tr><td>EFD</td><td>O contribuinte obrigado à EFD deverá transmitir o arquivo digital nos termos da Portaria CAT 147/2009.</td><td>Dia 20</td></tr>
</table>

NOTAS GERAIS:

1) Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP:

O valor da UFESP para o período de 01/01/2024 a 31/12/2024 será de R$ 35,36 (Comunicado Dicar 93, de 19/12/2023, DOE 20/12/2023).

2) Nota Fiscal de Venda a Consumidor:

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, na operação de saída a título de venda a consumidor final com valor inferior a R$ 18,00 e em não sendo obrigatória a emissão do Cupom Fiscal, a emissão da Nota Fiscal de Venda a Consumidor (NFVC) é facultativa, cabendo a opção ao consumidor (RICMS/2000 artigo 132-A e 134 e Comunicado Dicar 94, de 19/12/2023, DOE 20/12/2023).

O Limite máximo de valor para emissão de Cupom Fiscal e Nota Fiscal de Venda a Consumidor (NFVC) é de R$ 10.000,00, a partir do qual deve ser emitida Nota Fiscal Eletrônica (modelo 55) ou Nota Fiscal (modelo 1) para contribuinte não obrigado à emissão de Nota Fiscal Eletrônica ou, quando não se tratar

de operações com veículos sujeitos a licenciamento por órgão oficial, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (modelo 65) (RICMS/2000 artigo 132-A, parágrafo único e 135, § 7°).

3) Esta Agenda Tributária foi elaborada com base na legislação vigente em 23/02/2024.

4) A Agenda Tributária encontra-se disponível no site da Secretaria da Fazenda e Planejamento (https://portal.fazenda.sp.gov.br) no módulo Legislação Tributária.

3.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS

ATO DECLARATÓRIO CONFAZ N° 006, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOU de 28.02.2024)

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 389ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 08.02.2024 e publicados no DOU em 09.02.2024.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, com fulcro no art. 5° da Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 389ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 8 de fevereiro de 2024:

Convênio ICMS n° 7/24 - Dispõe sobre a adesão dos Estado do Maranhão e do Rio de Janeiro e altera o Convênio ICMS n° 198/23, que autoriza as unidades federadas que menciona a efetuar ajuste nos benefícios fiscais relativos ao ICMS em vigor, de forma a que se preservem os mesmos percentuais efetivamente praticados em 31 de dezembro de 2023;

Convênio ICMS n° 8/24 - Altera o Convênio ICMS n° 19/18, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução na base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de comunicação.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

3.03 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

PORTARIA SRE N° 012, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOE de 01.03.2024)

Altera a Portaria SRE 72/23, de 5 de dezembro de 2023, que divulga valores atualizados para fins de determinação da base de cálculo da substituição tributária de bebidas alcoólicas, refrigerantes, águas e outras bebidas.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista o disposto nos artigos 28, 28-A, 28-B e 28-C da Lei n° 6.374, de 1° de março de 1989, nos artigos 40-A, 41, 43, 44, 293, 294, 313-C e 313-D do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000, e

CONSIDERANDO os dados constantes de pesquisa de preços elaborada na forma regulamentar, expede a seguinte portaria:

Artigo 1° Passam a vigorar, com a redação que se segue, os itens 4.100 e 4.102 da Tabela 4. OUTRAS MARCAS do Capítulo I do Anexo IV - CERVEJA E CHOPE, da Portaria SRE 72/23, de 5 de dezembro de 2023:

TABELA 4. OUTRAS MARCAS

Item	CEST	Marca	Tipo de Embalagem	Tamanho	Preço Final
4.100	03.021.05	Unsa Bier Puro Malte (Pilsen)	PET	de 361 a 660 ml	R$ 6,00
4.102	03.021.05	Unsa Bier Vienna Lager	PET	de 661 a 1000 ml	R$ 7,00

Artigo 2° Ficam acrescentados, com a redação que se segue, os dispositivos adiante indicados da Portaria SRE 72/23, de 5 de dezembro de 2023:

I - os itens 3.414 a 3.478 à Tabela 3. OUTRAS MARCAS do Capítulo I do ANEXO II - REFRIGERANTES:

TABELA 3. OUTRAS MARCAS					
Item	CEST	Marca	Tipo de embalagem	Tamanho	Preço Final
3.414	03.010.01	Refrigerante Pitchula (Imperial)	PET	até 260 ml	R$ 1,09
3.415	03.010.02	ÁGUA TÔNICA MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,59
3.416	03.010.02	ÁGUA TÔNICA MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,59
3.417	03.010.02	ÁGUA TÔNICA ZERO MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,59
3.418	03.010.02	ÁGUA TÔNICA ZERO MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,59
3.419	03.010.01	CITRUS MINEIRO PET 1,5 L	PET	de 1201 a 1750 ml	R$ 4,49
3.420	03.010.01	CITRUS MINEIRO PET 250 ML	PET	até 260 ml	R$ 1,79
3.421	03.010.01	CITRUS MINEIRO PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.422	03.010.01	CITRUS MINEIRO PET 6X1 600ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.423	03.010.01	CITRUS MINEIRO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,50
3.424	03.010.02	CITRUS MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.425	03.010.02	CITRUS MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.426	03.011.00	GUARANA MINEIRO VIDRO 200ML	Garrafa de Vidro Retornável	até 260 ml	R$ 2,89
3.427	03.011.00	GUARANA MINEIRO VIDRO 600 ML	Garrafa de Vidro Retornável	de 600 a 999 ml	R$ 4,89
3.428	03.010.01	GUARANA MINEIRO PET 1,5 L	PET	de 1201 a 1750 ml	R$ 4,49
3.429	03.010.01	GUARANA MINEIRO PET 250 ML	PET	até 260 ml	R$ 1,79
3.430	03.010.01	GUARANA MINEIRO PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.431	03.010.01	GUARANA MINEIRO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,50
3.432	03.010.02	GUARANA MINEIRO LATA 350 ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,19
3.433	03.010.02	GUARANA MINEIRO LATA 350 ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,19
3.434	03.010.02	GUARANA MINEIRO LATA 350 ML FIT	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,19
3.435	03.010.02	GUARANA MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.436	03.010.02	GUARANA MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.437	03.010.02	GUARANA MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.438	03.010.01	GUARANA MINEIRO ZERO PET 6X1 600ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.439	03.010.01	GUARANA MINEIRO ZERO PET	PET	até 260 ml	R$ 1,79

		250 ML			
3.440	03.010.01	GUARANA MINEIRO ZERO PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.441	03.010.01	GUARANA MINEIRO ZERO PET 1,5 L	PET	de 1201 a 1750 ml	R$ 4,20
3.442	03.010.01	GUARANA MINEIRO ZERO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,50
3.443	03.010.02	GUARANA MINEIRO ZERO LATA 350 ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,19
3.444	03.010.02	GUARANA MINEIRO ZERO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.445	03.010.01	LARANJA MINEIRO PET 250 ML	PET	até 260 ml	R$ 1,79
3.446	03.010.01	LARANJA MINEIRO PET 6X1 600ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.447	03.010.01	LARANJA MINEIRO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,50
3.448	03.010.02	LARANJA MINEIRO LATA 350ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,19
3.449	03.010.02	LARANJA MINEIRO LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,79
3.450	03.010.01	LARANJA MINEIRO PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.451	03.010.01	LIMAO MINEIRO PET 250 ML	PET	até 260 ml	R$ 1,79
3.452	03.010.01	LIMAO MINEIRO PET 6X1 600ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.453	03.010.01	LIMAO MINEIRO PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.454	03.010.01	LIMAO MINEIRO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,50
3.455	03.010.01	UVA MINEIRO PET 250 ML	PET	até 260 ml	R$ 1,79
3.456	03.010.01	UVA MINEIRO PET 6X1 600ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.457	03.010.01	UVA MINEIRO PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,29
3.458	03.010.01	UVA MINEIRO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,50
3.459	03.010.01	ZAP COLA PET 250 ML	PET	até 260 ml	R$ 1,79
3.460	03.010.01	ZAP COLA PET 600 ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,09
3.461	03.010.01	ZAP COLA PET 6X1 600ML	PET	de 451 a 660 ml	R$ 4,09
3.462	03.010.01	ZAP COLA PET 1,5 L	PET	de 1201 a 1750 ml	R$ 3,99
3.463	03.010.01	ZAP COLA PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,51
3.464	03.010.02	ZAP COLA LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,59
3.465	03.010.02	ZAP COLA LATA 269 ML	Lata	até 270 ml	R$ 2,59
3.466	03.010.01	ZAP COLA ZERO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 6,59
3.467	03.010.02	ZAP COLA LATA 350 ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,19
3.468	03.010.01	GUARANÁ XAVECO	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 4,99
3.469	03.010.01	GUARANÁ PIOVANI	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 3,99
3.470	03.010.01	PACK TURBAÍNA PET 2L + FERRÁSPARI GUARANÁ PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 11,50
3.471	03.010.01	PACK TURBAÍNA PET 2L + TURBAÍNA SEM AÇÚCAR PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 11,50
3.472	03.010.01	PACK TURBAÍNA PET 2L + FERRÁSPARI LIMÃO PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 12,04
3.473	03.010.01	PACK TURBAÍNA PET 2L + FERRÁSPARI ABACAXI PET 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 12,04

3.474	03.010.01	REFRIGERANTE PAIZÃO TUBAÍNA 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 4,40
3.475	03.010.01	REFRIGERANTE PAIZÃO GENGIBIRRA 2L	PET	de 1751 a 2000 ml	R$ 4,40
3.476	03.010.00	REFRIGERANTE TURBAINA FERRASPARI	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 5,05
3.477	03.010.02	ÁGUA TÔNICA CIDADE IMPERIAL LT 350ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 2,50
3.478	03.010.02	ÁGUA TÔNICA CIDADE IMPERIAL ZERO AÇÚCARES LT 350ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 2,50

“ (NR);

II - os itens 2.145 a 2.167 à Tabela 2. BEBIDAS ENERGÉTICAS do Capítulo I do ANEXO III - BEBIDAS ENERGÉTICAS E HIDRO-ELETROLÍTICAS:

TABELA 2. BEBIDAS ENERGÉTICAS					
Item	**CEST**	**Marca**	**Tipo de embalagem**	**Tamanho**	**Preço Final**
2.145	03.013.00	RB WINTER PERA E CANELA	lata	até 310 ml	R$ 9,48
2.146	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK 2L	PET	de 1751 a 2499 ml	R$ 9,99
2.147	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK 1L	PET	de 661 a 1000 ml	R$ 6,99
2.148	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK 2L - ZERO AÇÚCAR	PET	de 1751 a 2499 ml	R$ 9,99
2.149	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK - 1L - ZERO AÇÚCAR	PET	de 661 a 1000 ml	R$ 6,99
2.150	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK 2L - AÇAI	PET	de 1751 a 2499 ml	R$ 9,99
2.151	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK 1L - AÇAI	PET	de 661 a 1000 ml	R$ 6,99
2.152	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK - 2L - MELANCIA	PET	de 1751 a 2499 ml	R$ 9,99
2.153	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK 1L - MELANCIA	PET	de 661 a 1000 ml	R$ 6,99
2.154	03.013.00	BAD BOY POWER DRINK - CAN 473	lata	de 361 a 660 ml	R$ 7,99
2.155	03.013.00	BAD BOY POWER DRINK - ZERO - CAN 473	lata	de 361 a 660 ml	R$ 7,99
2.156	03.013.00	BAD BOY POWER DRINK - MELANCIA - CAN 473	lata	de 361 a 660 ml	R$ 7,99
2.157	03.013.00	BAD BOY POWER DRINK - AÇAI - CAN 473	lata	de 361 a 660 ml	R$ 7,99
2.158	03.013.00	BAD BOY C4 - CAN 250 ml	lata	até 310 ml	R$ 6,99
2.159	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK - MANGO - 2L	PET	de 1751 a 2499 ml	R$ 9,99
2.160	03.013.01	BAD BOY POWER DRINK - MANGO 1L	PET	de 661 a 1000 ml	R$ 6,99
2.161	03.013.00	BAD BOY POWER DRINK - MANGO - CAN 473	lata	de 361 a 660 ml	R$ 7,99
2.162	03.013.00	DOPAMINA ENERGY DRINK 269ML	lata	até 310 ml	R$ 2,99
2.163	03.013.00	DOPAMINA ENERGY DRINK 269ML - COCO/ACAI	lata	até 310 ml	R$ 2,99
2.164	03.013.00	DOPAMINA ENERGY DRINK 269ML - EXTREME	lata	até 310 ml	R$ 2,99
2.165	03.013.00	DOPAMINA ENERGY DRINK	lata	até 310 ml	R$ 2,99

		269ML - MACA VERDE			
2.166	03.013.00	DOPAMINA ENERGY DRINK 269ML - TANGERINA	lata	até 310 ml	R$ 2,99
2.167	03.013.00	DOPAMINA ENERGY DRINK 269ML - TROPICAL	lata	até 310 ml	R$ 2,99

“ (NR);

III - os itens 1.290 a 1.293 à Tabela 1. MARCAS AMBEV do Capítulo I do ANEXO IV - CERVEJA E CHOPE:

TABELA 1. MARCAS AMBEV					
Item	**CEST**	**Marca**	**Tipo de embalagem**	**Tamanho**	**Preço Final**
1.290	03.021.03	Corona / Coronita	Lata	até 269 ml	R$ 3,00
1.291	03.021.01	Corona / Coronita	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 8,75
1.292	03.021.00	Corona / Coronita	Garrafa de Vidro Retornável	até 360 ml	R$ 6,00
1.293	03.021.03	Stella Pure Gold	Lata	até 269 ml	R$ 3,05

“ (NR);

IV - os itens 3.70 a 3.72 à Tabela 3. MARCAS PETRÓPOLIS do Capítulo I do ANEXO IV - CERVEJA E CHOPE:

TABELA 3. MARCAS PETRÓPOLIS					
Item	**CEST**	**Marca**	**Tipo de Embalagem**	**Tamanho**	**Preço Final**
3.70	03.021.03	Itaipava Premium	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 3,16
3.71	03.021.01	Itaipava Premium	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 311 a 360 ml	R$ 3,74
3.72	03.021.00	Itaipava Premium	Garrafa de Vidro Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 7,25

“ (NR);

V - os itens 4.593 a 4.630 à Tabela 4. OUTRAS MARCAS do Capítulo I do ANEXO IV - CERVEJA E CHOPE:

TABELA 4. OUTRAS MARCAS					
Item	**CEST**	**Marca**	**Tipo de embalagem**	**Tamanho**	**Preço Final**
4.593	03.021.03	Cerveja Imperial Ouro Lager	Lata	até 269 ml	R$ 2,53
4.594	03.021.01	Cerveja Dusza	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 9,99
4.595	03.021.03	CERVEJA RIBEIRÃO PILSEN	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 2,00
4.596	03.021.01	Cerveja Puro Malte Opa Bier Pilsen 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	Garrafa de Vidro Não Retornável |de 361 a 660 ml	R$ 6,72

4.597	03.021.03	Cerveja Puro Malte Opa BIer Pilsen 350 ml - Lata	Lata	Lata de 311 a 360 ml	R$ 2,70
4.598	03.021.03	Cerveja Puro Malte Pilsen Opa Bier 269 ml - lata	Lata	Lata até 269 ml	R$ 2,45
4.599	03.021.03	Cerveja Puro Malte Opa Bier Merecida Pilsen 350 ml	Lata	Lata de 311 a 360 ml	R$ 3,02
4.600	03.021.01	Cerveja Puro Malte Opa Bier Old Ale 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 11,90
4.601	03.021.01	Cerveja Puro Malte Joinville Bier 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 6,65
4.602	03.021.01	Cerveja Puro Malte Opa Bier German Lager 355 ml - LN - Verde - Sem Glúten	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 311 a 360 ml	R$ 5,82
4.603	03.021.03	Cerveja Puro Malte Opa Bier IPA 350 ml - Lata	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 4,68
4.604	03.021.01	Cerveja de Trigo Opa Bier Hefe Weizen 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 11,40
4.605	03.021.01	Cerveja de Trigo Opa Bier Kristall Weizen 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 11,40
4.606	03.021.01	Cerveja de Trigo Opa Bier Dunkel Weizen 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 11,40
4.607	03.021.01	Cerveja Puro Malte Opa Bier Porter 600 ml	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 9,03
4.608	03.021.01	Cerveja Puro Malte Opa Bier Strong Golden Ale 600 ml - Envelhecida	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 15,04
4.609	03.021.00	CERVEJA CIDADE IMPERIAL DUNKEL 330ML	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 311 a 360 ml	R$ 4,49
4.610	03.021.00	CERVEJA CIDADE IMPERIAL DUNKEL 500ML	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 6,99
4.611	03.021.03	CERVEJA CIDADE IMPERIAL DUNKEL LT 473ML	Lata	de 361 a 660 ml	R$ 3,49
4.612	03.021.00	CERVEJA CIDADE IMPERIAL HELLES 330ML	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 311 a 360 ml	R$ 4,49
4.613	03.021.00	CERVEJA CIDADE IMPERIAL HELLES 500ML	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 6,99
4.614	03.021.03	CERVEJA CIDADE IMPERIAL HELLES LT 473ML	Lata	de 361 a 660 ml	R$ 3,49
4.615	03.021.00	CERVEJA CIDADE IMPERIAL PILSEN 330ML	Garrafa de Vidro Não Retornável	de 311 a 360 ml	R$ 4,49
4.616	03.021.00	CERVEJA IMPERIO LAGER GFA 600ML	Garrafa de Vidro Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 5,16
4.617	03.021.03	CERVEJA MACEDONIA KOLSCH LT 473ML	Lata	de 411 a 660 ml	R$ 2,71
4.618	03.021.00	CERVEJA IMPERIO PILSEN GFA 300ML	Garrafa de Vidro Retornável	de 275 a 310 ml	R$ 1,99
4.619	03.021.00	CERVEJA IMPERIO PILSEN GFA 600ML	Garrafa de Vidro Retornável	de 361 a 660 ml	R$ 4,87
4.620	03.021.03	CERVEJA IMPERIO PILSEN LT	Lata	até 310 ml	R$ 2,54

		269ML			
4.621	03.021.03	CERVEJA IMPERIO PILSEN LT 269ML PACK C/15	Lata	até 269 ml	R$ 26,85
4.622	03.021.03	CERVEJA IMPERIO PILSEN LT 350ML PACK C/15	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 29,85
4.623	03.021.03	CERVEJA IMPERIO PILSEN LT 473ML	Lata	de 361 a 660 ml	R$ 4,14
4.624	03.023.00	CERVEJA PURO MALTE LT 269ML	Lata	até 269 ml	R$ 1,85
4.625	03.021.03	CERVEJA PURO MALTE PILSEN LT 269ML PACK C/15	Lata	até 269 ml	R$ 25,50
4.626	03.023.00	CERVEJA PURO MALTE LT 350ML	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 2,06
4.627	03.021.03	CERVEJA PURO MALTE PILSEN LT 350ML PACK C/15	Lata	de 311 a 360 ml	R$ 28,36
4.628	03.023.00	CERVEJA PURO MALTE LT 473ML	Lata	de 361 a 660 ml	R$ 2,71
4.629	03.021.03	CERVEJA IMPERIO ULTRA LT 269ML	Lata	até 269 ml	R$ 2,29
4.630	03.021.00	CERVEJA IMPERIO ULTRA GFA 275ML	Lata	até 275 ml	R$ 2,99

"(NR).

Artigo 3° Esta portaria entra em vigor em 1° de abril de 2024, exceto quanto ao artigo 1°, que entra em vigor em 1° de março de 2024.

4.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS

4.01 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS

LEI N° 18.093, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOM de 27.02.2024)

Dispõe sobre a fixação de placas e a distribuição de informativos sobre o direito a acompanhante para parturientes nos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede direta ou conveniada, no Município de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1° de fevereiro de 2024, decretou e eu promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1° Ficam autorizadas a fixação de placas e a distribuição de informativos sobre o direito a acompanhante para parturientes nos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede direta ou conveniada, no Município de São Paulo.

Parágrafo único. As placas fixadas e os informativos distribuídos devem fazer menção direta à Lei n° 11.108, de 7 de abril de 2005, que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Art. 2° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

RICARDO NUNES
Prefeito

DECRETO N° 63.228, DE 27 DE FEVEREIRO de 2024 - (DOM de 28.02.2024)

Dispõe sobre o funcionamento dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINALIDADES

Art. 1° São unidades de abastecimento da Cidade de São Paulo os mercados municipais, os sacolões e as centrais de abastecimento, destinadas à comercialização de alimentos e outros produtos de utilidade doméstica, bem como à prestação de serviços de alimentação e afins no sistema varejista ou atacadista.

Art. 2° Os mercados municipais, sacolões e centrais de abastecimento municipais têm por finalidade principal a implementação de desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar que contribuam com a sustentabilidade das unidades de abastecimento, desenvolvendo mecanismos que envolvam a geração de trabalho e renda, da saúde das pessoas que produzem e de quem consome, além da cultura local, do abastecimento alimentar e do valor econômico.

Art. 3° À Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA compete fiscalizar, coordenar e gerenciar as políticas públicas referidas no artigo 2° deste decreto, garantindo o cumprimento de suas diretrizes da política municipal de segurança alimentar nutricional, conforme pertinência específica de cada equipamento de abastecimento.

Art. 4° A exploração de atividades comerciais e serviços nos equipamentos de abastecimento por meio de outorga de permissão de uso aos habilitados em regular procedimento licitatório, formalizada por termo de permissão de uso (TPU) no âmbito do Sistema TÔ LEGAL.

Art. 5° A administração pública poderá, mediante justificativa circunstanciada, promover a seleção de permissionárias para eventual preenchimento de vagas, por período pré-determinado, nos termos da legislação em vigor.

Art. 6° Os espaços de uso comum ou comerciais dos equipamentos de abastecimento poderão ser destinados para fins de utilidade pública e/ou de interesse da Administração, por meio de convênios, termos de parceria ou de cooperação técnica, celebrados em consonância com a legislação vigente, atendidas as formalidades de praxe.

Art. 7° As permissionárias deverão participar de programas, projetos e ações que visem a melhoria das condições de funcionamento e atendimento ao público, modernização da infraestrutura e do desenvolvimento de ações de promoção dos equipamentos de que trata este decreto, inclusive do rateio proporcional dos custos resultantes da execução desses programas e projetos.

CAPÍTULO II
DOS RAMOS DE ATIVIDADES

Art. 8° As permissionárias dos boxes, bancas, quiosques, depósitos e outros locais específicos dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento deverão operar, mediante termo de permissão de uso (TPU), em um dos seguintes ramos de atividades, estabelecidas pela legislação pertinente, obedecidas as normas de setorização:

I - açougue: comércio de carnes bovino, suíno, caprino, ovino e equino, exóticas, tais como javali, jacaré, avestruz e similares, resfriadas ou congeladas, miúdos e embutidos frescos dessas carnes, carvão, produtos alimentícios para churrasco, facultada a manipulação de produtos cárneos (empanados e carnes temperadas) mediante adequação da área, sem abate no local, linguiças, vísceras e miúdos de animais de corte e linguiças frescas industrializadas, com exceção de aves em geral, vedada a degustação no local;

II - avícola: comércio de carnes de aves e pequenos animais exóticos (coelhos, patos, perus, galinhas, rã e similares), sem abate no local, resfriados ou congelados, linguiças, empanados dessas carnes e ovos, facultada a manipulação de produtos cárneos (empanados e carnes temperadas) mediante adequação da área, treinamento em manipulação de carnes e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, vedada a degustação no local;

III - peixaria: comércio de pescados frescos, resfriados ou congelados, sem abate no local, “hot holls”, “sashimi” e “sushi”, facultada a manipulação dos produtos (empanados e produtos temperados) mediante adequação da área, treinamento em manipulação de carnes e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, vedada a degustação no local;

IV - empório/mercearia: venda de cereais, grãos, condimentos e especiarias em geral, azeites e óleos, mel, melado, rapaduras, gelatinas, amidos, farinhas, macarrão, pães e doces industrializados, antepastos e molhos, conservas em geral, castanhas, frutas secas e cristalizadas, frios em geral, tais como mortadela, salame, copa, salsicha, presunto, queijos e outros similares, bebidas em geral, produtos de higiene pessoal e domissanitários, vedado o fracionamento para a degustação no local;

V - laticínios: comércio de leite e derivados, embutidos em geral (curados ou defumados), carnes secas, salgadas ou defumadas em geral, azeitonas, picles, compotas (doces e salgadas), conservas, creme vegetal, patês, conservas em geral, frios em geral, tais como mortadela, salame, copa, salsicha, presunto, queijos, facultada a degustação no local e fracionamento dos alimentos mediante adequação da área e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA , da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, vedada a comercialização de bebidas refrigerantes e seu consumo local;

VI - rotisseria: comércio e preparo de produtos assados, cozidos, fritos, massas, doces, salgados, patês, molhos, produtos de rotisseria em geral, mediante adequação do local e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, facultada a degustação no local;

VII - hortifrutícola: comércio de frutas, verduras, legumes, raízes, tubérculos, rizomas, bulbos, frutas nacionais e importadas e demais produtos característicos do ramo “in natura”, produtos industrializados do tipo minimamente processados, saladas de frutas e sucos naturais, facultada a manipulação e degustação no local de vegetais, congelados e polpas de frutas, mediante adequação da área e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

VIII - suplementos naturais: comércio de produtos naturais cuja composição provém majoritariamente de ingredientes de origem natural, originados de plantas, animais, minerais ou microrganismos, com pouco ou nenhum elemento sintético ou artificial, condimentos, especiarias e ervanária, para o comércio de condimentos naturais e industrializados, especiarias e ervas frescas ou desidratadas, previamente embaladas ou a granel, facultada a degustação no local, vedada a comercialização de preparações com supostas funções terapêuticas;

IX - adega/tabacaria: comércio varejista de bebidas em geral, utensílios para bar, gelo industrializado, carvão para narguile, fumo em rolo ou em corda, cigarros, cigarrilhas, charutos, fumo desfiado, isqueiros, piteiras, cachimbos e artigos correlatos, facultada a degustação no local mediante autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

X - produtos para uso animal: comércio de ração, gaiolas, coleiras, medicamentos, produtos de higiene, aquários e artigos correlatos para uso de animais, aves canoras e ornamentais, peixes ornamentais, sendo obrigatória a contratação de um responsável técnico para o comércio de animais vivos, mediante adequação e avaliação prévia do local de manipulação e manejo, desde que autorizado pela Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

XI - armarinhos/papelaria/livraria/revistaria: comércio de tecidos, artigos de armarinhos (linhas, botões, zíperes e outros aviamentos para costura), artigos de papelaria em geral, estojos, mochilas, lancheiras, material de escritórios, embalagens em geral e descartáveis, e prestação de serviços de “lan house”, incluindo o acesso à internet;

XII - floricultura: comércio de plantas e flores naturais e artificiais, frutos artificiais para ornamentação, vasos, adubos e húmus para plantas, sementes, mudas e artigos correlatos, cartões comemorativos, papel de presente, laços, velas, cestas para datas comemorativas e similares;

XIII - utilidades domésticas: comércio de artigos de uso no lar, tais como panelas, talheres, tigelas, cerâmicas, vidros, copos, xícaras, utensílios e produtos de higiene pessoal, roupas de cama, mesa, banho, vestuários e complementos do vestuário, tais como gravatas, meias, cintos, sapatos, guarda-chuva, chapéus, luvas, bijuterias, brinquedos, bolsas, artigos de decoração, ferramentas, similares ou correlatos, artigos religiosos, tais como velas, incensos, imagens e afins, vedada a comercialização de preparações com supostas funções terapêuticas;

XIV - serviços públicos: central de informações ao cidadão, campanhas de interesse público, concessionárias e atividades culturais ou sociais promovidas pelo governo municipal, estadual ou pela União;

XV - entidades assistenciais e terceiro setor: venda de artefatos confeccionados artesanalmente, similares ou correlatos;

XVI - serviços diversos: totem de serviços financeiros, caixa eletrônico, serviços de postagem e transportes de correspondências, casa lotérica, chaveiro e carimbo, farmácia de medicamentos, salão de beleza e barbearia, lavanderia, reciclagem, conserto e acessórios de informática, celulares e eletrônicos, entre outros prestadores de serviços;

XVII - estacionamentos: prestação de serviço de estacionamento nos mercados municipais, sacolões e centrais de abastecimento, vedada celebração de qualquer tipo de convênio com empresas ou instituições, facultada a inclusão do ramo de lava rápido de veículos a seco mediante adequação do local e autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

XVIII - depósitos: armazenamento de caixarias e mercadorias relacionadas com o ramo de atividade praticado pela permissionária;

XIX - artesanatos: venda de artefatos confeccionados artesanalmente, vedado o comércio de produtos industrializados.

§ 1° A comercialização de produtos assados no local, considerando os ramos de atividade avícola, açougue e peixaria nas unidades de abastecimento reguladas por este decreto, fica autorizada mediante adequação da área e análise prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania , desde que tratado em processo específico no Sistema TÔ LEGAL.

§ 2° No exercício de suas atividades, as permissionárias e seus representantes não poderão comercializar produtos com prazo de validade vencido, deteriorados, avariados, nocivos à vida e à saúde, ou que estejam em desacordo com as normas regulares de fabricação.

§ 3° Considerando as necessidades específicas de cada região e a viabilidade técnica/operacional, a Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, poderá, em caráter excepcional, instituir novos ramos de atividade e/ou unificar ramos afins, prevalecendo, para fins de cobrança do Preço de Ocupação de Área - POA , o de maior valor.

§ 4° Ficam as permissionárias obrigadas a manter atualizados, no sistema TÔ LEGAL, todos os dados constantes do seu cadastro para serem apresentados quando exigidos pela Administração.

Art. 9° Os ramos e serviços de alimentação em lanchonetes e similares compreendem:

I - café: venda de café torrado em grãos, moído na hora, café expresso, pão de queijo e outros tipos de salgadinhos e sanduíches em geral;

II - choperia: venda de chope, petiscos e porções em geral, em área específica;

III - doçaria: venda de doces em geral, biscoitos, compotas, chocolates, sorvetes, balas, chicletes, confeitos e produtos congêneres;

IV - lanchonete: venda de salgadinhos em geral, pão de queijo, pizzas, sanduíches, cachorro quente, churros, sorvetes, sucos naturais e industrializados, petiscos tradicionais e típicos da culinária nacional e internacional, refrigerantes e bebidas;

V - padaria: comércio de pães, sanduíches, roscas, bolos, tortas, salgados, pasteis e outros produtos de confeitaria, leites e seus derivados, frios e embutidos fracionados e sucos naturais e industrializado;

VI - pastelaria: venda de pastéis, massa para pastéis, caldo de cana e salgados fritos ou assados;

VII - restaurante: venda de pratos tradicionais e comidas típicas, nacionais e internacionais, sobremesas, sucos naturais e industrializados, refrigerantes e bebidas, podendo operar nos sistemas a la carte, self service, por quilo e rodízio;

VIII - casa de sucos: sucos naturais e/ou industrializados e sanduiches em geral.

Art. 10. Os ramos e comércio atacadista compreendem:

I - hortifrutícola: comércio atacadista de frutas, verduras, legumes e similares para a comercialização de todas as espécies de vegetais, destinadas à alimentação em forma de conservas, polpas ou outras formas de processamento;

II - embalagens: comércio de embalagens em geral e descartáveis;

III - bebidas: comercialização de bebidas em geral;

IV - cereais e grãos: comercialização de cereais e grãos para alimentação;

V - doces: comercialização de chocolates, confeitos, balas, bombons e similares;

VI - produtos industrializados: comercialização de produtos alimentícios industrializados, tais como enlatados e engarrafados, vedada a comercialização de produtos “in natura” e produtos a granel;

VII - produtos de uso animal: comercialização de rações e outros produtos para animais domésticos, sendo obrigatória a contratação de um responsável técnico.

Art. 11. As empresas permissionárias que já exerçam ou venham a exercer, em seu nome, por mais de 2 (dois) anos, o comércio em determinado ramo de atividade poderá requerer sua alteração, mediante regular processo administrativo instruído com estudos técnicos pertinentes por meio do Sistema TÔ LEGAL.

§ 1° A permissionária poderá, a qualquer momento, requerer a inclusão de novo ramo, observada a sua atividade principal, ficando a critério da Administração a autorização prévia da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 2° A Administração poderá deferir a alteração ou inclusão de ramos de atividade na proporção de:

a) para mercados e centrais de abastecimento, até 20% (vinte por cento) da Área Bruta Permissionada - ABP;

b) para sacolões, até 40% (quarenta por cento) da Área Bruta Permissionada - ABP.

§ 3° Na hipótese deste artigo, deverá prevalecer, para fins de cobrança do Preço de Ocupação de Área - POA, o ramo de maior valor.

CAPÍTULO III
DA SETORIZAÇÃO E DAS ÁREAS

Art. 12. A setorização nos mercados, sacolões e centrais de abastecimento tem por finalidade ordenar os boxes, bancas, quiosques e outros locais específicos, de acordo com os ramos de atividades e sistema de comercialização, obedecendo a critérios sanitários, de segurança, fluxo, acessibilidade e demanda.

§ 1° A setorização, bem como a área dos boxes, bancas, quiosques e outros locais específicos e o horário de funcionamento dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento serão estabelecidos por meio de portaria a ser editada pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 2° Excepcionalmente, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA poderá autorizar, a título precário e oneroso, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, a ocupação de área dos mercados municipais, sacolões ou centrais de abastecimento para exposição de

artigos e produtos específicos ou realização de campanhas promocionais de interesse da população, sem sofrer alterações ou modificações em suas disposições e estrutura.

§ 3° Os entes públicos ficam isentos do pagamento do Preço de Ocupação de Área - POA na prestação de serviços à população.

Art. 13. É vedada a alteração ou modificação das disposições e estruturas dos boxes, bancas, quiosques e outros locais específicos dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento, podendo a Administração autorizar, a requerimento da permissionária, às expensas desta, alterações e modificações que não sejam prejudiciais à segurança e à estética do próprio municipal, obedecidas as normas técnicas expedidas pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA por meio do Sistema TÔ LEGAL.

Parágrafo único. Ocorrendo a desocupação de algum boxe no equipamento público, bem como existindo algum espaço que não esteja sendo utilizado, as respectivas áreas poderão ser incorporadas ao boxe, banca ou quiosque imediatamente fronteiriço, a pedido do respectivo permissionário, desde que não interrompa a circulação de pessoas, não ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) da área que lhe foi permissionada e seja de interesse da Administração.

Art. 14. Poderá ser permitida, a título precário e oneroso, a exposição de mercadorias fora dos limites dos boxes, bancas e quiosques, mediante prévia solicitação das permissionárias interessadas e após expressa autorização da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 1° Os espaços destinados à exposição das mercadorias não poderão exceder o limite máximo de 50 (cinquenta) centímetros à frente dos boxes, bancas e quiosques, quando estes se localizarem nas esquinas, admitindo-se a utilização de apenas um dos lados.

§ 2° Para a exposição das mercadorias, devem ser utilizados equipamentos adequados, respeitando-se as normas higiênico-sanitárias vigentes e evitando-se as improvisações.

§ 3° Os espaços utilizados para a exposição das mercadorias devem ser mantidos em perfeitas condições de higiene.

§ 4° Ao término de cada expediente, todas as mercadorias expostas fora dos limites dos boxes, bancas e quiosques devem ser recolhidas ao seu interior.

§ 5° Em caso de descumprimento das normas previstas nos §§ 2° a 4° ou, a critério da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a autorização de que trata o “caput”, todos deste artigo, poderá ser cancelada mediante decisão proferida em processo administrativo.

Art. 15. Poderá ser permitida, a título precário e oneroso, a instalação de mesas e cadeiras, mediante prévia solicitação pelas permissionárias interessadas por meio de processo no Sistema TÔ LEGAL e após expressa autorização da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES DAS PERMISSIONÁRIAS

Art. 16. As permissionárias deverão afixar, em local visível, as informações contidas no cartão de identificação emitido pelo Sistema TÔ LEGAL.

Art. 17. É obrigatória a indicação visível dos preços das mercadorias expostas à venda, conforme exigido pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC, Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 18. As permissionárias ficam obrigadas a:

I - cumprir a legislação sanitária vigente;

II - manter os boxes, bancas e quiosques ou outros locais específicos e áreas adjacentes em boas condições de uso, higiene sanitária e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, vedado o armazenamento das caixarias e embalagens já utilizadas nas áreas internas e externas dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento;

III - manter coletores de resíduos adequados, com tamanho compatível às suas necessidades, providos de sacos plásticos apropriados para o acondicionamento devidamente tampados;

IV - comunicar à Administração do respectivo equipamento, imediatamente após tomar ciência, a existência de qualquer caso de doença infectocontagiosa em pessoas que atuem no local, sejam os titulares, empregados ou auxiliares, devendo apresentar atestado médico do qual conste o prazo necessário de afastamento;

V - atender as orientações do fabricante sobre a forma de conservação, transporte, armazenamento e exposição dos produtos;

VI - na hipótese de lavanderia, atender a legislação sanitária vigente;

VII - tratando-se de salão de beleza e barbearia, atender a legislação sanitária vigente para o ramo de atividade;

VIII - viabilizar o acesso dos servidores públicos da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, ao interior dos boxes, bancas e quiosques, quando no exercício de suas funções;

IX - fazer os pagamentos dos valores correspondentes aos encargos provenientes do funcionamento e operacionalização, tanto da área ocupada, objeto da permissão de uso, quanto das áreas de uso comum do equipamento de abastecimento, sendo, neste último caso, por meio da associação de permissionários, na forma a ser regulamentada por portaria específica.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, informar, à Secretaria Municipal de Saúde e aos órgãos competentes, casos de doenças infectocontagiosas verificadas nas unidades de abastecimento, devidamente comunicados pelo respectivo equipamento público.

Art. 19. As permissionárias deverão reparar quaisquer danos ocasionados nas dependências dos próprios municipais, por meio de suas respectivas associações previamente constituídas e regulamentadas por portaria específica, em que estiverem operando, mesmo os provenientes do uso.

§ 1° As permissionárias deverão manter as instalações elétricas, gás, telefonia e hidráulica de acordo com as normas técnicas, sem comprometê-las ou danificar os equipamentos das áreas comuns.

§ 2° Caberá às permissionárias solicitar autorização à Administração, por meio de projeto executivo, para instalação de novos aparelhos ou alterações no sistema elétrico, assim como para realização e modificações nos sistemas de gás, telefonia, hidráulica e/ ou reformas em geral, devendo estas últimas ser acompanhadas de projetos e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, que serão submetidos à prévia aprovação da Divisão de Engenharia e Manutenção - DIEM, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, bem como comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à obra, para autorização e acompanhamento, com emissão do termo de recebimento na sua conclusão.

§ 3° Caso o responsável não tenha tomado às providências, no prazo determinado pela Administração, esta poderá proceder aos reparos exigidos, cobrando os preços correspondentes, inclusive judicialmente, se necessário, sem prejuízo de outras sanções regulamentares.

§ 4° A manutenção e zeladoria dos equipamentos serão de responsabilidade das permissionárias, por meio de suas respectivas associações constituídas.

Art. 20. Ficam as permissionárias obrigadas a apresentar, quando a Administração assim o exigir, todos os dados referentes às mercadorias, tais como município de procedência, nome e endereço do remetente, nome do destinatário, quantidade, especificação e classificação do produto, por meio de nota fiscal.

Art. 21. As permissionárias deverão fornecer, quando a Administração assim o exigir, as informações referentes à quantidade, origem, tipos, preços de compra e venda, e outras, as quais serão utilizadas para fins estatísticos.

Art. 22. As permissionárias deverão colaborar com a Administração na implementação e execução de programas e projetos municipais que, de alguma forma, se relacionem com as atividades desenvolvidas nos respectivos equipamentos de abastecimento, especialmente os que digam respeito ao âmbito de competência da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 23. As permissionárias deverão apresentar, à Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a prestação de contas das despesas comuns e receitas, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, sob pena de advertência, multa e suspensão, bem como de revogação dos termos de permissão de uso (TPUs) das que estiverem inadimplentes com suas obrigações, na forma a ser regulamentada em portaria específica.

CAPÍTULO V
DA PERMISSÃO DE USO

Art. 24. A exploração de atividade, mediante a ocupação dos boxes, bancas, quiosques e outros locais específicos, será deferida e formalizada por meio de termo de permissão de uso (TPU), conforme a especificidade de cada equipamento, com outorga da permissão de uso a título precário, oneroso, por prazo indeterminado e após a regular realização de certame licitatório, chamamento público ou qualquer outra modalidade que se afigure necessária, no qual deverá estar definido o sistema de comercialização, o ramo de atividade e a caracterização da área de interesse da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 1° Poderão participar da licitação as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação comercial vigente, as cooperativas e as entidades assistenciais e do terceiro setor, legalmente constituídas.

§ 2° Para obtenção da permissão de uso, por intermédio de prévia realização de procedimento licitatório, os interessados deverão apresentar os documentos exigidos na conformidade da legislação de regência da matéria.

§ 3° Formalizado o termo de permissão de uso (TPU), por meio do sistema TÔ LEGAL, do qual deverá constar o sistema de comercialização - varejo, atacado ou semi-atacado - proceder-se-á à expedição da matrícula.

§ 4° A ocupação do espaço público pela nova permissionária só poderá ocorrer após a emissão do respectivo termo de permissão de uso (TPU), ficando estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para o início das atividades, devendo o interessado acessar o Sistema TÔ LEGAL em até 30 (trinta) dias, sob pena de inativação do cadastro.

§ 5° Poderá ser outorgada permissão de uso para a exploração de atividades a franquias e lojas de rede, até o máximo de 20% (vinte por cento) do total da Área Bruta Permissionada - ABP da unidade de abastecimento para o amo de serviços, exceto quando se tratar do segmento de gastronomia, hipótese em que a outorga da permissão de uso dependerá de prévia análise da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA e do Departamento de Abastecimento - ABAST, ambos da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 25. Para o deferimento do pedido de alteração de ramo de atividade ou de alteração do contrato social e outras solicitações afins, o requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos atualizados:

I - CCM - Cadastro de Contribuinte Mobiliário;

II - inscrição estadual;

III - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ no ramo compatível;

IV - certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Fazenda Municipal;

V - certidão negativa ou positiva com efeito negativo de regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

VI - certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Estado e da União;

VII - certidão negativa do Tribunal Superior do Trabalho - TST;

VIII - contrato social ou requerimento de empresário;

IX - documentos pessoais dos sócios;

X - declaração de adimplência perante à associação das permissionárias.

§ 1° A permissionária deverá apresentar alvará sanitário, expedido por órgão competente, quando sua atividade comercial assim o exigir, na validade, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar do inicio das atividades.

§ 2° No caso de permissionária não associada, a declaração prevista no inciso X do “caput” deste artigo deverá informar eventual inexistência de inadimplência passada e/ou a simples condição de não associação.

Art. 26. As permissionárias deverão participar dos programas e projetos que visem a melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de que trata este decreto, inclusive do rateio proporcional dos custos resultantes da sua execução, segundo critérios a serem formalmente aprovados por 2/3 (dois terços) do total das permissionárias, com o devido registro e assinaturas em ata de reunião liderada pela associação das permissionárias.

Art. 27. Em caso de falecimento, invalidez ou aposentadoria de algum dos sócios da permissionária, a Administração poderá autorizar a transferência da permissão de uso ao cônjuge sobrevivente e/ou eventuais herdeiros ou sucessores, observando- se, para tanto, o que estabelece a legislação pertinente.

Art. 28. A permissionária poderá solicitar a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, a revogação do respectivo termo de permissão de uso (TPU) e consequente

desocupação do boxe, banca, quiosque ou local específico com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, a fim de que seja providenciado, em tempo hábil, novo certame licitatório para preenchimento da vaga.

Art. 29. A Administração poderá autorizar o remanejamento das permissionárias, visando a obediência às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico operacional, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias.

Art. 30. É vedada a outorga de mais de uma permissão de uso à mesma pessoa jurídica, no mesmo ramo de atividade, no mesmo mercado, sacolão ou central de abastecimento.

Parágrafo único. Poderá ser admitida a unificação de até 2 (dois) boxes, bancas ou quiosques, do mesmo ramo de atividade ou ramos similares, após análise das áreas técnicas, mediante a conveniência e pertinência da Administração.

Art. 31. A permissionária poderá ter empregados ou prepostos, sendo da sua inteira responsabilidade a observância das legislações trabalhistas e previdenciárias vigentes.

§ 1° Compete à permissionária organizar e manter atualizado o cadastro de seus empregados e prepostos perante a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 2° Serão consideradas como recebidas pela permissionária as intimações, notificações, autuações e demais ordens administrativas encaminhadas, dirigidas e entregues mediante recibo a seus empregados ou prepostos, devidamente identificados.

§ 3° As permissionárias respondem perante a Administração pelos atos de seus empregados e prepostos, na conformidade da legislação municipal de regência da matéria.

CAPÍTULO VI
DA REMUNERAÇÃO PELO USO E DESPESAS COMUNS

Art. 32. As permissionárias deverão pagar o preço devido pela ocupação de área nos mercados, sacolões e centrais de abastecimento, calculado de acordo com o estabelecido em decreto de preços públicos, que será atualizado anualmente, com o acréscimo ofertado na proposta apresentada no processo licitatório e cobrado em até 10 (dez) parcelas mensais por meio do Sistema TÔ LEGAL.

Parágrafo único. Os pequenos produtores, devidamente registrados no setor competente, gozarão dos benefícios previstos na Lei n° 4.162, de 28 de dezembro de 1951.

Art. 33. A Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, delegará, às permissionárias, a execução dos serviços de limpeza, higienização, manutenção e segurança dos próprios municipais, por intermédio de suas respectivas associações, constituídas na forma da legislação vigente, na forma a ser regulamentada por portaria específica, e posteriormente comunicadas à Administração.

Art. 34. Será de inteira responsabilidade das permissionárias, o pagamento do valor correspondente aos encargos provenientes do funcionamento e operacionalização, tanto da área ocupada quanto das áreas de uso comum, em especial aqueles referentes ao consumo de água, esgoto, energia elétrica, limpeza, higienização, programas integrados de controle de pragas, manutenção e conservação, portaria, vigilância, instalação e operação de sistema de sonorização e telefonia, de serviços informatizados, manutenção do equipamento, bem como quaisquer outros encargos, resultantes do funcionamento dos equipamentos municipais que vierem a ser criados pela Administração.

§ 1° A forma de rateio para o pagamento das despesas referidas no “caput” deste artigo deverá ser feita de modo a não sobrecarregar financeiramente nenhuma permissionária, seja em virtude do tamanho da área do boxe, banca, quiosque ou espaço específico, seja em virtude da localização ou ramo de atividade, não podendo exceder o limite de 10% (dez) do valor total a ser rateado.

§ 2° As permissionárias deverão apresentar a planilha de composição das receitas e despesas, com os devidos rateios, à Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e afixá-la em local próprio para ciência de todos os titulares das permissões autorizadas no equipamento.

Art. 35. As permissionárias, por meio da respectiva associação, deverão encaminhar à Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, balancete das receitas e despesas, até o 20° (vigésimo) dia do mês subsequente, nos termos de portaria especifica baixada pela própria SESANA.

CAPÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 36. As permissionárias responderão por infrações às normas estabelecidas neste decreto e na legislação correlata, praticadas por si ou por seus auxiliares e empregados, devendo reparar os prejuízos causados ao Município e a terceiros, sem prejuízos da responsabilização civil e criminal.

Parágrafo único. Será considerada infração a desobediência ou inobservância dos preceitos estabelecidos neste decreto, nos códigos sanitários do Município e do Estado, nas normas técnicas, portarias, resoluções, determinações, ordens de serviços e outras aplicáveis.

Art. 37. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão aplicadas, individual ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa pecuniária;

III - penalidade educativa;

IV - apreensão e/ou inutilização de produtos;

V - cancelamento de autorização para comercialização de produtos;

VI - suspensão das atividades por 7 (sete) dias, aplicada em dobro na hipótese de reincidência;

VII - cassação e/ou revogação do termo de permissão de uso (TPU).

§ 1° A Administração poderá impor uma ou mais penalidades, conforme o caso exigir, as quais serão registradas no histórico da permissionária, não importando em qual equipamento foi cometida a irregularidade.

§ 2° Não será concedida nova permissão de uso, em qualquer equipamento de abastecimento, à permissionária penalizada com a cassação do termo de permissão de uso (TPU).

§ 3° Os parâmetros para aplicação das sanções previstas nos incisos I a VII do “caput” deste artigo deverão ser regulamentados por meio de portaria específica.

Art. 38. A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, observado o interesse público, atendendo-se à precariedade do título e, ainda, quando ficar comprovada:

I - a locação, sublocação, cessão, arrendamento, total ou parcial, ou a transferência a terceiros da área permissionada;

II - a falta de pagamento do Preço de Ocupação de Área - POA, por mais de 60 (sessenta) dias;

III - a falta de pagamento das despesas condominiais relacionadas a consumo de água, esgoto, energia elétrica, serviços de vigilância, limpeza, manutenção e qualquer outra obrigação legal, por mais de 60 (sessenta) dias;

IV - a prática, pelo titular da permissão, seus prepostos ou empregados, de:

a) atos de indisciplina, turbulentos ou atentatórios à boa ordem e à moral;

b) ato configurado como de ilícito penal;

c) reincidência de infrações de caráter leve, grave e gravíssimo;

d) infrações relativas à legislação sanitária vigente;

e) desacato às ordens administrativas;

f) prática abusiva contra o consumidor;

g) dano ou prejuízo ao patrimônio público ou ao patrimônio de terceiros;

h) incitação ou participação em atos discriminatórios (raça, credo, gênero, orientação sexual, etnia e outros);

i) propaganda e publicidade indevida.

Parágrafo único. Preliminarmente à revogação da permissão de uso, a critério da Administração, poderão ser aplicadas, preventivamente, as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - suspensão das atividades pelo prazo de até 7 (sete) dias, aplicada em dobro em caso de reincidência e todas que culminarem no artigo 36 deste decreto.

CAPÍTULO VIII
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 39. Caberá à Administração o gerenciamento, coordenação e orientação das atividades de propaganda, publicidade e comunicação, por meio de tv, rádio, jornal, internet, pesquisas escolares e outros similares, no interior dos próprios municipais de que trata este decreto.

Art. 40. É de competência dos administradores dos mercados, sacolões e das centrais de abastecimento:

I - zelar pelo cumprimento das normas administrativas estabelecidas neste decreto e nos demais instrumentos legais pertinentes;

II - observar e cumprir os princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

III - zelar pelo cumprimento das normas sanitárias vigentes;

IV - zelar pelo patrimônio público e controlar os bens patrimoniais;

V - intermediar as questões entre as permissionárias, suas associações e sindicatos;

VI - fiscalizar a cobrança das despesas de condomínio e serviços públicos por meio do Preço de Ocupação de Área - POA;

VII - fiscalizar a prestação de contas da respectiva associação de permissionárias e afixá-la em local apropriado do equipamento;

VIII - receber e encaminhar as reivindicações ou sugestões das permissionárias e munícipes;

IX - autuar e tramitar os processos por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, informando as devidas ocorrências;

X - manter atualizado o cadastro das permissionárias, bem como as plantas de cada boxe, banca e quiosque;

XI - fiscalizar o fiel cumprimento dos ramos de comércio e a ocupação dos espaços permissionados, não permitindo que as estruturas sejam modificadas sem autorização da Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

XII - fiscalizar o fiel cumprimento do horário de abertura e fechamento do equipamento;

XIII - fiscalizar a validade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB do equipamento;

XIV - em casos de ocorrências contrárias às normas constantes deste decreto, comunicá-las de imediato à Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

XV - observar as disposições constantes da Lei Orgânica do Município de São Paulo;

XVI - propor a abertura de licitação dos boxes, bancas ou quiosques desocupados;

XVII - buscar se capacitar, mantendo atualizados os conhecimentos administrativos, em especial acerca do Sistema Eletrônico de Informação - SEI;

XVIII - verificar rotineiramente o estatuto e as atas da associação de permissionárias do equipamento;

XIX - permanecer durante o expediente na unidade que administra, adotando as providências cabíveis para resolver as ocorrências que se apresentarem;

XX - não fornecer informações, explicações e esclarecimentos à imprensa sem a prévia comunicação à Divisão de Equipamentos de Abastecimento - DEA, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento - SESANA, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Parágrafo único. O detalhamento das competências de que trata este artigo deverá constar do Manual de Procedimentos do Administrador.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. É proibido o comércio ambulante nas dependências dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento.

Art. 42. Na ocorrência de infração de quaisquer disposições deste decreto, serão aplicadas as penalidades previstas no seu Capitulo VII.

Art. 43. As permissões de uso outorgadas anteriormente à vigência deste decreto continuarão em vigor, obedecidas às disposições nelas contidas.

Art. 44. Os produtos e serviços a serem comercializados nos mercados municipais concedidos devem contemplar os ramos de atividades previstos nos artigos 8°, 9° e 10 deste decreto, com exceção do comércio de produtos industrializados referido no inciso V do seu artigo 10.

§ 1° Fica permitida a exploração de atividades de franquias e lojas de rede nos mercados municipais concedidos, respeitado o limite de até 20% (vinte por cento) do total da respectiva área bruta locável para o ramo de serviços.

§ 2° O modelo de exploração das atividades de franquias e lojas de rede nos mercados municipais concedidos será formalizado por instrumento aditivo, mediante análise prévia de viabilidade jurídica e econômica perante a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - SP Regula.

Art. 45. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decreto n° 41.425, de 27 de novembro de 2001, e n° 52.081, de 12 de janeiro de 2011, bem como as Portarias SMSP/ABAST n° 77/08, n° 109/08 e n° 51/12, respectivamente publicadas no Diário Oficial da Cidade de 6 de junho de 2008, de 12 de setembro de 2008 e de 23 de novembro de 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 27 de fevereiro de 2024, 471° da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES
Prefeito

SÔNIA FRANCINE GASPAR MARMO
Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

FABRICIO COBRA ARBEX
Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
Secretária Municipal de Justiça

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Secretário do Governo Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOM de 29.02.2024)

Altera a Instrução Normativa SF/SUREM n° 8, de 1° de junho de 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Os artigos 4° e 8° da Instrução Normativa SF/SUREM n° 8, de 1° de junho de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4° .....

.....

§ 2° Excepcionalmente, as instituições a que se refere o artigo 1° desta instrução normativa poderão, até o último dia do 14° mês subsequente à publicação desta instrução normativa, apresentar, no lugar da DIMP, a Declaração de Operações de Cartões de Crédito ou Débito - DOC de que trata a Instrução Normativa SF/SUREM n° 07, de 2020." (NR)

"Art. 8° Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada, a partir do primeiro dia do 15° mês subsequente à publicação desta instrução normativa, a Instrução Normativa SF/SUREM n° 07, de 1° de junho de 2020." (NR)

Art. 2° Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Fazenda substituto

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 003, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 - (DOM de 29.02.2024)

Altera a Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 4 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° O parágrafo 2° do artigo 6° da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 4 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6° .....

.....

§ 2° Para a aplicação do disposto no "caput" desde artigo, é indispensável que a impossibilidade técnica ou a indisponibilidade de sistema sejam reconhecidas no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda, ou seja, atestada pela unidade responsável pela Solução de Atendimento Virtual, mediante apresentação de documentação comprobatória.

....." (NR)

Art. 2° A Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 2019, passa a vigorar acrescida da alínea "g" no inciso I de seu artigo 1°, bem como do artigo 1°-G, na seguinte conformidade:

"Art. 1° .....

I - .....

g) atualização da representação cartográfica do lote fiscal no Mapa Digital da Cidade de São Paulo - Geosampa.

....." (NR)

"Art. 1°-G. Na ausência de disposição contrária, deverão ser protocolizados por meio do SAV os processos relacionados a Pedido de Reconhecimento de Imunidade Tributária retroativo a exercícios anteriores, sem prejuízo das declarações relacionadas ao exercício vigente, que continuarão sendo formalizadas pelo Sistema de Declaração de Imunidade - SDI." (NR)

Art. 3° Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Luis Felipe Vidal Arellano
Secretário Municipal da Fazenda

5.00 ASSUNTOS DIVERSOS

5.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS

Exame de Suficiência: CFC abre novo processo licitatório para escolha de banca.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) divulgou que está realizando um processo licitatório para a escolha de uma nova banca para o Exame de Suficiência.

O Exame de Suficiência é uma avaliação realizada pelo CFC para comprovar o conhecimento mínimo necessário para que estudantes de Ciências Contábeis possam atuar como contadores. Ou seja, o exame é obrigatório para todos os profissionais.

No entanto, o índice de aprovação vem caindo desde que a Consulplan passou a ser a banca examinadora da prova. Em 2018, 30% dos candidatos foram aprovados. Já em 2023, apenas 13%.

Após contestações dos profissionais contábeis, o CFC decidiu abrir um processo para escolha de uma nova banca examinadora ao invés de renovar com a Consulplan, visto que o seu contrato vence em abril de 2024, mas poderia ser prorrogado.

Geralmente, o certame é aplicado duas vezes por ano, sendo uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre. Já as inscrições são abertas com aproximadamente três meses de antecedência.

Para se ter ideia, no ano passado, as inscrições para a primeira edição do Exame de Suficiência começaram no dia 13 de fevereiro. Ou seja, na teoria, o processo já estaria atrasado em 2024.

No entanto, como o processo de licitação ainda não foi concluído, os interessados em prestar o Exame de Suficiência em 2024 devem aguardar a finalização para ter informações sobre as inscrições e aplicação das provas.

Fonte contábeis

Simplificação, desburocratização e uniformização societária – Instrução Normativa DREI nº 1/2024

No dia 26/01/2023 o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, anunciou alterações nas instruções preexistentes DREI nº 81 e nº 77 de 2020.

A IN DREI nº 1 de 2024, publicada no DOU de 26/01/2024 trata das regras de registro empresarial e integração.

De acordo com Nota Técnica do DREI estas mudanças tem por finalidade precípua contribuir com as Juntas Comerciais, profissionais que lidam com a legalização de pessoas jurídicas, empresários e sociedade civil, de modo a orientar as atividades e ações que são desempenhadas no intuito de possibilitarem o desenvolvimento e consequente crescimento, mediante o uso de políticas públicas e orientações jurídicas necessárias ao encaminhamento das atividades que são realizadas para o desenvolvimento econômico do País, contribuindo sobremaneira com a solidez da atividade empresarial e, consequentemente, com a geração de emprego e renda.

O DREI buscou normatizar, com mais clareza e eficiência, a simplificação do processo de registro e legalização de pessoas jurídicas, concedendo aos empresários, profissionais que lidam no dia-a-dia com o processo de registro público de empresas e legalização de pessoas jurídicas e cidadãos em geral, ferramentas normativas eficazes que tratem da tramitação dos processos.

Desta forma as alterações e atualizações nas INs do DREI nºs. 81 e 77, de 2020, tem o objetivo de desburocratizar, simplificar e uniformizar processos de registro e legalização de pessoas jurídicas, de modo a atender as exigências contidas na Lei da Redesim (Lei nº 11.598/2007), e aos princípios importantes para o encaminhamento de medidas necessárias ao desenvolvimento econômico.

Pontos Positivos:

a) uniformização e simplificação dos procedimentos de arquivamento e autenticação de atos de registro de empresários e de pessoas jurídicas no âmbito das Juntas Comerciais.

b) introdução da inteligência artificial nas Juntas Comerciais com o objetivo de otimizar a análise do cumprimento de formalidades legais nos documentos apresentados para registro, assim como a possibilidade de utilização de assinaturas eletrônicas distintas da assinatura qualificada.

c) Norma traz importantes inovações para as diretrizes gerais do registro público de empresas no Brasil;

d) Preenchidas lacunas e interpretações sobre texto legal que causavam exigências indevidas, atrasos nos registros públicos e prejuízos efetivos para as empresas;

e) Representa a uniformização de temas sensíveis e importantes para o empresário, com possibilidade de facilitar, simplificar, otimizar e impulsionar de maneira significativa o ambiente de negócios no Brasil.

f) Impacto no encaminhamento de políticas públicas ligadas ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico e demais áreas, a partir da adoção de normas que conduzam para um processo menos burocrático, mais célere e seguro, do ponto de vista do cumprimento das formalidades legais.

Temas normatizados

1. DOS ATOS SUJEITOS À APROVAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS PARA FUNCIONAMENTO

A norma regulamentadora é cristalina quanto à desnecessidade de autorização prévia, uma vez que não compete ao Órgão de Registro formular exigência em tal sentido.

Entretanto, no exercício do poder de autotutela e obedecendo-se às normas legais não podem os órgãos quedarem-se inertes em eventual pedido de providência quanto à verificação de regularidade do ato no que pertine à legalização e cumprimento de disposições que se relacionam ao exercício da atividade empresarial.

Desta forma, a redação foi aprimorada deixando expresso que para o arquivamento do ato de registro de pessoas jurídicas não se faz necessária a autorização prévia.

2. DOS ARQUIVAMENTOS DE ATOS COM ALTERAÇÕES MERAMENTE CADASTRAIS

Houve uma simplificação do ato atinente à alteração de dados meramente cadastrais, pois estes não carecem de análise profunda acerca de matérias relativas ao direito societário e empresarial, razão pela qual se lhe aplicam disposições que se relacionam a tramitação com fluxos mais simples, mantendo-se disposições acerca da viabilidade, DBE e ficha de cadastro, a depender do dado alterado.

3. DO ARQUIVAMENTO DO BALANÇO NOS ASSENTAMENTOS DA EMPRESA

Ficou estabelecida, expressamente na norma, a faculdade do empresário e da sociedade empresária acerca do arquivamento do balanço como documento de interesse, nos termos do artigo 32, II, m do Decreto 1.800/96.

Desta forma, o balanço contábil com registro de movimentações diárias das sociedades empresárias e empresários não constitui documento de registro e arquivamento obrigatório.

Também ficou esclarecido que não cabe à Junta Comercial examinar o conteúdo do balanço, bem como aferir a sua regularidade, pois o órgão de Registro Público de Empresas deve apenas verificar as formalidades extrínsecas ao pedido de registro.

Também, há disposição expressa acerca da rerratificação de vícios sanáveis decorrentes de erros materiais e/ou procedimentais que possam ser retificados ou convalidados, desde que não firam a essência do documento, não acarretem lesão ao interesse público, prejuízo a terceiros ou insegurança quanto às informações prestadas pelas Juntas Comerciais. Nesse sentido, traz um rol expresso sobre os vícios sanáveis.

4. DO ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS BICOLUNADOS

Desnecessidade de tradução juramentada, na hipótese de o documento apresentado a registro e arquivamento estar redigido no vernáculo. No mesmo sentido, o documento apresentado no formato bi colunado, assim entendido como aquele que de um lado está redigido no vernáculo e do outro lado em outro idioma, por não existir norma legal expressa acerca de tal exigência.

Portanto, os documentos redigidos no vernáculo e acompanhados de tradução livre para a língua estrangeira não são passíveis de tradução por tradutor público juramentado, uma vez que já estão, originariamente, redigidos no vernáculo, não havendo a falar em exigência de tradução juramentada, razão pela qual poderão ser aceitos, no formato ora delineado, qual seja: bi colunados.

Somente ficar atento à necessidade de serem os carimbos e selos, de autoridades consulares ou resultantes do processo de apostilamento, redigidos em idioma estrangeiro, devidamente traduzidos por tradutor público juramentado, matriculado em Junta Comercial.

Exigir forma não prescrita em lei para regular atos pactuados entre as partes, os quais estão instrumentalizados em documento bi colunado, originalmente, redigido no vernáculo é introduzir limites aos negócios jurídicos, podendo, inclusive, gerar possibilidade de interpretação abusiva ao poder regulatório, bem assim ferir a presunção de boa-fé que rege os negócios jurídicos.

5. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE IDENTIDADE ENTRE NOMES EMPRESARIAIS

Possibilidade de adoção de medidas que auxiliam na análise dos critérios de identidade entre nomes empresariais, inclusive mediante a parametrização de sistemas, a fim de que realizem de forma automatizada, por ações relativas à inteligência artificial, a análise da identidade dos nomes empresarias.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA PARA O REGISTRO DE ATOS APRESENTADOS A REGISTRO

Estamos diante de um tema demasiadamente importante para o encaminhamento dos atos submetidos às Juntas Comerciais, qual seja: a utilização de assinaturas eletrônicas, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

O documento assinado de forma eletrônica deve garantir a comprovação da autoria e da integridade do documento, ou seja, deve ser possível identificar o signatário, bem como que o documento não sofreu alteração posterior.

Traz maior detalhamento sobre o tema com o objetivo de simplificar o arquivamento e autenticação dos atos de registro no âmbito das Juntas Comerciais, recomendado a uniformização entre as mesmas e a aceitação de assinatura eletrônica avançada (inclusive mediante a disponível no portal gov.br) ou qualificada.

No caso de arquivamento de documento produzido em meio físico que necessita ser registrado de forma digital na Junta Comercial, foi facultado que os mesmos possam ser acompanhados de declaração de veracidade pelo requerente, uma vez que nem sempre é o sócio ou administrador que realiza o protocolo.

Nesta hipótese o requerente estará apenas informando que aquele documento digitalizado corresponde ao documento original.

7. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS (TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO E FUSÃO)

Restou consignado que se o interessado optar pela contratação de uma empresa especializada em substituição à nomeação direta de peritos caberá à empresa especializada contratada a seleção e indicação do perito, o qual deve subscrever todos os laudos e documentos pertinentes, ou seja, pode ser um único perito.

Quanto à transformação, restou aprovado o modelo de transformação automática do empresário individual, ainda que enquadrado como MEI, em sociedade limitada; a possibilidade de alterações serem elencadas diretamente no novo ato constitutivo desde que mencionados todos os eventos na respectiva ficha de cadastro, exceto quando se tratar de transferência de sede para outra unidade da Federação, que deverá estar expressa dentre as deliberações de alteração; a formalização da transformação poder ser realizada por meio de ata de reunião ou assembleia ou, ainda, em alteração contratual.

Em relação as matérias de incorporação e fusão, não há alteração significativa quanto ao mérito, mas apenas um detalhamento melhor do assunto, com maior clareza em relação aos documentos que devem ser apresentados quando a operação envolver exclusivamente sociedades contratuais ou quando envolver sociedade anônima.

Foi inserido no texto da instrução normativa que o ato arquivado nos assentamentos da incorporadora ou nos da incorporada gerará a extinção desta, conforme previsão do art. 1.118 e art. 1.119 do Código Civil e § 3º art. 227 e art. 228 da Lei nº 6.404, de 1976, não tendo que se falar em obrigatoriedade de apresentação de alteração contratual, distrato ou outro documento.

8. PROCEDIMENTO DE RERRATIFICAÇÃO DE ATOS DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE E CONVERSÃO

Foi incluído texto na norma que possibilite a alteração do endereço pretendido ou sua retificação, bem assim a modificação do nome empresarial, no caso de colidência, por ato concomitante, ao pedido de arquivamento de instrumento de transferência de sede para a Junta Comercial de destino, minimizando, assim, os entraves enfrentados na análise dos atos perante o órgão de registro, tudo porque o ato eivado de alguma mácula registrado na Junta Comercial de origem, muitas vezes, não era aceito pela Junta Comercial de destino, ocasionando um problema quanto à regular situação registral da empresa.

9. REUNIÕES OU ASSEMBLEIAS SEMIPRESENCIAIS OU DIGITAIS

Diante de sugestões e discussões acerca da norma que se encontrava vigente, o DREI decidiu rever o posicionamento anterior e revogar as disposições referentes às reuniões e assembleias digitais, pois, embora possível juridicamente realização de assembleia/reunião de sócios de forma virtual, entende-se que a realização de forma virtual não é obrigatória.

Trata-se de assunto de deliberação “interna corporis” cabendo aos sócios decidirem a respeito da conveniência acerca do formato a ser adotado: presencial, virtual ou híbrido.

10. REPRESENTAÇÃO DO SÓCIO MENOR, EXCEPCIONALIDADE

A representação ou assistência compete a ambos os pais, nos termos do art. 1.690 do Código Civil.

Esta também a posição da Corte Superior. Entretanto, após estudo acerca do tema, foi inserida disposição excepcional nos manuais de registro, uma vez que no caso de representação de sócio menor e na falta de um dos pais, poderá o menor ser representado pelo outro.

Caso ambos os pais estejam vivos e exerçam o poder familiar, de fato, não se pode suprir a concordância do outro pai sem a intervenção judicial, pois, como dito, o poder familiar é exercido em conjunto e sempre no melhor interesse do menor.

11. SOCIEDADE DE PRÓPOSITO ESPECÍFICO FORMADA POR MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL.

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional podem constituir, exclusivamente, sociedade limitada de propósito específico, para que sejam realizados negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, sem que haja impacto nos benefícios do Simples Nacional, previstos nos arts. 3º, § 4º e 12 da LC 123. 54.

Dessa feita, foi incluído referido tipo societário, a fim de atender ao quanto disposto na LC n. 123, inclusive com disposições específicas referentes ao ato societário. Resumidamente, para fins de registro, além das especificidades aplicáveis às SPE, deverão ser observadas as demais regras aplicáveis à sociedade limitada, mantendo-se o rito de análise na Junta Comercial para fins de registro.

12. ALTERAÇÕES NO MANUAL DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS

12.1. PUBLICAÇÕES DAS COMPANHIAS ABERTAS DE MENOR PORTE

No que tange ao tema, a norma recebeu aprimoramento de redação e prevê regramento acerca das disposições contidas no inciso IV do art. 294-A e art. 294-B,caput e § 2º, II, da Lei nº 6.404, de 1976, e na Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022, acerca da publicação das companhias abertas de menor porte, que passaram a poder realizar as publicações ordenadas na Lei nº 6.404, de 1976, ou previstas na regulamentação editada pela CVM por meio dos sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net, conforme o caso.

As companhias abertas que tenham auferido receita bruta anual inferior a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), verificada com base nas demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social, as publicações são realizadas, apenas, de forma eletrônica por meio dos sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net.

12.2. NECESSIDADE DE PUBLICAÇÕES

Ainda sobre publicações, foi inserida disposição com o objeto de reforçar a necessidade da publicação e arquivamento dos atos de sociedade anônima, quando exigidos por lei:

De acordo com o § 5º do art. 289 da Lei nº 6.404, de 1976, todas as publicações ordenadas na lei, deverão ser arquivadas na junta comercial.

Assim, quando a companhia adotar as publicações na forma do art. 289, deve, ainda, realizar o arquivamento das publicações dos atos societários exigidos pela legislação na Junta Comercial.

Para fins de arquivamento deve ser utilizado o ato e evento “arquivamento de publicações de atos de sociedade”, podendo sob o mesmo processo ser arquivado mais de uma publicação, desde que se trate de publicações referentes a uma mesma assembleia ou de uma mesma operação societária.

12.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Outra alteração diz respeito à previsão a seguir: “O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores.

Diante disso, para fins cadastrais nos órgãos de registro e de legalização competentes, basta ser informado no cadastro da sociedade anônima a diretoria, sendo facultativo a informação do conselho de administração”.

13. ALTERAÇÕES NO MANUAL DE REGISTRO DE COOPERATIVA

A publicação do edital de convocação da assembleia geral pode ser realizada por meio de jornal em papel ou jornal digital, pois a Lei nº 5.764, de 1971, e a Lei nº 12.690, de 2012, não especificam, restritiva e expressamente, o formato de jornal físico, razão pela qual foi inserida tal possibilidade no respectivo Manual.

Dessa forma, no exame das formalidades legais as Juntas Comerciais devem se atentar para as regras específicas de convocação para assembleia geral das cooperativas de crédito e não realizarem exigência que contrarie as disposições do art. 17-B da LC 130/2009.

Ou seja, os editais de publicação podem ser publicados no próprio site da cooperativa ou em qualquer site que permita o acesso público, irrestrito e ilimitado ao conteúdo do edital por qualquer interessado.

Atentando-se aos itens que devem constar do edital de convocação: I – os assuntos que serão objeto de deliberação; II – a forma como será realizada a assembleia geral; III – o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação do associado, no caso de realização de assembleia a distância ou presencial e a distância simultaneamente; e IV – os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos.

A IN DREI 1/2024 entrou em vigência a partir da sua publicação em 26/01/2024, e deve ser observada por todos os órgãos de registro e legalização de pessoas jurídicas.

De acordo com o DREI a presente norma tem como principal escopo a garantia de que o Registro Público de Empresas é regido por normas de simplificação e desburocra3zação, as quais estão coadunadas com os princípios que constam da Lei da REDESIM e disposições contidas na Lei da Liberdade Econômica, de modo a alcançar melhores resultados no ambiente de negócios e adoção de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento econômico e crescimento, com geração de emprego e renda.

https://sindilojas-sp.org.br/simplificacao-desburocratizacao-e-uniformizacao-societaria-instrucao-normativa-drei-no-1-2024/?utm_term=Simplificacao%2C%2Bdesburocratizacao%2Be%2Buniformizacao%2Bsocietaria%2Ba%3F%3F%3F%3F%2BInstrucao%2BNormativa%2BDREI%2Bn%3F%3F%3F%3F%2B1%2F2024%2B-%2BER%2BJUCESP%2BSindilojas-SP&utm_campaign=Simplificacao%2C%2Bdesburocratizacao%2Be%2Buniformizacao%2Bsocietaria%2Ba%3F%3F%3F%3F%2BInstrucao%2BNormativa%2BDREI%2Bn%3F%3F%3F%3F%2B1%2F2024%2B-

%2BER%2BJUCESP%2BSindilojas-SP&utm_source=e-goi&utm_medium=email&eg_sub=22800bcee1&eg_cam=7c2ae6ac1cb4c68b956ee7e014fccd56&eg_list=589

Mudança de Endereço / Direito ao Crédito ICMS - CT 00029097/2023

- Ementa

ICMS – Mudança de endereço do estabelecimento dentro do Estado de São Paulo – Direito ao aproveitamento dos créditos de ICMS existentes na escrita fiscal – Continuidade das atividades.

I. A mudança de endereço do estabelecimento dentro do Estado de São Paulo permite o aproveitamento do saldo de créditos de ICMS, desde que a atividade desenvolvida no novo local seja uma continuidade daquela desenvolvida pelo estabelecimento anteriormente à mudança.

II. A saída de mercadorias e bens, por motivo de mudança de endereço do estabelecimento dentro do Estado de São Paulo, não está no campo de incidência do ICMS por não ser operação relativa à circulação de mercadorias.

- Relato

1. A Consulente, contribuinte enquadrado no Regime Periódico de Apuração (RPA) e que possui como atividade econômica principal declarada no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CADESP o "comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente" (CNAE 46.35-4/99), ingressa com consulta acerca do direito a manutenção do saldo credor de ICMS em caso de mudança de endereço do estabelecimento para outro município dentro do Estado de São Paulo e os procedimentos fiscais decorrentes.

2. Nesse contexto, informa realizar importação de vinhos para comercialização. Assim, relata poder se creditar do ICMS na operação de importação, tendo em vista suas saídas serem tributadas.

3. Ocorre que, segundo informa, alterou o endereço do seu estabelecimento, originalmente localizado no município de Vargem Grande Paulista-SP, para novo endereço, no município de São Paulo, capital, consistindo apenas na mudança do endereço do estabelecimento para outro município, ambos dentro do Estado de São Paulo.

4. No entanto, expõe que devido a alteração de endereço ser para outro município dentro do Estado de São Paulo, houve a necessidade de abertura de inscrição estadual, com novo número de inscrição. Informa que vinculado ao antigo número de inscrição referente ao endereço anterior do estabelecimento, havia saldo credor de ICMS.

5. Com fundamento nos artigos 19 e 20 da Lei Kandir, entende que tem direito a manutenção do saldo credor de ICMS.

6. Diante disso, questiona quais os procedimentos para que seja realizada a transferência do saldo credor, vinculando-o, ao novo número de inscrição estadual.

- Interpretação

7. Preliminarmente, cabe registrar que, conforme registros no CADESP, a alteração de endereço se deu em setembro de 2023.

8. Feita essa observação, ressalta-se ainda que a alteração cadastral relativa à mudança de Município de estabelecimento contribuinte implica, por questões de natureza cadastral, um novo número de inscrição estadual, não existindo norma específica que discipline o procedimento que o contribuinte deverá adotar durante o lapso de tempo entre a obtenção da inscrição estadual no Município de destino e a integral transferência de ativos imobilizados, estoques e outros pertences do antigo para o novo local.

9. Como a inscrição estadual que terá seu número cancelado possui créditos de ICMS em sua escrita fiscal, conforme relatado, cabe salientar que a Consulente terá direito à manutenção do saldo de créditos na nova inscrição estadual, caso a atividade desenvolvida no novo local seja continuidade daquela desenvolvida pelo estabelecimento anteriormente a mudança. Isso é, em se tratando de mera mudança de endereço físico do estabelecimento, dentro das fronteiras do Estado de São Paulo, para que seja possível a manutenção do crédito, deve haver continuidade operacional do estabelecimento. Ou seja, o estabelecimento não pode ser materialmente encerrado. Portanto, eventual alteração de endereço não pode ser utilizada como pretexto para encerramento material do estabelecimento anterior com transferência do saldo credor existente para novo estabelecimento, situado em localidade diversa.

9.1. Nesse ponto, recorda-se que o encerramento das atividades do estabelecimento acarreta a perda do saldo credor porventura existente, tendo em vista o artigo 69, inciso II, do RICMS/2000 proíbe a restituição ou a autorização para aproveitamento de saldo de crédito existente na data do encerramento das atividades de qualquer estabelecimento.

10. Nessa mesma linha, em se tratando tão somente de alteração de endereço do estabelecimento, a saída de mercadorias e bens, por motivo de mera mudança de endereço do estabelecimento, não está no campo de incidência do ICMS por não ser operação relativa à circulação de mercadorias.

11. Prosseguindo, caso a alteração de endereço realizada pela Consulente enquadre-se efetivamente como situação em que há direito à manutenção de saldo credor deverá adotar o procedimento previsto no tópico “Mudança de endereço” da seção “Perguntas Frequentes” da página da GIA (disponível em: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/gia/Paginas/perguntas-frequentes.aspx):

Caso a empresa altere sua IE durante o período de apuração, deverão ser enviadas duas GIAS. Em uma GIA deverá constar a IE antiga e apenas as operações e prestações ocorridas antes da mudança de IE. Na outra GIA deverá constar a IE nova e apenas as operações e prestações ocorridas após a mudança de IE.

Em relação à EFD, o mesmo procedimento deverá ser adotado e o registro 0000 deve ser informado com o período de atividade da IE. Ressalta-se que os campos CNPJ, IE e o período de referência devem estar de acordo com o Cadesp, considerando a data de cancelamento prevista para IE antiga e o início de atividade para IE atual.?

Desde que a atividade desenvolvida no novo local seja uma continuidade daquela desenvolvida pelo estabelecimento anteriormente à mudança, o estabelecimento tem direito ao saldo credor de ICMS em sua escrita fiscal. O contribuinte deve lançar o débito equivalente no código genérico 002.99 na IE que está sendo baixada, e o crédito equivalente no código genérico 007.99 na nova IE. No campo "Ocorrência", deve descrever o caso concreto, de mudança de endereço do estabelecimento, e no

campo "Fundamentação Legal", a base legal para o lançamento (artigo 1º, III, “a”, da Portaria CAT 17/2006)." Para a EFD, o contribuinte deve lançar o débito equivalente no código de ajuste SP000299 ou SP100299 na IE que está sendo baixada, e o crédito equivalente no código de ajuste SP020799 ou SP120799 na nova IE, conforme a apuração que tenha saldo a transportar, própria ou ST. Nos Registros E111 ou E220, no campo "DESCR_COMPL_AJ ", deve descrever o caso concreto, de mudança de endereço do estabelecimento e a base legal para o lançamento (artigo 1º, III, “a”, da Portaria CAT 17/2006).” (acesso em 22/02/2024)

12. Havendo dúvidas adicionais relativas aos procedimentos operacionais para alteração de endereço de estabelecimento, a Consulente deve seguir a orientação fornecida pelo Posto Fiscal, a quem cabe atender e orientar os contribuintes de sua vinculação e executar os serviços internos necessários à formalização do registro cadastral dos contribuintes.

12.1. Com efeito, recorda-se que o instrumento de consulta serve, exclusivamente, ao esclarecimento de dúvida pontual e específica, oriunda de interpretação da norma e consequente aplicação dela ao caso concreto, devendo ser apresentada nos termos dos artigos 510 e seguintes do RICMS/2000. Por sua vez, salienta-se que, de acordo com o artigo 62, I a IV, do Decreto nº 66.457/2022, compete ao Posto Fiscal não só atender e orientar os contribuintes de sua vinculação, como executar os serviços internos necessários à formalização do registro cadastral dos contribuintes. Dessa forma, havendo dúvidas adicionais acerca dos procedimentos operacionais decorrentes da mudança de endereço do estabelecimento, a Consulente deve buscar orientação no Posto Fiscal.

13. Nestes termos, dá-se por dirimidas as dúvidas apresentadas pela Consulente.

Brasil terá lançamento de sistema eletrônico que permitirá acesso interligado de todos os cartórios do país.

Há mais 15 mil cartórios e tabelionatos espalhados pelo território brasileiro.

No Brasil, existem mais de 15 mil cartórios e tabelionatos, com muitos deles oferecendo serviços de forma digital, porém, nem todas as informações podem ser acessadas de qualquer lugar, uma vez que não são unificadas.

Visando mudar essa realidade, operadores nacionais e agentes públicos preparam-se para lançar o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp), permitindo que todos os cartórios fiquem interligados.

O objetivo desse lançamento é simplificar e modernizar o acesso dos cidadãos a vários serviços de maneira padronizada.

Segundo o presidente do Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN) e o coordenador-geral do Serp, Luís Carlos Vendramin Júnior, entre os objetivos está viabilizar o atendimento remoto aos usuários dos serviços de registros civis das pessoas naturais, jurídicas, de título e documentos e de imóveis, de maneira online.

“Este será um sistema complexo, gigantesco, eficiente, que vai facilitar a vida do brasileiro a partir do final do próximo mês. Ele vai trazer segurança para as pessoas e mais.

O intuito é que ele seja implementado em todas as unidades do território nacional, objetivando a interoperabilidade e a interconexão entre os diversos sistemas já existentes.

Assim, será possível receber e enviar documentos, expedir certidões e prestar informações em formato eletrônico, inclusive mediante assinatura eletrônica avançada e qualificada", antecipou o coordenador-geral do Serp.

A coordenadora-geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Tula Brasileiro, explicou, sob coordenação do Ministério, o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (CGSirc), contou com a presença de várias pastas do governo para apresentar o novo sistema.

Com relação ao Sirc, trata-se de uma ferramenta fundamental para a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Por meio dele, o governo poderá captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos a registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelos cartórios de registro civil das pessoas naturais, permitindo a recuperação de dados e controle da movimentação dos cartórios brasileiros.

https://www.contabeis.com.br/noticias/63876/brasil-tera-sistema-eletronico-de-registros-publicos/

Arquivamento dos atos relativos ao direito de retirada de sócio na junta comercial.

O Código Civil prevê o direito potestativo de qualquer dos sócios se retirar da sociedade, contratada por prazo indeterminado, sem a indicação de motivo.

Por Amanda Mesquita Souto*

O caput do art. 1.029 do Código Civil assegura aos sócios o direito de "sair" da sociedade, seja de forma administrativa seja judicialmente, a depender do prazo em que a sociedade foi contratada.

Se de prazo determinado, o sócio somente poderá sair pela via judicial e se houver justa causa.

Por outro lado, se possuir o prazo de duração indeterminado, o sócio poderá se retirar administrativamente e sem a indicação de motivo, mediante o encaminhamento de simples notificação aos demais sócios, desde que com antecedência mínima de 60 dias.

Na retirada administrativa, temos um direito potestativo, de modo que o sócio através de um ato unilateral informa aos demais sócios, que não possui interesse em permanecer naquela sociedade, sendo-lhe devido os valores referentes a sua quota, apurados com base na previsão contida no art. 1.031 do Código Civil ou na forma que dispuser o contrato social.

Sobre o assunto, o professor Fabio Ulhoa1 explica que o direito de retirada trata-se de direito inerente a titularidade da quota social e ocorre por ato unilateral de vontade, sendo que "nessa hipótese, não há negociação. O sócio impõe à pessoa jurídica, por sua exclusiva vontade, a obrigação de lhe reembolsar o valor da participação societária.".

Na mesma linha, o STJ já firmou entendimento de que "o direito de retirada de sociedade constituída por tempo indeterminado, a partir do Código Civil de 2002, é direito potestativo que pode ser exercido

mediante a simples notificação com antecedência mínima de sessenta dias (art. 1.209), dispensando a propositura de ação de dissolução parcial para tal finalidade":

RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. DIREITO SOCIETÁRIO. SOCIEDADE LIMITADA. APLICAÇÃO SUPLETIVA DAS NORMAS RELATIVAS A SOCIEDADES ANÔNIMAS. ART. 1.053 DO CC. POSSIBILIDADE DE RETIRADA VOLUNTÁRIA IMOTIVADA. APLICAÇÃO DO ART. 1.029 DO CC. LIBERDADE DE NÃO PERMANECER ASSOCIADO GARANTIDA CONSTITUCIONALMENTE. ART. 5º, XX, DA CF. OMISSÃO RELATIVA À RETIRADA IMOTIVADA NA LEI N. 6.404/76. OMISSÃO INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DAS SOCIEDADES LIMITADAS. APLICAÇÃO DO ART. 1.089 DO CC.

Entendimento firmado por este Superior Tribunal no sentido de ser a regra do art. 1.029 do CC aplicável às sociedades limitadas, possibilitando a retirada imotivada do sócio e mostrando-se descipicendo, para tanto, o ajuizamento de ação de dissolução parcial.
Direito de retirada imotivada que, por decorrer da liberdade constitucional de não permanecer associado, garantida pelo inciso XX do art. 5º da CF, deve ser observado ainda que a sociedade limitada tenha regência supletiva da lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas).
A ausência de previsão na lei 6.404/76 acerca da retirada imotivada não implica sua proibição nas sociedades limitadas regidas supletivamente pelas normas relativas às sociedades anônimas, especialmente quando o art. 1.089 do CC determina a aplicação supletiva do próprio Código Civil nas hipóteses de omissão daquele diploma.
Caso concreto em que, ainda que o contrato social tenha optado pela regência supletiva da lei 6.404/76, há direito potestativo de retirada imotivada do sócio na sociedade limitada em questão.
Tendo sido devidamente exercido tal direito, conforme reconhecido na origem, não mais se mostra possível a convocação de reunião com a finalidade de deliberar sobre exclusão do sócio que já se retirou.
RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RECURSO ESPECIAL 1.839.078 – SP (2017/0251800-6) (Grifamos)
Note-se que, de acordo com a decisão acima, mesmo que a sociedade limitada tenha regência supletiva da lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), continua sendo potestativo o direito de o sócio se retirar da sociedade.

Seguindo o entendimento da jurisprudência e da doutrina majoritária, o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, órgão responsável, com exclusividade, pela normatização do registro público de empresas, sempre garantiu ao sócio retirante o direito de arquivar na junta comercial a notificação encaminhada aos demais sócios e ter sua situação refletida no cadastro da sociedade.

Sobre o assunto, o DREI, no item 4.4.3. da Seção IV do Capítulo II do Manual de Registro de Sociedade Limitada, Anexo IV da Instrução Normativa DREI 81, de 20202, estabelece:

Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade:

I. se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias, a contar da notificação do último sócio.

Nesta hipótese, observar-se-á o seguinte:

a. passado o prazo, poderá o retirante ou qualquer dos sócios ou administradores requerer o arquivamento da notificação de retirada, que poderá ser por qualquer forma que ateste a ciência ou mera entrega da notificação aos demais sócios.

b. a junta comercial:

1. alterará o respectivo cadastro da sociedade empresária para refletir a retirada do sócio, devendo ser indicada a data da resolução;

2. comunicará a Receita Federal do Brasil e as demais entidades com as quais seus sistemas estejam integrados para que atualizem seus respectivos cadastros;

3. lançará bloqueio no cadastro da sociedade, que perdurará até que os sócios remanescentes apresentem alteração contratual que reflita o quadro societário atualizado;

c) a sociedade deverá, na alteração contratual seguinte, regularizar o quadro societário e capital social. Essa alteração contratual será assinada apenas pelo(s) sócio(s) remanescente(s), não sendo devida a assinatura do sócio que exerceu o direito de retirada.

(...) (Grifamos)

Para fins de registro, o mero arquivamento da notificação do sócio retirante possui o condão de alterar o cadastro da sociedade, desde que esse respeite o prazo mínimo de 60 dias, ou seja, o sócio retirante somente pode apresentar a registro no sexagésimo primeiro dia após a notificação do último sócio.

Esse registro se faz necessário, na medida em que, para produzir efeitos perante terceiros os atos empresariais devem ser arquivados nas juntas comerciais. Isso porque, o art. 1º, inciso I, da lei 8.934/94, prevê que o registro tem por finalidade dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis.

Frisamos que, mesmo retirando o nome do sócio do cadastro, será necessária uma alteração contratual posterior pelos sócios remanescentes, contudo, não é essa que promove a retirada do sócio, mas sim a notificação que foi arquivada. A alteração contratual será realizada apenas pelos sócios remanescentes e deve trazer o quadro societário atualizado, pois com a retirada pode ocorrer a redução do capital ou a supressão das quotas do sócio retirante.

Sobre os efeitos jurídicos ocasionados pelo direito de retirada, o doutrinador Nelson Nery Junior3 explica, em suma, que:

O sócio que quiser se retirar de sociedade formada por tempo indeterminado deve notificar os demais sócios, com antecedência mínima de 60 dias. A denúncia, diferentemente da regra que vigia anteriormente (CC/16 1399 e CCom 335 V), opera efeito de rompimento do vínculo societário para por termo a sociedade. Por essa regra, dispensa-se posterior negócio jurídico, diferente do contrato – atos coletivos (Gesamtakte); deliberações (Beschlusse) ou acordos (Vereinbarungen)-, para o aperfeiçoamento da retirada do sócio e da alteração do contrato social, pois a denúncia opera os efeitos do rompimento do liame societário por si. Eventual celeuma entre os sócios, para a aferição de valores devidos pela sociedade ao que se retira, poderá vir a ser objeto de questionamento posterior em ação judicial. Porém, a essa altura, a retirada já se operou e o contrato social já se considera modificado, e cessada a posição jurídica de sócio do retirante, com todos os consectários lógicos e jurídicos dessa retirada. (Grifamos)

Na linha do ilustre doutrinador, eventual restrição à produção de efeitos ao documento que materializa o direito de retirada, elimina a natureza unilateral do ato, frustrando a determinação legal de que

"qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios".

Nessa linha, a previsão contida na instrução normativa do DREI é clara, no sentido de que as juntas comerciais devem alterar o cadastro, de modo a refletir a mudança da condição jurídica do sócio que se retirou, devendo manter o cadastro atualizado e conferir segurança jurídica e eficácia aos atos empresariais (art. 1º, incisos I e II da lei 8.934/94).

Ocorre que, existe uma controvérsia registral acerca da atualização do cadastro da sociedade, ou seja, da retirada do nome do ex-sócio daquela sociedade.

A grande maioria das juntas comerciais realizam uma mera anotação no cadastro, que é refletida apenas na certidão simplificada. Por outro lado, salvo melhor juízo, apenas a junta comercial do Estado do Pará elimina o nome do sócio retirante do cadastro. Mas porque não são alterados os cadastros, sendo que a doutrina majoritária e o STJ defendem que o direito de retirada é exteriorizado por meio da notificação realizada aos demais sócios4?

Com a devida vênia aos que pensam de modo diferente e que defendem que, com base no artigo 435, inciso III, do decreto 1.800/96, não existe a possibilidade de alteração no cadastro das juntas comerciais sem que haja uma alteração contratual stricto senso e, que atos unilaterais devem gerar, tão somente, anotação no cadastro da sociedade, entendemos que há preciosismo a forma, visto que fazer com que a alteração do cadastro dependa da elaboração de um instrumento de alteração contratual stricto senso é tornar bilateral um ato que por sua natureza e previsão legal é unilateral (art. 1.029 do CC).

Ressaltamos que, o Código Civil é hierarquicamente superior ao Decreto nº 1.800, de 1996, e posterior a lei 8.934/94, de modo que a leitura do citado decreto não deve ser realizada de forma isolada, visto que é de clareza solar que o Código Civil não impõe procedimento adicional para o registro do ato que materializa o direito de retirada previsto no art. 1.029, prevendo tão somente que o sócio possui o direito de ter seu vínculo desfeito em relação à sociedade.

Sobre o assunto, Alfredo de Assis Gonçalves Neto6 leciona que "os efeitos da retirada em relação a terceiros contam-se sempre a partir da averbação da comunicação da retirada (...) à margem da inscrição da sociedade, averbação essa que pode ser providenciada tanto pela sociedade como pelo retirante (CC, art. 1.151)".

Dessa forma, a conclusão de que não seria possível a alteração do cadastro da sociedade leva a uma distorção prática que, muitas vezes, torna inócuo o direito de retirada, direito potestativo e exercido de forma unilateral pelo sócio.

Frisamos que, a interpretação literal do art. 43, inciso III, do decreto 1.800/96, vem causando insegurança jurídica, pois, não são raras as situações em que os sócios estão diante de um conflito, que acaba gerando o desinteresse de um sócio em permanecer naquela sociedade. Nesses casos, nem sempre os sócios remanescentes buscam regularizar o quadro societário de forma tempestiva, o que acaba gerando prejuízos ao sócio retirante, pois, este fica impedido de adotar qualquer medida para que seu nome seja retirado do cadastro.

Repetimos!

O procedimento normatizado pelo DREI é para que a junta comercial altere o cadastro, realize bloqueio administrativo e exija que a próxima alteração contratual contenha a regularização do capital e do

quadro societário, pelos sócios remanescentes, sem adentrar no mérito das deliberações, na medida em que cabe a esse órgão de registro, a análise das formalidades legais, ou seja, observar se os atos empresariais estão formalmente em ordem (art. 40 da lei 8.934/94).

Diante de todo o exposto, é incontroverso que o sócio possui direito potestativo de se retirar da sociedade e, que a notificação aos demais sócios e o arquivamento desse ato na junta comercial deve bastar para a produção de todos os efeitos, inclusive perante terceiros.

Assim, deixar de modificar o cadastro (retirar o nome do ex-sócio) e, por consequência repassar uma informação inverídica daquela sociedade, causa insegurança e consequências práticas indesejáveis ao ex-sócio e à terceiros que contratam com aquela sociedade.

1 COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – 16ª ed. -São Paulo: Saraiva, 2012

2 O texto da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020, foi alterado pela Instrução Normativa DREI nº 1, de 2024.

3 NERY JUNIOR, Nelson. Código Civil comentado – 9 ed. -São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

4 REsp nº 1.403.947/MG3

5 Art. 43. Qualquer modificação dos atos constitutivos arquivados na Junta Comercial dependerá de instrumento específico de: (...) III – alteração contratual, para as demais sociedades empresárias

6 Gonçalves Neto, Alfredo de Assis. Direito de Empresa. Ed. 2019. Editor: Revista dos Tribunais. Livro II do Direito de Empresa. Art. 1029. Página RL-1.65

https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/92211511/v9/page/RL-1.65

*Amanda Mesquita Souto é Advogada, associada do escritório Agi, Santa Cruz & Lopes Advocacia, pós-graduada em Direito Empresarial pela FGV e ex-diretora do DREI.

Fonte: Migalhas

TRF1 condena empresário e ex-empregado por fraude no seguro-desemprego.

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) condenou um empresário e um ex-empregado dele pelo crime de estelionato majorado pelo fato de simularem duas vezes o fim do vínculo empregatício entre eles, possibilitando o recebimento indevido do benefício do seguro-desemprego pelo trabalhador.

Os acusados haviam sido absolvidos sob o fundamento de atipicidade da conduta (art. 386, III, do Código de Processo Penal).

De acordo com o MPF, a relação de emprego entre os dois réus nunca foi dissolvida e, conforme apuração, foram encontradas provas de que as demissões que constam na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado não passaram de falsidade ideológica para a obtenção do seguro-desemprego mediante fraude.

Ao analisar os autos, o relator do caso, desembargador federal César Jatahy, verificou que a existência de vínculo empregatício entre os denunciados somente foi reconhecida pela Justiça do Trabalho três anos após a contratação do empregado. Confirmou-se que o empregado moveu ação trabalhista contra seu ex-empregador na qual foi reconhecida a continuidade de seu contrato de trabalho, apesar de rescisões fictícias.

Segundo o magistrado, o acusado recebeu o seguro-desemprego em oito parcelas, sendo quatro referentes a cada uma das demissões fraudulentas. “Assim, é possível a condenação por estelionato se comprovado o ardil ou engodo empregado, à época dos fatos, o que, a meu ver, revela-se presente, conforme será demonstrado doravante”, destacou o relator.

Portanto, ambos os réus, o primeiro como sócio da empresa e o segundo como no cargo de empregado, conscientemente simularam duas vezes a dissolução de seu vínculo empregatício.

Juntos, obtiveram vantagens indevidas por meio de fraude, recebendo seguro-desemprego de forma ilegal do Ministério do Trabalho e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O voto foi acompanhado pelo Colegiado.

Processo: 0000820-73.2013.4.01.3500

Data do julgamento: 06/02/2024

IL/JL

Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

https://www.trf1.jus.br/trf1/noticias/trf1-condena-empresario-e-ex-empregado-por-fraude-no-seguro-desemprego-?utm_smid=11160592-1-1

Governo Federal lança FGTS Digital nesta terça-feira (27)

Data para implementação está prevista para 1º de março de 2024

O Ministério do Trabalho e Emprego lança nesta terça-feira (27), às 14h, o FGTS Digital, uma nova forma de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que vai facilitar e simplificar a vida dos empregadores, utilizando informações do eSocial como base de dados, interface 100% web e diversas opções para gerar guias.

A data para implementação está prevista para 1º de março de 2024, conforme o disposto nos artigos 3º e 11 da Portaria MTE nº 3.211/2023.

A partir dessa data, o FGTS Digital será responsável por todo o recolhimento de FGTS mensal e rescisórios.

A nova plataforma conta com a parceria do Ministério da Gestão e Inovação, Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Serpro e da Caixa Econômica Federal.

Alguns benefícios a serem alcançados com o FGTS Digital:

- Maior facilidade para emissão e personalização de guias;

- mais agilidade no processo de individualização (depósitos dos valores recolhidos nas contas vinculadas dos trabalhadores);

- celeridade no pagamento de FGTS em atraso, com a possibilidade de recolhimento de vários meses em uma única guia;

- cálculo automático da multa do FGTS com base no histórico de remunerações do eSocial;

- ferramenta automática para recomposição de salários de períodos anteriores e pagamento da indenização compensatória.

Além disso, a utilização do Pix (mecanismo de pagamento instantâneo) como ferramenta de pagamento do FGTS irá trazer ganhos de confiabilidade, agilidade e facilidade, otimizando o processo de individualização na conta do trabalhador.

Coletiva de Imprensa

Após o evento de lançamento, haverá coletiva de imprensa com representantes técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego, Serpro e Caixa Econômica Federal para tirar dúvidas dos jornalistas sobre a plataforma.

Serviços

Governo Federal lança FGTS Digital nesta terça-feira (27)

Data: 27 de fevereiro (terça-feira)

Horário: 14h

Local: Auditório do Ministério do Trabalho e Emprego, Bloco F, Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Projeto de Lei 7/2024 propõe alteração da alíquota de ITCMD em São Paulo.

Alíquota escalonada de ITCMD conforme valor do bem herdado ou doado no estado de São Paulo é proposta no Projeto de Lei 7/2024.

Aprovada no final de 2023, após extensa discussão e ajustes, a Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132) trouxe mudanças consideráveis nas regras do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis) a serem aplicadas por cada um dos estados da Federação. Pelo novo texto, o tributo deve

passar a ser progressivo, de forma que a alíquota deve aumentar à medida que o montante herdado ou doado seja, também, maior. Com a referida mudança, o recolhimento do imposto deverá ser proporcional ao valor recebido.

Em face de tais alterações, foi apresentado na ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) o Projeto de Lei nº 7/2024, em 2 de fevereiro de 2024, que propõe a ampliação das alíquotas do ITCMD no estado de São Paulo. Seu principal objetivo é modificar a alíquota atual de 4%, que incide sobre doações e heranças, e estabelecer um sistema progressivo de alíquotas de acordo com o valor do bem doado ou herdado, estando, assim, em consonância com as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 132.

Posto isto, caso o referido projeto de lei seja aprovado, a atual alíquota de 4%, prevista na Lei nº. 10.705/2000, deverá ser substituída por alíquotas que variam de 2% a 8%, as quais serão aplicadas de acordo com o valor do patrimônio doado ou herdado, conforme abaixo indicado:

A título exemplificativo, considerando a legislação atual, sobre um patrimônio de R$ 10.000.000,00 incidiria a alíquota de 4%, resultando no valor de R$ 400.000,00 de imposto. Com a aprovação das alterações, o valor do imposto dobrará, impactando significativamente o recolhimento pelo contribuinte.

Caso o projeto de lei em questão seja aprovado ainda em 2024, a progressividade do ITCMD será aplicada apenas em 2025, considerando que a eficácia das regras propostas deverá observar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal. Assim, a lei entrará em vigor desde a data de sua publicação, contudo produzirá efeitos apenas após o prazo de 90 dias de sua publicação e no ano subsequente.

E como ficam os demais estados?
Atualmente, a maioria dos estados já aplica a progressividade da alíquota do imposto, contudo, os seguintes estados possivelmente também alterarão as respectivas legislações estaduais para acompanhar as mudanças trazidas pela Reforma Tributária:

Estado	Alíquota atual
Alagoas	2% para doações e 4% para herança (falecimento antes de abril/2017 pode ter tributação minorada)
Amapá	3% para doações e 4% para herança
Amazonas	alíquota única de 2% (há isenção a depender do bem)
Espírito Santo	alíquota única de 4%
Mato Grosso do Sul	3% para doações e 6% para herança
Minas Gerais	alíquota única de 5%
Paraná	alíquota única de 4% (para fatos geradores a partir de 2016)
Roraima	alíquota única de 4%
São Paulo	alíquota única de 4% (há faixa de isenção)

Como as mudanças no Projeto de Lei 7/2024 afetam os Planejamentos Sucessórios?

As disposições trazidas pela Reforma Tributária juntamente com as alterações propostas no Projeto de Lei nº 7/2024 podem refletir na aceleração de trabalhos que envolvam o planejamento sucessório no estado de São Paulo. Tal modificação considera a possibilidade de progressão da alíquota do ITCMD, pois aqueles que desejam fazer um planejamento sucessório ainda em vida devem se programar para que a antecipação do imposto seja realizada o mais rápido possível, de preferência ainda no ano de 2024, para que as atuais regras ainda sejam aplicadas.

Assim, levando em consideração as regras aplicadas a São Paulo, ao contrário de outros estados, o projeto de lei supramencionado em nada alterou a regra sobre a implementação de avaliação de bens integralizados em holdings patrimoniais. Na realidade, enquanto estiver em vigência a atual legislação, ainda haverá benefícios em relação ao fato de a base de cálculo do imposto recair sobre o valor declarado do patrimônio.

Por fim, a BLB Auditores e Consultores, por meio de sua divisão especializada em planejamento patrimonial e sucessório, conta com uma equipe preparada e experiente para fornecer informações adicionais sobre este assunto. Entre em contato conosco!

Autoria de Gabriela Borges e revisão de Liz Azevedo
Consultoria Societária e Patrimonial
BLB Auditores e Consultores

Programa de Autorregularização Incentivada: posicionamento controverso da Receita Federal gera confusão.

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) publicou, no dia 10 de janeiro de 2024, o arquivo “Perguntas e Respostas” referente ao Programa de Autorregularização Incentivada, instituído pela Lei 14.740/2023 e regulamentado pela Instrução Normativa RFB 2.168/2023.

Na pergunta nº 3 do arquivo publicado pela RFB – que se refere à questão “Quais tributos podem ser incluídos na autorregularização incentivada e quais são os critérios para a sua inclusão?” –, o órgão proferiu a seguinte resposta:

Podem ser incluídos na autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que NÃO tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023 e que venham a ser constituídos entre 30 de novembro e 1º de abril de 2024, mediante confissão do contribuinte, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização.

Sendo assim, podem entrar no programa de autorregularização incentivada, tributos que ainda não tenham sido declarados cujo VENCIMENTO ORIGINAL SEJA ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Também podem fazer parte da autorregularização incentivada débitos decorrentes de auto de infração, de notificação de lançamento e de despachos decisórios que não homologuem, total ou parcialmente, a declaração de compensação, que ocorram entre 30/11/2023 e 1/4/2024, cujo vencimento original do débito seja até 30 de novembro. (grifo nosso)

O pronunciamento da Receita Federal já movimentou a máquina judiciária, a exemplo do Mandado de Segurança nº 5001312-83.2024.4.04.7000/PR. Nesse contexto, a controvérsia diz respeito ao critério estabelecido pela RFB que restringe a inclusão no programa apenas aos tributos com vencimento

original até 30 de novembro de 2023. Esse critério, no entanto, não está previsto na lei que instituiu o programa nem na Instrução Normativa que regulamenta o benefício.

Sobre os tributos passíveis de inclusão no programa, o artigo 2º, § 1º da Lei 14.740, prevê os critérios para a admissão do tributo no programa:

Art. 2º O sujeito passivo poderá aderir à autorregularização até 90 (noventa) dias após a regulamentação desta Lei, por meio da confissão e do pagamento ou parcelamento do valor integral dos tributos por ele confessados, acrescidos dos juros de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, com afastamento da incidência das multas de mora e de ofício.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos:

I – tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que ainda não tenham sido constituídos até a data de publicação desta Lei, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e

II – créditos tributários que venham a ser constituídos entre a data de publicação desta Lei e o termo final do prazo de adesão.

Na regulamentação da Instrução Normativa 2.168/2023, a previsão consta no artigo 3º:

Art. 3º Podem ser incluídos na autorregularização incentivada de que trata esta Instrução Normativa os seguintes tributos:

I – que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e

II – constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 até 1º de abril de 2024.

§ 2º A inclusão dos tributos a que se refere o inciso II do caput na autorregularização incentivada fica condicionada à confissão da dívida pelo devedor mediante entrega ou retificação das declarações correspondentes ou, excepcionalmente, mediante cadastramento do débito apenas nas situações a que se aplica.

No que se refere à análise das disposições apresentadas, delimitaremos a controvérsia da seguinte maneira: tributos com vencimento original após 30 de novembro de 2023 podem ser incluídos no programa de autorregularização? Para responder a essa pergunta, iniciaremos o desenvolvimento abordando a relação entre a lei, a instrução normativa e o arquivo da Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando explicar qual dispositivo tem validade sobre os demais e por quê.

Seguindo essa linha de raciocínio, buscaremos definir o conceito de “constituição do crédito tributário”, terminologia utilizada pelos dispositivos legais para definir os tributos passíveis de inclusão no programa. Por fim, após analisarmos os tópicos preliminares essenciais para a consolidação de uma resposta à pergunta objeto do artigo, apresentaremos a conclusão, oferecendo uma resposta baseada nas evidências levantadas pelo estudo.

Princípio da legalidade: manifestação da RFB x dispositivo legal

No Direito, a legalidade pode ser entendida de duas formas: a primeira, sob a ótica do indivíduo, do particular, resumida pela expressão “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se não em

virtude da lei"; e a segunda, sob a ótica do Estado, que poderá agir somente conforme a lei e na medida do que for prescrito por ela. No âmbito do Código Tributário Nacional (CTN), podemos extrair o princípio da legalidade, dentre outros, do disposto no artigo 97, com destaque para o inciso VI em função da questão tratada no presente estudo:

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

[...]
VI – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa e redução de penalidades. (grifos nossos)

O Programa da Autorregularização Incentivada se encaixa perfeitamente na disposição do inciso VI. Afinal, o benefício caracteriza-se por oferecer vantagens, como a dispensa de juros de mora e multa (dispensa de penalidades), em função do adimplemento total (extinção de créditos tributários) ou do parcelamento (suspensão de créditos tributários).

Isso significa que a Lei 14.740/2023, e somente ela, pode estabelecer as condições, os prazos e os demais aspectos do programa. E quanto à Instrução Normativa 2.168/2023?

A princípio, é importante ressaltar que as instruções normativas estão incluídas no rol denominado de legislação tributária, assim como as leis, mas no âmbito das normas complementares das leis. O CTN trata da legislação tributária nos artigos 96 a 112, cujos principais dispositivos para o objetivo do presente estudo estão destacados a seguir:

Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

[...]
Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

[...]
Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I – suspensão ou exclusão do crédito tributário; (grifos nossos)

Levando em consideração os dispositivos apresentados até o momento, podemos extrair algumas conclusões:

I – Dentre os três documentos abordados (a lei, a instrução normativa e o arquivo de perguntas e respostas), a Lei 14.740/2023 é o único dispositivo capaz de instituir o benefício e, conforme o artigo 111, I do CTN, deve ser interpretado de forma literal em função da matéria tratada (suspensão e exclusão do crédito tributário).

II – Consequentemente, a IN RFB 2.138/2023 tem caráter de norma complementar da lei, ou seja, não pode inovar ou contrariar o dispositivo hierarquicamente superior e competente para dispor sobre o assunto.

Portanto, a fim de consolidar a conclusão observada, faz-se relevante mencionar o artigo 155-A do CTN, que deixa evidente a exclusividade da lei para tratar de matéria correlata ao Programa de Autorregularização Incentivada:

Art. 155-A, CTN: o parcelamento será concedido na forma e condições estabelecidas em lei específica. (grifo nosso)

Assim, após esclarecermos a hierarquia e as funções tanto da lei quanto da instrução normativa, surge a questão a respeito do arquivo de "Perguntas e Respostas" emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal. Em primeiro lugar, é válido mencionar que esse arquivo não consta na legislação tributária. Ou seja, não se trata de um ato normativo, sendo apenas um documento que expõe a interpretação do Fisco com relação à legislação tributária.

Evidenciado o aspecto não vinculante/normativo do arquivo da RFB, iremos nos ater ao disposto na lei e na sua norma complementar, a instrução normativa, para buscar definir quais tributos são passíveis de inclusão no Programa de Autorregularização Incentivada.

Constituição do crédito tributário
Conforme observamos anteriormente, sobre os requisitos para a admissão dos tributos no Programa de Autorregularização, a Lei 14.740/2023 e a IN 2.138/2023 dispõem conforme o quadro a seguir:

Lei 14.740	IN 2.138
Art. 2º O sujeito passivo poderá aderir à autorregularização até 90 (noventa) dias após a regulamentação desta Lei, por meio da confissão e do pagamento ou parcelamento do valor integral dos tributos por ele confessados, acrescidos dos juros de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, com afastamento da incidência das multas de mora e de ofício. § 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos: I – tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que ainda não tenham sido constituídos até a data de publicação desta Lei, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e II – créditos tributários que venham a ser constituídos entre a data de publicação desta Lei e o termo final do prazo de adesão.	Art. 3º Podem ser incluídos na autorregularização incentivada de que trata esta Instrução Normativa os seguintes tributos: I - que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e II - constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 até 1º de abril de 2024. § 2º A inclusão dos tributos a que se refere o inciso II do caput na autorregularização incentivada fica condicionada à confissão da dívida pelo devedor mediante entrega ou retificação das declarações correspondentes ou, excepcionalmente, mediante cadastramento do débito apenas nas situações a que se aplica.

Logo, observa-se que não há nenhuma limitação legal quanto ao prazo de vencimento do tributo, conforme expôs o arquivo de "Perguntas e Respostas". Assim, tanto a lei quanto a instrução normativa utilizam o critério de "tributos constituídos e não constituídos".

Considerando tais questões, devemos nos debruçar sobre essa conceituação para observar a literalidade da lei, conforme exigido pelos artigos 111 e 155-A do CTN, os quais foram suscitados anteriormente. Nesse contexto, torna-se crucial compreender o que representa a ideia referente à constituição do crédito tributário.

Para definir a constituição do crédito tributário, é preciso abordar a regra matriz de incidência tributária, prevista no artigo 142 do CTN, caput:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. (grifos nossos)

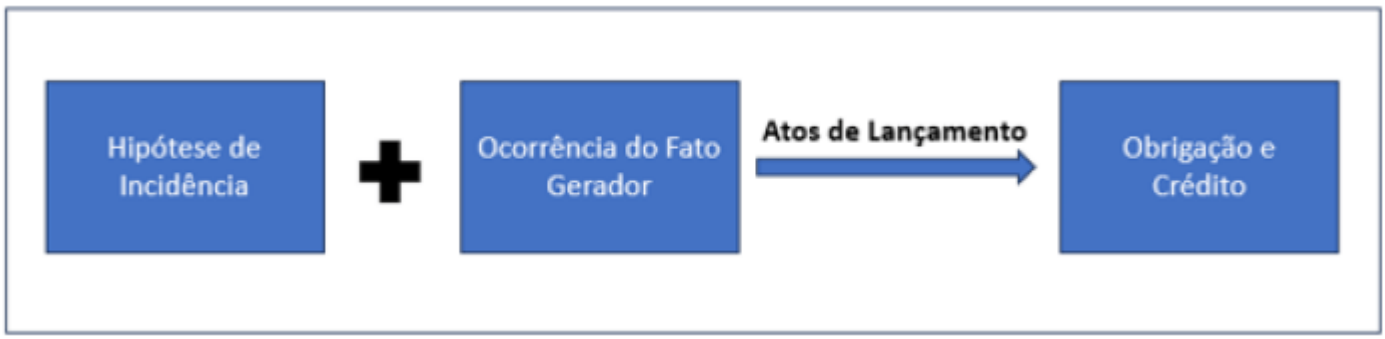
Nos ensinamentos da professora e ministra do Superior Tribunal de Justiça, Regina Helena Costa:

Inicialmente, o art. 139 preceitua que 'o crédito tributário decorra da obrigação principal e tem a mesma natureza jurídica desta'. A dicção do Código não é técnica, porquanto sugere que o crédito nasce em consequência da obrigação, quando, em verdade o crédito, aliado ao débito, é face da própria obrigação. No entanto, assim o afirma porque na concepção adotada pelo legislador, o crédito somente 'nasce' após sua constituição pelo lançamento. (grifo nosso)

Portanto, concluímos que o crédito tributário e a obrigação tributária estão extremamente interrelacionados. Afinal, ambos são constituídos pelo lançamento e nascem com a conclusão do lançamento, isto é, o ato administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo, conforme o artigo 142 mencionado anteriormente.

Conforme abordado pela professora Regina Helena Costa, o próprio Código Tributário Nacional, em seu artigo 139, dispõe que "o crédito tributário decorre da obrigação tributária e possui a mesma natureza desta". Em outras palavras, o crédito decorre, é consequente e tem origem na obrigação tributária que nasce com o lançamento fiscal, ou seja, a formalização, o documento, o carnê.

Dessa forma, podemos elaborar o quadro explicativo, a seguir, a partir da regra matriz de incidência, demonstrando em que momento da relação tributária podemos considerar a constituição do crédito tributário:



Assim, depreendemos que é a conclusão do lançamento que constitui o crédito tributário. Contudo, para uma compreensão mais profunda sobre essa questão, é preciso entender o que significa "lançamento tributário", como ele se dá e como de fato é constituído o crédito tributário por meio do lançamento.

Lançamento tributário

Antes de falarmos em exigência do tributo, é necessário saber quanto se paga, o que se paga, para quem se paga e onde se paga. Tudo isso será apurado no lançamento e, após esses elementos serem constituídos, podemos falar em crédito tributário (a obrigação tributária com caráter exigível).

O artigo 142 do Código Tributário Nacional, exposto acima, é quem disciplina o ato de lançamento. Dele extraímos seis finalidades do lançamento:

I – Constituir o crédito tributário;

II – Verificar a ocorrência do fato gerador;

III – Determinar a matéria tributável;

IV – Calcular o montante do tributo devido;

V – Identificar o sujeito passivo;

VI – Propor a aplicação da penalidade cabível.

Existem três modalidades de lançamento previstas no ordenamento brasileiro: o lançamento de ofício (art. 149, I, CTN), o lançamento por declaração (art. 147, CTN) e o lançamento por homologação (art. 150, CTN).

O lançamento de ofício é aquele em que o Fisco constitui o crédito com base nas informações que possui, sem o auxílio do contribuinte. A título de exemplo, mencionamos o IPTU. O contribuinte, proprietário do imóvel, recebe em sua casa o boleto para o pagamento do tributo, expedido diretamente pela autoridade fiscal, ou seja, de ofício.

No lançamento por declaração, o Fisco constitui o crédito tributário a partir de informações que são fornecidas pelo contribuinte, por meio da declaração. Aqui, o procedimento é de iniciativa do Fisco, mas conta com o auxílio do contribuinte. A título de exemplo, temos o Imposto de Importação, em que o contribuinte declara as mercadorias importadas, e o Fisco contabiliza o tributo para emitir o lançamento.

O mais controverso deles, e também o mais aplicado no Brasil, é o lançamento por homologação. Nessa modalidade, o contribuinte participa ativamente do ato do lançamento, declarando, calculando e pagando o tributo. Ao Fisco cabe apenas a homologação do lançamento, ou seja, o aceite ou a recusa das informações e dos pagamentos feitos pelo contribuinte.

A controvérsia a respeito do lançamento por homologação se dá justamente no tocante à constituição do crédito tributário. O lançamento, conforme observamos no artigo 142 supramencionado, é de competência exclusiva da administração tributária e, portanto, o crédito só estaria constituído a partir da homologação pelo Fisco.

No entanto, o entendimento jurisprudencial e doutrinário tem consolidado que o crédito tributário nos casos de lançamento por homologação se constitui a partir dos atos do contribuinte, independentemente da homologação do Fisco. Ora, conforme o artigo 150 do CTN, a homologação pode se dar de forma expressa ou tácita, e, na prática, essa última prevalece.

A homologação tácita do Fisco quer dizer que não é expedido nenhum documento ou comunicado formalizando o aceite da prestação de contas do contribuinte. Assim, o silêncio da autoridade administrativa pressupõe a homologação da declaração e o pagamento do tributo. Torna-se lógico definir, portanto, que a constituição do crédito tributário se dá pela ação do contribuinte, momento em que define todos os aspectos da exação conforme o artigo 142 disciplina.

No que se refere a esse assunto, o professor Hugo de Brito Machado consolida tal ideia:

Finalmente, por homologação é aquele lançamento no qual todos os atos de apuração, quantificação, cálculo etc., relativos à liquidação da obrigação tributária, são efetuados pelo próprio sujeito passivo. Depois de calcular o montante do tributo devido, o sujeito passivo submete essa apuração à autoridade administrativa, para que esta a homologue. O dever de efetuar o pagamento respectivo, entretanto, é antecipado, devendo ser o tributo recolhido antes do exame da autoridade e da respectiva homologação. (grifos nossos)

Assim como a Súmula 436/STJ:

Súmula 436/STJ – 13/05/2010 – Recurso especial repetitivo. Recurso especial representativo da controvérsia. Tributário. Crédito tributário. Entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal. Desnecessidade de qualquer outra providência por parte do fisco. Recurso especial repetitivo. CPC/1973, art. 543-C.CTN, art. 150. Lei 9.779/1999, art. 16. (grifo nosso)

Definidos os conceitos de lançamento e de constituição do crédito tributário, podemos seguir para a conclusão, avaliando quais tributos são passíveis de inclusão no Programa de Autorregularização Incentivada.

A possibilidade de inclusão de tributos com vencimento posterior a 30/11/2023
Em suma, seguindo a mesma linha do princípio da legalidade e do Código Tributário Nacional, afastamos qualquer caráter normativo ou vinculante do arquivo “Perguntas e Repostas” da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Devemos nos ater à Lei 14.740/2023 e, em caráter complementar, à Instrução Normativa 2.138/2023.

Tendo isso em vista, ambos os textos legais não fazem qualquer menção ao prazo de vencimento até o dia 30 de novembro de 2023, conforme a resposta dada pela RFB. Na realidade, a Lei 14.740/2023 prevê as seguintes hipóteses no artigo 2º:

I – tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que ainda não tenham sido constituídos até a data de publicação desta Lei, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e

II – créditos tributários que venham a ser constituídos entre a data de publicação desta Lei e o termo final do prazo de adesão.

§ 3º Os tributos não constituídos, incluídos pelo sujeito passivo na autorregularização, serão confessados por meio da retificação das correspondentes declarações e escriturações.

Com relação ao inciso I, portanto, os tributos que não tenham sido constituídos, ou seja, não tenham sido lançados por qualquer das modalidades, podem ser incluídos no programa. Por exemplo, caso o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica não tenha sido declarado, isso significa que o tributo ainda não foi lançado e pode ser incluído no Programa de Autorregularização.

O inciso II prevê que os créditos que vieram a ser constituídos, lançados, entre a data de publicação da lei e o termo final do prazo de adesão também são passíveis de inclusão. Por exemplo, após a publicação da lei, se o contribuinte realizar o lançamento por homologação de determinado tributo, constituindo o crédito, essa ação permitirá a inclusão do tributo no Programa de Autorregularização Incentivada.

Já o parágrafo 3º indica a forma de constituição dos tributos, quer seja por meio da retificação das declarações, quer seja pelas obrigações.

A Instrução Normativa 2.138/2023, de caráter complementar à lei, conforme abordamos, dispõe as hipóteses previstas em seu artigo 3º da seguinte maneira:

I – que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e

II – constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 até 1º de abril de 2024.

§ 2º A inclusão dos tributos a que se refere o inciso II do caput na autorregularização incentivada fica condicionada à confissão da dívida pelo devedor mediante entrega ou retificação das declarações correspondentes ou, excepcionalmente, mediante cadastramento do débito apenas nas situações a que se aplica.

Os incisos I e II conferem disposições emanadas da lei, apenas incluindo os prazos práticos. Já o § 2º requer atenção especial, a instrução normativa fala em confissão da dívida mediante entrega ou retificação das declarações. Ou seja, a simples entrega, ainda que não se trate de retificação de tributo anteriormente declarado de forma equívoca, faz jus à inclusão no benefício.

Conclusão
Concluímos que o arquivo de “Perguntas e Respostas” da Receita Federal está em desconformidade com as previsões legais e carece de fundamentação. Assim, os tributos com vencimento posterior ao prazo de publicação da lei, inclusive aqueles lançados até o prazo final de adesão, podem usufruir do benefício conforme a disposição legal.

Vale ressaltar, ainda, a possiblidade de inclusão dos tributos lançados na modalidade por homologação, uma vez que, conforme a Súmula 436 do Superior Tribunal de Justiça, a constituição do crédito tributário (requisito previsto na lei e na instrução normativa) se dá pela atividade do contribuinte, e não pela homologação do Fisco.

Dessa forma, as liminares deferidas no sentido de possibilitar ao contribuinte incluir os tributos que não seriam passíveis de inclusão – conforme mencionado no arquivo de “Perguntas e Respostas” da Receita Federal – estão em conformidade com os princípios gerais do Direito e do Direito Tributário, da Lei 14.740/2023 e da legislação tributária.

Assim, caso você deseje incluir tributos com vencimento posterior a 30/11/2032 no Programa de Autorregularização Incentivada, é aconselhável procurar um profissional qualificado para a realização da medida judicial cabível que possibilite essa oportunidade e minimize os riscos.

Essas são as principais informações sobre a discussão da inclusão de tributos no novo programa de parcelamento federal. Se você quiser saber mais sobre o assunto, a equipe especializada em Consultoria Tributária da BLB está pronta para ajudar. Entre em contato conosco!

Autoria de João Gabriel Marques e revisão de Pedro Magalhães
Consultoria Tributária
BLB Auditores e Consultores

PIS e Cofins não compõem a base de cálculo do ICMS: contraposto da Tese do Século.

Tema de Repercussão Geral 69 e teses filhotes
O Supremo Tribunal Federal, no mês de março de 2017, proferiu uma decisão judicial que não só alterou substancialmente a quantificação da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que não compõem a base de cálculo do ICMS, mas também modificou de maneira ampla a compreensão da incidência de tributos sobre tributos.

Embora o ordenamento permita a incidência de tributos sobre tributos, os debates travados nos autos do Recurso Extraordinário 574.706/PR e a conclusão deliberada pelos ministros da Suprema Corte ocasionaram, como era de se esperar, os mais diversos questionamentos em relação a outros impostos e contribuições. Tais questionamentos foram denominados como “teses filhotes”.

Surgiram, por exemplo, teses filhotes, tais como: a pretensão de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins, de excluir o ICMS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), de excluir, no âmbito do lucro presumido, o ICMS da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), entre diversas outras.

Assim, seguindo a mesma linha de raciocínio, os contribuintes discutem atualmente, junto ao Superior Tribunal de Justiça, a não incidência dos valores pagos a título de PIS e de Cofins sobre o ICMS. Trata-se do tema repetitivo nº 1223 (Recursos Especiais 2091202/SP, 2091203/SP, 2091204/SP e 2091205/SP), que será abordado ao longo deste artigo por representar, notadamente, uma possibilidade legítima de redução da carga tributária decorrente do referido imposto estadual.

Tema repetitivo nº 1223 – A não incidência da base de cálculo do ICMS sobre valores pagos a título de PIS/Cofins
Conforme antecipado acima, a tese de que o ICMS não incide sobre valores pagos a título de PIS e Cofins será apreciada nos autos dos Recursos Especiais 2091202/SP, 2091203/SP, 2091204/SP e 2091205/SP. Esses, em síntese, trazem afirmações semelhantes que derivam do mesmo raciocínio aplicado pelo Supremo Tribunal Federal durante o julgamento do Recurso Extraordinário 574.706/PR.

De maneira simplificada, os contribuintes argumentam que a incidência de ICMS sobre PIS/Cofins ofende os artigos 2º e 13 da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), assim como os artigos 97 (inciso I) e 110 do Código Tributário Nacional.

A violação ao artigo 2º da Lei Complementar nº 87/1996 decorre, em tese, do fato de o ICMS incidir sobre operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços (transporte interestadual e intermunicipal e comunicação), cujo respectivo valor abrange tão somente o preço pago pela

mercadoria ou pelo serviço, no qual não estão incluídos os valores repassados à União a título de PIS e Cofins.

Como argumento central, os contribuintes invocam violação ao artigo 13 da Lei Complementar nº 87/1996, que aborda de maneira explícita e taxativa os elementos que compõem a base de cálculo do ICMS. Levando isso em consideração, este artigo menciona itens, como o próprio montante do imposto, seguros, juros, frete, etc., sem, no entanto, incluir o PIS e a Cofins entre esses elementos.

Sustenta-se também que, exceto na hipótese de importação, nunca foi a intenção do constituinte permitir que a base de cálculo do ICMS fosse composta por outros tributos. Por essa razão, foi estabelecido, no artigo 155, § 2º, inciso XI, da Constituição Federal, a exclusão do Imposto sobre Produtos Industrializados:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

[...]
II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

[...]
§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

[...]
XI – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

Com efeito, nas razões dos Recursos Especiais 2091202/SP, 2091203/SP, 2091204/SP e 2091205/SP, os contribuintes afirmam que o legislador, quando quis inserir tributos na base de cálculo do ICMS, o fez de modo expresso na Lei Complementar nº 87/1996, como ocorre quando a hipótese de incidência consiste na importação. Esse argumento soa acertado porquanto, de fato, a Lei Kandir é expressa e intencional ao enumerar diversos impostos que sofrem a incidência do ICMS quando o contribuinte importa, mas não repete a mesma dinâmica para as circulações que ocorrem apenas dentro do território nacional:

Art. 12. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

[...]
IX – do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior;

Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

[...]
V – na hipótese do inciso IX do art. 12, a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 14;

b) imposto de importação;

c) imposto sobre produtos industrializados;

d) imposto sobre operações de câmbio;

e)quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras;

Esse raciocínio foi exposto nas razões do REsp 2091205/SP (e-STJ Fl.70) da seguinte forma: "Se o legislador se preocupou em especificar a inclusão do PIS e da Cofins no ICMS-Importação, que possui regras essencialmente distintas do ICMS devido pela circulação regular de mercadorias em território nacional, não é razoável presumir a legalidade da inclusão do PIS e Cofins na base de cálculo do imposto incidente sobre as operações da RECORRIDA".

Ademais, em alguns dos recursos especiais (como o REsp 2091202/SP e o REsp 2091204/SP), os contribuintes sustentam que o Fisco Estadual estaria ofendendo o artigo 110 do Código Tributário Nacional. Isso ocorre em decorrência da tentativa de deturpar o conceito de "operação de venda" para inserir o PIS e a Cofins, sendo que, na verdade, tais contribuições não consistem em um valor que remunera o contribuinte pela comercialização ou pela prestação de serviços, mas sim em um numerário pago/arrecadado para favorecer a União.

Neste ponto, a tese sob debate bebe na fonte do Tema de Repercussão Geral nº 69, o qual é citado em todos os recursos especiais referentes ao Tema Repetitivo nº 1223. O argumento apresentado acaba por consistir, basicamente, em uma reprodução do que foi arguido pelos contribuintes nos autos do Recurso Extraordinário 574.706/PR.

Com efeito, um trecho retirado das razões do REsp 2091202/SP (e-STJ Fl.354) dispõe que "o PIS e a COFINS são importâncias transitórias na contabilidade do contribuinte, sendo verdadeiras receitas da União e, por consequência, não possuem qualquer respaldo jurídico para inclusão na base de cálculo do ICMS".

No mesmo sentido, os contribuintes alegam, no âmbito do REsp 2091203/SP (e-STJ Fl.190), que "A incidência do ICMS deve se limitar sobre o valor da operação, excluindo-se quaisquer outras importâncias que não se agreguem ao patrimônio do contribuinte, tal como ocorre com as contribuições ao PIS e à COFINS, que nada mais são que receitas públicas pertencentes à União Federal".

Tendo em vista os argumentos supramencionados, é importante ressaltar que os fundamentos invocados até aqui serão julgados em sede de recurso repetitivo. Isso significa que passarão a ter efeito vinculante, de modo que o entendimento a ser firmado pelo Superior Tribunal de Justiça deverá ser seguido por todos os Tribunais Estaduais do país.

Além disso, denota-se que alguns juízes já têm aderido à tese aqui tratada, conforme se depreende da análise dos autos dos processos números 1503207-56.2019.8.26.0554 (2ª Vara da Fazenda Pública de Santo André) e 1058524-13.2020.8.26.0053 (11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo).

Outrossim, superando consideravelmente a relevância das supracitadas decisões judiciais proferidas em primeira instância, destaca-se que a ministra Regina Helena Costa se posicionou de modo favorável à pretensão dos contribuintes nos autos do RESP 1961685/SP, o qual também trata da não incidência do ICMS sobre o PIS e a Cofins.

Nesse sentido, a referida ministra, além de acolher de forma positiva o argumento dos contribuintes de que a Lei Kandir prevê expressamente os tributos que devem compor a base de cálculo do ICMS, pautou seu entendimento na premissa de que, embora não seja vedada a incidência de tributo sobre tributo, é necessária a existência de previsão legal apta a legitimar esse fenômeno. Porém, segundo a ministra, isso não ocorre em relação ao ICMS, ao PIS e à Cofins.

Portanto, tem-se em tela uma tese com potencial de êxito em favor dos contribuintes. Assim, recomenda-se a todos aqueles que dela podem se beneficiar que busquem as cabíveis medidas contábeis e jurídicas, a fim de otimizar suas despesas com ICMS, reduzindo-as de modo legítimo.

Conclusão
Por fim, a não incidência de ICMS sobre PIS/Cofins se apresenta como uma oportunidade de considerável relevância para a redução das despesas tributárias. Diante desse cenário, é recomendável a adoção imediata das medidas judiciais cabíveis, a fim de evitar possíveis perdas decorrentes de eventual modulação de efeitos, conforme previsto § 3º do artigo 927 do Código de Processo Civil. Tal prática é costumeiramente adotada pelas Cortes Superiores, em especial em casos envolvendo valores vultosos.

O Grupo BLB conta com uma equipe especializada na identificação de oportunidades tributárias, tal como a abordada neste artigo. Entre em contato conosco e solicite uma reunião com um de nossos especialistas.
Autoria de Heitor Cardoso
Contencioso Tributário
BLB Auditores e Consultores

Revisão de Bruno Carvalho
Consultoria Tributária
BLB Auditores e Consultores

FGTS Digital: vencimento em dia não útil será antecipado para o primeiro dia útil imediatamente anterior.

Após meses de testes e implementações, o FGTS Digital começa a valer nesta sexta-feira (1º).

A Caixa Econômica Federal disponibilizou uma cartilha com as instruções e regras do novo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Digital, que começa a valer de forma obrigatória a todos os empregadores nesta sexta-feira (1º).

A Cartilha Operacional do Empregador versão 1 inclui as perguntas mais frequentes sobre o FGTS Digital, incluindo temas como quem é o responsável pela modalidade, como acessar o sistema, data de vigência e um dos pontos mais importantes esclarecidos é sobre o que acontece quando o vencimento cair em dia não útil.

A partir de agora, conforme previstos nos termos do art. 17 da Lei nº 8.036/1990 (alterada pela Lei nº 14.438/2022), os prazos de vencimento dos recolhimentos são:

▪ Recolhimento mensal: até o dia 20 do mês subsequente;

▪ Recolhimento rescisório (engloba a multa rescisória, o aviso prévio indenizado

e o mês da rescisão): até o 10º dia corrido a contar do dia imediatamente posterior ao desligamento.

O recolhimento mensal da competência fevereiro/2024 será realizado via SEFIP/CAIXA e terá vencimento até o dia 7 de março.

Já a competência março/2024 já terá o recolhimento realizado via FGTS Digital, com

vencimento em 20 de abril (neste caso, especificamente, o recolhimento deverá ocorrer em 19 de abril, visto que dia 20 é um sábado).

Assim, a Caixa esclarece que se o dia 20 cair em dia não útil, o vencimento será antecipado para o primeiro dia útil imediatamente anterior. Ou seja, a data será móvel nesses casos e antecipado. Se o dia 20 cair em um domingo, por exemplo, o acerto deverá ser feito no dia 18, sexta-feira, se for dia útil. Caso dia 18 seja feriado, deverá ser pago dia 17, e assim por diante.

Por isso, no FGTS Digital, não haverá vencimento de guia em dia não útil. Na data de vencimento do prazo ou de validade da guia, o recolhimento do FGTS deverá ser realizado até as 21h59m59s, de acordo com o horário oficial de Brasília.

Vale lembrar que outra principal mudança é que o pagamento da guia agora será apenas via PIX e poderá ocorrer em qualquer data, inclusive dia não útil. No entanto, será considerado como data de recolhimento o primeiro dia útil imediatamente posterior. Dessa forma, o empregador deverá atentar se a data e ao horário de quitação da guia, para evitar que o processamento ocorra após o vencimento, gerando encargos.

Publicado por IZABELLA MIRANDA

Impacto da violência de gênero no trabalho de mulheres será tratado em seminário no TST.

Encontro será na terça (5) e na quarta-feira (6)

29/02/24 – O Tribunal Superior do Trabalho promoverá, nos dias 5 e 6 de março (terça e quarta-feira), o Seminário Violências de Gênero e Trabalho. O objetivo é discutir as intersecções entre as violências de gênero e o trabalho, as formas em que elas ocorrem e seu impacto nas trajetórias profissionais de mulheres.

Os painéis discutirão as múltiplas violências de gênero, a violência, o assédio e a discriminação no mundo do trabalho, as desigualdades salariais e suas interseccionalidades, a violência política de gênero e os impactos da violência contra as mulheres na saúde mental.

O seminário contará com a presença de juristas e especialistas. Veja a programação completa.

AGRESSÕES
A violência de gênero pode ser definida como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em razão de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Historicamente, por conta das relações desiguais, as mulheres são as mais atingidas.

INSCRIÇÕES
O seminário será realizado no auditório Ministro Mozart Russomano, na sede do TST, e terá a transmissão ao vivo no canal do TST no YouTube. As inscrições já estão abertas. O evento, que conta com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), dará certificação para as pessoas que o acompanharem.

GENTE QUE INSPIRA
No dia 5, às 17h15, o TST vai promover a quarta edição do projeto Gente que Inspira. Serão homenageadas mulheres que integraram a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 e que contribuíram na luta contra o racismo e o sexismo, na defesa dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da educação, da cultura e da justiça social e na formulação de políticas públicas voltadas para mulheres.

Desta vez, serão quatro homenageadas:

. Lélia Gonzalez (1935-1994, em homenagem póstuma), professora, antropóloga e militante reconhecida por seu engajamento na luta contra o racismo e o sexismo.

. Lídice da Mata, ex-prefeita de Salvador, ex-governadora da Bahia, é atualmente deputada federal e reconhecida por sua trajetória dedicada à defesa dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da educação, da cultura e da justiça social.

. Jacqueline Pitanguy foi presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) de 1986 a 1989, é socióloga, militante e coordenadora executiva da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA).

. Amelinha Teles, diretora da União de Mulheres de São Paulo e coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares, também foi fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais e da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

Loja de material de construção é multada por descumprir ordem de não abrir em feriado.

Empregados de outra base territorial foram convocados para burlar determinação judicial

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a condenação da Bigolin Materiais de Construção Ltda., de Toledo (PR) ao pagamento de multa de R$ 100 mil por desrespeitar ordem judicial para não operar num feriado nacional. Para o colegiado, o valor de R$ 6.465,30 estipulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região era insignificante e não garantia a eficácia da determinação judicial.

FERIADO
O Sindicato dos Empregados no Comércio de Toledo ajuizou uma ação de obrigação de não fazer, com pedido de liminar, para que a Bigolin parasse de exigir que seus empregados trabalhassem em 7 de setembro de 2018, feriado nacional comemorativo da independência do Brasil.

LIMINAR CONCEDIDA

O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Toledo concedeu a liminar, diante da ausência de norma coletiva autorizando o trabalho no feriado, conforme exige a Lei 10.101/2000. Dessa maneira, foi determinado que a empresa se abstivesse de exigir trabalho em eventual abertura do estabelecimento comercial local na data, sob pena de multa de R$ 1 milhão.

OUTRA BASE TERRITORIAL

No entanto, a empresa optou por abrir suas portas, mas com funcionários de outra cidade, Cascavel (PR), alegando que eles estariam sob uma base territorial diferente, em que havia autorização coletiva para o funcionamento em feriado.

O juiz de primeira instância rejeitou esse argumento. Segundo ele, qualquer norma coletiva estabelecida em cidade diferente não teria validade em Toledo, pelo que aplicou multa de R$ 100 mil.

ARTIFÍCIO ILEGAL

A Bigolin recorreu da multa, sustentando que o valor era excessivo. O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região reiterou que a empresa havia usado um artifício ilegal para descumprir a ordem judicial de não funcionamento. No entanto, reduziu a multa para R$ 6.465. Para chegar a esse valor, o TRT considerou o menor piso salarial da categoria e o número de 12 empregados de Cascavel que efetivamente substituíram os de Toledo no feriado.

Desprezo pela ordem judicial

O sindicato recorreu ao TST requerendo o aumento do valor da condenação. A relatora, ministra Maria Helena Mallmann, observou que o montante de R$ 1 milhão foi insuficiente para impedir que a empresa deixasse de cumprir a determinação judicial.

De acordo com a relatora, a recusa da empresa em cumprir a ordem levanta a questão da falta de respeito deliberada à autoridade de um juiz ou tribunal, e, a seu ver, a multa de R$ 6.465 não era suficiente para garantir a efetividade e o demonstrar o caráter obrigatório da decisão. Por isso, decidiu restabelecer o valor de R$ 100 mil fixado na primeira instância.

A decisão foi unânime.

Processo: RRAg-623-88.2018.5.09.0121

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Bruno Vilar

Investindo além das fronteiras: como as novas regras tributárias impactam os contribuintes com ativos no exterior.

Investidores devem se planejar diante do novo cenário tributário

Por Rosana Villardi

Pessoas físicas residentes no Brasil que investem em ativos no exterior precisam estar atentas e agir estrategicamente diante das recentes alterações nas regras tributárias trazidas pela Lei nº 14.754/2023, em vigor desde janeiro de 2024.

As mudanças impactam diretamente a tributação de rendimentos, demandando análise criteriosa e decisões assertivas em relação à estrutura de investimentos. A consultoria especializada se torna essencial nesse novo cenário, proporcionando eficiência tributária e adaptação às novas disposições de forma alinhada aos objetivos financeiros individuais.

Incidência de IRPF nos rendimentos pessoais

Anteriormente tributados na forma do recolhimento mensal obrigatório (“carnê-leão"), os rendimentos do capital aplicado no exterior, nas modalidades de aplicações financeiras e de lucros e dividendos distribuídos por entidades controladas (offshores), agora estão sujeitos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas na Declaração de Ajuste Anual (DAA).

O contribuinte deve reportar separadamente na Declaração de Ajuste Anual (DAA) os rendimentos do capital aplicado no exterior. A alíquota foi fixada em 15%, sem aplicação de deduções na base de cálculo.

Ganhos de capital em bens no exterior

Ganhos de capital na alienação, baixa ou liquidação de bens e direitos no exterior (que não sejam aplicações financeiras) permanecem sujeitos às alíquotas progressivas (de 15%, 17,5%, 20% e 22,5%).

Variação Cambial em Depósitos e Espécie no Exterior

A lei trata ainda de questões acerca da conversão da moeda estrangeira em moeda nacional.

A variação cambial de depósitos não remunerados, em conta corrente ou cartão de débito/crédito no exterior não remunerados e mantidos em instituição financeira autorizada não sofre incidência de IRPF. Ou seja, nesses casos, o lucro com a flutuação do dólar não será tributado.

Já a variação cambial de moeda estrangeira em espécie só não é tributada até o limite de alienação de moeda equivalente a US$ 5 mil, sendo ganhos acima desse limite integralmente sujeitos à incidência do IRPF.

Entidades controladas (offshores)

Uma regra de antidiferimento foi estabelecida para tributação de entidades controladas no exterior. A partir de 2024, os lucros dessas entidades estão sujeitos a uma taxa fixa de 15%, mesmo que não sejam distribuídos.

Para lucros acumulados até 31/12/2023, a tributação ocorre no momento em que forem disponibilizados, seguindo o regime de caixa.

Há ainda a opção de declarar de forma irrevogável os ativos da entidade como próprios, permitindo a tributação somente quando rendimentos e ganhos forem efetivamente disponibilizados.

Trusts no exterior

A lei tratou também dos trusts no exterior, instrumento que até então não estava introduzido do ordenamento jurídico brasileiro.

A incidência de tributos (ITCMD) ocorrerá na distribuição de bens ou no falecimento do proprietário. Ficou estabelecida a alíquota de 15% anuais sobre os rendimentos, ainda que o dinheiro permaneça no exterior.

Os rendimentos e ganhos de capital serão tributados pelo IR na data do evento, sendo as mudanças de titularidade consideradas como doação ou herança (sujeitas ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD).

Atualização do valor dos bens e direitos no exterior

Um ponto que vale ser analisado é que a legislação permite que a pessoa física residente no Brasil opte por atualizar o valor dos bens e direitos no exterior informados na sua DAA para o valor de mercado em 31/12/2023, tributando a diferença para o custo de aquisição, pelo IRPF, à alíquota definitiva de 8%. Neste caso, o pagamento deve ser efetuado até 31/05/2024.

Suporte tributário individualizado

Em síntese, as mudanças nas regras tributárias exigem uma abordagem proativa por parte dos investidores, que devem buscar orientação especializada para tomar decisões informadas e preservar seus interesses em um ambiente tributário sempre dinâmico.

Investindo além das fronteiras: como as novas regras tributárias impactam os contribuintes com ativos no exterior - Domingues e Pinho Contadores (dpc.com.br)
Autora: Rosana Villardi, sócia na Domingues e Pinho Contadores.

Lei modifica regras de tributação sobre investimentos no exterior e fundos exclusivos no Brasil.

Mudanças impactam o Imposto de Renda incidente sobre offshores e aplicações em fundos fechados

Em 13 de dezembro, foi publicada a Lei nº 14.754/2023. Resultante da conversão do Projeto de Lei nº 4.173/2023, o regramento altera a incidência do imposto de renda (IR) sobre rendimentos de pessoas físicas com aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, trazendo também uma nova sistemática de tributação sobre fundos de investimento no Brasil.

A norma, cujos efeitos entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, afeta principalmente rendimentos com empresas offshores e com aplicações em fundos fechados. Confira a seguir as principais mudanças.

Rendimentos no exterior por pessoas físicas residentes no Brasil

Aplicações financeiras
A partir de 1º de janeiro de 2024, pessoas físicas residentes no Brasil terão seus rendimentos provenientes de investimentos no exterior sujeitos à tributação anual na Declaração de Ajuste Anual (DAA). Essa tributação abrange aplicações financeiras e lucros/dividendos de entidades controladas (empresas offshore).

Para as próximas declarações, o Imposto de Renda (IRPF) sobre os rendimentos obtidos será fixado a uma alíquota fixa de 15% (flat), sem deduções da base de cálculo, sendo permitida a compensação do imposto pago no exterior se o país em questão tiver celebrado acordo de bitributação com o Brasil. Além disso, também foi autorizada a compensação de perdas nos investimentos.

Permanecem sujeitos às atuais regras de tributação os ganhos de capital provenientes da alienação, baixa ou liquidação de bens e direitos no exterior, que não são considerados aplicações financeiras.

A lei também prevê o enquadramento de ativos virtuais e carteiras digitais como aplicações financeiras, novidade que será futuramente regulamentada pela Receita Federal.

Entidades controladas (offshores)
Ficou prevista a regra de antidiferimento para a tributação das entidades controladas no exterior. A partir de 2024, os lucros dessas entidades, apurados em 31 de dezembro de cada ano, estarão sujeitos a uma alíquota fixa de 15% (flat), mesmo que não sejam distribuídos.

Lucros acumulados até 31/12/2023 serão tributados no momento da disponibilização, seguindo o método de caixa (cash basis). Pessoas físicas ainda terão a opção de declarar irrevogavelmente os bens da entidade como sendo seus próprios. Na prática, isso permite a tributação apenas quando os rendimentos e ganhos forem efetivamente disponibilizados a elas.

Trusts no exterior
A nova lei disciplinou o trust, instituto que não era abordado pela legislação anterior. Segundo a norma, esse tipo de investimento é regulado por lei estrangeira, sendo o instituidor uma pessoa física que, por meio de escritura, destina seus bens e direitos para constituí-lo.

No trust, os bens devem ser declarados pelo titular na DAA, pelo custo de aquisição. Os rendimentos e ganhos de capital estão sujeitos ao imposto de renda de pessoa física, seguindo o princípio da "transparência tributária".

Rendimentos e ganhos de capital do trust serão tributados pelo IR na data do evento, considerando mudanças de titularidade como doação ou herança, que estarão sujeitas ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

Atualização do valor dos bens e direitos no exterior
Pessoas físicas residentes no Brasil poderão optar por atualizar o valor dos bens e direitos no exterior informados na DAA relativa ao ano-calendário de 2022, para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023. Ao escolher essa opção, deverão tributar a diferença à alíquota definitiva de 8% e efetuar o pagamento até 31/05/2024.

A isenção do imposto sobre ganho de capital (GCAP) na venda ou resgate de bens e direitos no exterior, adquiridos por não residente fiscal no Brasil, foi revogada, assim como a forma de apuração do ganho de capital de ativos em moeda estrangeira.

Fundos de investimento no Brasil

Tributação periódica (come-cotas)
A tributação dos fundos fechados (que não permitem o resgate das cotas a qualquer tempo) seguirá a sistemática periódica do “come-cotas”, antes já aplicada aos fundos abertos. Assim, a Receita Federal

cobrará sobre tais investimentos, a cada seis meses (em maio e novembro), cotas equivalentes ao IR devido, sujeitas à retenção na fonte (IRRF).

Antes, os investimentos em fundos fechados eram tributados apenas no momento do resgate. Se não houvesse resgate dos lucros, não incidiria a tributação. Agora, contudo, mesmo os investimentos não concluídos serão tributados segundo a nova sistemática.

Exceções ao come-cotas
É importante ressaltar que ficarão dispensados dessa sistemática os fundos que investirem, direta ou indiretamente, pelo menos, 95% do seu patrimônio líquido em:

- Fundo de Investimento em Participações (FIP);
- Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund- ETF), com exceção dos ETFs de Renda Fixa; e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC);
- Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro);
- Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIPs-IE) e os Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIPs-PD&I);
- Fundos de investimento de que trata a Lei nº 12.431/2011.

Tais fundos permanecerão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15%, na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

Regras transitórias

Em complemento, a Receita Federal publicou, em 15 de dezembro, a regulamentação das normas transitórias acerca da nova sistemática de tributação dos fundos de investimento.
Segundo a instrução, os rendimentos apurados até 31 de dezembro de 2023 não serão submetidos ao come-cotas, e sim à retenção na fonte (IRRF) à alíquota de 15%. O pagamento poderá ser realizado à vista até 31/05/2024 ou em 24 parcelas mensais, cada qual não inferior a 1/24 do valor do imposto apurado, com correção pela taxa Selic e juros de 1% ao mês.

Alternativamente, a pessoa física residente no país poderá optar por pagar antecipadamente o IRRF incidente sobre os rendimentos de tais aplicações, com redução da alíquota para 8%. Ressalta-se que o processo é dividido em duas etapas, a depender da data em que os rendimentos foram apurados:

Data de apuração de rendimentos	Forma de pagamento
Rendimentos apurados até 30/11/2023	4 parcelas iguais, com vencimentos em 29/12/2023, 31/01/2024, 29/02/2024 e 29/03/2024.
Rendimentos apurados de 01/12/2023 a 31/12/2023	A retenção ocorrerá no último dia útil de maio de 2024.

Fonte: dpc@dpc.com.br.

Banco cancela plano de saúde de gestante e terá de pagar R$ 20 mil de indenização.

Para a 1ª Turma, empresa retirou o direito da empregada à assistência médica necessária para acompanhar a gravidez

O Banco Losango S.A. terá de pagar R$ 20 mil de indenização a uma bancária de Feira de Santana (BA) por ter cancelado seu plano de saúde mesmo sabendo que ela estava grávida. A decisão é da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que entendeu que o banco impediu o acesso à assistência médica necessária para acompanhar a gravidez.

GRAVIDEZ
Despedida em 2/1/2012, a bancária disse na ação trabalhista que havia comunicado a gravidez à empresa logo após a confirmação. Desse modo, estaria amparada pela estabilidade, ou seja, o vínculo deveria ser mantido desde a gravidez até cinco meses após o parto. Todavia, segundo ela, a rescisão foi mantida, e o plano de saúde cancelado.

ABORTO
A bancária disse que pediu o restabelecimento do benefício, mas o banco insistiu na dispensa e a orientou a procurar o Sistema Integrado de Saúde (SUS). Em dois de fevereiro, ela passou mal e teve um sangramento. Disse que "perambulou" por diversos hospitais e só conseguiu ser atendida no dia seguinte, onde foi constatado um aborto espontâneo. Ao defender o direito à indenização, ela sustentou que a falta de atendimento médico havia contribuído para a perda da criança.

"MENTIRA"
O Losango, em defesa, disse que a bancária teria mentido nos autos e que não houve supressão do plano de saúde. Segundo o banco, a opção de procurar o SUS, e não seu médico particular da Unimed, fora escolha da própria trabalhadora, que já teria recebido a garantia de que todas as despesas seriam pagas.

DOR PSICOLÓGICA
Ao julgar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) entendeu que a suspensão do benefício em razão do fim do vínculo de emprego não caracteriza dano moral. Para o TRT, o banco não submeteu a trabalhadora a dor psicológica ou perturbação da sua dignidade moral nem contribuiu para que ela, de alguma forma, fosse humilhada.

O TRT questiona, ainda, o fato de a bancária ter recebido mais de R$ 20 mil de rescisão e não ter condições de pagar mensalidade integral do plano ou uma consulta particular para posterior reembolso. "Causa espécie a empregada demonstrar pouco trato e cuidado com sua saúde, tentando atribuir a empresa o fato de ter abortado", diz a decisão.

ACESSO VEDADO
O ministro Dezena da Silva, relator do recurso de revista da bancária, afirmou que, a partir do momento em que teve ciência da gravidez da funcionária, caberia ao banco restabelecer o contrato de trabalho com todos os seus benefícios. O cancelamento do plano, nesse contexto, impediu a trabalhadora de ter acesso à assistência médica necessária, e, nesse caso, o dano moral é presumido, ou seja, não necessita de provas.

A decisão foi unânime.

Processo: Ag-AIRR-898-42.2012.5.05.0191

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Ricardo Reis

Justiça condena por má-fé empregado que aceitou novo trabalho e processou antigo empregador alegando falta grave.

A 3ª Turma do TRT da 2ª Região elevou de 9% para 10% a multa por litigância de má-fé aplicada em 1º grau a empregado de loja de vestuário. Ele requereu a conversão do pedido de demissão para rescisão indireta por falta de recolhimento de cinco meses de FGTS. Ficou comprovado, porém, que essa ausência, em um período de 20 meses, não constitui falta grave e que o homem escolheu deixar o trabalho apenas porque aceitou oferta em outro emprego.

Em audiência, o próprio reclamante admitiu que a oportunidade de novo trabalho foi o único motivo que o levou a buscar o desligamento da firma. Após sentença contrária a ele, no recurso, o profissional modificou o pedido de rescisão indireta para dispensa sem justa causa, o que foi indeferido no 2º grau.

"O apelante, ao alterar a verdade dos fatos ocorridos, tripudia sobre o princípio da ampla defesa, o qual não pode ser visto como absoluto, mas contrabalanceado com os princípios da boa-fé e da lealdade processual", afirma a juíza-relatora do acórdão, Cynthia Gomes Rosa.

Aplicada em percentual máximo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, a multa tem por finalidade indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos, além de restituir gastos com despesas processuais e honorários advocatícios.

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região São Paulo

O ITCMD progressivo e a anterioridade na reforma tributária.

Por RODRIGO SPADA, ALAN MARTINS e DIMAS YAMADA SCARDOELLI

A Reforma Tributária foi aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2023 (Emenda Constitucional nº 132/2023) e uma das alterações que propiciou no texto da Constituição Federal de 1988 (CF) é a expressa previsão de que o imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) será progressivo.

Em linhas gerais, o aspecto quantitativo de um imposto ("valor a pagar") é resultado da multiplicação de uma base de cálculo (em R$) por uma alíquota ad valorem (um percentual – %). Um imposto é proporcional na medida em que estipula a mesma alíquota para qualquer que seja a base de cálculo, tal qual o exemplo do ITCMD paulista atualmente em vigor, cuja alíquota é de 4%, independentemente do valor venal do bem ou direito transmitido.

Por sua vez, um imposto é progressivo quando apresenta alíquotas diversas conforme ocorra a oscilação da base de cálculo. O imposto de renda da pessoa física (IRPF) é o exemplo mais clássico. Após faixa de

isenção, suas alíquotas variam de 7,5% a 27,5% (isenção, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%), variação essa que se perfaz de acordo com aumento dos patamares de bases de cálculo, ou seja, de acordo com o aumento das faixas de rendimentos dos contribuintes.

Até a promulgação da Reforma Tributária, não havia previsão no texto constitucional para a progressividade no ITCMD. Entretanto, a progressividade já era facultada pela Resolução do Senado Federal nº 09/92, respeitado um teto de 8% (alíquota máxima), com precedentes jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal considerando essa técnica de tributação constitucional. Nessa direção, merece ser destacada a tese do tema 21 de Repercussão Geral ("é constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação").

Agora, com a Reforma Tributária, está expresso na CF que o ITCMD "será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação" (CF, art. 155, § 1º, VI). Veja-se, então, que, além de estabelecer essa progressividade, a nova ordem jurídico-tributária implementada pela Reforma determina como base de cálculo o valor do quinhão ou do legado nas transmissões causa mortis, e não o valor total da herança a ser partilhada. Logo, ainda que a totalidade dos bens deixados pelo falecido seja vultosa, caso haja um grande número de herdeiros, de forma que essa divisão não implique em acréscimo patrimonial significativo para cada um, nesse caso, a alíquota não deverá ser majorada.

Essa determinação constitucional de progressividade para o ITCMD demandará a alteração, em grande parte dos Estados, das leis estaduais instituidoras desse imposto. Essas alterações normativas poderão implicar a fixação das faixas de base de cálculo pelas quais as alíquotas deverão progredir, implementando-se, assim, a tributação progressiva do imposto naqueles Estados em que o ITCMD, até então, era proporcional. Em outros casos, em que a legislação estadual já contemplava a progressividade de alíquotas em razão da simples oscilação do valor venal dos bens transmitidos causa mortis, também será necessário adequá-las ao critério estabelecido na Reforma Tributária ("em razão do quinhão, do legado ou da doação").

Partindo-se dessas premissas, uma questão que se coloca é se essas alterações das leis estaduais vigentes implicarão em necessário aumento do ITCMD devido, ao menos para alguns contribuintes.

A resposta a essa dúvida é importante, na medida em que o sistema tributário nacional tem entre os seus princípios norteadores o da anterioridade, em duas vertentes, a anual e a nonagesimal. Em outras palavras, segundo a Constituição Federal, ressalvadas algumas exceções, é vedada aos entes tributantes a cobrança de tributo "no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou" (Princípio da Anterioridade Anual) e "antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou" (Princípio da Anterioridade Nonagesimal).

O Princípio da Anterioridade tem o condão de evitar que o contribuinte seja surpreendido com o aumento de tributos, de maneira que, no exemplo do ITCMD, um eventual aumento só produzirá efeitos no ano seguinte à publicação da lei que o majorou, respeitado, ainda, um lapso temporal de, no mínimo, 90 dias dessa publicação.

Portanto, cada Estado terá que analisar a necessidade de adequação de sua lei instituidora do ITCMD para a efetivação da progressividade nos termos da Reforma Tributária. Em sendo necessária a alteração legislativa, a análise sobre os efeitos em termos de aumento de carga tributária passa a ser de rigor. E, ao se vislumbrar esse aumento em relação ao cenário pré-Reforma, mesmo que apenas para uma parcela do universo de contribuintes, o Princípio da Anterioridade (nas duas vertentes, anual e nonagesimal) deverá ser respeitado.

Nesse ponto, adquire extrema relevância a atuação das Administrações Tributárias estaduais, no papel de subsidiar o Poder Legislativo sobre os efeitos da implantação ou da adequação da progressividade no ITCMD. Cumpre a elas contribuírem para que seja efetivada a justiça tributária que se busca com a Reforma. Mais do que isso, propiciar o respeito a todas as limitações constitucionais ao poder de tributar, dentre elas o Princípio da Anterioridade, de modo a se garantir uma arrecadação segura e a redução da litigiosidade, mediante a atenuação dos riscos de questionamentos judiciais.

RODRIGO SPADA – Presidente da Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais). Eleito presidente da Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo) para o triênio 2024-2026

ALAN MARTINS – Auditor Fiscal da Receita Estadual/SP e Diretor de Gestão de Conhecimento da AFRESP

DIMAS YAMADA SCARDOELLI – Auditor Fiscal da Receita Estadual/SP e Doutorando em Direito pela UNESP

Ministério do Trabalho e Emprego prorroga Portaria nº 3.665 sobre funcionamento do comércio aos feriados.

Mesa Nacional de Negociação tripartite tem 90 dias para dialogar e chegar a um acordo de como a determinação da Lei vai ocorrer

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou na terça-feira (27) que a Portaria que trata sobre trabalho do comércio aos feriados será prorrogada por 90 dias. Diante disso, a Portaria que entraria em vigor em 1º de março de 2024 está suspensa.

A decisão foi tomada durante reunião que contou com a presença do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, representantes sindicais e das frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo, para tratar a respeito da Portaria nº 3.665.

Agora a Mesa Nacional de Negociação tripartite tem 90 dias para dialogar e chegar a um acordo de como a determinação da Lei vai ocorrer. “Nós temos certeza de que as partes chegarão a um texto que contemplará o funcionamento do nosso comércio na sua plenitude, respeitando sempre o direito às negociações, o direito dos empregados e protegendo cada trabalhador”, destacou Luiz Marinho.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Randolfe: projeto de lei sobre reoneração da folha deve chegar esta semana.

https://portalcontabilsc.com.br/wp-content/uploads/2024/02/imagem_RANDmateria.jpeg

Foi publicada nesta quarta-feira (28) a Medida Provisória (MP) 1.208/2024 que revoga, em parte, a reoneração da folha de pagamento. O fim gradual da desoneração da folha, atualmente válida para 17 setores da economia, estava previsto na MP 1.202/2023, editada em dezembro. De acordo com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), um projeto de lei deve ser enviado ainda nesta semana para tratar da reoneração.

— O tema da desoneração/reoneração chegará ao Congresso Nacional por força de projeto de lei, não mais por medida provisória. O projeto de lei não cumpre efeitos a partir de sua edição, tem o tempo necessário para debater os termos do projeto, que deverão ser ipsis litteris os termos que estão na MP. Por óbvio, a posição é diferente no Congresso, então vamos para o debate — informou o líder.

A revogação de dispositivos da MP anterior e o envio de um projeto de lei fazem parte de um acordo firmado entre o governo e lideranças do Congresso na última semana para evitar que a reoneração da folha de pagamento fosse rejeitada e, com isso, outras medidas trazidas no texto fossem perdidas. A MP 1.202 era considerada pelo governo como fundamental para o equilíbrio das contas públicas.

Editada no fim do ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a MP restringe os efeitos da Lei 14.784, de 2023, que prorrogou até o final de 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O projeto que deu origem à lei havia sido aprovado pelo Congresso e vetado pelo governo, para depois ser retomado pelo Congresso com a derrubada do veto presidencial. A edição da MP gerou reação dos parlamentares, que passaram a negociar com o governo uma solução.

— O governo está numa queda de braço danada, querendo arrecadar um pouco mais e “desmamando” essas empresas que têm incentivo para continuar gerando emprego, para continuar gerando oportunidade, o que para o Brasil é extremamente importante — disse o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA).

Pontos
A MP 1208 publicada nesta quarta-feira não revoga totalmente a antiga MP 1202, que trata também de outros temas, como incentivos tributários para o setor de eventos. Os pontos revogados são apenas os relativos ao fim gradual da desoneração da folha de pagamento.

Atualmente, o benefício da desoneração da folha permite que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Os trechos revogados pela nova medida estabeleciam que, a partir de abril, a alíquota menor de imposto valeria apenas para um salário mínimo por trabalhador. A remuneração que ultrapassasse esse valor teria a tributação normal (de até 20%). O texto também determinava a redução gradual do benefício até 2027.

Permanecem válidos na MP 1202 os pontos que tratam da extinção, até 2025, dos benefícios tributários concedidos às empresas de promoção de eventos incluídas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). No Congresso, vários parlamentares reivindicam a manutenção desses benefícios, mas o governo argumenta que o Perse tem um impacto grande na saúde das contas públicas, junto com outros trechos que tratam da compensação tributária para empresas.

— Estamos falando de um conjunto que, juntando os temas do Perse e da compensação tributária, representa algo em torno de 50 a 60 bilhões [de reais]. No momento em que nós temos que equilibrar as contas do país neste semestre, para termos um ano tão virtuoso quanto foi o ano passado, essa MP é de caráter fundamental — disse Randolfe na última semana, após reunião do governo com lideranças do Congresso.

Fonte: Agência Senado

Nova versão do Programa Gerador da DCTF já está disponível para download no site da Receita.

https://portalcontabilsc.com.br/wp-content/uploads/2024/02/1d5c444d-3c1a-4373-bf8d-6972ce0a1aa1.jpeg

A nova versão permite o preenchimento das DCTF referentes ao ano de 2024

No dia 26 de fevereiro de 2024, a Receita Federal disponibilizou a versão 3.7 do Programa Gerador da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (PGD DCTF) para download. Esta versão traz uma série de aprimoramentos e novidades que visam simplificar o processo de preenchimento e entrega da DCTF, tanto para empresas em atividade quanto para aquelas em processo de encerramento ou reestruturação.

O PDG DCTF 3.7 deve ser utilizado para o preenchimento mensal da DCTF, original ou retificadora, inclusive da declaração a que estão obrigadas as pessoas jurídicas em situação de extinção, incorporação, fusão ou cisão, total ou parcial, relativa aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de agosto de 2014.

Principais Novidades da Versão 3.7 do PGD DCTF:

Permite o preenchimento das declarações referentes ao ano de 2024;
Desabilita a ficha CSRF (CSLL/COFINS/PIS/PASEP Retidas na Fonte) a partir de janeiro de 2024, mês em que as contribuições sociais retidas na fonte pelas pessoas jurídicas de direito privado (art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003) passaram a ser informadas na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);
Permite informar um CNPJ da incorporação filial do CNPJ declarante quando o débito do Regime Especial de Tributação/Pagamento Unificado de Tributos (RET) for de Sociedade em Conta de Participação (SCP); e
Atualização da tabela de códigos de receitas, facilitando a seleção e classificação dos tributos.
Antes de instalar o novo programa, recomenda-se gravar as DCTF elaboradas nas versões anteriores, a fim de que elas possam ser importadas caso desejado. As declarações elaboradas na versão 3.6 do PGD DCTF Mensal podem ser recuperadas mediante a utilização da função “Importar” do menu “Declaração”.

É importante observar que a transmissão de DCTF preenchidas na versão 3.7 do PGD será liberada a partir do dia 29 de fevereiro de 2024.

Acesse a página oficial da Receita Federal para fazer o download do PGD DCTF clicando aqui.

Fonte: Receita Federal

Simplificação, desburocratização e uniformização societária – Instrução Normativa DREI nº 1/2024.

No dia 26/01/2023 o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, anunciou alterações nas instruções preexistentes DREI nº 81 e nº 77 de 2020.

A IN DREI nº 1 de 2024, publicada no DOU de 26/01/2024 trata das regras de registro empresarial e integração.

De acordo com Nota Técnica do DREI estas mudanças tem por finalidade precípua contribuir com as Juntas Comerciais, profissionais que lidam com a legalização de pessoas jurídicas, empresários e sociedade civil, de modo a orientar as atividades e ações que são desempenhadas no intuito de possibilitarem o desenvolvimento e consequente crescimento, mediante o uso de políticas públicas e orientações jurídicas necessárias ao encaminhamento das atividades que são realizadas para o desenvolvimento econômico do País, contribuindo sobremaneira com a solidez da atividade empresarial e, consequentemente, com a geração de emprego e renda.

O DREI buscou normatizar, com mais clareza e eficiência, a simplificação do processo de registro e legalização de pessoas jurídicas, concedendo aos empresários, profissionais que lidam no dia a dia com o processo de registro público de empresas e legalização de pessoas jurídicas e cidadãos em geral, ferramentas normativas eficazes que tratem da tramitação dos processos.

Desta forma as alterações e atualizações nas INs do DREI nºs. 81 e 77, de 2020, tem o objetivo de desburocratizar, simplificar e uniformizar processos de registro e legalização de pessoas jurídicas, de modo a atender as exigências contidas na Lei da Redesim (Lei nº 11.598/2007), e aos princípios importantes para o encaminhamento de medidas necessárias ao desenvolvimento econômico.

Pontos Positivos:
a) uniformização e simplificação dos procedimentos de arquivamento e autenticação de atos de registro de empresários e de pessoas jurídicas no âmbito das Juntas Comerciais.

b) introdução da inteligência artificial nas Juntas Comerciais com o objetivo de otimizar a análise do cumprimento de formalidades legais nos documentos apresentados para registro, assim como a possibilidade de utilização de assinaturas eletrônicas distintas da assinatura qualificada.

c) Norma traz importantes inovações para as diretrizes gerais do registro público de empresas no Brasil;

d) Preenchidas lacunas e interpretações sobre texto legal que causavam exigências indevidas, atrasos nos registros públicos e prejuízos efetivos para as empresas;

e) Representa a uniformização de temas sensíveis e importantes para o empresário, com possibilidade de facilitar, simplificar, otimizar e impulsionar de maneira significativa o ambiente de negócios no Brasil.

f) Impacto no encaminhamento de políticas públicas ligadas ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico e demais áreas, a partir da adoção de normas que conduzam para um processo menos burocrático, mais célere e seguro, do ponto de vista do cumprimento das formalidades legais.

Temas normatizados

1. DOS ATOS SUJEITOS À APROVAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS PARA FUNCIONAMENTO

A norma regulamentadora é cristalina quanto à desnecessidade de autorização prévia, uma vez que não compete ao Órgão de Registro formular exigência em tal sentido.

Entretanto, no exercício do poder de autotutela e obedecendo-se às normas legais não podem os órgãos quedarem-se inertes em eventual pedido de providência quanto à verificação de regularidade do ato no que pertine à legalização e cumprimento de disposições que se relacionam ao exercício da atividade empresarial.

Desta forma, a redação foi aprimorada deixando expresso que para o arquivamento do ato de registro de pessoas jurídicas não se faz necessária a autorização prévia.

2. DOS ARQUIVAMENTOS DE ATOS COM ALTERAÇÕES MERAMENTE CADASTRAIS

Houve uma simplificação do ato atinente à alteração de dados meramente cadastrais, pois estes não carecem de análise profunda acerca de matérias relativas ao direito societário e empresarial, razão pela qual se lhe aplicam disposições que se relacionam a tramitação com fluxos mais simples, mantendo-se disposições acerca da viabilidade, DBE e ficha de cadastro, a depender do dado alterado.

3. DO ARQUIVAMENTO DO BALANÇO NOS ASSENTAMENTOS DA EMPRESA

Ficou estabelecida, expressamente na norma, a faculdade do empresário e da sociedade empresária acerca do arquivamento do balanço como documento de interesse, nos termos do artigo 32, II, m do Decreto 1.800/96.

Desta forma, o balanço contábil com registro de movimentações diárias das sociedades empresárias e empresários não constitui documento de registro e arquivamento obrigatório.

Também ficou esclarecido que não cabe à Junta Comercial examinar o conteúdo do balanço, bem como aferir a sua regularidade, pois o órgão de Registro Público de Empresas deve apenas verificar as formalidades extrínsecas ao pedido de registro.

Também, há disposição expressa acerca da rerratificação de vícios sanáveis decorrentes de erros materiais e/ou procedimentais que possam ser retificados ou convalidados, desde que não firam a essência do documento, não acarretem lesão ao interesse público, prejuízo a terceiros ou insegurança quanto às informações prestadas pelas Juntas Comerciais. Nesse sentido, traz um rol expresso sobre os vícios sanáveis.

4. DO ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS BICOLUNADOS

Desnecessidade de tradução juramentada, na hipótese de o documento apresentado a registro e arquivamento estar redigido no vernáculo. No mesmo sentido, o documento apresentado no formato bi colunado, assim entendido como aquele que de um lado está redigido no vernáculo e do outro lado em outro idioma, por não existir norma legal expressa acerca de tal exigência.

Portanto, os documentos redigidos no vernáculo e acompanhados de tradução livre para a língua estrangeira não são passíveis de tradução por tradutor público juramentado, uma vez que já estão, originariamente, redigidos no vernáculo, não havendo a falar em exigência de tradução juramentada, razão pela qual poderão ser aceitos, no formato ora delineado, qual seja: bi colunados.

Somente ficar atento à necessidade de serem os carimbos e selos, de autoridades consulares ou resultantes do processo de apostilamento, redigidos em idioma estrangeiro, devidamente traduzidos por tradutor público juramentado, matriculado em Junta Comercial.

Exigir forma não prescrita em lei para regular atos pactuados entre as partes, os quais estão instrumentalizados em documento bi colunado, originalmente, redigido no vernáculo é introduzir limites aos negócios jurídicos, podendo, inclusive, gerar possibilidade de interpretação abusiva ao poder regulatório, bem assim ferir a presunção de boa-fé que rege os negócios jurídicos.

5. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE IDENTIDADE ENTRE NOMES EMPRESARIAIS

Possibilidade de adoção de medidas que auxiliam na análise dos critérios de identidade entre nomes empresariais, inclusive mediante a parametrização de sistemas, a fim de que realizem de forma automatizada, por ações relativas à inteligência artificial, a análise da identidade dos nomes empresariais.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA PARA O REGISTRO DE ATOS APRESENTADOS A REGISTRO

Estamos diante de um tema demasiadamente importante para o encaminhamento dos atos submetidos às Juntas Comerciais, qual seja: a utilização de assinaturas eletrônicas, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

O documento assinado de forma eletrônica deve garantir a comprovação da autoria e da integridade do documento, ou seja, deve ser possível identificar o signatário, bem como que o documento não sofreu alteração posterior.

Traz maior detalhamento sobre o tema com o objetivo de simplificar o arquivamento e autenticação dos atos de registro no âmbito das Juntas Comerciais, recomendado a uniformização entre as mesmas e a aceitação de assinatura eletrônica avançada (inclusive mediante a disponível no portal gov.br) ou qualificada.

No caso de arquivamento de documento produzido em meio físico que necessita ser registrado de forma digital na Junta Comercial, foi facultado que os mesmos possam ser acompanhados de declaração de veracidade pelo requerente, uma vez que nem sempre é o sócio ou administrador que realiza o protocolo.

Nesta hipótese o requerente estará apenas informando que aquele documento digitalizado corresponde ao documento original.

7. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS (TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO E FUSÃO)

Restou consignado que se o interessado optar pela contratação de uma empresa especializada em substituição à nomeação direta de peritos caberá à empresa especializada contratada a seleção e indicação do perito, o qual deve subscrever todos os laudos e documentos pertinentes, ou seja, pode ser um único perito.

Quanto à transformação, restou aprovado o modelo de transformação automática do empresário individual, ainda que enquadrado como MEI, em sociedade limitada; a possibilidade de alterações serem elencadas diretamente no novo ato constitutivo desde que mencionados todos os eventos na respectiva ficha de cadastro, exceto quando se tratar de transferência de sede para outra unidade da Federação, que deverá estar expressa dentre as deliberações de alteração; a formalização da transformação poder ser realizada por meio de ata de reunião ou assembleia ou, ainda, em alteração contratual.

Em relação as matérias de incorporação e fusão, não há alteração significativa quanto ao mérito, mas apenas um detalhamento melhor do assunto, com maior clareza em relação aos documentos que devem ser apresentados quando a operação envolver exclusivamente sociedades contratuais ou quando envolver sociedade anônima.

Foi inserido no texto da instrução normativa que o ato arquivado nos assentamentos da incorporadora ou nos dá incorporada gerará a extinção desta, conforme previsão do art. 1.118 e art. 1.119 do Código Civil e § 3º art. 227 e art. 228 da Lei nº 6.404, de 1976, não tendo que se falar em obrigatoriedade de apresentação de alteração contratual, distrato ou outro documento.

8. PROCEDIMENTO DE RERRATIFICAÇÃO DE ATOS DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE E CONVERSÃO

Foi incluído texto na norma que possibilite a alteração do endereço pretendido ou sua retificação, bem assim a modificação do nome empresarial, no caso de colidência, por ato concomitante, ao pedido de arquivamento de instrumento de transferência de sede para a Junta Comercial de destino, minimizando, assim, os entraves enfrentados na análise dos atos perante o órgão de registro, tudo porque o ato eivado de alguma mácula registrado na Junta Comercial de origem, muitas vezes, não era aceito pela Junta Comercial de destino, ocasionando um problema quanto à regular situação registral da empresa.

9. REUNIÕES OU ASSEMBLEIAS SEMIPRESENCIAIS OU DIGITAIS

Diante de sugestões e discussões acerca da norma que se encontrava vigente, o DREI decidiu rever o posicionamento anterior e revogar as disposições referentes às reuniões e assembleias digitais, pois, embora possível juridicamente realização de assembleia/reunião de sócios de forma virtual, entende-se que a realização de forma virtual não é obrigatória.

Trata-se de assunto de deliberação “interna corporis” cabendo aos sócios decidirem a respeito da conveniência acerca do formato a ser adotado: presencial, virtual ou híbrido.

10. REPRESENTAÇÃO DO SÓCIO MENOR, EXCEPCIONALIDADE

A representação ou assistência compete a ambos os pais, nos termos do art. 1.690 do Código Civil.

Esta também a posição da Corte Superior. Entretanto, após estudo acerca do tema, foi inserida disposição excepcional nos manuais de registro, uma vez que no caso de representação de sócio menor e na falta de um dos pais, poderá o menor ser representado pelo outro.

Caso ambos os pais estejam vivos e exerçam o poder familiar, de fato, não se pode suprir a concordância do outro pai sem a intervenção judicial, pois, como dito, o poder familiar é exercido em conjunto e sempre no melhor interesse do menor.

11. SOCIEDADE DE PRÓPOSITO ESPECÍFICO FORMADA POR MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL.

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional podem constituir, exclusivamente, sociedade limitada de propósito específico, para que sejam realizados negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, sem que haja impacto nos benefícios do Simples Nacional, previstos nos arts. 3º, § 4º e 12 da LC 123. 54.

Dessa feita, foi incluído referido tipo societário, a fim de atender ao quanto disposto na LC n. 123, inclusive com disposições específicas referentes ao ato societário. Resumidamente, para fins de registro, além das especificidades aplicáveis às SPE, deverão ser observadas as demais regras aplicáveis à sociedade limitada, mantendo-se o rito de análise na Junta Comercial para fins de registro.

12. ALTERAÇÕES NO MANUAL DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS

12.1. PUBLICAÇÕES DAS COMPANHIAS ABERTAS DE MENOR PORTE

No que tange ao tema, a norma recebeu aprimoramento de redação e prevê regramento acerca das disposições contidas no inciso IV do art. 294-A e art. 294-B,caput e § 2º, II, da Lei nº 6.404, de 1976, e na Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022, acerca da publicação das companhias abertas de menor porte, que passaram a poder realizar as publicações ordenadas na Lei nº 6.404, de 1976, ou previstas na regulamentação editada pela CVM por meio dos sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net, conforme o caso.

As companhias abertas que tenham auferido receita bruta anual inferior a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), verificada com base nas demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social, as publicações são realizadas, apenas, de forma eletrônica por meio dos sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net.

12.2. NECESSIDADE DE PUBLICAÇÕES

Ainda sobre publicações, foi inserida disposição com o objeto de reforçar a necessidade da publicação e arquivamento dos atos de sociedade anônima, quando exigidos por lei:

De acordo com o § 5º do art. 289 da Lei nº 6.404, de 1976, todas as publicações ordenadas na lei, deverão ser arquivadas na junta comercial.

Assim, quando a companhia adotar as publicações na forma do art. 289, deve, ainda, realizar o arquivamento das publicações dos atos societários exigidos pela legislação na Junta Comercial.

Para fins de arquivamento deve ser utilizado o ato e evento “arquivamento de publicações de atos de sociedade”, podendo sob o mesmo processo ser arquivado mais de uma publicação, desde que se trate de publicações referentes a uma mesma assembleia ou de uma mesma operação societária.

12.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Outra alteração diz respeito à previsão a seguir: “O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores.

Diante disso, para fins cadastrais nos órgãos de registro e de legalização competentes, basta ser informado no cadastro da sociedade anônima a diretoria, sendo facultativo a informação do conselho de administração”.

13. ALTERAÇÕES NO MANUAL DE REGISTRO DE COOPERATIVA

A publicação do edital de convocação da assembleia geral pode ser realizada por meio de jornal em papel ou jornal digital, pois a Lei nº 5.764, de 1971, e a Lei nº 12.690, de 2012, não especificam,

restritiva e expressamente, o formato de jornal físico, razão pela qual foi inserida tal possibilidade no respectivo Manual.

Dessa forma, no exame das formalidades legais as Juntas Comerciais devem se atentar para as regras específicas de convocação para assembleia geral das cooperativas de crédito e não realizarem exigência que contrarie as disposições do art. 17-B da LC 130/2009.

Ou seja, os editais de publicação podem ser publicados no próprio site da cooperativa ou em qualquer site que permita o acesso público, irrestrito e ilimitado ao conteúdo do edital por qualquer interessado.

Atentando-se aos itens que devem constar do edital de convocação: I – os assuntos que serão objeto de deliberação; II – a forma como será realizada a assembleia geral; III – o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação do associado, no caso de realização de assembleia a distância ou presencial e a distância simultaneamente; e IV – os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos.

A IN DREI 1/2024 entrou em vigência a partir da sua publicação em 26/01/2024, e deve ser observada por todos os órgãos de registro e legalização de pessoas jurídicas.

De acordo com o DREI a presente norma tem como principal escopo a garantia de que o Registro Público de Empresas é regido por normas de simplificação e desburocra3zação, as quais estão coadunadas com os princípios que constam da Lei da REDESIM e disposições contidas na Lei da Liberdade Econômica, de modo a alcançar melhores resultados no ambiente de negócios e adoção de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento econômico e crescimento, com geração de emprego e renda.

https://sindilojas-sp.org.br/simplificacao-desburocratizacao-e-uniformizacao-societaria-instrucao-normativa-drei-no-1-2024/?utm_term=Simplificacao%2C%2Bdesburocratizacao%2Be%2Buniformizacao%2Bsocietaria%2Ba%3F%3F%3F%3F%2BInstrucao%2BNormativa%2BDREI%2Bn%3F%3F%3F%3F%2B1%2F2024%2B-%2BER%2BJUCESP%2BSindilojas-SP&utm_campaign=Simplificacao%2C%2Bdesburocratizacao%2Be%2Buniformizacao%2Bsocietaria%2Ba%3F%3F%3F%3F%2BInstrucao%2BNormativa%2BDREI%2Bn%3F%3F%3F%3F%2B1%2F2024%2B-%2BER%2BJUCESP%2BSindilojas-SP&utm_source=e-goi&utm_medium=email&eg_sub=22800bcee1&eg_cam=7c2ae6ac1cb4c68b956ee7e014fccd56&eg_list=589

Mantido desconto de contribuição confederativa de trabalhadora rural.

Para a 3ª Turma, a cobrança é constitucional

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu sentença que autorizou a Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., em Tapejara (PR), a cobrar de uma trabalhadora rural a contribuição confederativa instituída em norma coletiva. Segundo a decisão, a cobrança é constitucional, mesmo que a trabalhadora não seja filiada à sindicato da categoria.

Os valores arrecadados com a contribuição confederativa destinam-se à manutenção dos serviços prestados pela entidade aos trabalhadores.

DESCONTOS
Em abril de 2018, a trabalhadora ajuizou ação trabalhista pedindo a restituição dos descontos, alegando que autorizara a medida por medo de ser penalizada. Também, segundo ela, o desconto só pode ser efetuado de empregados sindicalizados, situação que não foi comprovada.

SEM PROVA
O juízo de primeiro grau manteve o desconto, em razão da sua previsão no acordo coletivo de trabalho e da assinatura da trabalhadora na declaração que o autorizava. Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) determinou a restituição dos valores, uma vez que não havia prova de que ela fosse sindicalizada.

STF
Prevaleceu, no julgamento do recurso da usina, a tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que é constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais para todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição (Tema 935 de repercussão geral).

O relator, ministro José Roberto Pimenta, observou que, além da previsão de desconto nos instrumentos coletivos, a falta de uma declaração da trabalhadora em sentido contrário não permite concluir que ela fosse contrária à cobrança.

A decisão foi unânime.

Processo: RRAg-287-54.2018.5.09.0325

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Ricardo Reis

Lula revoga reoneração de 17 setores da economia.

https://portalcontabilsc.com.br/wp-content/uploads/2024/02/construcao_civil_obras_canteiro_de_obras_construcao_trabalhadores190220142530_0.jpg

Decisão é fruto de acordo com o Congresso; governo apresentará projeto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (27) a exclusão da reoneração gradual de impostos para 17 setores econômicos que constava na Medida Provisória (MP) 1202, editada no final do ano passado. Com isso, esses setores ficam isentos do pagamento de impostos, por enquanto, até que o assunto seja resolvido por meio da tramitação de um projeto de lei de urgência, que ainda será enviado pelo governo federal.https://agenciabrasil.ebc.com.br/ebc.png?id=1583253&o=nodehttps://agenciabrasil.ebc.com.br/ebc.gif?id=1583253&o=node

A decisão de Lula já era aguardada e foi fruto de um acordo feito com lideranças do Congresso Nacional, fechado ainda na semana passada. O anúncio da revogação foi feito pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Segundo ele, o texto já foi despachado pelo presidente e estará publicado na edição de quarta-feira (28) do Diário Oficial da União (DOU).

A prorrogação da isenção de impostos foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2023, por mais quatro anos, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a medida.

Em seguida, o Congresso derrubou o veto presidencial. Mesmo assim, uma nova MP foi editada pelo presidente, já em dezembro, reonerando os mesmos setores, mas de forma gradual até 2027, e incluindo outras medidas para melhorar a arrecadação, como a revogação dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação no percentual para compensação tributária por decisões judiciais passadas. A revogação do Perse e a compensação por decisões judiciais seguem na MP, mantendo-se em vigor até que o Congresso aprove ou não a medida.

“Hoje [27], assinado pelo presidente Lula, vai estar publicado amanhã [28], o caminho para a continuidade dessa negociação. A retirada, da Medida Provisória, do ponto específico sobre reoneração dos setores econômicos. Isso vai para um projeto de lei em regime de urgência. Vai permitir que a gente possa continuar tratando, no âmbito da MP, os pontos relacionados ao Perse, programa criado na época da pandemia, que já acabou, para os setores eventos, que começa a gerar um impacto muito grande na saúde das contas públicas. E também o tema da compensação tributária, que continua”, afirmou Padilha em vídeo postado nas redes sociais.

Diferentemente da MP, que tem efeito imediato e, por isso, a cobrança dos tributos sobre a folha já retornaria em abril, o projeto de lei, mesmo com urgência, precisa de aprovação prévia e sanção presidencial para começar a valer, e o prazo para isso é incerto.

A edição de uma reoneração gradual dos mesmos setores que haviam tido o benefício prorrogado pelo Congresso gerou um conflito entre legisladores e o governo federal.

Parlamentares de oposição exigiam que o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolvesse a MP 1202/2023 sem nem analisá-la, por entender que o Congresso já havia decidido sobre o tema. No entanto, durante as negociações que se arrastaram ao longo das últimas semanas, o próprio governo recuou prometendo retirar os trechos que causavam o impasse.

Um outro ponto que constava na MP era a reoneração da folha de pagamento de municípios com menos de 156 mil habitantes, que também foi revogada por Lula no texto que será publicado no DOU. Neste caso, o governo não informou quando e se enviará um projeto de lei para retomar a cobrança tributária.

Na semana passada, associações e sindicatos patronais que representam os 17 setores econômicos afetados pela MP que reonerou a folha de pagamento de funcionários lançaram um manifesto em defesa do benefício tributário, aumentando a pressão sobre o governo.

Esses 17 setores, que agora voltam a ser beneficiados com isenção de impostos, são: confecção e vestuário; calçados; construção civil; call center; comunicação; empresas de construção e obras de infraestrutura; couro; fabricação de veículos e carroçarias; máquinas e equipamentos; proteína animal; têxtil; tecnologia da informação (TI); tecnologia de comunicação (TIC); projeto de circuitos integrados; transporte metro ferroviário de passageiros; transporte rodoviário coletivo; e transporte rodoviário de cargas.

Fonte: Agência Brasil

Especialistas alertam para avanço dos planos “falsos coletivos” e questionam regulação por parte da ANS.

As operadoras de planos de saúde estão reduzindo a oferta de planos individuais e familiares e, paralelamente, ampliando a venda de planos coletivos, cujo reajuste não é controlado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), afirmam especialistas. Segundo advogados ouvidos pelo InfoMoney, a situação é uma “bomba relógio”.

De um lado, estão os consumidores que buscaram abrigo nos planos chamados de “falsos coletivos”, voltados para profissionais liberais e microempreendedores individuais (MEIs). Muitos desses segurados, no entanto, estão precisando recorrer à Justiça para garantir o benefício. No meio da disputa, especialistas dizem que a ANS está paralisada.

A agência reguladora deveria exigir que as empresas tenham cotas de planos individuais, diz Columbano Feijó, advogado especializado em direito da saúde suplementar e sócio da Falcon, Gail, Feijó & Sluiuzas Advocacia. “Está sendo omissa nesse ponto. O mercado precisa ser sustentável não só para os planos, mas também para os consumidores”.

Nos últimos cinco anos, de acordo com dados do site da ANS, o crescimento do volume de planos de saúde foi impulsionado por:

· planos coletivos empresariais (4,6% ao ano, em média) e por adesão (3,7% ao ano);

· planos com fator moderador (com coparticipação, franquia ou ambos), na ordem de 4,3%;

· e planos que oferecem cobertura com abrangência municipal (4,6% ao ano) ou em um grupo de municípios (3,2%).

Já nos planos de contratação individual o que houve foi uma queda significativa. O recuo foi de -18,7% em 2023 e de -5,5% ao ano, em média, nos últimos cinco anos. Apesar da entrada no mercado de operadoras que buscam, especificamente, o mercado individual, a ausência das seguradoras e de medicinas de grupo continua a impactar essa carteira.

Planos “falsos coletivos”
O advogado alerta que os planos “falsos coletivos”, que muitas vezes abrigam famílias de profissionais liberais, ainda têm a desvantagem de não poderem ser compensados no Imposto de Renda da Pessoa Física, uma vez que o contrato é feito na Pessoa Jurídica.

“O mercado caminha para o fim do plano individual, porque ele não é mais comercialmente atrativo para as operadoras. Para o consumidor, muitas vezes só resta a Justiça, mas muitos nem sabem o direito que têm quando o plano cancela o contrato unilateralmente”, afirma Feijó. “É uma bomba relógio. Não dá para abandonar o usuário”.

Procurada, a ANS não respondeu à reportagem. Em seu site, a agência informa que o usuário pode avaliar as operadoras e tipos de contratação de planos que tiveram maior ou menor reajuste desde 2014. O Painel de Reajustes de Planos Coletivos mostra as revisões de preços são uma composição entre custos assistenciais (que subiram em função dos preços dos procedimentos), a incorporação de novas tecnologias ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e o aumento do uso e da sinistralidade, entre outros.

O reajuste médio aplicado aos contratos coletivos de assistência médico-hospitalar foi de 14,38% de janeiro a novembro de 2023, ou 2,8 pontos percentuais acima do observado nos 12 meses de 2022, segundo a ANS.

Os contratos com menos de 30 vidas já representaram 24% do total de beneficiários nos contratos coletivos – e neles, o reajuste foi de 17,85%. É um percentual acima do observado nos contratos com 30 vidas ou mais (13,21%). Os contratos com até cinco vidas ampliaram sua participação de 5% em 2014 para 15% em 2023.

Para Henderson Fürst, advogado especialista em saúde do escritório CGV Advogados, a situação não é mais sustentável. “A ANS está passando ao largo, mas quem não é atendido pelo plano acaba no SUS, que vai ficando cada vez mais sobrecarregado e já não consegue mais atender. É ruim para todos”, diz.

Quais os direitos de quem tem plano de saúde?
Mas há direitos que os consumidores precisam saber que têm, tanto por parte da ANS como os garantidos pela Justiça, segundo o advogado. “Embora a regulação seja menor, ainda existem direitos que precisam ser observados e sempre é possível recorrer ao Judiciário, que tem sido sensível à situação”, diz Fürst, ressaltando os cancelamentos unilaterais, que só são resolvidos na Justiça.

Como a judicialização acaba sendo o caminho mais natural para o consumidor, órgãos de defesa como o Idec reivindicam que a ANS equipare os planos coletivos contratados por MEIs aos planos individuais, inclusive com limitação de reajuste, além de obrigar as operadoras a voltarem a vender planos para o consumidor final.

De acordo com estudo do Idec, enquanto as mensalidades dos planos individuais cresceram 35,41% nos últimos cinco anos, as parcelas dos coletivos apresentaram valores bem maiores:

- os planos empresariais com 30 vidas ou mais, aumentaram 58,94%;
- os coletivos por adesão com 30 vidas ou mais subiram 67,68%;
- os coletivos por adesão com até 29 vidas, 74,33%;
- e os empresariais com até 29 vidas, 82,36%.

InfoMoney - Anna França

Nova ferramenta disponível na SEFAZ-SP

Prezado(a) contribuinte,

Temos uma ótima notícia! Agora você pode pagar o IPVA, licenciamento, transferências e multas de seu veículo de forma mais rápida e sem burocracia. Use o Pix diretamente no portal da SEFAZ-SP.

Para aproveitar essa facilidade, acesse o Portal da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

COMO ACESSAR:

Pesquise em seu site de busca preferido por "secretaria da fazenda de são paulo". Verifique se o portal possui o domínio “. sp.gov.br".
Ao acessar o Portal, vá em "Carta de Serviços" e lá você encontrará todos os serviços disponíveis sob o título "IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores".
Dentre estes serviços você encontrará a "Pagamento de IPVA via Pix".
Efetue o login e selecione o serviço desejado.
Para consultar débitos pendentes, preencha os campos com as informações necessárias (Renavam e placa ou, em alguns serviços, CPF/CNPJ) e clique em "Consultar".
Selecione os débitos que deseja pagar e faça a emissão do QR Code.
Utilize o aplicativo de seu banco ou instituição de pagamento para ler o QR Code.
Em seu aplicativo financeiro, assegure-se de que o pagamento está direcionado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, sob o CNPJ 46.377.222/0003-90, em conta do Banco do Brasil.
Após o pagamento, a mensagem “Pagamento Confirmado!” será exibida na tela do sistema da Sefaz.

FIQUE ATENTO:
- A SEFAZ-SP não envia links e QR Code para pagamentos por e-mail, SMS ou WhatsApp.
- Certifique-se sempre se o site da SEFAZ-SP tem o domínio “. sp.gov.br".

Atenciosamente,
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Nova Carteira de Identidade Nacional já está nas mãos de quatro milhões de brasileiros.

Documento aumenta a segurança da identificação dos brasileiros, melhora os cadastros administrativos e diminui as fraudes no Brasil

Quatro milhões de unidades da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) já foram emitidas até esta quarta-feira (21/2).

O objetivo do novo documento é aumentar a segurança da identificação dos brasileiros, melhorar os cadastros administrativos e diminuir as fraudes no Brasil. Segundo dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o novo documento é emitido em 23 estados e também no Distrito Federal.

“Nada muda em relação à emissão das carteiras de identidade, recomendamos aos cidadãos que procurem os Institutos de Identificação estaduais para a expedição da CIN.

Com o documento em mãos, será possível acessar também a versão digital a partir do aplicativo GOV.BR”, explica o secretário de Governo Digital do MGI, Rogério Mascarenhas.

Desde o dia 11 de janeiro deste ano, os estados e Distrito Federal têm de adotar a CIN como documento de identificação, conforme o estabelecido no Decreto nº 10.977/22.

Segundo o secretário, isto não significa que os cidadãos precisam correr aos institutos de identificação.

“Cada pessoa poderá fazer a sua troca de acordo com a sua conveniência porque o atual documento tem validade até 2032. Lembrando que a primeira via da CIN é gratuita para todos os cidadãos”, complementou.

Uma das vantagens da CIN é o uso do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número único para todas as unidades da federação, o que possibilita um padrão nacional.

Desta forma, é possível estruturar cadastros administrativos e ampliar as verificações de Segurança Pública. Antes da CIN, era possível ter um documento por unidade da federação.

No futuro, isto vai permitir também que o governo conheça melhor o cidadão brasileiro e aprimore a oferta de serviços públicos. “Os dados da CIN vão possibilitar que o governo seja proativo e melhorar o atendimento da população, ofertando serviços a partir do ciclo de vida em áreas como educação, saúde e trabalho”, disse Mascarenhas.

O processo de marcar uma consulta no SUS, por exemplo, será simplificado, pois os dados de identificação estarão disponíveis em tempo real, independente do formato de atendimento, seja virtual ou presencial.

Com a CIN, todas as políticas públicas estarão vendo o mesmo dado oficial de identidade do cidadão.

Até o momento, a nova carteira de identidade é emitida em 23 estados e também no Distrito Federal. São eles: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Documento digital

A partir do recebimento do documento impresso, as pessoas já podem acessar o aplicativo do GOV.BR para baixar a CIN em formato digital.

O processo é similar ao que já ocorre com a CNH. Após o login, aparece o ícone ‘Carteira de documentos’ na tela inicial, bastando clicar no botão '+', escolher 'Carteira de Identidade' e ir em "Adicionar Documento' para ter acesso à CIN Digital.

Mais informações sobre a CIN estão disponíveis no gov.br/identidade

https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/nova-carteira-de-identidade-nacional-ja-esta-nas-maos-de-quatro-milhoes-de-brasileiros?utm_smid=11150887-1-1

Planejamento Pré-Imigratório na Saída Definitiva do Brasil.

É preciso ficar atento à legislação tributária para evitar prejuízos e pendências com as autoridades fiscais brasileiras.

Por: FERNANDO COLUCCI / STEFFANIA GONÇALVES DE CAMPOS SCOMPARIN

O número de brasileiros que estão deixando o Brasil de forma definitiva vem crescendo desde 2019, conforme demonstra o estudo conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores relativo ao ano-base de 2022.

Em 2022, o número de brasileiros residindo no exterior chegou a 4,5 milhões. O estudo apontou ainda que a maior concentração de brasileiros residindo no exterior está nos Estados Unidos (45%), seguido de alguns países europeus, como Portugal, Reino Unido, Espanha, Alemanha e Itália (32%), e países da América do Sul, como Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia (14%).

Os motivos que justificam esses números são diversos, entre os quais a instabilidade econômica do país – acentuada após a pandemia de covid-19 –, o aumento da taxa de desemprego e a grande redução de investimentos nacionais e internacionais nos setores de engenharia e tecnologia.

Ainda em relação a 2022, a Receita Federal do Brasil (RFB) publicou um relatório informando que mais de 15 mil brasileiros apresentaram a Declaração de Saída Definitiva do País. Em 2023, a RFB informou que foram apresentadas 19,5 mil declarações de saída por residentes brasileiros – um aumento de 23% comparado com o ano anterior.

Na prática, porém, esses números podem ser ainda maiores, considerando que nem todos os brasileiros que saem fisicamente do país apresentam a declaração de saída às autoridades fiscais.

Sob a perspectiva legal, de acordo com a legislação brasileira, nacionalidade e residência fiscal são conceitos que não se confundem. O Brasil adota o critério da jurisdição de nascimento para atribuir a nacionalidade. Já a condição de residente fiscal no país dependerá da qualificação da pessoa física em um dos seguintes critérios:

brasileiro que resida regularmente no Brasil;
brasileiro que adquiriu a condição de não residente no Brasil e retorne ao país com ânimo definitivo na data da chegada;
brasileiro que tenha se ausentado do Brasil em caráter temporário ou que se retirou em caráter permanente sem apresentar a Declaração de Saída Definitiva do País durante os primeiros 12 meses consecutivos de ausência;
estrangeiro portador de visto permanente;
estrangeiro portador de visto temporário para trabalhar com vínculo empregatício na data da chegada;
estrangeiro portador de visto temporário até a data em que completar 184 dias, consecutivos ou não, em um período de até 12 meses; e
estrangeiro portador de visto temporário até a data de obtenção do visto permanente ou de vínculo empregatício, se ocorrida antes de completar 184 dias, consecutivos ou não, em um período de até 12 meses.
A saída definitiva do Brasil, portanto, não implica perda da cidadania brasileira, assim como a cidadania brasileira não implica a situação de residente fiscal no país.

Saída definitiva do Brasil – Obrigações acessórias a apresentar na RFB
Sob a perspectiva tributária, os residentes fiscais no Brasil, sejam eles cidadãos brasileiros ou não, estão sujeitos à tributação em bases universais. Isso significa que os rendimentos e ganhos de capital obtidos por residentes fiscais no Brasil e exterior serão tributados no Brasil, independentemente da sua denominação, origem ou nacionalidade.

De acordo com os critérios para a atribuição da residência fiscal no Brasil descritos acima, na prática, a pessoa física que deixar o país sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País e a Declaração

de Saída Definitiva do País na RFB será considerada residente fiscal no Brasil durante os primeiros 12 meses contados a partir de sua ausência do país.

Consequentemente, a simples saída física do Brasil, sem a apresentação das obrigações acessórias para as autoridades fiscais brasileiras, não implica obtenção da condição de não residente fiscal no Brasil. Caso o indivíduo obtenha rendimentos de fontes pagadoras do exterior, continuará sujeito à tributação no Brasil, ainda que esses rendimentos sejam tributados na jurisdição de origem.

Para evitar a dupla tributação de sua renda, portanto, o brasileiro que deixar definitivamente o país deverá apresentar, necessariamente, duas obrigações na Receita Federal do Brasil: a Comunicação de Saída Definitiva do País e a Declaração de Saída Definitiva do País.

Eventual IRPF devido será apurado mediante a aplicação das alíquotas progressivas (7,5% a 27,5%), multiplicadas pelo número de meses em que a pessoa física tenha permanecido na condição de residente no Brasil no respectivo ano-calendário.

Penalidades

Embora não haja imposição de multa pela não apresentação da Comunicação de Saída Definitiva do País, é obrigatória a entrega desse documento.

Multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do IRPF devido apurado na declaração (valor mínimo de R$ 165,74; o valor máximo é equivalente a 20% do IRPF devido).

Compensação do imposto pago no exterior com o imposto devido no Brasil e vice-versa
Não é incomum que um residente fiscal no Brasil tenha adquirido a mesma condição em outra jurisdição. Nesses casos, o contribuinte estará sujeito à tributação de seus rendimentos e ganhos no Brasil e na outra jurisdição (ou jurisdições).

O Brasil assinou acordos para evitar a dupla tributação com diversos países. Esses acordos devem ser considerados na avaliação dos impactos tributários decorrentes da condição de residente fiscal em mais de uma jurisdição.

Além disso, o Brasil firmou acordos de reciprocidade de tratamento para reconhecer a dedução do imposto de renda pago em outra jurisdição no imposto devido no Brasil e vice-versa.

Como previsto pelo Ato Declaratório SRF 28/00, por exemplo, o imposto pago nos Estados Unidos será compensável no Brasil e vice-versa, desde que observadas as regras e limitações impostas para tanto.

Embora a legislação não trate especificamente desse ponto, um dos requisitos para a compensação é a possibilidade de o residente fiscal no Brasil comprovar, por meio de documentação hábil, o efetivo pagamento do imposto no exterior.

Planejamento da estrutura patrimonial na fase pré-imigratória
A saída definitiva do país implica não apenas o cumprimento de obrigações acessórias perante as autoridades fiscais, mas a tomada de diversas decisões de cunho patrimonial.

De acordo com a legislação regulatória, indivíduos que realizem a saída definitiva do país não poderão manter suas contas bancárias usuais em instituições financeiras no Brasil. Por outro lado, não residentes

podem ter conta de depósito no Brasil e/ou outras modalidades de conta oferecidas a não residentes por instituições autorizadas.

Não residentes fiscais também podem investir no Brasil por meio de dois regimes: o regime geral, estabelecido pela Lei 4.131/62, e o regime especial, regulamentado pela Resolução 4.373/14, publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os investimentos realizados no regime geral estão sujeitos à tributação pelo imposto de renda, da mesma forma que ocorre com os residentes fiscais no Brasil.

O regime especial, por outro lado, é o resultado de um incentivo do governo brasileiro ao investimento estrangeiro no mercado financeiro e de capitais.

Esse regime é oferecido aos não residentes que investem no Brasil conforme as regras estabelecidas pelo CMN. Ele prevê a isenção do imposto de renda sobre os ganhos de capital obtidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de mercado de futuros e assemelhados (além das operações com ouro e ativo financeiro fora de bolsa), desde que não sejam domiciliados em jurisdição com tributação favorecida.[1]

A opção por esses regimes pode implicar repercussões tributárias à pessoa física que está no processo de saída definitiva do país, como a alienação, resgate ou liquidação de investimentos. Essas repercussões podem variar de acordo com a natureza dos bens ou direitos que passarão a ser investidos pelo indivíduo na condição de não residente fiscal.

Ao optar pela alienação, liquidação ou resgate de ativos ou investimentos mantidos no Brasil antes da saída definitiva, a pessoa física estará sujeita à tributação dos rendimentos ou ganhos obtidos de acordo com as regras tributárias aplicáveis a cada tipo de ativo.

A alienação de bens e direitos no Brasil, por exemplo, estará sujeita à apuração de ganho de capital tributável pelo imposto de renda em alíquotas progressivas de 15% a 22,5%. Essa regra também se aplica à alienação de ações fora do ambiente de bolsa. A alienação de ações em bolsa é isenta de imposto de renda, caso não supere o total de R$ 20 mil no mês.

Escolha da jurisdição de destino
A escolha da jurisdição de destino da pessoa física e de seus respectivos bens e direitos também faz parte do planejamento pré-imigratório e envolve a jurisdição de origem e de destino.

A pessoa física pode avaliar a possibilidade de transferir seu acervo patrimonial para jurisdições que tenham regimes tributários atrativos para não residentes. Trata-se de programas imigratórios que concedem residência fiscal ou cidadania mediante o cumprimento de certos requisitos, entre eles, a realização de determinados investimentos no país.

O trust é outra estrutura muito procurada por brasileiros que estão planejando a saída fiscal do país. A transferência do acervo patrimonial ao trust, assim como a atribuição de seus rendimentos aos beneficiários deve ser cuidadosamente avaliada no processo imigratório, com especial atenção aos impactos tributários para fins de imposto de renda e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD).

Outra alternativa para a estruturação de investimentos no exterior é a constituição de uma pessoa jurídica na jurisdição de destino ou em jurisdições que ofereçam alternativas para isso.

Entre as estruturas normalmente analisadas para internacionalizar investimentos estão a Private Investment Company (PIC), Limited Liability Company (LLC) e International Business Company (IBC) – as chamadas “sociedades offshore”.

Outra modalidade de investimento no exterior muito comum são os fundos de pensão, entre outros tipos de aposentadoria. O Brasil firmou acordos internacionais com outros países com o objetivo principal de garantir os direitos de seguridade social previstos nas legislações de outras jurisdições aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito no país.

Como visto, a crescente saída de brasileiros do país vem impulsionando a transferência de capital para o exterior e a diversificação de investimentos em outras jurisdições. Para evitar prejuízos nesse processo, recomenda-se fortemente que a saída física do Brasil seja precedida por um planejamento pré-imigratório.

Também é preciso ficar atento à necessidade de entregar a Comunicação de Saída Definitiva do País e a Declaração de Saída Definitiva do País dentro dos prazos previstos pela legislação brasileira, especialmente para evitar a dupla tributação de rendimentos e eventuais pendências com as autoridades fiscais brasileiras.

[1] Pela legislação brasileira, considera-se jurisdição com tributação favorecida, a jurisdição que não tribute a renda ou que a tribute pela alíquota máxima inferior a 20%, reduzida para 17% para os países, dependências e regimes que estejam alinhados com os padrões internacionais de transparência fiscal https://www.machadomeyer.com.br/pt/inteligencia-juridica/publicacoes-ij/planejamento-sucessorio/planejamento-pre-imigratorio-na-saida-definitiva-do-brasil

IFRS: não aplicação e seu impacto na distribuição de lucros.

Como sabemos, a distribuição de lucros e dividendos no Brasil é isenta do imposto de renda desde janeiro de 1996, quando a Lei 9.249/95 dispensou tal incidência ao conceder a isenção sobre esses valores recebidos tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica.

Assim, desde então não houve mais incidência de imposto de renda sobre os valores recebidos a título de distribuição de lucros. Ocorre que até 2007 as regras contábeis brasileiras ainda não seguiam o padrão internacional, ou seja, as International Financial Reporting Standards conhecidas atualmente apenas pelas siglas IFRS.

Na prática, isso significa que até 2007 não havia qualquer tratativa a ser considerada em relação ao lucro passível de distribuição sem a incidência do imposto de renda, uma vez que não havia distinção entre as regras contábeis para efeito societário e as regras contábeis para efeitos tributários.

Ocorre que em dezembro de 2007 foi publicada a Lei 11.638/07 alterando a Lei 6.404/76 com o objetivo de implantar o padrão internacional de contabilidade no Brasil. Neste ponto é importante entender que as alterações promovidas pelo IFRS nos critérios de reconhecimento de receita e despesa trouxeram impactos relevantes na apuração do resultado das companhias, consequentemente no lucro apurado.

A partir de então, a implementação dos padrões internacionais de contabilidade passou a influenciar, de forma relevante, no conceito de lucro a distribuir com isenção do imposto sobre a renda.

Regime Tributário de Transição e Regime Tributário Definitivo
Em um primeiro momento, como a referida lei foi aprovada com a condição de não impactar a apuração dos tributos, foi criado um mecanismo de transição que ficou conhecido como Regime Tributário de Transição (RTT) e que vigorou de 2008 a 2013.

Durante esse período os contribuintes eram obrigados a elaborar duas contabilidades, sendo uma respeitando as regras internacionais de contabilidade e outra considerando o modelo brasileiro em vigor até 2007.

Nesse caso, o lucro passível de distribuição sem a incidência de imposto de renda era aquele obtido por meio da observação das regras antigas, ou seja, vigentes até dezembro de 2007.

A partir de 2014, com a publicação da lei 12.973/14, foi instituído o que chamamos de Regime Tributário Definitivo (RTD) pelo qual, em linhas gerais, ficou estabelecido que haveria apenas uma contabilidade e todos os efeitos trazidos pelas regras internacionais de contabilidade devem ser ajustados diretamente nas obrigações acessórias de cada tributo (LALUR, EFD-Contribuições etc.).

Assim, deixou de existir as duas contabilidades – societária e tributária – e consequentemente a apuração de dois resultados diferentes. Com isso, firmou-se o entendimento de que o lucro passível de distribuição com isenção do imposto de renda, a partir de janeiro de 2014, é aquele apurado observando-se as regras e critérios contábeis estabelecidos pela contabilidade internacional, regras essas que foram regulamentadas por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Apesar de haver mais de dez anos da implementação do padrão internacional, percebemos ainda muitos questionamentos, principalmente pelos gestores das pequenas e médias empresas, da obrigatoriedade e possíveis penalidades pela não observância do IFRS. Nesse ponto fica claro que um dos impactos, inclusive do ponto de vista tributário, está no resultado apurado sem a observação do padrão internacional.

Percebam que desde 2014 o único conceito de lucro para efeito de distribuição sem a incidência de imposto de renda é aquele apurado respeitando, criteriosamente, as regras definidas pelos CPCs. A não observação dessas regras pode resultar na apuração de lucros superiores, o que traria um risco tributário na sua distribuição, ou ainda lucros inferiores, o que seria prejudicial aos sócios e acionistas da empresa.

Além disso, outros riscos tributários começam a surgir como, por exemplo, a apuração do Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) sobre um saldo de patrimônio líquido (considerando o acúmulo de lucros apurados indevidamente) calculado sem a observância do padrão internacional.

Como se não bastasse, existe também o risco societário, uma vez que a legislação societária também prevê que o resultado – consequentemente o lucro a ser distribuído – deve ser apurado com base na legislação comercial brasileira, que por sua vez foi atualizada visando à padronização à norma internacional.

Assim, fica evidente que uma possível distribuição de lucros acima do que é permitido pela legislação societária pode significar um crime de responsabilidade pelos administradores das empresas.

Apuração do lucro

Para não ficarmos apenas nos conceitos, vamos analisar um exemplo do impacto na apuração do lucro contábil decorrente da não aplicação dos CPCs.

Para isso vamos considerar que uma empresa possui um ativo imobilizado de R$ 10 milhões cuja taxa de depreciação, considerando o critério fiscal (utilizado pela empresa), seja de 5% ao ano, porém, levando consideração o critério contábil (CPC 27) a taxa seria de 20% ano.

Com essas premissas, vamos aos efeitos na apuração do lucro contábil passível de distribuição:

Depreciação	Contábil	Fiscal	
Valor do Imobilizado	10.000.000	10.000.000	
Taxa de Depreciação	20%	5%	Diferença
Valor Despesa Depreciação	2.000.000	500.000	1.500.000

Percebam que ao não observar o critério contábil (CPC 27) para efeitos societários, o lucro apurado seria R$ 1,5 milhão maior e fatalmente seria distribuído. Nesse caso, fica claro que o lucro distribuído está acima do valor do lucro levando em consideração os critérios contábeis conforme condiciona a legislação para efeito de distribuição de lucro isento do imposto de renda.

Vejam que estamos falando de apenas um exemplo (depreciação) de impacto na apuração do lucro decorrente da não observação dos CPCs e, considerando que já possuímos 49 CPCs publicados, o efeito pode ser ainda mais relevante neste sentido.

Fica evidente, portanto, a necessidade de observação integral da contabilidade com padrão internacional. A BLB Brasil possui uma equipe absolutamente preparada para implementar o IFRS na sua empresa ou, caso sua empresa já aplique, certificar da correta interpretação e aplicação das normas contábeis por meio de nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Daniel de Faria
Diretor de Tributos do Grupo BLB Brasil

Mercado de carbono e os próximos passos da regulação no Brasil.

Por Livia Garcia

A recente aprovação do Projeto de Lei (PL) 2148/15 pela Câmara dos Deputados marca um passo gigantesco para o Brasil na regulamentação do mercado de carbono. Essa iniciativa propõe a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), um mecanismo que estabelece limites para as emissões desses gases, responsáveis pelo aquecimento global, e institui um mercado para a compra e venda de títulos relacionados.

Por que compensar ou reduzir o carbono da atmosfera?

De acordo com o portal da Empraba, o 5° relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apontou que, caso as emissões de gases de efeito estufa (GEE) continuem em níveis altos, a temperatura do planeta pode aumentar 5,4 °C até 2100. A ONU confirmou que em 2023 o

aumento foi de 1,45°C em relação aos níveis pré-industriais, sendo o ano mais quente já registrado, e infelizmente, 2024 pode ser pior.

O gráfico abaixo mostra a média da temperatura global em °C. Ele destaca que nas últimas duas décadas a temperatura alcançou níveis superiores a quaisquer outros registrados, se aproximando de 1,5°C acima da média.

Outro destaque de 2023 foi a quantidade de carbono acumulado na atmosfera, que chegou a registrar 423 ppm.

Esses dados reforçam a necessidade de frear as emissões de gases de efeito estufa, que cresceram majoritariamente com a Revolução Industrial; e é reponsabilidade dessas mesmas indústrias que tanto emitiram os gases remodelar sua operação e produção para alternativas sustentáveis, além de trabalhar em prol da redução e remoção do que já foi emitido. E é por isso que surgiu o mercado de carbono.

O que é o mercado de carbono?

O objetivo desse sistema é incentivar a redução de emissões de forma econômica, permitindo que o mercado determine o preço do carbono. As empresas mais eficientes em termos de emissões são recompensadas financeiramente, enquanto aquelas que excedem seus limites de emissão devem comprar créditos adicionais, incentivando-as a encontrar maneiras de reduzir suas emissões.

Ao discutir as metas climáticas e o caminho para a neutralidade carbônica, os Estados Unidos, a China e a Índia – os três maiores emissores de dióxido de carbono em nível mundial – são frequentemente o foco da atenção. No entanto, embora as emissões de CO_2 no Brasil não tenham ficado entre as 10 maiores em 2021, o papel da maior economia da América Latina não deve ser subestimado. Ao considerar as emissões fósseis e as alterações no uso do solo, o Brasil ocupa o quarto lugar no mundo em emissões cumulativas desde 1850. Também esteve entre os cinco maiores emissores de metano em 2021. Com as emissões em tendência ascendente há mais de uma década, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar a neutralidade carbônica até 2050.

O Brasil possui a meta de reduzir 53% das emissões de GEE até 2030, e para mitigar as emissões desses gases temos duas principais alternativas: políticas de comando e controle e a precificação do carbono. A primeira diz respeito à imposição de um limite de emissões pelo Estado para os agentes, e em caso de descumprimento é aplicada uma punição. A segunda é sobre atribuir um valor financeiro às emissões de dióxido de carbono e outros gases equivalentes aos gases de efeito estufa criando um sistema econômico projetado para reduzir ou compensar as emissões.

Existem duas formas principais de precificar o carbono: taxação de carbono e sistemas de comércio de emissões. Na taxação de carbono, as empresas pagam um preço por unidade de emissão de GEE. Já nos sistemas de comércio de emissões, as empresas podem comprar créditos de carbono, conceito originado do Protocolo de Kyoto em 1997, que diz respeito à quantidade de carbono que deixou de ser emitida. A cada uma tonelada de CO_2 não emitida têm-se um crédito de carbono.

O comércio de emissões ou mercado de carbono se divide de duas formas: mercado regulado e mercado voluntário.

De acordo com Statista, o valor do mercado global de carbono disparou 13,5% em 2022, para um máximo histórico de 865 bilhões de euros. Esse crescimento ocorreu principalmente ao aumento da procura de licenças de carbono, que culminou no aumento dos preços. O comércio de carbono é a

compra e venda de créditos que permitem a uma empresa ou entidade, como uma central eléctrica, emitir uma determinada quantidade de dióxido de carbono. O Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia é o maior mercado de carbono com base no valor e representou cerca de 87% do tamanho do mercado global em 2022.

Mercado regulado de carbono no mundo

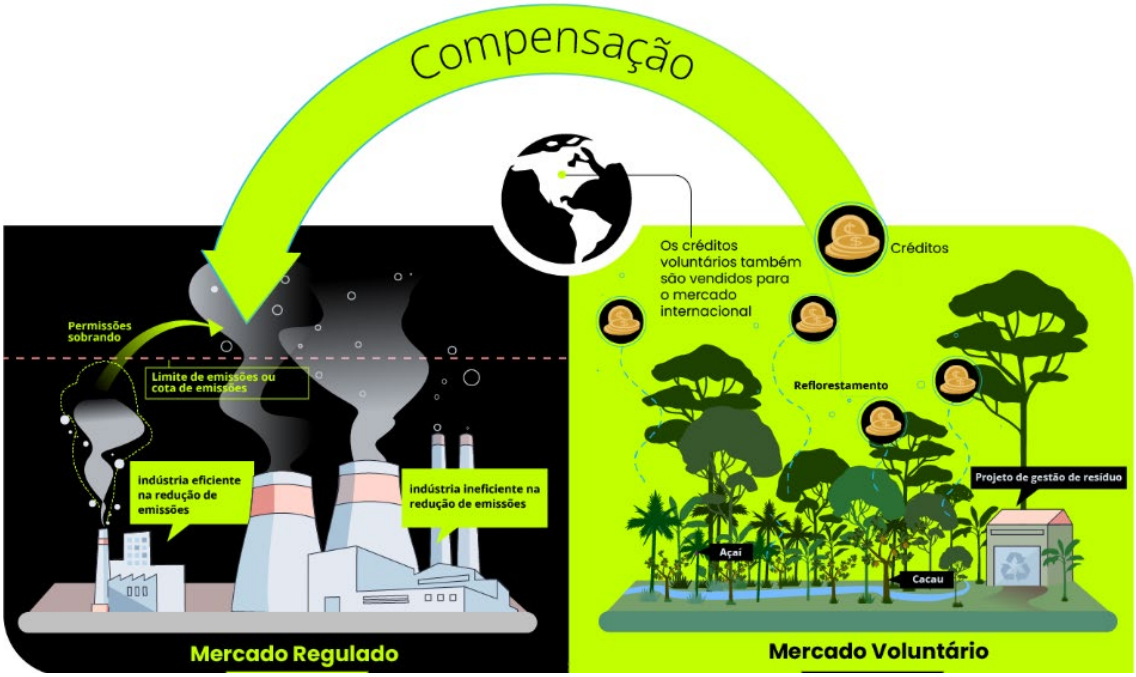
O mercado regulado de carbono opera sob a supervisão de governos ou autoridades ambientais. Nele, as empresas têm limites definidos para suas emissões de GEE. Se uma empresa emite abaixo de seu limite, ela pode vender as emissões não utilizadas para aquelas que excederam suas cotas. Esse sistema é conhecido como “Cap and Trade”.

O objetivo é criar incentivos para a redução das emissões e promover a transição para práticas mais sustentáveis, utilizando um mecanismo econômico regulamentado para controlar as emissões de carbono. Os mercados regulados de carbono são uma ferramenta crucial nas políticas climáticas globais, destinadas a mitigar as mudanças climáticas, reduzindo as emissões de GEE de maneira controlada e eficiente.

O que é mercado voluntário de carbono?

O mercado voluntário ocorre quando empresas, organizações, governos e indivíduos optam por participar voluntariamente na mitigação das emissões de GEE sem ter obrigações legais de reduzir as emissões. É realizada a venda de créditos de carbono ou outras certificações por meio de projetos que geram compensação de emissões por reduções ou remoções/capturas verificadas de GEE.

O mercado voluntário oferece flexibilidade e pode envolver o mercado internacional, atendendo empresas que tenham objetivos ambientais, reputacionais ou éticos.



Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://infograficos.camara.leg.br/o-brasil-se-prepara-parao-mercado-de-carbono/

Segundo a agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA), suas projeções mostram que o tamanho do mercado global de compensação voluntária de carbono chegará a US$ 2,7 trilhões (R$ 10,8 trilhões) até 2028, acima dos US$ 536 milhões (R$ 2,9 bilhões) em 2021, com uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 25,7%.

Fonte: Forbes

A compensação da emissão de gases de efeito estufa

A compensação de GEE está no mercado de carbono, mas não exclusivamente como crédito. Assim como já mencionado, existe o mercado voluntário, que pode vender créditos para empresas que excedam suas cotas. No entanto, o foco do mercado voluntário não é empresas que necessitam de créditos de carbono, e sim empresas que queiram compensar suas emissões voluntariamente.

Isso se dá porque eles atendem a uma demanda específica, muitas vezes proveniente de empresas que buscam fortalecer suas estratégias de sustentabilidade e governança climática, valorizar suas marcas, diferenciar seus produtos e sua imagem. Nesse contexto, a origem, os padrões adotados e os benefícios socioambientais são de extrema importância para o comprador, assim como a qualidade do projeto.

Por isso, existem projetos de compensação que apenas emitem certificados e selos, por ser menos burocrático do que o crédito de carbono e atender a demanda de visibilidade dos compradores. Esses certificados são auditados por alguma entidade independente, para comprovar a veracidade do projeto.

Panorama brasileiro frente ao mercado de carbono

No Brasil, o mercado de carbono voluntário é o que rege o sistema, que é independente de autoridades, e já opera no país há anos. Com o aquecimento global acelerado e as consequências ambientais cada vez mais recorrentes, a sociedade tornou-se ainda mais crítica, levando a um aumento significativo no número de empresas que buscam voluntariamente compensações de carbono.

Um estudo da McKinsey apontou que o Brasil tem 15% do potencial global de capturar carbono, e que o mercado global pode chegar a US$ 50 bi em 2030. O estudo também destacou que, no mercado de carbono, houve um crescimento contínuo na demanda ao longo dos anos, enquanto a oferta não conseguiu acompanhar esse ritmo, resultando em aumentos significativos nos preços.

O fato de o Brasil explorar exclusivamente o mercado voluntário, faz com que ele não chegue nem perto do seu potencial de capturar carbono e das emissões de créditos. Isso significa menos dinheiro, menos comprometimento ambiental e nos afasta das metas estabelecidas para 2030. No contexto dessa necessidade, a discussão sobre o mercado regulado no Brasil não é recente, mas apenas em 2023 foi trazido à votação.

Em outubro de 2023, a regulamentação do mercado de carbono foi analisada pelos senadores por meio do PL 412/22, que foi aprovado de forma unânime pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Em dezembro do mesmo ano, houve uma nova votação na Câmara dos Deputados para o PL 2.148/2015, que também trata da regulamentação de carbono. Na votação, o PL 412 foi apensado ao Projeto de Lei votado, que agora serve como um substitutivo.

O setor do agronegócio ficou de fora do projeto de lei que vai regulamentar o sistema de cotas de emissão de gases de efeito estufa no Brasil, aprovado na Comissão de Meio Ambiente do Senado nesta semana. De acordo com o projeto, as atividades primárias do setor agropecuário não farão parte do

Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE). A exclusão do setor atende a um pedido da bancada do agronegócio no Congresso, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e foi considerada uma vitória.

Enquanto no Senado o agro foi retirado do texto final, o cenário tende a ser diferente na Câmara dos Deputados. Em coletiva de imprensa após o evento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) sobre os impactos econômicos da reforma tributária, o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), afirmou que a regulação do mercado voluntário de carbono virá pela Câmara.

Analistas ouvidos pela Gazeta do Povo avaliam que é mais compatível com a pretensão do sistema a inclusão da agropecuária em mercado voluntário, em que se extraia benefícios com a efetiva redução de emissões. A implementação de uma medição técnica e confiável, o que ainda não há, poderá incentivar o produtor rural brasileiro a diminuir a emissão de gases do efeito estufa em sua atividade.

“Há duas propostas tramitando na Câmara com os deputados federais Zé Silva (SD-MG) e Sergio Souza (MDB-PR). Vamos regular o mercado voluntário e fazer com que o produtor possa ser beneficiado pelas boas práticas, pela preservação ambiental, pelo cumprimento da lei, pelo plantio direto, pela preservação das nascentes, pelo sequestro de carbono que a agricultura é a grande responsável”, disse Lupion. O presidente da FPA disse ainda que no projeto do Senado os produtores não estavam sendo beneficiados como deveriam, apesar de haver uma boa intenção.

Embora tenha ficado de fora do mercado regulado no projeto aprovado no Senado, a bancada do agro garantiu que a manutenção ou recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal ou de uso restrito, conforme as regras do Código Florestal, possam ser elegíveis para a constituição de créditos de carbono para os fins do SBCE. “O agro neste momento foi excluído, não porque não queira participar, o agro é o grande fornecedor de crédito de carbono. Nós fizemos um acordo e quero dizer que ele foi integralmente cumprido pela senadora Leila neste relatório. A FPA está muito confortável na aprovação do seu relatório”, disse a senadora Tereza Cristina (PP-MS).

O status atual é de espera. O PL 2.148 foi enviado aos senadores que podem fazer possíveis alterações. Caso ocorram, ele retornará aos deputados para revisão. Em suma, o mercado regulado está mais próximo da realidade do país e, apesar de qualquer especificação legal que possa ser formulada, ele estabelece limites para os agentes contemplados no PL e, então, a redução de emissões de gases finalmente poderá alcançar resultados eficientes no Brasil.

O mercado voluntário e o papel das agtechs

Entre os projetos brasileiros, temos as agtechs, e quando se trata de créditos ou compensação de carbono, falamos especificamente das climate techs, que são startups desenvolvedoras de tecnologias para combater as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade.

Elas estão naturalmente no mercado voluntário, e o que as diferencia de outros projetos são as inovações tecnológicas para efetivar o processo de redução e trazer transparência e veracidade.

Esses requisitos são fundamentais para os compradores. Em janeiro de 2023, o Valor Investe soltou a notícia de que mais de 90% dos títulos de crédito de carbono da Verra, maior emissora do mercado mundial, foram mostrados como inúteis segundo um estudo realizado para analisar os projetos da empresa.

O uso de dados, análise avançada e inteligência artificial é comum nas climate techs. Essas tecnologias são frequentemente aplicadas para otimizar processos, monitorar emissões, prever impactos climáticos e melhorar a eficiência de sistemas de compensação.

Além disso, elas se destacam por impactar socio-ambientalmente, aprimorando a solução para que beneficie não apenas o meio ambiente como também as comunidades inseridas na cadeia.

Cases de climate techs
Agroforestry Carbon

A Agroforesty Carbon é uma plataforma de Soluções ESG conectada ao marketplace de Créditos de Biodiversidade Agroflorestal (CBA). A startup conecta pequenos produtores de todo o Brasil com empresas que queiram compensar suas emissões de carbono. Por meio de sua plataforma, com os planos de assinaturas, as empresas podem escolher a quantidade de carbono que desejam compensar e assim financiam os pequenos produtores agroflorestais no plantio e manejo das árvores. Além dos planos, existem outros serviços como Inventário GEE e calculadora de CO_2.

A startup que faturou R$ 56 mil no ano de 2022, conseguiu chegar a R$ 2,5 milhões em 2023. Ela também foi reconhecida como uma das startups com maior potencial de impacto pela Pequenas Empresas Grandes Negócios da Rede Globo.

A Agroforestry recebeu um aporte de R$ 300 mil da Regenera Ventures em 2021, que foi o capital utilizado para colocar a startup em pé. Em fevereiro de 2024 a agtech lançará uma nova rodada de captação.

Mombak

A Mombak é uma empresa de remoção de carbono que tem como foco principal a Amazônia. A solução deles é o reflorestamento com espécies nativas. Eles compram áreas degradadas ou fazem parcerias com produtores, plantam árvores e vendem os créditos de carbono, sempre com o objetivo de respeitar a biodiversidade. Eles também preservam as terras reflorestadas em longo prazo para garantir que não sejam desmatadas novamente.

A empresa conta com clientes mundiais como a Microsoft, que vai comprar 1,5 milhões de créditos provindos de reflorestamento no Pará até 2032. A McLaren Racing também escolheu a startup brasileira como um dos projetos de crédito de carbono com os quais ela irá fazer acordo para zerar sua emissão líquida até 2040.

Já foi aportado na startup um total de US$ 102,9 Mi. O último financiamento foi em formato de Grant no valor de US$ 5 milhões em setembro, que veio da Fundação Rockefeller. No ano de 2023 a fundação americana distribuiu US$ 1 bilhão entre projetos com foco em soluções climáticas.

Ecosecurities (investida JP Morgan)

A EcoSecurities é uma empresa internacional de serviços ambientais com sede em Genebra, na Suíça. A empresa atua no mercado de créditos de carbono, oferecendo uma variedade de serviços para empresas, governos e instituições financeiras. Hoje desponta como um dos principais cases mundiais no negócio, penetrando cada vez mais no mercado brasileiro com grandes players: Raízen, Vale, Sumitomo.

Uma das principais metas da Ecosecurities no mercado brasileiro é viabilizar o reflorestamento de 56 mil hectares até 2030. Um projeto piloto, de 500 hectares, já foi iniciado no Mato Grosso, com participação de investidores.

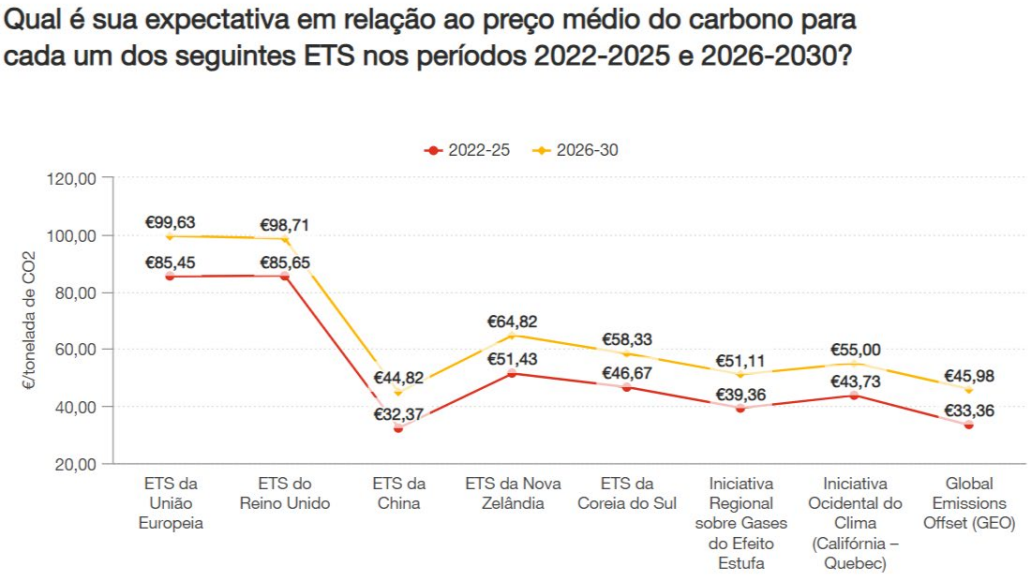
Eu reciclo

Em junho de 2022 a startup eureciclo, especializada em certificação de logística reversa, anunciou a captação de mais de R$ 100 milhões em rodada de investimento série B liderada pela Ória Capital. O aporte também contou com a participação da Tera, Rise Ventures, Endeavour Scale-Up e Redpoint ventures. De acordo com a startup, os recursos serão utilizados para estruturar e expandir a cadeia de reciclagem no Brasil e na América Latina até 2023.

Fonte: PEGN

Conclusão
De acordo com a pesquisa da PWC há expectativa de grandes aumentos em todos os sistemas de carbonos. O sistema de comércio de emissões (Emissions Trading System, ou ETS) da União Europeia e o do Reino Unido preveem preço médio de carbono mais alto que qualquer ETS, tanto para o período de 2022-25 como para o de 2026-30. Espera-se que os preços cheguem a quase € 100 t/CO_2 (£ 86) em ambos os sistemas durante o período de 2026-30.

A demanda por créditos de carbono no mercado voluntário teve um crescimento relevante em 2021. O valor de mercado total do mercado voluntário global de carbono ultrapassou US$ 1 bilhão pela primeira vez. O aumento dos compromissos estabelecidos por empresas com metas Net Zero foi apontado pelos entrevistados como um dos principais impulsionadores dessa procura.



Peço médio do carbono conforme ETS

A produção de gases de efeito estufa mundial é de aproximadamente 50 bilhões de toneladas. O acordo de Paris, que aconteceu em 2015, estabelece a meta de que esse número chegue a 10 bilhões, mas isso não será possível sem o esforço das empresas e indústrias.

O mercado de carbono visa criar incentivos econômicos para a transição para práticas mais sustentáveis, impulsionando a inovação e a eficiência. Ele é essencial para alcançarmos impactos relevantes para o

meio ambiente e consequentemente para a sociedade e vida terrestre. A regulação do mercado não só obriga a redução de emissão das grandes indústrias, como também irá propagar a ideia da sustentabilidade.

Com tantas empresas ajustando suas práticas, aquelas que não atenderem às metas de redução de emissões de gases de efeito estufa serão malvistas, sendo, de certa forma, incentivadas a iniciar processos de compensação. Esse movimento, mesmo que devagar, cria um efeito cascata, pressionando as empresas não contempladas pelo regulamento a também entrar em conformidade com as metas ambientais.

5.02 COMUNICADOS

CONSULTORIA JURIDICA

Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo conta com profissionais especializados em diversas áreas jurídicas, com o intuito de oferecer consultoria e suporte à realização das atividades dos profissionais da Contabilidade, que vão desde direitos trabalhistas até a elaboração de estatutos sociais para entidades do terceiro setor.

A consultoria jurídica é realizada de 2ª a 6ª feira, na sede social do Sindcont-SP, sendo considerada um dos mais importantes e significativos benefícios que a Entidade disponibiliza aos seus associados.

O trabalho realizado pelos advogados especializados em diversas áreas jurídicas consiste em orientar os profissionais da Contabilidade quanto às soluções para os problemas que envolvam assuntos pertinentes à legislação, como:

- **Consultoria Jurídica Tributária Federal, Estadual e Municipal:** IRPF, IRPJ, PIS, Cofins, CSLL, Simples, ISS, ICMS, e outros
- **Consultoria Trabalhista e Previdenciária:** benefícios, fiscalização, parcelamento, fundo de garantia, direitos trabalhistas, entre outros
- **Consultoria do Terceiro Setor:** assessoria sobre entidades sem fins lucrativos e beneficentes, análise de estatuto social, atas e outros
- **Consultoria Societária e Contratual:** orientações técnicas, análises e vistos de contratos em geral
- **Consultoria Contábil**: orientações e esclarecimentos sobre normas e procedimentos contábeis

Confira os horários de atendimento dos profissionais, de acordo com a área de jurídica desejada:

Tributarista		
Telefone: (11) 3224-5134 - E-mail: juridico@sindcontsp.org.br		
Dr. Henri Romani Paganini - OAB nº SP 166.661	3ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	4ª feira	das 9h às 13h
Trabalhista		
Telefone: (11) 3224-5133 - E-mail: juridico3@sindcontsp.org.br		
Dr. Benedito de Jesus Cavalheiro - OAB nº SP 134.366	3ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	4ª feira	das 9h às 13h
Terceiro setor		
Telefone: (11) 3224-5141 - E-mail: juridico4@sindcontsp.org.b		
Dr. Alberto Batista da Silva Júnior - OAB Nº SP 255.606	2ª, 5ª e 6ª feira	das 9h às 13h

	3ª feiras	das 9h às 13h
	4ª feiras	das 9h às 13h

5.03 ASSUNTOS SOCIAIS

FUTEBOL

Horário: sábados as 11:00hs às 12:30hs.
Sport Gaúcho – Unidade I Limão – quadra 5.
link: http://sportgaucho.com.br/unidade-i-limao/
Endereço: Rua Coronel Mario de Azevedo, 151 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-020 ou Rua Professor Celestino Bourroul, 753 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-001, atrás da Igreja Católica do Limão.

6.00 ASSUNTOS DE APOIO

6.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP

Agenda de Cursos – março/2024

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – PRESENCIAIS

MARÇO/2024

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
14 e 21	quinta	09:oo às 18:00	Excel – Tabelas e Gráficos Dinâmicos	Gratuito para Associados Adimplentes	xx	xx	16	Ivan Evangelista Glicerio

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – HIBRIDOS

MARÇO/2024

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
04/03 a 05/04	segunda a sexta	18:30 às 21:30	Modulo Departamento Fiscal **				72	Jô Nascimento
07	quinta	09:oo às 18:00	Contabilidade de consorcio				08	Lourivaldo Lopes da Silva
07	quinta	09:oo às 18:00	Compliance em Empresas				08	Sérgio Lopes
07	quinta	09:oo às 18:00	Construção Civil – Ampla Análise				08	Wagner Camilo
14	quinta	09:oo às 18:00	ISS – Ampla Abordagem				08	Wagner Camilo
20	quarta	09:oo às 18:00	Lucro Real (apuração do IRPJ e da CSLL				08	Wagner Mendes
21	quinta	09:oo às 18:00	Gestão de Riscos no Setor Público				08	Francisca Candeias

**Pontuação na Educação Continuada

www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

6.02 AGENDA SEMANAL – GRUPOS DE ESTUDOS – (PROGRAMADOS)

Grupo de Estudos de Tecnologia e e Inovação -

Segunda Feira 04-03-2024: das 19:00 às 21:00 – Bate-Papo – Monitor Contábil

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações

Terça Feira 05-03-2024: das 19:00 às 21:00 - Últimas Atualizações na área fiscal e tributária

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis

Quarta Feira 06-03-2024: das 19:00 às 21:00 - Fórum de debate e atualização continua

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil

Quinta Feira 07-03-2024: das 19:00 às 21:00 -

6.03 ENCONTROS VIRTUAIS – GRUPOS DE ESTUDOS – (EXISTENTES)

Grupo de Estudos de Tecnologia e Inovação -

Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública

Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações

Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis

Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil

Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos Perícia

Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube) das 10:00 às 12:00 horas.

6.04 FACEBOOK

Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook.

6.05 OUTROS ASSUNTOS DE APOIO

CONVITE – DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 08-03-2024 DAS 18:00 ÀS 21:00h – Presencialmente no Sindcontsp